

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Imagens da memória: uma história visual da malária
(1910-1960)

Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

**Niterói
2007**

Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

**Imagens da memória: uma história visual da malária
(1910-1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Mauad

**Niterói
2007**

Mello, Maria Teresa Villela Bandeira de Mello
Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960) /
Maria Teresa Villela Bandeira de Mello. -- Niterói: UFF / ICHF, 2007.
xi, 260f..

Orientadora: Ana Maria Mauad
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,
Departamento de História, 2007.

:

1. História. 2. Fotografia. 3. Saúde Pública. 4. Malária. 5. Brasil. I
Universidade Federal Fluminense. II. Título

Maria Teresa Villela Bandeira de Mello

Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: Cultura e Sociedade.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Orientadora - Departamento de História (UFF)

Profa. Dra. Célia Maria Leite Costa
Museu da Imagem e do Som (MIS)

Prof. Dr. Fernando Sérgio Dumas dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Profa. Dra. Ismênia de Lima Martins
Departamento de História (UFF)

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
Departamento de História (UFF)

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos (Suplente)
Departamento de História (UFF)

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Suplente)
Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Niterói
2007

RESUMO

Esta tese estuda os aspectos históricos das campanhas de controle e erradicação da malária no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1960, mediante a análise de imagens fotográficas produzidas por diferentes campanhas ocorridas ao longo destes anos, tendo como pressuposto básico a idéia de elas foram fundamentais para a constituição dos aparatos institucionais de saúde pública no Brasil, no contexto dos projetos e políticas de combate à malária, a partir do reconhecimento das características e peculiaridades embutidas em modelos diferenciados de campanhas ao longo dessa história, aos quase correspondem estágios específicos no desenvolvimento das políticas e dos saberes relativos à doença.

Palavras-chave: História; Fotografia; História da Saúde Pública; Malária; Representação Visual.

ABSTRACT

This thesis studies the historical aspects involving the eradication control of malaria disease in Brazil over the decades from 1910 until 1960, through the analysis of photographic images produced for different campaigns occurred along those years, taking as fact the idea that they were very important on building the institutional structure on public health around the country. Its purpose is to question visual representation about science and health in Brazil, in the context of politics and projects against malaria, from its characteristics and peculiarities on different models of campaigns along this history, which correspond to specific steps on the development of politic and knowledge related to the disease.

Keywords: History; Photography; History of Public Health; Malaria; Visual Representation.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie les aspects historiques des campagnes de contrôle et d'éradication de la malaria au Brésil, dans la période comprise entre les décennies de 1910 et 1960, moyennant l'analyse des images photographiques produites par de différentes campagnes produites au long de ces années, ayant comme présupposition basique l'idée dont elles ont été fondamentales pour la constitution des appareils institutionnels de santé publique dans le pays. L'objectif est mettre en question les représentations visuelles sur la science et la santé au Brésil, dans le contexte des projets et des politiques de combat à la malaria, à partir de la reconnaissance des caractéristiques et des particularités mises dans des modèles différenciés de campagnes au long de cette histoire, lesquelles correspondent des stages spécifiques dans le développement des politiques et des savoirs relatifs à la maladie.

mots clés: histoire; photographie; histoire de la santé publique; malaria; représentations visuelles

AGRADECIMENTOS

Ao me deparar com o momento mais desejado por todos aqueles que se aventuram na viagem - por um lado fascinante e, por outro, assustador_- de desenvolver uma tese, a sensação foi de que seria necessário o número equivalente de páginas do ‘produto final’ para dar crédito a todos que contribuíram e possibilitaram a sua materialização.

Em primeiro lugar, à profa. Ana Maria Mauad pela calorosa e afetuosa recepção ao me aceitar como orientanda no Programa de Pós-graduação em História da UFF. Agradeço pela orientação generosa, pelo incentivo e estímulo constantes e, fundamentalmente, pela confiança no meu trabalho. Admiradora de longa data de sua vasta produção acadêmica sobre cultura visual, imagem e história foi uma satisfação para mim, compartilhar com Ana Mauad minha paixão pela fotografia e refinar, a partir de suas orientações e ponderações, as reflexões sobre o tema.

Na medida em que esse trabalho é fruto do amadurecimento de uma linha de investigação iniciada quando ingressei na Casa de Oswaldo Cruz, não poderia deixar de agradecer ao prof. Gilberto Hochman. Orientador durante os três anos em que desenvolvi os projetos *História da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil* e *Imagens da Malária: campanhas de saúde pública no Brasil do século XX* e responsável pela minha introdução no campo’ da história da saúde pública, Gilberto foi um parceiro constante de diversos trabalhos ao longo desse caminho e, de certa forma, ‘padrinho’ do projeto original que resultou nesta tese.

O retorno à UFF, instituição na qual me graduei em História, proporcionou agradáveis surpresas. Em primeiro lugar, o reencontro com professores que participaram da minha formação universitária e acadêmica como é o caso do prof. André Luiz Vieira de Campos. As leituras e debates em torno da história da medicina e da saúde pública no Brasil, realizados durante seu curso, foram fundamentais para o amadurecimento das minhas reflexões sobre as campanhas de combate à malária no Brasil. Agradeço também pela sua participação na banca da qualificação e pelas sugestões oferecidas na ocasião, que espero ter incorporado devidamente.

Um outro momento feliz no regresso à UFF foi o encontro com o prof. Paulo Knauss. Seu curso sobre cultura visual foi fundamental para uma melhor compreensão e um maior aprofundamento das questões relativas a esse campo de investigação. Da mesma forma, suas sugestões e contribuições durante o processo de qualificação foram de extrema importância para as correções e revisões deste trabalho. Além disso, descobri um novo e querido amigo!

Na medida em que conciliei, ao longo dos últimos quatro anos, o doutorado com as atividades profissionais que desempenho na Casa de Oswaldo Cruz – COC gostaria de agradecer ao apoio institucional recebido nas pessoas de Nara Azevedo e Paulo Roberto Elian dos Santos, respectivamente diretora e vice-diretor da COC e Laurinda Rosa Maciel, chefe do Departamento de Arquivo e Documentação - DAD.

Agradeço também à Nísia Trindade Lima e Fernando Pires Alves em cuja gestão na direção da COC fui calorosa e carinhosamente recebida. À sempre doce e generosa Nísia, agradeço ainda o convite para participar do projeto integrado de pesquisa do CNPq, por ela coordenado, *Saúde na construção material e simbólica da nação*, durante o qual pude ampliar e aprofundar as reflexões em torno do objeto da minha pesquisa.

Ao ‘Fernandão’, colega dos ‘Tempos de Capanema’ e homem de poucas - mas acertadas – palavras, agradeço o interesse, o apoio e a solidariedade recebidos no decorrer da minha inserção no DAD/COC. Não posso deixar de registrar meus agradecimentos à Ana Luce Girão Soares de Lima, chefe do DAD durante a maior parte de desenvolvimento da tese.

Agradeço também aos colegas e amigos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz que, de forma geral, me incentivaram e apoiaram durante este período. Em especial, meus agradecimentos ao ‘povo’ do Arquivo Iconográfico. Destaco a contribuição dos eternos ‘meninos’ do Laboratório Fotográfico J. Pinto, Roberto Jesus Oscar e Vinícius Pequeno - discípulos que nada deixam a desejar ao mestre – que se dedicaram com carinho e esmero na reprodução e digitalização das imagens que integram este trabalho, muitas vezes na premência e correria que um trabalho deste tipo implica.

Durante o processo de finalização da tese, acabei por mobilizar uma ‘força-tarefa’ que foi fundamental para que eu atingisse minha meta final e cujos personagens não posso deixar de mencionar.

Inicialmente, agradeço à equipe do projeto *Memória das Políticas de Saúde Pública no Brasil Contemporâneo* - que vem sendo realizado, sob minha coordenação técnica -, pela

compreensão e maturidade profissional nos períodos de minha ausência forçada. A continuidade das metas estabelecidas pelo nosso cronograma de trabalho durante meu afastamento temporário só foi possível em função do alto nível de qualificação e profissionalismo da equipe responsável pela execução do projeto. No fundo, me sinto extremamente orgulhosa e reconhecida à equipe que selecionei para trabalhar comigo.

Ainda no âmbito do projeto, agradeço a dedicação da doce Roberta Zanatta, que me auxiliou no difícil e complexo trabalho de edição e formatação das imagens e na confecção e elaboração das legendas.

À Clara Mosciaro agradeço o interesse e apoio constantes e a generosa contribuição para a trilha sonora que embalou os ‘recreios’ desta empreitada.

Às queridas Aline Lopes de Lacerda, Célia Leite Costa, Luciana Quillet Heymann e Marilza Elizardo Brito, ‘amigas de sempre’ e que me acompanham de longa data, agradeço por todo o apoio e ajuda recebidos sob as mais diferentes formas. À Priscila Fraiz que tenho certeza que, mesmo à distância, também estava na torcida.

Às ‘meninas do André’, Christiane Maria Cruz de Souza, Dilma Fátima Avellar Cabral da Costa, Nikelen Acosta Witter e ao Luiz Augusto Farinatti, amigos recentemente conquistados mas sempre presente mesmo que distantes.

Em especial, à incansável e insuperável Dilma que se dedicou nas últimas semanas à ‘tomar conta de mim’ e, por tabela, da tese. Sua tenacidade, seu cuidado e carinho foram fundamentais para que eu atingisse a finalização.

Finalmente àqueles que forneceram todo o suporte emocional e afetivo ao longo dessa viagem. À Eduardo e Pedro, pela compreensão, carinho e pelos mimos com que me ‘alimentaram’ esse tempo todo.

À Edmilson, por quase tudo.... Em primeiro lugar pela leitura atenta e enriquecedora realizada ao longo desse processo mas, fundamentalmente por acreditar em mim e conseguir que eu retomasse o rumo quando ‘emperrava’ em algum parágrafo mal escrito. Além disso, pelo cuidado e preocupação em me proporcionar todas as condições favoráveis, em especial nos últimos meses, para o término da tese. Sua generosidade e nobreza são tocantes e só reforçam a certeza de que é muito bom ter você na minha vida!

À Pedro, Eduardo e Edmilson

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract	vi
Agradecimentos	vii
Sumário	xi
Introdução	1
Capítulo 1 – Memória da ciência e coleções de imagens científicas	24
1.1 O trabalho de memória e seus lugares	24
1.2 Instituições científicas, história da ciência no Brasil	34
1.3 O processo de institucionalização da ciência no Brasil	48
1.4 O Instituto Oswaldo Cruz e a institucionalização da medicina experimental no Brasil	53
1.5 A ‘evidência’ fotográfica e o surgimento dos arquivos institucionais	58
1.6 O Instituto Oswaldo Cruz e a produção de registros fotográficos	66
1.7. Algumas considerações sobre a conceituação e a caracterização de arquivos científicos	73
Capítulo 2 – O combate à malária no Brasil	85
2.1 A gênese de uma política de saúde pública no Brasil	85
2.2 O debate internacional sobre combate à malária	101
2.3 As campanhas de combate à malária no Brasil	110
Capítulo 3 - O arquivo de Rostan Soares como um estudo de caso	161
3.1 O campo arquivístico e os arquivos pessoais como fontes para a história.	162
3.2 O arquivo Rostan Soares e as fontes sobre a história da	185

malária no Brasil	
3.3 O arquivo de Rostan Soares e a constituição de uma memória científica	201
Capítulo 4 – Imagens exemplares: representações visuais de práticas científicas no arquivo Rostan Soares	213
4.1 Uma síntese dos usos e das funções das imagens em um arquivo de cientista	213
4.2 Uma experiência singular: as imagens sobre a experiência do sal cloroquinado	232
Conclusão	255
Fontes e Bibliografia	259

INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto do amadurecimento de uma linha de investigação iniciada no ano 2000, quando ingressei na Casa de Oswaldo Cruz como pesquisadora visitante com o projeto *História da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil*, cujo objetivo era de proceder ao levantamento, referenciamento e análise de fontes documentais relativas ao processo de institucionalização da saúde pública no período compreendido entre 1930 e 1956. A realização deste projeto e o amadurecimento das leituras e reflexões sobre a história da saúde pública no país teve como desdobramento a pesquisa *Imagens da Malária: campanhas de saúde pública no Brasil do século XX*.

A partir da constatação da importância das campanhas de combate à malária para a constituição dos aparatos institucionais de saúde pública no país a partir de 1930, e da identificação de um vasto material fotográfico sobre o tema, existente no acervo da Casa de Oswaldo Cruz, decidi realizar uma análise sobre o papel dessas imagens – seus usos e funções – no processo de evolução e fortalecimento das campanhas sanitárias como um dos principais instrumentos da consolidação das políticas de saúde pública no país.

À época minhas preocupações eram de aliar a experiência profissional na área de organização de arquivos históricos com uma linha de estudos e reflexões que venho desenvolvendo desde o mestrado em torno da imagem fotográfica¹: sua história, seu estatuto artístico e sua dimensão de imagem técnica de ampla e disseminada utilização na sociedade contemporânea.

Dessa forma, a tese tem como objeto o estudo dos aspectos históricos das ações e campanhas de controle e erradicação da malária no Brasil do século XX, especificamente no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1960, tendo como pressuposto básico a idéia de que elas foram fundamentais para a constituição dos aparatos institucionais de saúde pública no país.

¹ MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998 (Coleção Luz e Reflexão).

Nossa orientação foi estudar as ações de combate à malária, a partir da utilização de documentos e, em especial, fotografias, produzidos em decorrência destas campanhas de saúde pública. Tal proposta teve por intuito acompanhar as estratégias utilizadas, seu papel na constituição de uma política nacional de saúde pública e a influência dos processos de construção do conhecimento científico desenvolvidos dentro de conjunturas e contextos específicos no país, que moldaram a concepção e implementação de tais campanhas.

AS IMAGENS DA MALÁRIA

O levantamento e o referenciamento de fontes realizados nos projetos *História da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil* e *Imagens da Malária: campanhas de saúde pública no Brasil do século XX* possibilitaram a localização de vasto material fotográfico sobre a história da malária no Brasil, na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Reunindo um acervo representativo e volumoso sobre a história da saúde e das ciências biomédicas no país, os arquivos e coleções existentes no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, constituem fontes fundamentais para o estudo das campanhas e ações de combate à malária no Brasil. Provenientes de acervos de instituições e de médicos e/ou cientistas ligados diretamente com a questão da malária, esses documentos oferecem um rico painel sobre o desenvolvimento dos estudos e das ações públicas de controle e erradicação da doença ao longo do século XX no Brasil.

A documentação iconográfica pertinente a esses acervos contém imagens representativas de algumas das principais campanhas de combate à malária implementadas no período. Encontram-se registros das ações de saneamento e profilaxia rural desenvolvidas por Belisário Penna no final da década de 1910 e início dos anos 1920, em várias regiões do país; fotografias sobre a campanha contra o *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro, organizada e coordenada pela Fundação Rockefeller, entre 1939 e 1940; imagens de campanhas realizadas pelo Serviço Nacional de Malária nas décadas de 1940 e

1950. Os arquivos incluem ainda registros fotográficos relativos à atuação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP no combate à malária em diversas regiões do país, entre 1940 e 1960.

O contato com esse material suscitou nosso interesse em aprofundar e madurecer uma série de questões relativas às ‘imagens da malária’.

Em primeiro lugar, colocou-se a questão da própria relação entre as imagens e a história de uma instituição que surgiu em 1899 como um laboratório destinado à produção do soro e da vacina contra a peste bubônica e se transformou no maior instituto de medicina experimental da América Latina, intrinsecamente ligado à formulação, planejamento e execução de políticas públicas de saúde no Brasil. É de fundamental importância situar o papel desses registros dentro do contexto mais amplo de desenvolvimento das pesquisas e atividades científicas e sua relação com os atores e instituições por elas responsáveis.

Para tal, é necessário se ter em mente a própria definição de arquivos científicos contemporâneos: “(...) *todas as fontes arquivísticas que nos permitem estudar a evolução das políticas de pesquisa e de ensino científicos, a evolução de uma disciplina ou ainda a contribuição de um determinado cientista no desenvolvimento do conhecimento*”.²

Em geral, os arquivos científicos são caracterizados por três tipos de proveniência: os institucionais (arquivos de ministérios e/ou órgãos governamentais e arquivos administrativos de estabelecimentos de pesquisa ou universidades), constituídos em função da administração da pesquisa; os oriundos dos ‘lugares de ciência’, decorrentes da atividade de pesquisa propriamente dita (laboratórios e centros de pesquisa); e aqueles produzidos pelos atores humanos, em equipe, ou individualmente.

Em função da própria trajetória da Fundação Oswaldo Cruz, é perfeitamente identificável em seu acervo documental a ocorrência das três modalidades de proveniência arquivística e esses elementos deverão ser levados em consideração na nossa análise.

Uma vez estabelecida a relação orgânica entre os arquivos e a história da Fiocruz -

² WELFELÉ, Odile. ‘Quels matériau pour l’historien d’ après-demain? L’avenir des archives scientifiques’. *Sciences et Archives Contemporaines*. École National du Patrimoine. Paris, 1999. p. 104.

e, conseqüentemente, da medicina e da saúde pública no Brasil -, coloca-se a questão da definição do estatuto dos documentos iconográficos sobre a malária dentro desse contexto. Torna-se necessário tentar identificar e analisar os diversos usos e funções exercidos pelas imagens ao longo da história visual da doença, a partir dos diferentes conjuntos de registros existentes.

Uma primeira incursão ao material, nos oferece uma multiplicidade de aspectos envolvendo a produção e a utilização da documentação. Podemos mencionar, por exemplo, o caráter de registro/testemunho ‘monumental’ das ações e obras realizadas pelo poder público e pelos diferentes atores políticos, sociais e científicos no combate à malária observado em inúmeras fotografias.

Desde o seu surgimento, esse foi um uso social da imagem fotográfica bastante disseminado. Além disso, o cuidado no registro também se justifica por um outro papel atribuído freqüentemente à essas imagens, qual seja, a de elemento de informação e prova integrante de documentos oficiais tais como relatórios, planos de trabalho, projetos ou ainda como ilustração em manuais técnicos normativos.

Outra função exercida pelas imagens, diz respeito ao seu uso como técnica auxiliar das pesquisas desenvolvidas sobre a malária: fotografias de focos de larvas de mosquitos, imagens acompanhando ‘passo a passo’ experiências realizadas em laboratórios, fotomicrografias, desenhos e ilustrações de protozoários, evidenciam a preocupação em se produzir registros que pudessem ser arquivados, manuseados e interpretados posteriormente e, revelam sua importância na produção do conhecimento científico. As representações visuais também são, freqüentemente, utilizadas em artigos e trabalhos apresentados em congressos e seminários, refletindo sua inserção no processo de comunicação científica e na legitimação do saber.

Paralelamente ao esforço de análise dos diferenciados conjuntos de imagens em relação com os contextos históricos específicos e os modelos e estratégias de campanhas utilizados, consideramos ainda, de grande pertinência, confrontá-los com a própria história do *medium* fotográfico no século XX, com o objetivo de acompanhar, através da

observação de seus elementos técnicos, formais e estéticos, as mudanças de formas e parâmetros de representação assumidos pelas imagens ao longo desse período.

A análise do papel desempenhado pelas imagens da malária no Brasil permitirá o reconhecimento das características e peculiaridades embutidas em modelos diferenciados de campanhas ao longo dessa história, aos quais correspondem estágios específicos no desenvolvimento das políticas e dos saberes relativos à doença. A utilização de fotografias como fontes históricas privilegiadas para a pesquisa, visa também a um entendimento mais estreito das relações entre esse tipo de *medium* e a história da medicina e da saúde pública.

É interessante observar que, a fotografia, desde seus primórdios, foi incorporada às práticas médicas e científicas em geral como um instrumento preciso e absoluto de observação. Curiosamente, sua inserção inicial na medicina, se deu pelo estudo das doenças mentais a partir da segunda metade do século XIX, com a realização de uma série de experimentos fotográficos com pacientes de hospitais e asilos da França e da Inglaterra. Acreditava-se que a imagem fotográfica, dotada de um valor de síntese e de revelação únicos, poderia mostrar, através da fisionomia dos doentes, detalhes de sintomas físicos ou neurológicos que o olho nu, muitas vezes não poderia captar imediatamente.

O ingresso oficial da fotografia no campo da medicina se deu com a criação, em 1878, do serviço fotográfico do Salpêtrière, em Paris, por Jean Martin Charcot. Albert Londe, diretor do serviço durante muitos anos, em uma obra intitulada *La photographie médicale*, publicada em 1893, enumera as contribuições da fotografia para a medicina: registro de estados transitórios; autópsias; acompanhamento da evolução das doenças e dos tratamentos etc. Além disso, destaca a possibilidade do estabelecimento de tipologias das doenças a partir da criação de séries de retratos de doentes apresentando sintomas específicos para auxiliar os diagnósticos.

Para se entender melhor a incorporação da fotografia pela Medicina, Sander Gilman chama a atenção para a conjuntura existente no próprio campo do saber médico e científico na segunda metade do século XIX e início do século XX: o surgimento de duas novas disciplinas acadêmicas, a saber, a psiquiatria e a história da medicina. De acordo com sua

análise, o emergente campo da psiquiatria precisava encontrar uma epistemologia visual própria, uma genealogia para a nova ciência, paralela àquela existente para as recém-surgidas ciências médicas (microscopia, bacteriologia, radiologia etc), dominadas pela imagem visual. Dessa forma, a psiquiatria acadêmica do século XIX buscava sua legitimação através da fotografia, retomando uma antiga tradição de representação fisionômica da doença mental.

Por sua vez, no mesmo período, o médico e também estudioso da História, Karl Sudhoff, criava a disciplina acadêmica de História da Medicina, em Leipzig, Alemanha. Bastante familiarizado com o novo *medium*, utilizou a fotografia em seus trabalhos e defendeu seu uso para o ensino da história da medicina, uma vez que a considerava um processo fotoquímico mecânico capaz de dotar a disciplina de um escopo objetivo.

É importante observar que os impactos da fotografia na medicina e nas ciências em geral integram um processo mais amplo de constituição de uma nova sociedade que emerge na passagem do século XIX para o século XX. A fotografia surge no bojo de uma multiplicidade de invenções e inovações técnicas ocorridas nesse período intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento industrial e capitalista, e à construção de um novo tipo de conhecimento.

A imagem fotográfica deve ser considerada como uma nova forma de comunicação, fruto de um determinado momento histórico e como um elemento fundamental para a construção da modernidade que conforma uma forma de visualidade própria de seu tempo e altera as práticas e tecnologias tradicionais.

Ao longo do século XX, acompanhando o processo de desenvolvimento tecnológico dos mecanismos e processos técnicos da fotografia, novos usos e funções lhe foram atribuídos pelas práticas médicas, pelo poder público e pelos centros e instituições de pesquisa. Ela passa a ser utilizada como registro e testemunho das ações desses agentes no combate a diversas doenças e problemas sanitários e como um elemento importante na educação da população.

A tradição de produção de imagens na história da saúde pública pode ser observada

na própria Fundação Oswaldo Cruz cujo acervo histórico, localizado na Casa de Oswaldo Cruz, encerra uma volumosa documentação fotográfica contendo registros originados nos primórdios da instituição: as obras de construção do Instituto de Manguinhos e suas instalações, as pesquisas científicas desenvolvidas nos laboratórios e as expedições realizadas por seus cientistas. Essas imagens foram produzidas, em sua maioria, pelo fotógrafo Joaquim Pinto da Silva, mais conhecido como J. Pinto, contratado por Oswaldo Cruz ainda na fase inicial de criação do Instituto.

Este trabalho pretende oferecer uma contribuição para os estudos sobre a história da malária no Brasil a partir do desenvolvimento de uma reflexão sobre fontes históricas que vêm sendo pouco utilizadas nas pesquisas realizadas sobre o tema. A análise de um conjunto articulado de imagens sobre uma experiência de combate à malária na década de 1950 no Brasil, objetiva a recuperação do processo histórico de evolução e fortalecimento das campanhas sanitárias como um dos principais instrumentos da consolidação das políticas de saúde pública no país.

Nessa direção, tomamos como estudo de caso o arquivo de Rostan Soares, médico sanitário e pesquisador com larga experiência de atuação na área dos estudos voltados ao combate de doenças tropicais, em especial a malária e a esquistossomose. Entre as décadas de 1940 e 1980, Rostan ocupou inúmeros cargos e funções em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde como o Serviço Nacional de Malária, o Instituto de Malariologia, o Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu e o Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz.

DEFINIÇÃO DO QUADRO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

O uso das imagens pelas Ciências Humanas

A crescente utilização de imagens como fontes para a História verificada nos

últimos anos é decorrente de uma profunda reformulação nos paradigmas, objetos e métodos das Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XX. A influência da *École des Annales* e o surgimento de questionamentos relativos ao estatuto da História como forma de conhecimento, fizeram com que os historiadores ampliassem consideravelmente seus interesses e abordagens, produzindo ou descobrindo novos objetos, entre eles o corpo, o cotidiano, as mentalidades e a cultura material, ao lado da manutenção das antigas referências ao político, às estruturas econômicas e sociais.

As fontes tradicionais de pesquisa revelaram-se insuficientes para dar conta dos temas que passaram a integrar o novo campo de trabalho do historiador e outros tipos de documentos foram incorporados a esse universo, dentre os quais a produção literária, os depoimentos orais e as imagens. Essa renovação na História compreendeu, também, uma abertura conceitual e metodológica, aproximando-a das outras Ciências Humanas e estabelecendo um diálogo fundamental para a interpretação desses documentos, até então, pouco convencionais no ofício do historiador, acarretando uma transdisciplinaridade que vem marcando e enriquecendo a produção nessa área, principalmente a partir da década de 1980.

Esse alargamento do horizonte do historiador também fez com que ele esboçasse parcerias mais estreitas com a História da Arte. Ulpiano Meneses identifica, no processo de consolidação da História da Arte como campo do conhecimento no século XVIII - em função do seu próprio objeto referencial -, o início de uma tradição de uso documental da imagem a partir do reconhecimento de seu potencial cognitivo.³

No entanto, somente no século XIX e começos do século XX é que a História da Arte, em várias frentes, procura ultrapassar o horizonte da pura visualidade e encaminhar-se para o que se constituirá como uma História Cultural, na tentativa de dar historicidade a essa visualidade. O resultado é que a fonte iconográfica passa a constituir-se num 'texto' capaz de demonstrar as tensões e as vivências da sociedade que a produziu. A obra de

³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. 'Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares'. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.23, n. 45, p.11-36, 2003.

Jacob Buckhardt sobre o renascimento é a primeira experimentação concreta nesse sentido, alterando, de forma conjunta, os procedimentos tanto de historiadores *tout court* quanto de historiadores da arte.

Segundo Meneses, ainda no século XIX, a Antropologia ampliou essas experiências porque:

‘(...) antes mesmo de qualquer disciplina entre as Ciências Humanas, vai cedo descobrir o valor cognitivo dos fatos e dos registros visuais, em particular servindo-se do desenho e, muito mais ainda, da fotografia. Essa orientação se manifesta desde a estruturação da Antropologia como uma disciplina científica e quase coincide com os inícios da fotografia (em 1840, o Musée d' Histoire Naturelle a incorpora como técnica de registro). As vinculações com as ciências biológicas (antropometria) e médicas é muito íntima, assim como com a Geografia e as narrativas de viagens, que vão se preocupar com a definição de 'tipos humanos' e sua distribuição espacial. A premissa deste interesse tinha um conteúdo marcadamente positivista: a observação rigorosa e neutra, evitando contaminar o objeto observado com as idiossincrasias de seu observador, era o caminho seguro para o conhecimento.’⁴

Esses esforços contribuíram, em muito, para a consolidação, na Antropologia, da dimensão da cultura associada à visualidade, favorecendo o surgimento, cerca de um século mais tarde, na década de 1960, do campo disciplinar que conhecemos atualmente como Antropologia Visual. A partir do reconhecimento do potencial informativo das fontes visuais e da consciência de sua natureza discursiva, a Antropologia Visual, incluiu na produção, circulação e consumo das imagens a interação entre o observador e o observado. Assim, aos estudos de manifestações imagéticas da cultura, se acrescentou a necessidade de compreender os mecanismos de produção do sentido - entendido como socialmente construído e mutável e não pré-formado ou imanente à fonte visual.

A Sociologia também foi afetada por esse novo ambiente e caminhou na mesma direção das mudanças. Nesse sentido, foi responsável, nos últimos anos, pela produção de uma série de trabalhos e reflexões em torno das questões visuais, principalmente, aquelas relacionadas ao poder e suas implicações ideológicas, tomando as imagens como o espaço

⁴ Id., ib., p. 17.

de construção e figuração da diferença social. Um dos principais representantes dessa linha é John Tagg, que tem uma vasta produção sobre os usos da fotografia na mediação das relações de poder e de controle social.⁵

Com forte influência do pensamento de Michel Foucault, Tagg procura mostrar, por exemplo, os caminhos pelos quais a fotografia envolveu-se na manutenção da hierarquia das classes sociais através do registro de criminosos, loucos, pobres etc. Outras vertentes de cunho sociológico se inclinam para estudos sobre comunicação de massas e o dinamismo da vida social.

O estabelecimento dessas linhas de reflexão na História da Arte, na Antropologia e na Sociologia, abriu espaço para discussões teóricas e metodológicas que influenciaram em larga escala as áreas afins, seja pelo reconhecimento do potencial cognitivo das imagens e seu caráter discursivo, seja pela valorização da dimensão visual da vida social.

No que diz respeito à História, no entanto, apesar da crescente utilização de imagens sob os mais variados suportes - fotografias, filmes, vídeos, desenhos, caricaturas etc -, se comparada com as demais disciplinas das Ciências Humanas, parece ainda necessário o desenvolvimento de uma proposição metodológica específica que possibilite um melhor aproveitamento do potencial cognitivo das fontes visuais.

É sintomático, por exemplo, que na formação dos historiadores mantenha-se, como etapa fundamental, a crítica das fontes documentais escritas, enquanto a utilização e a crítica das fontes visuais é ainda incipiente, sendo, muitas vezes, relegada a uma categoria de ‘documento especial’, quando, na realidade, requer um trabalho de crítica interna e externa como qualquer outra fonte.

Em seu recente livro sobre o uso da imagem como documento histórico, Peter Burke, além de chamar a atenção para a desproporção entre o número de historiadores que utilizam os arquivos de manuscritos - quantitativamente bem superior - e aqueles que buscam os arquivos fotográficos, aponta o mau aproveitamento das imagens na maioria dos

⁵ TAGG, John. *The burden of representation: essays on photographs and histories*. 2ª ed. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1995.

trabalhos, onde elas têm a função de mera ilustração, muitas vezes sem comentários, ou então como reforço das conclusões apontadas pelo autor no texto, enfatizando a comprovação de determinadas hipóteses.⁶

A predominância do uso da imagem como ilustração nos trabalhos de História, nada mais significa do que a manutenção de uma tradição iniciada no século XIX e que adaptou as metodologias desenvolvidas para os documentos escritos às imagens. Essa tendência torna-se mais forte em relação às imagens fotográficas, em virtude de sua natureza mecânica e referencial.

Por apresentar características como rapidez, exatidão e reprodutibilidade, a fotografia suscitou a crença de que seria uma técnica exata de reprodução do real. Essa idéia de ‘duplicação do real’ enfatiza o caráter objetivo da imagem fotográfica, encarada como o processo mais fiel e imparcial de representação da realidade que acompanhou seus usos em diversas áreas do conhecimento científico, inclusive a História, durante muito tempo.

A noção de técnica exata de reprodução do real atribuída à fotografia é reforçada por uma de suas características essenciais: a necessidade da presença física do referente (pessoa, objeto, tema) por ocasião da produção do registro. As questões relativas à natureza específica do *medium* fotográfico acarretaram tanto o surgimento dos primeiros trabalhos na linha de uma teoria da fotografia quanto tiveram repercussões nas histórias e teorias da Arte e das demais Ciências Humanas. Essas discussões foram ampliadas e enriquecidas com o desenvolvimento, a partir da década de 1950, da semiologia e da semiótica, que terão enorme influência nos estudos envolvendo imagens visuais nas últimas décadas.

Originalmente baseada nas idéias do lingüista Ferdinand de Saussure, a semiologia pretendia ser a ‘*ciência dos signos*’ e propunha uma análise sistemática do comportamento cultural a partir do estabelecimento de um método empiricamente verificável de análise do sistema de comunicação humano.

⁶ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru, Edusc, 2004.

Fundamentada na lingüística estrutural, encerrada em um sistema fechado de significação - no qual o significado de qualquer signo se daria no interior do significante, ou seja, nos próprios limites do signo -, logo, a semiologia se mostrará insatisfatória para as análises relativas aos meios e processos de comunicação. Surgem, então, as abordagens semióticas, influenciadas pelas idéias do filósofo Charles Sanders Peirce, pelas teorias da percepção e pela psicanálise que vão propor modelos mais fluidos de interpretação súnica baseados numa ‘relação triádica entre o signo, o objeto e o interpretante’.

Ao incorporar, na sua formulação, os objetos ou referentes, a semiótica desloca o eixo de interpretação para os processos de produção de significado nos ‘produtos culturais’. No fluxo de desenvolvimento das diversas correntes teóricas e linhas de abordagens semióticas, as imagens foram sempre tomadas como instrumentos por excelência de observação desses fenômenos. No que diz respeito à fotografia, ela é considerada ora como ‘duplicação do real’, como ‘índice’ ou como ‘vestígio’. Independentemente da abordagem ou linha de reflexão desenvolvida, a Semiótica introduziu a necessidade de desconstrução dos códigos das imagens e do estabelecimento de métodos específicos para sua ‘leitura’, análise e interpretação.⁷

Em resumo, o que nos parece fundamental destacar aqui, é que a interface da História com outras disciplinas como a Semiótica, a Antropologia, a Sociologia e a História da Arte, característica de muitos trabalhos historiográficos recentes, tem se mostrado bastante profícua para uma melhor compreensão do estatuto da fotografia e para o estabelecimento de uma linha de reflexão sobre sua função como documento histórico.

A resultante mais significativa dessa proposta transdisciplinar, para a nossa abordagem, é a noção da fotografia como o resultado de um trabalho social de produção de sentido, fundamentado sobre códigos convencionalizados culturalmente. A fotografia “(...) *é uma mensagem que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções súnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria*

⁷ MENESES, 2003, p. 24.

mensagem.”⁸

Tomando essa premissa como ponto de partida, muitos historiadores têm se voltado para a análise das relações entre a fotografia e a História, seja na linha da própria história da fotografia, buscando estabelecer os vínculos entre os processos de evolução da técnica fotográfica e sua inserção social - seus usos e funções -, seja investigando seu papel na construção do conhecimento histórico. O elemento em comum nesses trabalhos é o reconhecimento de que a fotografia é um ponto de interseção de várias ações e ordens de pensamentos relacionados à sua produção, publicização, consumo e ‘leitura’; ela é um signo visual, produzido e utilizado em contextos específicos e diferenciados. A imagem fotográfica não tem um sentido único, puro, imanente, encerrado em si própria.

Nesse sentido, para que a fotografia não seja mera ilustração, o maior desafio é estabelecer relações e nexos entre aquilo que, de maneira específica, caracteriza o ‘fotográfico’ (sua qualidade referencial), os discursos teóricos e as práticas metodológicas (oriundos de várias áreas do conhecimento como a Antropologia, a Sociologia, a Semiótica e a História da Arte) que propiciem o entendimento dos contextos de produção, circulação e consumo dessas imagens e auxiliem na sua interpretação.

Um dos caminhos para isso, segundo Meneses é de incluir a materialidade da fotografia no horizonte das interpretações, a exemplo do que Ivan Gaskell realizou com a pintura, isto é, considerar a fotografia como um objeto, um artefato, utilizado várias maneiras, em diversas circunstâncias e que, enquanto tal, participa das relações sociais e das práticas materiais:

“A fotografia é um dos diversos elementos visuais que integram nossa realidade social, nosso cotidiano, em várias dimensões e funções. O uso de imagens como documentos é apenas um entre tantos, e não altera a natureza das coisas, mas integra uma situação cultural específica entre várias outras.”⁹

⁸ MAUAD, Ana Maria. ‘Através da imagem: fotografia e história - interfaces.’ *Tempo*, v.1, n.2, p. 84, 1996.

⁹ Meneses, 2003, p. 10.

Segundo Knauss,¹⁰ as dificuldades de se trabalhar com imagens no processo de produção de sentido na investigação histórica decorrem de dois aspectos distintos. De um lado, os historiadores se utilizam das imagens sem problematizá-las, ou seja, as discutem como se tivessem o mesmo referencial do texto em prosa, próprio do suporte documental tradicional do historiador. Por outro, da desvalorização como fonte de pesquisa, isto é, tomadas apenas como ilustrações que atestam o conhecimento do pesquisador, não se dando conta de que as imagens são representações significativas do passado.

Além disso, as imagens antecederam, como registro, a escrita narrativa e não foram colocadas de lado ou substituída pelo novo código. Para Knauss, a convivência entre as duas expressões, visual e escrita, sempre foi de proximidade, evocando trocas que sustentam mutuamente os dois códigos. Assim sendo, a história da imagem está contida na história narrada pela escrita e o descuido com essa proximidade pode ser decisivo no trabalho do historiador que se utiliza desse suporte.

A expressão escrita, mesmo tomando a dianteira e definindo-se como hegemônica porque está associada ao grau de desenvolvimento de uma civilização, não foi capaz de chamar para si todas as possibilidades de expressão humana. A expressão escrita requer a presença da expressão visual para se tornar mais inteligível, pois sem esse apoio, seria impossível para a expressão escrita dar conta das singularidades de comportamentos e de proposições. As fotografias e os relatos orais podem expressar cadências, ritmos e movimentos incapazes de serem apresentados no registro escrito. Para Knauss, essa reflexão já possui um caminho trilhado e foi objeto de análise de vários autores: “(...) *como lembra John Berger, a visão vem antes das palavras – as crianças enxergam e reconhecem antes de falar. (...)*”¹¹

Nesse aspecto, o desprezo pelas imagens como fonte da História, não só deixa de lado um abundante registro como pode deixar de reconhecer a variedade de dimensões da experiência social e seus modos de vida, provocando a ausência de práticas culturais essenciais para o conhecimento das diferenças sociais. Isso faz das imagens um elemento de correção do que é proposto pela teoria social, que não enxerga além de um sujeito social exclusivo e observa a realidade através de um sentido linear.

¹⁰ KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual.” *ArtCultura*, v.8, n.12, p.97-115, jan.-jun. 2006.

¹¹ Idem, p.99.

As imagens são ferramentas de percepção da produção de sentido. O tratamento que deve ser dado a elas supõe que esse significado como produção de sentido revela os elementos estruturais dos processos sociais, assumindo a direção de que os significados decorrem da avaliação das imagens constituem um momento de produção cultural, ou seja, são construções que se anunciam como portadoras da dimensão criativa das formas de expressão de uma sociedade.

A reflexão contemporânea, portadora de um sentido de crítica ao cientificismo do século XIX, colocou em debate esse costume clássico dos historiadores e introduziu as questões relativas às formas de representação e sua amplitude, promovendo um reencontro com o estudo das imagens e sua revalorização para além do campo da arte.

A renovação do interesse pelos estudos da imagem e da arte resultou na construção de um novo campo interdisciplinar de pesquisa, que tem como objeto de investigação a cultura visual. Este campo também chamado de estudos visuais institucionalizou-se a partir dos anos 1990 nos Estados Unidos.

É importante observar, lembra Knauss, que a emergência dos estudos visuais está marcada pela intersecção com os estudos culturais. Foi no início dos anos de 1980 que o estudo da cultura se tornou central para as Ciências Humanas e conduziu a uma revisão do social.¹² Nesse contexto, o lado subjetivo das relações sociais ganhou espaço e consolidou uma tendência que passou a sublinhar como a cultura – o sistema de representações – instigava as forças sociais de um modo geral, não sendo mero reflexo dos movimentos da política ou da economia. A cultura visual seria, portanto, um desdobramento de um movimento geral de interrogação também sobre a cultura em termos abrangentes.

Apesar das diferentes escolas de pensamento formadas em várias instituições e que foram moldadas a partir de opções conceituais distintas, o enfoque principal comum aos estudos visuais é a valorização da discussão sobre o papel do visual no mundo atual.

Em 1989 surgiu o programa de Estudos Culturais e Visuais da Universidade de Rochester nos Estados Unidos que reuniu, de forma pioneira profissionais de História e de Literatura Comparada e, posteriormente se fortaleceu com a criação em 1998 do programa

¹² KNAUSS, P. 2006, p.105.

de Estudos Visuais na universidade da Califórnia por iniciativa dos pesquisadores de história da arte e de cinema.¹³

Na mesma direção, indica Knauss, Nicholas Mirzoeff iniciou o curso *Imagens e textos*: compreendendo a cultura, na Universidade do Estado de Nova York no qual analisou diferentes tipos de imagens que definiam a vida cotidiana contemporânea com a intenção de caminhar na direção de um pensamento crítico sobre o visual.

Na mesma linha, outros programas foram se desenvolvendo e vários livros foram produzidos como o *The block reader in visual culture*, coordenado por John Bird, ainda em 1996, *The visual culture reader*, organizado por Nicholas Mirzoeff. Jéssica Evans e Stuart Hill organizaram *Visual Culture: the reader*, em 1999 e James Elkins aprofunda esse movimento com *Visual studies* em 2003, sendo seguido por Margaret Dikovitskaya com *Visual Culture: the study after the cultural turn* em 2005.

Recentemente, na universidade de Stanford, Hans Gumbrecht dirigiu suas investigações para as imagens ao proceder a pesquisa sobre “Beleza Atlética”, realizando um trabalho de combinação entre estudos visuais, estudos culturais e filosofia.

Essa genealogia da constituição do campo da cultura visual, retirada de Paulo Knauss, demonstra como o trabalho com imagens está requerendo um novo lugar no universo da reflexão dos historiadores e introduziu uma série de problematizações que pode promover o encontro mais sistemático e teórico entre imagens e documento escrito.

A História da Medicina e da Saúde e os registros visuais

Remetendo-nos ao campo específico da História da Saúde e da Medicina gostaríamos de tecer alguns comentários sobre os usos mais frequentes de imagens nessas áreas, onde em maior ou menor escala, as discussões e questionamentos apontados anteriormente também se verificam.

¹³ Da primeira experiência, Rochester, resultaram dois seminários fundamentais que acabaram editados na forma de livros: BRYSON, Norman; HOLLY, Michael Ann e MOXEY, Keith (eds.). *Visual theory: painting and interpretation* e *Visual Culture: images and interpretations*. Em 1990, na Universidade de Chicago também ganhava espaço os estudos da cultura visual, com um seminário de graduação dirigido por W. J. Mitchel. KNAUSS, P. 2003. p.103

É importante observar que a tradição de utilização de imagens na Medicina é bastante antiga – uma vez que as ciências médicas, pela sua peculiaridade, necessitavam confirmar seus discursos com demonstrações que tornassem viáveis as confirmações empíricas de suas teorias –, e os primeiros livros médicos da cultura moderna, que datam do século XV, são expressivamente ilustrados, pois tratavam principalmente daquilo que era a razão de ser do renascimento: o homem e sua anatomia.

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que as imagens apresentam uma dupla função/inserção nas ciências médicas e da saúde, atuando tanto como técnicas auxiliares quanto como registro e testemunho - uso social mais generalizado – das obras e realizações do saber médico e científico.

Da mesma forma que em outros setores da História, a principal função das imagens na História da Medicina e da Saúde tem sido a de mera ilustração, sendo o seu potencial cognitivo pouco utilizado. Sander Gilman chama a atenção para o fato de que, apesar da existência de um número bastante razoável de histórias ilustradas da Medicina, que servem para atestar e reconhecer a importância das imagens na escrita da sua história, a função destas como parte da matéria da história médica, porém, tem sido sempre periférica.¹⁴

Gilman propõe, então, uma interessante tipologia de uso dos materiais visuais na História da Medicina que, por sintetizar, a nosso ver, as principais tendências e linhas de trabalho da área, será utilizada como roteiro para nossa análise. A partir do estabelecimento de dois pólos distintos de abordagens da imagem na História da Medicina – o uso ‘antiquário’ e o uso ‘histórico’ -, ele identifica, entre esses dois pólos, quatro grandes modelos, muitas vezes sobrepostos, de utilização das fontes visuais pelos historiadores.

Os ‘antiquários’ – noção tomada emprestada ao historiador da arte Francis Haskell e do historiador Armando Momigliano– usam as imagens coletadas do passado como ilustração e como representações de fatos sobre o mundo real. Os ‘historiadores’, por sua vez, usam as imagens para demonstrar a existência de tradições específicas de

¹⁴ GILMAN, Sander L. *Picturing health and illness: images of identity and difference*. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1995.

representação visual na área e como objetos para se ter acesso às fantasias culturais sobre saúde, doença e o corpo.

O primeiro modelo diz respeito às tradicionais histórias ilustradas da medicina, nas quais a imagem é sempre utilizada, literalmente, como ilustração. Via de regra, as imagens são inseridas, nesses trabalhos, para demonstrar o progresso obtido pela medicina desde as primeiras práticas médicas até os avanços científicos e tecnológicos dos tempos modernos.

Algumas dessas histórias ilustradas simplesmente suprimem comentários históricos, baseando-se na qualidade exemplar das imagens e textos para conduzir ou expor suas proposições e mensagens. Nenhuma análise das imagens é realizada no texto, elas situam-se nas páginas como evocações visuais de um modo ou contexto. As ilustrações funcionam como uma janela direta dentro do mundo da medicina, que permite ao leitor observar o trabalho do médico através dos séculos.

Todos esses trabalhos ‘encontram’ imagens e as distribuem pelas suas histórias como antiquários descobrindo os vestígios do passado. A sua disposição, as legendas ou o texto comentando-as parecem apenas reproduzir, em palavras, o conteúdo da imagem utilizada. A implicação é uma distância entre o que é observado e o observador. Essa distância pode estar articulada em termos de ‘progresso’ em relação a um passado primitivo ou de ‘diferença’ de uma patologia ou anomalia física. A ilusão é de um olhar direto dentro do passado que define o status positivo e protegido do observador.

Em geral, as histórias ilustradas da medicina empregam uma epistemologia que assume uma relação entre a imagem e alguma realidade externa para o historiador e o leitor, é uma noção de janela a-crítica dentro do passado.

Essa noção também está presente na base epistemológica do segundo modelo de utilização de imagens para a escrita da História da Medicina. Nesse caso, o elemento chave para o uso da imagem como ilustração é a questão da reprodução mecânica na busca da perfeição de imagens que assegurem a verdade do que é afirmado; qualquer imagem passível de reprodução é utilizada para demonstrar o progresso da medicina. Com o surgimento da fotografia em meados do século XIX, as antigas formas de reprodução,

como a gravura e a litografia, dão lugar ao novo *medium*, considerado como uma janela ‘real’ para dentro do passado. Mais uma vez coloca-se a questão da objetividade e da veracidade da imagem fotográfica.

A imagem fotográfica teria um valor de ‘prova’ que nos mostraria, de fato, como as coisas eram no passado. A imagem fotográfica não é tomada como um índice de uma realidade passada para o presente, mas, ao invés disso, permite ao observador abrir uma janela para dentro dessa realidade.

Assim como no primeiro modelo de história ilustrada da medicina, neste também a imagem e a ‘realidade’ são ‘uma coisa só’. Porém, enquanto na primeira abordagem as ilustrações simplesmente repetem o argumento do texto, nessa segunda forma, a imagem é usada como evidência para o argumento do historiador. Em princípio, o observador pode ver a verdade do argumento por si próprio, já que possui essa janela objetiva para o interior da história real.

Tais teorias da imagem médica apresentam-se recorrentes nos manuais médicos, especialmente nos de psiquiatria que apresentam um forte componente histórico. Nesse caso, as imagens pretendem ser uma janela para a realidade mesmo quando representam estados psíquicos internos como a depressão. As legendas dessas fotografias servem para atrair a atenção do observador/leitor para o seu significado, que pode, à primeira vista, não estar aparente. Essas imagens não são mais, simplesmente, ilustrações de um mundo perdido, mas parte da pretensão do autor de reconstruir o mundo como ele efetivamente era e como se modificaram os modos de tratar e os indícios das doenças. Em resumo, esse ‘antiquarismo’ médico baseia-se na suposição de que o objeto visual é um fragmento, não problematizado, da realidade passada.

A terceira forma de utilização de imagens na escrita da história da saúde e da doença está extremamente relacionada com a arte e suas formas de representação. A ênfase encontra-se no próprio *medium* artístico e na tradição iconográfica interna do trabalho da arte. Não é a verdade do mundo externo da prática médica e da realidade social que é evocada nesse modelo e sim as regras de representação artística.

Normalmente esses estudos não são claramente identificados como histórias de representações e, muitas vezes, parecem evocar uma história da prática médica. Mas, quando são examinados mais de perto, verifica-se que tendem a ser histórias internas das representações médicas. O quanto, bem ou mal, tais imagens revelam das práticas ou crenças da medicina não está em questão nesses estudos. Ao invés disso, são os meios pelos quais a imagem é construída – seu vocabulário interno – que são centrais. Alguns trabalhos chegam a enfatizar o vocabulário artístico autônomo da imagem médica.

Inserir-se, nesse modelo, uma gama inumerável de trabalhos fundamentados na relação entre arte e medicina, enfatizando aspectos como o corpo, a anatomia humana e as representações de saúde e doença nas ‘belas artes’. Na maioria das vezes, tais estudos enfocam temas significativos em termos médicos, preocupados exclusivamente em examinar a iconografia específica da medicina para aquele tópico. O que importa é a linguagem da imagem. Os estudos sobre as relações de determinados artistas com temas específicos da medicina, acentuando apenas a tradição iconográfica, também são bastante frequentes nessa abordagem.

Por fim, o último modelo proposto pela tipologia estabelecida por Gilman, diz respeito àquele que toma a própria imagem como tema da análise relacionada com as fantasias e o imaginário sobre saúde, doença e sobre o corpo, na qual a ênfase está na relação estreita entre as representações das doenças e as fantasias culturais sobre elas. Ela acentua a função que o vocabulário das imagens tem com o objetivo de se ter acesso, não ao mundo da realidade, mas da fantasia, do imaginário, a partir das representações da diferença. Essas são fantasias culturais ‘reais’ que podem, e efetivamente afetam, não apenas aqueles que geraram essas imagens, mas também aqueles que serviram como objeto de representação. Em última instância, poderia se falar de um sistema fechado de representação que modela e é modelado pelas necessidades de todos os papéis definidos pelo binômio médico-paciente.

A maioria dos trabalhos recentes sobre as relações entre imagens e história da medicina, da saúde e da doença, situa-se justamente nessa linha de reflexão - na qual o

próprio Gilman está inserido -, que busca tornar visível o componente ‘não-visto’ das imagens através do trabalho do historiador. Ao leitor/observador é mostrada não a realidade da vida cotidiana a partir das imagens, mas as ‘realidades’ subjetivas e intersubjetivas.

Em geral, cada um dos modelos de utilização de imagens na história da medicina e da saúde apontados, trabalha com tipos específicos de registros visuais, dentro de sua tradição. No entanto, esses modelos não são fechados e estanques podendo conviver ao mesmo tempo em diversas abordagens. O fundamental de se notar é a tendência que vem sendo desenvolvida em trabalhos mais recentes de se incorporar a idéia de significados múltiplos e simultâneos das imagens, em contextos diferenciados.

Na incipiente e recente produção historiográfica brasileira podemos identificar algumas análises que levam em consideração esse aspecto múltiplo e polissêmico das imagens. Em sua reflexão sobre as fotografias produzidas pelo Instituto Oswaldo Cruz ao longo das três primeiras décadas do século XX, Thielen, por exemplo, estuda o código e o contexto de existência dessas imagens para analisá-las à luz do papel que desempenharam no processo social que seus temas abordam: a constituição e intervenção nacional da administração sanitária republicana e da sua principal instituição científica naquele momento.¹⁵

Na mesma direção caminha o trabalho de Rezende que toma as fotografias produzidas pelo sanitarista paulista Geraldo Horácio de Paula Souza como fonte histórica, para abordar as concepções de higiene, cidade e indivíduo em voga no começo do século XX em São Paulo.¹⁶

¹⁵ THIELEN, Eduardo Vilela. *Imagens da saúde no Brasil: a fotografia na institucionalização da saúde pública*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. PUC-SP. 1992.

¹⁶ REZENDE, Eliana Almeida de Souza. “A cidade e o sanitarista: imagens de um percurso”. Projeto *História*, São Paulo, n. 21, pp. 141-162, 200°.

Procedimentos metodológicos

Assumindo-se a postura metodológica que trabalha a partir do reconhecimento da materialidade das fotografias, gostaríamos de chamar a atenção para determinados aspectos que envolvem sua natureza técnica, os contextos de produção, circulação e consumo dessas imagens e as questões específicas relacionadas aos seus elementos constitutivos. Em primeiro lugar, é fundamental a identificação dos elementos referentes à sua forma de produção, tais como autoria, assunto ou tema retratado, pessoas, data e local. Essas informações são fundamentais uma vez que, como já foi dito anteriormente, as imagens por si só, sem referências, não podem ser consideradas como fontes históricas, da mesma forma que os textos, por exemplo, que só se transformam em documentos quando sobre eles age um sujeito, interpretando-os e divulgando-os.

A autoria das imagens fotográficas é um aspecto muitas vezes relegado a um segundo plano, mas que pode revelar muito sobre a função daquela fotografia em determinados contextos. Mesmo quando não é possível identificar a autoria exata de uma fotografia, a determinação da categoria social de seu autor – fotógrafo profissional, amador, fotojornalista, cientista etc. – e, conseqüentemente, de seu grau de controle da técnica, das estéticas fotográficas e de envolvimento com os objetivos da imagem, são informações de grande importância para o trabalho de interpretação desses documentos.

Outro procedimento metodológico fundamental é a necessidade do estabelecimento de grandes séries ou conjuntos de fotografias a serem trabalhados. Uma fotografia isolada, assim como qualquer outro tipo de documento, não pode dar conta do complexo significado do processo histórico.

É importante ressaltar, ainda, a necessidade de se recorrer a outros tipos de fontes históricas para uma melhor compreensão e interpretação da imagem fotográfica, dentro de uma perspectiva de complementaridade. O recurso à documentação escrita, a jornais e a depoimentos orais, por exemplo, pode dizer muito sobre o processo de produção de sentido na fotografia, ao mesmo em tempo que implica uma noção de intertextualidade entre as diversas práticas discursivas, para dar conta da textualidade e da visualidade de uma época,

ou seja, da História como complexidade cultural. A partir dessas premissas teóricas e metodológicas desenvolvemos nossa linha de reflexão e estruturamos nosso trabalho.

Dessa forma, no primeiro capítulo acompanhamos o percurso pelo qual a memória científica no Brasil foi sendo construída ao longo do processo de institucionalização das Ciências, como espaços legítimos de produção de um saber sobre os problemas nacionais. A garantia da legitimidade desses espaços de saber obrigou a elaboração de uma memória definida pelos seus agentes, suportes e representações. Nos debruçaremos sobre a trajetória do Instituto Oswaldo Cruz, tomado como lugar de memória da ciência no Brasil. Tal escolha visa dar conta das estratégias de institucionalização do saber científico, suas práticas e representações, ao mesmo tempo em que confere a instituição o seu lugar de monumento da ciência.

No segundo capítulo discutiremos alguns aspectos históricos das campanhas de controle e erradicação da malária no Brasil na primeira metade do século XX, inseridas no contexto mais amplo de estruturação e consolidação de uma política de saúde pública de âmbito nacional para o país. Para enriquecer a discussão nos utilizamos de fotografias que registram e representam as principais estratégias, tecnologias e técnicas utilizadas no combate à doença, e que oferecem um rico painel sobre o desenvolvimento dos estudos e ações públicas de controle e erradicação da doença em contextos históricos específicos.

No terceiro capítulo, tomamos como objeto de análise o arquivo de Rostan Soares (1914-1996). Médico sanitário e pesquisador com larga experiência na área de estudos voltados ao combate de doenças tropicais, em especial a malária e a esquistossomose. Rostan ocupou inúmeros cargos e funções em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde, entre as quais o Serviço Nacional de Febre Amarela, o Serviço Nacional de Malária, o Instituto de Malariologia e o Instituto Oswaldo Cruz. Abrangendo o período de 1904 a 1991, o acervo contém um rico e volumoso conjunto documental que informa sobre a trajetória profissional do titular e sua atuação em instituições centrais no processo de formulação e implementação de políticas de saúde pública e suas relações com a ciência na segunda metade do século XX, no Brasil. Nosso intuito é tomar o arquivo de Rostan Soares

como um exemplo de arquivo oriundo das práticas científicas que nos permite analisar, através de seus registros textuais e iconográficos, uma dupla dimensão da institucionalização do saber e constituição da memória. Por um lado, este acervo testemunha aspectos importantes do universo de produção do conhecimento científico e, por outro lado, espelha a atuação do poder público no combate às endemias rurais no Brasil do século XX.

A proposta é levantar algumas questões em torno do arquivo pessoal de um pesquisador cujo acervo nos permite observar tanto sua faceta de cientista, homem de laboratório e de pesquisa no campo, quanto seu papel no ambiente das políticas de saúde pública no Brasil, com a finalidade de percebermos o papel que assumem as fotografias. Além disto, acompanhar a trajetória pessoal e profissional de Rostan Soares torna-se condição necessária para compreendermos a produção de registros fotográficos que integram seu acervo.

No último capítulo desenvolvemos essa exemplaridade do acervo de Rostan Soares, com relação ao seu material iconográfico caracterizado pela multiplicidade de usos e funções que as imagens podem assumir num arquivo oriundo de práticas científicas. Para tanto, partimos do princípio que as representações visuais decorrente de tais práticas, como desenhos e fotografias, só podem ser compreendidas segundo o princípio de intertextualidade que a sustentam como parte de um todo articulado. O capítulo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, apresentamos as formas de uso das representações visuais mais recorrentes que observamos no arquivo pessoal de Rostan Soares. Na segunda parte, procedemos a um exercício de análise sobre um conjunto de fotografias referentes a uma experiência, coordenada por Rostan, no desenvolvimento de um produto anti-malárico, na década de 1950.

CAPÍTULO 1

MEMÓRIA DA CIÊNCIA E COLEÇÕES DE IMAGENS CIENTÍFICAS

A memória científica no Brasil foi sendo construída ao longo do processo de institucionalização das Ciências, como espaços legítimos de produção de um saber sobre os problemas nacionais. A garantia da legitimidade desses espaços de saber obrigou a elaboração de uma memória definida pelos seus agentes, suportes e representações.

Este capítulo se debruça sobre a trajetória do Instituto Oswaldo Cruz, tomado como lugar de memória da ciência no Brasil. Assim, tal escolha visa dar conta das estratégias de institucionalização do saber científico, suas práticas e representações, ao mesmo tempo em que confere a instituição o seu lugar de monumento da ciência.

1.1 O trabalho de memória e seus lugares

O debate em torno do problema da memória vem se constituindo, nos últimos anos, em foco privilegiado de atenção, seja do ponto de vista das ciências biológicas (Neurofisiologia), seja das ciências humanas (Antropologia, Sociologia, e, sobretudo, História e Psicologia Social). Apesar disso, como aponta Meneses¹⁷, o campo de problemas a descoberto é, ainda, muito vasto.

Em geral, a caracterização mais corrente de memória é como um mecanismo de registro e retenção, de depósito de informações, conhecimento, experiências. Daí com facilidade se passa para os produtos objetivos desse mecanismo. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no

¹⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. 'A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais'. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992; Id, 'Memória, História e Arquivo: reflexões para um tempo de transformações'. In: *Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*. 10º, 1994, São Paulo. Anais. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, 1994. CD-ROM.

passado e que cumpre transportar para o presente. Diz-se, ainda, que a memória corre o risco de se desgastar e por isso é que precisa não só ser preservada, mas restaurada na sua integridade original. E também que ela se deixa aprisionar pelo esquecimento, pela ocultação, enreda-se em caminhos que não conduzem ao presente; portanto, tem que ser resgatada.

No entanto, nem a memória pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas, nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso, ela é um processo permanente de construção e reconstrução, *um trabalho*, como apontou Ecléa Bosi.¹⁸ O esforço com que costumam investir grupos e sociedades para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade é, por si, indício de seu caráter fluido e mutável. A memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante, de feição adaptativa. A tradição – memória exteriorizada como modelo – nunca se refere a nenhum corpo consolidado de crenças, normas, valores, referências definidas na sua origem passada, mas está sujeita permanentemente à dinâmica social.¹⁹

Muitas vezes, também na voz corrente, a memória aparece como enraizada no passado, que lhe forneceria “*a seiva vital e ao qual ela serve, restando-lhe quanto ao presente, transmitir-lhe os bens que já tiver acumulado.*”²⁰ Ora, como aponta Meneses, a memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a idéia de construção no passado, seja a de uma função de almoxarifado desse passado.

A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar. Para compreender melhor esse processo é importante refletir um pouco sobre a constituição, em nossa sociedade, da categoria de ‘*objeto antigo*’, ‘*objeto histórico*’, que permitirá ressaltar o papel fundante do presente.

O ‘*objeto antigo*’ foi fabricado e manipulado em tempo anterior ao nosso, atendendo às contingências sociais, econômicas, tecnológicas e culturais desse tempo.

¹⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1971. p. 7.

¹⁹ A esse respeito ver, por exemplo, HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁰ MENESES, 1992, p.11.

Nessa medida, deveria ter vários usos e funções utilitários ou simbólicos. No entanto, imerso na nossa contemporaneidade, decorando ambientes, integrando coleções ou institucionalizado no museu, o *'objeto antigo'* tem todos os seus significados, usos e funções anteriores drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como objeto-portador-de-sentido. Assim, todo eventual valor de uso subsistente converte-se em valor cognitivo o que, por sua vez, pode alimentar outros valores que o passado acentua ou legitima. Longe, pois, de representar a sobrevivência, ainda que fragmentada, de uma ordem tradicional, é do presente que deriva sua ambigüidade.

O presente pode inverter radicalmente o valor original de um objeto passado. Nesse sentido, a memória *'não dá conta do passado'*, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. Não só porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado poderiam saber, mas sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a história e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente. Segundo Meneses, a História, com efeito, é a ciência da diferença:

“Não basta calibrar a oposição de um *'agora'* contra um *'antigamente'*; é preciso identificar a substância passada do passado (aquilo que em inglês se diz *'pastness'*) sem prejuízo dos interesses e direitos do presente. *The past is a foreign country*, é o título do livro em que David Lowenthal investiga como, desde o Renascimento, pôde vir-se consolidando esta percepção do passado como descontinuidade. Este já é o passado da História.”²¹

Feitas essas primeiras considerações, convém acentuar alguns traços diferenciais entre as diversas categorias propostas para a memória, segundo seu eixo de atribuições. Às ciências sociais, por exemplo, interessa a memória individual somente nos quadros da interação social: é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a rememoração se produza de forma socialmente apreensível. Aliás, a matéria bruta da memória individual pode permanecer latente, anos a fio, até que seja despertada por um interlocutor cujo papel não é meramente passivo. Essa dimensão extra-individual tem propiciado às Ciências Sociais farta exploração da memória individual especialmente no que diz respeito às histórias de vida.

²¹ Id., ib., p.12.

A memória coletiva e a nacional são outras categorias, ambas opostas à memória individual, mas de maneira diversa. A primeira é um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados.²² Melhor que grupos, é preferível falar de redes de interrelações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância nos momentos de crise e pressão. Ela não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser revivida. Por essa razão, é da ordem da vivência, do mito e não busca coerência, unificação. Várias memórias coletivas podem coexistir, relacionando-se de múltiplas formas.

Por outro lado, a memória nacional não é a somatória de diferentes memórias coletivas de uma nação. Ela se apresenta como unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia. Por isso mesmo, o Estado e as camadas dominantes são - como interessados na reprodução da ordem social, a que ela induz e que simbolicamente realiza -, os principais responsáveis pela sua constituição e circulação.²³

A memória nacional é o caldo da cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional das ideologias, da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. MENESES chama ainda atenção para uma certa tendência de reduzir a memória a seus produtos, vetores e referenciais: Para cobrir a problemática social da memória *“é necessário considerar não somente o sistema (os mecanismos, os suportes/vetores/referenciais), os conteúdos (as representações), mas também incluir os agentes e suas práticas”*.²⁴

Os conteúdos constituem material suficientemente explorado, principalmente sob o prisma da crítica da ideologia. No entanto, muitas vezes, nos estudos históricos,

²² Ver HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. 2ª ed., Paris: PUF, 1968; NORA, Pierre. “Mémoire Collective”. In: LE GOFF et alii (orgs.). *La Nouvelle Histoire*, Paris: CEPFL, 1978; LE GOFF, Jacques. “Memória” In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 8, Torino : Einaudi Ed., 1979. p.1068-1109; NEVES, Luis Felipe Baeta. “Para uma teoria da memória migrante e migração e ideologia da memória social”. In: *As máscaras da totalidade totalitária: memória e produções sociais*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária. 1988. p. 149-168.

²³ NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire”. In: _____. *Les lieux de mémoire*. V. I La République. Paris: Gallimard, 1984. Nesse texto, o autor chama a atenção para a substituição que vem ocorrendo, desde a década de 1930, do Estado-Nação pelo Estado-Sociedade como referencial da memória.

²⁴ MENESES, 1992, p.18.

têm-se isolado os conteúdos e as ideologias, desarticulando-os das estruturas e dos processos sociais. Pode-se dizer que a ausência de estudos sistemáticos sobre os suportes da memória pode explicar, em parte, a utilização metonímica do conceito.

Um conceito interessante nesse aspecto e passível de amplo alcance operacional, pois pode articular as práticas, os agentes, os referenciais e os conteúdos da memória é o de *'lugares de memória'*, na formulação de Pierre Nora.

Convencido de que no tempo em que vivemos os países e os grupos sociais sofreram uma profunda mudança na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Nora acredita que uma das questões significativas da cultura contemporânea situa-se no entrecruzamento entre o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade; entre a memória e a identidade.²⁵

Entre 1978 e 1981 Nora promoveu um seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris no qual reuniu nomes expressivos do cenário intelectual francês para refletir sobre essas questões, tendo como referência a memória e a identidade da França. A reflexão era oportuna, uma vez que os intelectuais franceses experimentavam a urgência de repensar o processo secular de construção da identidade nacional francesa e de sua contra-face, a memória da França como nação, diante das novas realidades políticas e culturais trazidas pela proposta da União Européia e dos novos desafios da globalização e do multiculturalismo.

O objetivo do Seminário era tomar como tema de estudo o sentimento nacional francês, e fazê-lo através de alguns objetos – materiais ou imateriais – nos quais se houvesse cristalizado algo da memória nacional francesa. Das discussões originaram-se sete volumes, publicados entre 1984 e 1986 pela Editora Gallimard, reunindo estudos sobre temas variados que vão da gastronomia francesa às festas comemorativas do 14 de julho. A repercussão dos debates e das publicações não se limitou aos leitores franceses.

A questão mais geral da relação entre memória, identidade e projeto de futuro, que a coleção abordou ao por em evidência práticas culturais, representações coletivas e

²⁵ NORA, Pierre. “L'avènement mondial de la mémoire” e entrevista. Disponível em www.eurozine.com/ Acesso em 14 maio 2007

heróis franceses era, de fato, crucial no cenário cultural contemporâneo e a noção de *lugares de memória* forjada por Nora foi imediatamente apropriada por historiadores e cientistas sociais das mais variadas latitudes geográficas e ideológicas.²⁶

A noção de *‘lugares de memória’* pode ser entendida como um ponto de condensação, de sentido material, simbólico e funcional. Para Nora, os *‘lugares de memória’* são *‘lugares’* em uma tríplice acepção: são *‘lugares materiais’* onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são *‘lugares funcionais’* porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são *‘lugares simbólicos’* onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Para ele, os lugares de memória são: “(...) *antes de tudo, restos. (...) São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade*”.²⁷

Em sua sistematização, os *‘lugares de memória’*, são classificados como: topográficos (museus, arquivos e bibliotecas); monumentais (cemitérios e arquitetura); simbólicos (comemorações, peregrinações, aniversários e emblemas) e funcionais (manuais, autobiografias e associações). No entanto, longe de ser um produto espontâneo e natural, os *‘lugares de memória’* são uma construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

A aproximação dos historiadores da cultura aos *‘lugares de memória’* que pretendem estudar postula, portanto, uma operação meticulosa que permita construir, com os fragmentos que esses *‘lugares de memória’* representam, uma das leituras possíveis da totalidade do processo histórico que os selecionou e revestiu de um particular significado, para desvendar assim os códigos dos rituais que os monumentalizam e, por fim, historicizá-los, ou seja, perceber, como um palimpsesto, as

²⁶ NEVES, Margarida de Souza. “Lugares de memória da medicina no Brasil”. Disponível em <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm/> Acesso em 14 maio 2007.

²⁷ NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”. In Id., 1984, p. VII-XLII.

marcas do tempo vivido que, por vezes de forma muito tênue, transparecem sob a ‘*ilusão de eternidade*’ que é uma de suas características.²⁸

Além disso, é preciso matizar a visão um tanto quanto cética e apocalíptica contida na noção de ‘*lugares de memória*’ de Nora, uma vez que, para ele, nossa sociedade teria forjado os ‘*lugares de memória*’ porque já não mais existiriam os ‘*meios de memória*’, onde ela era vivenciada, isto é, a memória ‘espontânea’. Como aponta Meneses:

“É porque não mais existiria a memória ‘espontânea’ que seria preciso criar, fora das práticas, a memória vicária e seus ‘artificialismos’ como os arquivos, museus e monumentos. Parece-me que, aqui também, haveria um eco da crítica platônica, nesse ressentimento com que Nora ignora ou desqualifica novas formas possíveis de sociabilidade e, portanto, de memória, fora dos parâmetros vigentes nas estruturas de comunidade e nas sociedades de comunicação oral. As formas de memória das sociedades tradicionais não são melhores que as da sociedade de massa (nem piores, o problema não é esse), mas são hoje, definitivamente obsoletas. (...) Nossas estruturas perceptivas são históricas, sócio-culturalmente instituídas e sujeitas a transformações.”²⁹

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, pelo contrário, é operação ideológica, processo psíquico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social.³⁰

Após essa caracterização conceitual que norteia nossa abordagem sobre a memória, gostaríamos de delimitar um pouco melhor a noção de memória científica com a qual estamos trabalhando. Longe de pretendermos estabelecer uma definição do

²⁸ NEVES, Margarida de Souza. op. cit.

²⁹ MENESES, 1994, CD-Rom.

³⁰ Id., 1992, p.22.

que constituiria o acervo da memória científica no Brasil, torna-se necessário definir o universo de fontes no qual pretendemos ingressar.

Durante muito tempo, as ações de preservação da memória científica eram exclusivamente voltadas para o produto final da pesquisa científica e tecnológica: relatórios finais, artigos, livros, separatas etc. No entanto, a História da Ciência tem ampliado muito seu leque de pesquisa e, conseqüentemente, de suas fontes de pesquisa a partir do reconhecimento de que não só o produto final é importante, mas também o caminho percorrido, os apoios e patrocínios, a estrutura institucional que propiciou a pesquisa, a equipe participante, o intercâmbio com outros cientistas e as dificuldades enfrentadas.

A História da Ciência se ocupa, dentre outros temas, com a história institucional procurando entender o funcionamento e as atividades das instituições e a forma como ela se estrutura para atingir os seus objetivos e o papel dos funcionários e profissionais determinando o rumo das instituições. Nesse sentido, os arquivos constituídos pelas atividades realizadas nos laboratórios, por exemplo, se tornam de interesse inquestionável para o historiador da ciência, pois muitas vezes, os passos percorridos até o resultado final, os rascunhos, as idéias iniciais e outros documentos que muitas vezes não são vistos pelos próprios cientistas como relevantes, ganharam fundamental importância para a pesquisa histórica. Estes documentos permitem diversas abordagens históricas, como: história de descobertas tecnológicas, dos pensamentos científicos, de educação e difusão das idéias, de desenvolvimento político, econômico e social, de fundos para a ciência e tecnologia etc ³¹

Além disso, a reformulação, mencionada anteriormente, nos paradigmas, objetos e métodos da História e o conseqüente desenvolvimento da história da cultura material fizeram com que o interesse pelo estudo dos objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana – seus usos, suas apropriações sociais, as

³¹ Sobre o potencial de pesquisa e a política de preservação da memória dos documentos oriundos da prática científica no Brasil ver SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. “Arquivos científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C & T no Rio de Janeiro”; MARTINS, Neire do Rossio; FIGUEIRÓA, Sílvia Fernanda de Mendonça. “Memória científica e tecnológica da Unicamp: projeto para gestão integrada de documentos científicos”. *Encontro de Arquivos Científicos*, 2º, 2006, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006.

técnicas envolvidas em sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural - se estendesse aos ‘objetos de ciência’.

A primeira questão que surgiu foi de que forma essa abordagem pode ser aplicada aos objetos de ciência e tecnologia? É sabido que o historiador da cultura material deve estar atento não ao objeto em si, mas às diferentes técnicas e tecnologias que estão contidas naquele objeto, a quem construiu o objeto, para quem, com que finalidade, qual o seu uso, se o uso corresponde à finalidade, ou se ele foi utilizado para aquilo que originalmente foi construído e qual a relação deste objeto e a ciência da época.

Alguns filósofos e historiadores, sobretudo anglo-saxões iniciaram os debates em torno desse tema desde a década de 1980, criticando aqueles que tratavam do desenvolvimento do conhecimento científico apenas em termos teóricos, negligenciando a contribuição do experimento e dos instrumentos no desenvolvimento das ciências. Um destes filósofos foi Ian Hacking que criticou a idéia de que a experimentação estaria subordinada à teoria, e chamou a atenção para o estudo de uma cultura material das ciências através da qual seria possível aprofundar nosso conhecimento da prática científica.

Outro nome importante foi Derek de Solla Price que atacou firmemente o que chamou de “*ingênua insistência de que os instrumentos científicos são meras ferramentas de medição*”, ingênua pois, argumenta Price, esse seria um dos muitos mitos que foram propagados a partir da segunda metade do século XIX acerca da natureza da ciência, e se os instrumentos realmente desempenharam um papel limitado no desenvolvimento científico, foi porque foram desenvolvidos ao longo da história e porque havia construtores especializados para fazê-los.³²

³² Para um aprofundamento sobre essas questões ver LACERDA, Janaína. “Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível.” Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao13/materia01/> Acesso em 19 maio 2007. Ver também HACKING *Apud* GOURDAROLIS, Yorgos. “Can the history of instrumentation tell us anything about scientific practice?” In GAVROGLU, Kostas et alli. (eds.) *Trends in the Historiography of Science*. Netherlands: Kluwer Academic publishers, 1994; PRICE, Derek de Solla (1980) *Apud* TURNER, Anthony J. “Interpreting the history of scientific instruments” In ANDERSON, R.G.W.; BENNETT, J.A.; RYAN, W.F. (eds.) *Making Instruments Count. Essays on Historical Scientific Instruments presented to Gerard L. Turner*. Vermont: Variorum, 1993; SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*. New Jersey: Princeton, University Press, 1985.

Uma das mais importantes conseqüências da crítica da dominação da experimentação pela teoria foi o entendimento que a ligação entre teoria e experimento é condicionada por práticas técnicas e sociais. A cultura, prática de laboratório, e a cultura da vida de laboratório, tornaram-se essenciais para a produção de conhecimento.

Feita essa introdução panorâmica sobre o escopo atual do campo da História da Ciência, gostaríamos de situar aqui, dentro dessa abordagem mais abrangente de documentos históricos, nosso entendimento de memória científica: ou seja, compreendendo todos os tipos/espécies/suportes de documentos, registros, objetos, artefatos, e fundamentalmente imagens - em suma, 'vestígios' - oriundos das atividades decorrentes das práticas científicas.

1.2 Instituições científicas, história da ciência e memória científica

Nesse ponto gostaríamos de direcionar o enfoque para um ponto fundamental para nossa reflexão, tendo em vista que fornece subsídios para a análise e a compreensão das instituições científicas como espaços de constituição de memória. Trata-se da questão da institucionalização das Ciências Naturais no Brasil no século XIX, com base na ótica dos Museus de História Natural, *locus* privilegiado para o entendimento do que foi esse processo.

Para Maria Margaret Lopes, os museus brasileiros tiveram suas origens associadas a dois momentos conjunturais apontados exaustivamente pela nossa historiografia como marcos referenciais da cultura brasileira: a transição para o século XIX, caracterizada pela crise do Antigo Sistema Colonial e a transferência da corte portuguesa para o Brasil, com o conjunto de implementos nos terrenos social, político, econômico e cultural que daí resultaram; e os anos inaugurados pela década de 1870, caracterizados como um período de um 'bando de idéias novas' e de 'ebulição intelectual' do país.³³

³³ LOPES, Maria Margaret. 'As ciências dos museus e a história das ciências no Brasil – uma visão institucional'. In _____. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 11.

Nessa perspectiva, os museus são vistos como ‘ideais em funcionamento’ e o objetivo é apreendê-los como expressões institucionais das Ciências Naturais que implementaram, considerados no contexto maior do que tem sido caracterizado como o Movimento dos Museus ou a Era dos Museus.

As origens dos museus estão associadas ao fenômeno do colecionismo, sendo os gabinetes renascentistas os marcos fundamentais do que foram os processos de consolidação ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX de alguns dos aspectos básicos do perfil dessas instituições que se mantêm até nossos dias.

Em um texto marcante pelas implicações que teve, Pomian fornece a definição mais conhecida de *coleção*. Segundo ele, coleção é “*qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público*”.³⁴

Pomian observa que essa definição tem um caráter rigorosamente descritivo e deixa também evidente que as condições que um conjunto de objetos deve satisfazer para que seja possível considerá-lo uma coleção excluem, por um lado, todas as exposições, que são apenas momentos do processo de circulação ou da produção dos bens materiais, e, por outro, todas as acumulações de objetos formadas por acaso e também aqueles que não estão expostos ao olhar (como os tesouros escondidos), qualquer que seja o seu caráter.

Vice-versa, estas condições são satisfeitas não só pelos museus e pelas coleções particulares, mas também pela maior parte das bibliotecas e dos arquivos. Todavia, é necessário lembrar, de uma vez por todas, que os arquivos se devem distinguir dos depósitos de atos oficiais, inseridos, estes últimos, no circuito das atividades econômicas ou administrativas:

“Mas é exatamente assim que os definem os especialistas, que vêm neles uma ‘instituição destinada a pôr em segurança, recolher, classificar, conservar, guardar e tornar acessíveis os documentos que tendo perdido a sua antiga utilidade quotidiana e considerados por

³⁴ POMIAN, Krzysztof. ‘Coleção’. In *Enciclopédia Einaudi*. V. 1 Memória-História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 53.

*isso supérfluos nas repartições e nos depósitos, merecem todavia ser preservados”.*³⁵

Por um lado, as peças de coleção são mantidas temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, mas, por outro, são submetidas a uma proteção especial sendo, por isso, consideradas objetos preciosos. Sua função consiste em assegurar a comunicação, o intercâmbio entre os dois mundos nos quais se incide o universo: o mundo visível e o mundo invisível.

Porém, exatamente, por causa da sua função, as peças de coleção são consideradas objetos preciosos e, portanto, sempre se tentou reintroduzi-las no circuito das atividades econômicas para trocá-las por valores de uso e por este motivo devem ser submetidas a uma proteção especial. Constata-se então que os objetos não podem assegurar a comunicação entre os dois mundos sem serem expostos ao olhar dos seus respectivos habitantes. Só se esta condição for satisfeita é que se tornam intermediários entre aqueles que os olham e o mundo que representam.

Sublinhe-se que a oposição entre o visível e o invisível pode manifestar-se de modos extremamente variáveis. O invisível é o que está muito longe no espaço: além do horizonte, mas também muito alto ou muito baixo. E é aquilo que está muito longe no tempo: no passado, no futuro. Além disso, é o que está para lá de qualquer espaço físico, de qualquer extensão, ou num espaço dotado de uma estrutura de fato particular. É ainda o que está situado num tempo *sui generis* ou fora de qualquer fluxo temporal: na eternidade.

Os objetos, aqueles que colaboram no intercâmbio entre o visível e o invisível, diferem entre si segundo o caráter dos destinatários e dos emissores. Em geral, as coleções cumprem uma mesma função, a de permitir aos objetos que as compõem de desempenhar o papel de intermediários entre os espectadores, quaisquer que eles sejam, e os habitantes de um mundo ao qual aqueles são exteriores.

O número de objetos que formam uma coleção depende do local em que se acumulam, do estado da sociedade, das suas técnicas e do modo de vida, da sua capacidade de produzir e acumular o excedente, da importância que se atribui à

³⁵ Id., ib., loc cit.

comunicação entre o visível e o invisível por intermédio dos objetos etc. O que realmente importa é a função e é esta que se exprime nos caracteres observáveis que definem a coleção.

É a linguagem que engendra o invisível. É a linguagem, sobretudo, que permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto. A necessidade de assegurar a comunicação lingüística entre as gerações seguintes acaba por transmitir aos jovens o saber dos velhos, i.e., todo um conjunto de enunciados que falam daquilo que os jovens nunca viram e que talvez jamais verão.

A linguagem engendra então o invisível porque seu próprio funcionamento – num mundo onde aparecem fantasmas, onde se morre e acontecem mudanças – impõe a convicção de que o que se vê é apenas uma parte do que existe. A oposição entre o invisível e o visível é antes de mais nada a que existe entre aquilo de que fala e aquilo que se apercebe entre o universo do discurso e o mundo da visão.³⁶

É inconcebível, que alguém possa, sem passar pela linguagem, atribuir a uma entidade qualquer a função singular de representante de qualquer outra coisa que permanece invisível e que sempre o foi. No entanto, é importante observar que a relação de representação é sempre relativa a um observador. Todavia, a palavra não tem por si só o poder de conferir a convicção: ela pode ser enganadora, errada ou arbitrária. Deve, portanto, ser validada de um modo ou de outro.

A linguagem não é uma condição suficiente da relação de representação entre os objetos e, em geral, os fenômenos, por um lado, e os elementos do mundo invisível, por outro. Para que tal relação possa surgir e tornar-se estável, é necessário que qualquer móbil, permanentemente agente, leve os homens a interessar-se por fenômenos que não têm necessariamente para eles uma importância vital e, em particular, que os leve a juntar e a conservar e até a produzir objetos que representem o invisível.

A atribuição ao invisível – ou mais precisamente, ao que lá se situa – de uma ou de outra superioridade sobre o visível, parece ser um traço constante e bem documentado de todas as mitologias, religiões e filosofias, assim como da ciência.

³⁶ Id., ib., p.68.

Pomian introduz então a noção de *semióforos*. Para este autor, semióforos são “ (...) ‘*objetos que não têm utilidade*’ (...) *mas que representam o invisível, são ‘dotados de um significado’, não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura.*”³⁷

Um semióforo tem apenas o significado de que é o vetor sem ter a mínima utilidade. Note-se que tanto a utilidade como o significado pressupõem um observador, porque não são senão relações que, por intermédio dos objetos, os indivíduos ou grupos mantêm com os seus ambientes visíveis ou invisíveis. Posto isso, nenhum objeto pode ser, ao mesmo tempo e para um mesmo observador, uma coisa e um semióforo. Embora coexistindo uns com os outros, os traços da forma que permitem que um objeto seja útil e aqueles que o fazem um portador de significado sugerem dois comportamentos diferentes e reciprocamente exclusivos. No primeiro caso, é a mão que põe o objeto em relação visível com outros objetos, também eles visíveis, em que este bate, ou toca, ou aflora, ou corta. No segundo, é o olhar prolongado por uma atividade de linguagem tácita ou explícita, que estabelece uma relação invisível entre o objeto e um elemento invisível. A coisa realiza-se enquanto tal, modificando aquilo a que se aplica e consumindo-se a si própria. O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar.

Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa.

Um objeto vê-se atribuir um valor quando é protegido, conservado ou reproduzido. Para que um valor possa ser atribuído a um objeto por um grupo ou por um indivíduo, é necessário e suficiente que esse objeto seja útil ou que seja carregado de significado. Os objetos que não reúnem nem a primeira nem a segunda destas condições são privados de valor: de fato, já não são objetos, são desperdícios.

³⁷ Id., ib., p. 71.

Datam da segunda metade do século XV, na Europa ocidental, as novas atitudes no que se refere ao passado, às partes desconhecidas do espaço terrestre, à natureza, ao “invisível”.

Uma dessas tendências estimulava as pesquisas dos manuscritos das obras dos antigos, que se descobriam em bibliotecas, esquecidos, que se (re)copiavam, que se publicavam. Esta mesma preocupação fazia com que se recolhessem inscrições antigas e moedas, se desenterrassem obras de arte e todos os outros vestígios da Antigüidade. É interessante observar que os desperdícios se transformam, então, em semióforos.

Os vestígios da Antigüidade tiveram durante séculos o caráter de desperdícios. Adquirem um significado a partir do momento em que são relacionados com textos provenientes da Antigüidade, dos quais devem tornar possível a compreensão. Por isso, não são apenas relíquias ou *mirabilia*. Tornam-se objetos de estudo: adquirem um significado preciso através de pesquisas que consistem em confrontá-los uns com os outros e em reportá-los todos aos textos que provêm da mesma época. Assim, não são apenas objetos novos que aparecem. Trata-se de uma nova classe de semióforos (aqueles que se estudam), que se coloca ao lado dos já existentes.

É também nesse momento que emerge um novo grupo social, vetor do interesse por esta categoria de semióforos, aqueles que, a partir do século XV, serão chamados humanistas. De fato, eles não correspondem, a nenhum dos grupos existentes, não se definem pelo exercício de uma mesma profissão, nem pelo pertencimento comum a uma organização, mas sim pelo culto que votam aos *boane litterae, litterae antiquiores*. As coleções de antiguidades formam-se e propagam-se à medida que este grupo se constitui, primeiro na Itália e depois nos países transalpinos. É só num segundo momento, e sob a influência dos humanistas, que as coleções deste gênero se formarão nas cortes principescas.

Na segunda metade do século XVI, a moda de colecionar antigüidades difundiu-se em todos os países europeus, e em ambientes muito diversos. A partir do núcleo inicial constituído pelos humanistas italianos, o entusiasmo pelas antigüidades se irradiou em todas as direções geográficas e sociais. Mas as novas atitudes, no que respeita ao invisível, exprimem-se não apenas pelo recolhimento de antigüidades.

As viagens, que se multiplicaram a partir desse período, deslocam as fronteiras do invisível e atingem locais até então impensados, levando dos novos mundos para os gabinetes dos príncipes e sábios não só mercadorias altamente lucrativas, mas também todo um novo saber: tecidos, ourivesarias, porcelanas, estátuas, cerâmicas, exemplares da fauna e flora e toda uma infinidade de objetos que, retirados de seu contexto e recolhidos não pelo seu valor de uso, mas por seu significado, perderam utilidade, passando a representar o invisível: países exóticos e sociedades diferentes.

No entanto, esses objetos não têm ainda, nos séculos XVI e XVII, o estatuto de antiguidades já que, até meados do século XVIII, são as moedas antigas - *medailles*, as peças de coleção por excelência. Só a partir de então elas serão suplantadas pelos objetos de História Natural.

Lopes destaca que Michel Foucault, referindo-se a esse início da História Natural, nos conta que a partir do ‘primeiro olhar minucioso’ sobre as coisas, de suas “descrições neutras e fiéis”, os estudiosos começaram a depurar a realidade, a separar a observação da fábula e dessa ‘purificação’ constituiu-se a primeira história, a história da natureza.

Os documentos desta nova história são os locais onde as coisas se colocavam ‘objetivamente’ umas ao lado das outras, agrupadas de acordo com seus traços comuns, uma vez já analisadas e catalogadas com seus nomes próprios – são os herbários, as coleções os jardins. Os antigos mostruários dos gabinetes e jardins de História Natural dessa época foram substituídos por exposições catalogadas, que se tornam um modo de introduzir na linguagem sobre o mundo ‘uma ordem que é do mesmo tipo que se estabelece entre os vivos’, apresentando assim uma nova maneira de se fazer a história.³⁸

Essa nova abordagem traz elementos que contribuem para um melhor entendimento do processo prolongado pelo qual as atividades de grupos de indivíduos passaram a ser identificadas, gradualmente, como atividades científicas. Nesse sentido, o século XVII merece ser considerado como um ponto de inflexão na história do pensamento e das idéias.

³⁸ Id., ib., p. 13.

No entanto, Barnes ressalta que a ciência ‘é algo mais que pensamentos e idéias, é em essência uma atividade’.³⁹ Sendo assim, é exatamente nessa ‘atividade’ que reside uma dimensão igualmente válida de se analisar o seu surgimento e desenvolvimento como uma ocupação profissional. E isso não ocorreu no século XVII. É só bem avançado o século XIX que se pode observar esse processo se consolidando. Caracterizando esse processo prolongado de maturação das ciências, Bruno Latour considera que “*coletar coleções foi uma outra forma de fazer acontecer a revolução Copernicana*”. Historiar as Ciências Naturais na Europa de então seria, portanto, em grande parte, o mesmo que fazer a história da mobilização de tudo aquilo que pôde ser removido e “despachado para casa” (para a Europa) para compor “*o grande censo universal*”.⁴⁰

Nesse processo, uma série de novos problemas foi colocada para os naturalistas de então. Muitas invenções tiveram de ser realizadas para aumentar a mobilidade e a estabilidade do que se coletava. Foi preciso desenvolver técnicas e orientar àqueles enviados ao redor do mundo sobre como empalhar animais, herborizar plantas, etiquetar os espécimes, identificá-los, retratar animais e plantas que não podiam ser transportados.

Assim, todas as vezes que se fazia isso, quando se começava uma nova coleção ou se ampliavam as já existentes, a mesma revolução acontecia novamente. Pela primeira vez, os zoólogos, por exemplo, a partir dos museus de História Natural, sem se deslocarem mais do que poucos metros e apenas abrindo gavetas, puderam viajar através de todos os continentes.

Latour sugere ainda que, mais do que nos maravilharmos com as diferenças cognitivas que se deram, devemos atentar para esta mobilização geral do mundo, que capacitou uns poucos cientistas de casaca a dominar visualmente todas as plantas da Terra. Os museus criados na Europa nos séculos XVII e XVIII e multiplicados no mundo todo ao longo do século XIX forma em grande medida os responsáveis por essa

³⁹ BARNES, B. *Sobre ciencia*. Barcelona: Labor, 1987.

⁴⁰ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

mobilização geral do mundo, que está na base do intrincado processo que forjou as Ciências Naturais.

Constituindo um legado incrivelmente centralizado do entusiasmo pela classificação e pelo conhecimento enciclopédico do século XVIII, os museus constituíram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se, com elas, seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções.

A proliferação dos museus de História Natural na Europa a partir do século XVIII tem, portanto, suas raízes na História Natural e corporifica sua consolidação como ciência moderna emergente. Ao florescerem por todo o mundo, até os primeiros anos do século XX, os museus, embora tenham mantido sua característica essencial de elos entre o visível e o invisível, mudaram de qualidade, assumindo, nas novas hierarquias sociais, uma posição privilegiada – justamente pela manutenção dessa relação privilegiada com o novo invisível: os museus do final do século XIX uniam-se na celebração de um mesmo culto à ciência.

Lorelai Kury⁴¹ insere a temática dos viajantes-naturalistas do século XIX no âmbito das concepções vigentes naquela época sobre o modo de se fazer ciência, como se houvesse uma proposta de divisão do trabalho científico entre o trabalho de campo e o de gabinete: o viajante mede, de maneira sistemática e precisa, os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado, tais como temperatura, altitude, pressão, umidade, além de estudar (e coletar) espécies vegetais e animais, enquanto outros cientistas optam por um outro lugar de produção de conhecimento: o gabinete.

Nesse caso, a imersão no trabalho de campo é substituída por bibliotecas, laboratórios, herbários, jardins botânicos etc. No entanto, essa opção não indica necessariamente desprezo com relação aos resultados das viagens. As concepções sobre

⁴¹ KURY, Lorelai. 'Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem.' *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (Suplemento), p. 863-880, 2001.

o modo de fazer ciência que privilegiam o trabalho de campo ou de gabinete coexistem no século XIX.

A viagem é, em geral, considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência. Muitas vezes, o coletor e o sistematizador não são a mesma pessoa. O viajante é visto como um coletor, cujas coleções e informações são essenciais para a história natural. Daí a importância que adquirem as instruções para as viagens científicas e a formação de profissionais de diversos tipos, tais como jardineiros coletores, desenhistas e pintores especializados em história natural ou ainda, preparadores de animais que conheciam os procedimentos de conservação e empalhamento.

No contexto do movimento dos museus dos últimos séculos, se os museus europeus – e, no caso brasileiro, o ideal de construção do Museu Nacional do Rio de Janeiro - se associam às primeiras iniciativas da constituição da História Natural como ciência moderna, já a intensificação do movimento de disseminação dos museus para vários países além da Europa – incluindo a América Latina, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX – situa-se no âmbito dos estudos sociais das ciências das últimas décadas, como uma manifestação específica de um fenômeno histórico mais geral: o da contextualização das ciências e dos seus espaços institucionais nos países à margem do eixo norte-atlântico.⁴²

O movimento dos museus no Brasil e a riqueza de sua contribuição para a institucionalização e consolidação das Ciências Naturais no país não têm sido um fenômeno muito explorado. Talvez esse fato se explique pela já mencionada tradição de grande parte da historiografia oficial de desconsiderar a existência de atividades científicas no país durante o período em questão. No entanto, no que se refere às Ciências Naturais, os museus brasileiros não só estiveram particularmente atuantes, como de fato institucionalizaram essas ciências e suas especializações no país.

O processo de institucionalização das ciências, compreendido de forma mais abrangente, deve ser analisado como o processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas em um determinado espaço-tempo histórico. Tal

⁴² LOPES, 1997, p.16.

processo, por conseguinte, implica o estabelecimento de uma rede de sustentação das atividades, cujos elementos mais visíveis são as chamadas instituições científicas, mas na qual estão igualmente presentes os diferentes apoios e rejeições dos grupos sociais, a comunidade científica, os interesses privados e os do Estado e seus mecanismos de efetivação, entre outros.

Segundo Lopes, em seu trabalho sobre os desdobramentos das atividades que marcaram em um primeiro momento a contribuição científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro – e, posteriormente, dos demais museus – ao processo de institucionalização das Ciências Naturais no Brasil do século XIX, foi preciso investigar as pessoas ativas em ciências, as atividades que desenvolviam, os naturalistas que integravam esses museus; as tensões internas a essas instituições, entre educação e pesquisa, sobrevivência financeira e contribuição a idéias; as mudanças de membros, alterações de regulamentos; e a existência de relações estreitas entre interesses de diretores, cientistas e funcionários em seus trabalhos cotidianos nos museus e objetivos sociais, nas conjunturas específicas que os mantiveram ao longo do tempo.⁴³

A autora relata ainda que foi dada particular atenção aos processos de coleta, classificação e organização das coleções. Reunir coleções foi a razão de ser dos museus, uma vez que elas materializavam os próprios objetivos centrais da História Natural da época: mobilizar o mundo, classificá-lo e ordená-lo nos espaços institucionais especialmente concebidos para tal fim - os museus.

Apesar dos processos de institucionalização próprios, a pertinência dessa incursão pelo mundo dos museus se justifica a partir da observação de traços em comum entre os museus e as instituições científicas que, para além de desenvolver suas pesquisas, experimentos etc., também desempenham o papel de instituições de memória, no nosso caso específico a Fundação Oswaldo Cruz. São instituições que apresentam, simultaneamente, várias facetas: científicas, culturais, históricas, pedagógicas e informativas.

⁴³ Id., ib., p. 22.

No caso do Instituto Oswaldo Cruz, por exemplo, é possível observar desde seus primórdios a preocupação e o cuidado com a constituição das suas coleções científicas, em um espaço exclusivamente destinado a elas:

“Está quase concluído o vasto salão destinado ao museu, que ocupa toda a ala direita do 3º andar. Em um laboratório próximo são preparadas as peças, cuja conservação se faz, de regra, em líquido de Kayserling ou em gelatina. A coleção de peças anatomo-pathológicas é avultada e curiosíssima, sobretudo no que respeita à doença de Chagas e outras moléstias tropicais. Além disso, possui o Instituto diversas colleções especiaes: mosquitos, motucas, vermes, carrapatos, bacterios, cogumelo, etc., cada uma dellas sob as vistas do respectivo especialista. Todas essas colleções são, por via de regra, muito ricas e interessantes, cuidadosamente classificadas apresentando não raras espécies novas, estudadas pelo pessoal da casa. Representam um dos patrimônios científicos de Manguinhos, que trata incensantemente de engrandecel-as.”⁴⁴

Por outro lado, a preocupação com a construção da memória da instituição está presente desde sempre, através da criação do Museu Oswaldo Cruz, em homenagem ao fundador e primeiro diretor do Instituto de Manguinhos, logo após sua morte, conforme assinala Dias:

“O actual director [Carlos Chagas] quis conservar piedosamente as derradeiras lembranças do Mestre, fechando-as como em sacrário, aonde somente é dado entrar àqueles que veneram a memoria augusta do suave Espírito que fundou e dirigiu a Casa, que se honra de ter o seu nome”.⁴⁵

Apresentamos, a seguir, imagens dos espaços destinados à constituição das coleções científicas do IOC e à construção de sua memória institucional. Reproduções do livro *O Instituto Oswaldo Cruz – Resumo Histórico (1899-1918)*, de Ezequiel Dias.

⁴⁴ DIAS, Ezequiel. *O Instituto Oswaldo Cruz – Resumo Histórico (1899-1918)*. Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918. p. 26.

⁴⁵ Id., ib., p. 30.

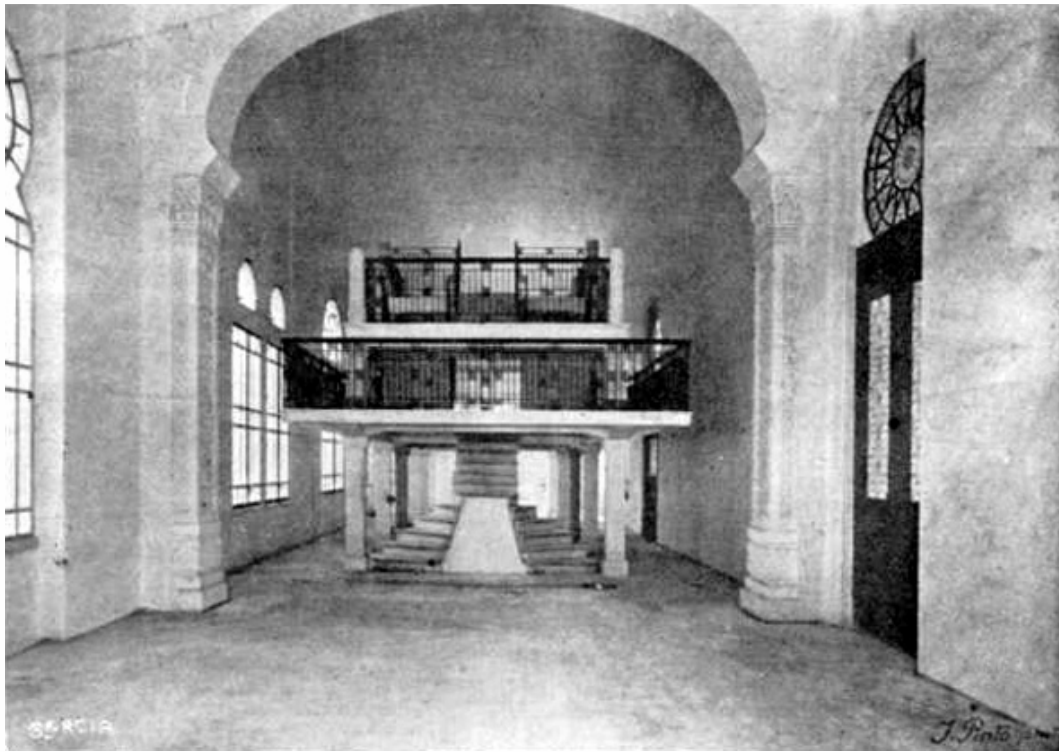


Imagem 1 - Salão destinado ao museu de coleções científicas do Instituto Oswaldo



Imagem 2 - “Museu de recordações do Dr. Oswaldo Cruz”. Peças do mobiliário, diplomas, trabalhos e medalhas pertencentes a Oswaldo Cruz. Manguinhos, Rio de Janeiro, s.d.



Imagem 3 - “Museu de recordações do Dr. Oswaldo Cruz”. Composto pelo mobiliário e por diversos equipamentos, utensílios e objetos utilizados por Oswaldo Cruz. Manguinhos, Rio de Janeiro, s.d.

1.3 O processo de institucionalização da ciência no Brasil

Em geral, as instituições científicas vêm recebendo uma atenção secundária dos historiadores da ciência, que têm se dedicado prioritariamente ao estudo do desenvolvimento conceitual das ciências, visto como um processo autônomo, regido por normas internas e independente dos demais processos sociais. Elas têm sido consideradas como uma decorrência necessária do valor intrínseco do conhecimento verdadeiro, ou seja, como espaços que são conquistados pelos cientistas e que passam a sediar suas atividades. Assim, tradicionalmente, a história institucional da ciência tem se voltado, sobretudo, para algumas das dimensões sociais das práticas científicas, deixando para a história epistemológica as questões relacionadas à natureza do conhecimento científico.

Para Maria Amélia Dantes⁴⁶, este quadro dicotômico – questões do conhecimento e questões sociais – persistiu até a década de 1970. A partir deste período ocorreram transformações conceituais nos estudos históricos e sociológicos da ciência que apontaram, entre outras coisas, para um redimensionamento da história institucional.

Estas mudanças foram indicadas pelo historiador norte-americano Roger Hahn que, em uma obra sobre a Academia de Ciências de Paris⁴⁷, chama a atenção para a importância histórica das instituições científicas e as considera como espaços de encontro de interesses sociais e científicos se encontram. Para ele, as instituições científicas desempenham um papel fundamental na implantação de práticas e conhecimentos científicos e seu estudo pode ser esclarecedor sobre os diferentes fatores presentes neste processo.

Ainda na década de 1970, os debates instaurados por sociólogos, historiadores e filósofos de instituições inglesas e escocesas trouxeram novas perspectivas para a

⁴⁶ DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. p. 13-14.

⁴⁷ HAHN, R. *The Anatomy of a Scientific Institution: the Paris Academy of Science, 1666-1803*. Berkeley: University of California Press, 1971.

história institucional. Buscando ultrapassar os limites vigentes na sociologia da ciência, esses autores declararam que as várias dimensões das ciências, até mesmo seus conteúdos, são influenciados por fatores sociais. Mais ainda, defendiam a conceituação das ciências como práticas, e dos conhecimentos científicos como construções que se estabelecessem socialmente.

Para o desenvolvimento desta área, foi fundamental a mudança que ocorria na historiografia da ciência e que apontava para uma valorização da história social. Também, na segunda metade do século XX, as ciências e tecnologias ganharam destaque nas políticas estatais, o que estimulou a formação de estudiosos – filósofos, historiadores, sociólogos – destas áreas de conhecimento. Foi essa nova geração que passou a se dedicar ao estudo da história da ciência em seus países.⁴⁸

Além disso, é importante observar que, a partir da década de 1960, ocorreu o processo de institucionalização da disciplina História das Ciências na América Latina, e de forma especial, no Brasil, com a criação do curso de História das Ciências no Departamento de Física da Universidade de São Paulo - USP, em 1964. Posteriormente esse grupo de pesquisa foi transferido para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. No início da década seguinte, foi criado o Núcleo de História das Ciências da USP.

O desenvolvimento de uma produção historiográfica sobre as atividades científicas no Brasil é bastante recente. É possível identificar, num primeiro momento, algumas obras memorialísticas, escritas, sobretudo por cientistas, que buscavam registrar trajetórias individuais ou de institutos, associações ou escolas existentes no país. Como exemplo, destacamos o livro *As Ciências no Brasil*, organizado na década de 1950 por Fernando Azevedo que, de um ponto de vista sociológico, buscava compreender o desenvolvimento das áreas científicas no país.⁴⁹ No entanto, essa obra ainda se situava na tradição de uma história da ciência voltada para a formulação de grandes teorias e que pensava as regiões periféricas como receptores passivos da ciência produzida nos grandes centros, em especial os europeus.

⁴⁸ DANTES, 2001, p.15.

⁴⁹ AZEVEDO, Fernando de (org.). *As Ciências no Brasil*. 2v. São Paulo: Ed. Melhoramentos, s.d.

Durante muito tempo, a historiografia tradicional ignorou a atividade científica que ocorreu na América Latina, a ponto de chegar-se a afirmar que ali não houvera ciência. A causa dessa situação reside nas formas de abordagem, nos métodos e nas teorias que prevaleceram até os anos recentes, em particular no positivismo historiográfico, que na história da ciência pregou um triunfalismo eurocêntrico. Pode-se afirmar que, em vez de historiar a prática científica da América Latina, buscou-se, historiar a ciência européia na América Latina. Boa parte da historiografia sobre as ciências na América Latina comparou as manifestações aqui havidas com uma imagem idealizada dos países tomados como modelos, e buscando o *'esperado'*, não encontraram o *'realizado'*.⁵⁰

Para Silvia Figuerôa, o problema central que gera e conforma o quadro desenhado acima, é de caráter metodológico, pois as metodologias habitualmente empregadas pela historiografia das ciências, elaboradas nos chamados 'centros' concentraram a atenção nas 'grandes teorias' e 'grandes personagens' ou nos 'sucessos institucionais'. Produziram assim, categorias analíticas para uma "história dos vencedores", deixando de lado a 'história cotidiana' das ciências, que constitui, na verdade, a maior parte do processo.⁵¹

Podemos considerar como um dos marcos da história institucional das ciências no Brasil: a publicação do livro da historiadora inglesa Nancy Stepan, *Beginnings of Brazilian Science*, em 1975, traduzida para o português no ano seguinte.⁵² Nesta obra, a partir do estudo do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, a autora analisa o papel desempenhado pelas instituições científicas, cientistas e Estado brasileiro, na formação de uma tradição em ciência experimental no país.

⁵⁰ SALDAÑA, Juan José. 'Ciência e Identidade cultural: a história da ciência na América Latina.' In FIGUERÔA, Silvia F. de M. *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: Editora Unicamp, 2000. p. 12-13; SALDAÑA, Juan José. 'Marcos conceptuales de la historia de las ciencias en Latinoamérica: Positivismo e Economicismo.' In _____. *El perfil de la ciencia en América*. México: Soc. Latinoam. Hist. Ciencia y Tecnol., 1986. (Cuadernos de Quipu, 1), p. 61-62.

⁵¹ FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. 'Marcos para uma história das ciências no Brasil'. In *As Ciências Geológicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17.

⁵² STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora ArteNova/ Fundação Oswaldo Cruz, 1976.

No final da década de 1970, a produção de autores brasileiros começou a surgir. Nesse contexto, destaca-se o livro *Formação da Comunidade Científica no Brasil*⁵³ (1979), editado por Simon Schwartzmann, que se propunha a analisar a implantação das diferentes áreas científicas no país e a contribuir para os debates sobre as relações entre ciência, tecnologia e desenvolvimento nacional. Apesar de permanecer difundida, entre os historiadores, a convicção de que, antes da criação das primeiras universidades brasileiras, os institutos de ciências biomédicas haviam sido os únicos centros de pesquisa realmente relevantes para a história das ciências no Brasil, essa obra já registrava a existência, no país, desde o período colonial, de uma variedade imensa de instituições científicas.

No entanto, o reconhecimento do papel desempenhado por estas instituições na implantação das ciências só se deu a partir de uma mudança de perspectiva metodológica. Efetivamente, apenas a partir da década de 1980, os historiadores brasileiros começaram a realizar estudos mais detalhados sobre algumas das mais importantes instituições científicas brasileiras do século XIX e início do século XX.

Trabalhos mais recentes, inclusive, têm procurado mostrar a existência, desde os tempos da Colônia, de uma atividade científica no Brasil. Para Figuerôa, isso tem sido possível graças a uma revisão crítica da historiografia das ciências produzida até hoje *no e sobre* o país (e a América Latina), identificando suas bases epistemológicas e metodológicas, bem como suas motivações ideológicas:

“Penso que é possível um novo olhar para as atividades científicas desenvolvidas no Brasil, até hoje pouco valorizadas. Sem esquecer, contudo, que sempre estiveram balizadas pelo marco da condição colonial do país, tais atividades inicialmente traduziram-se na criação de associações (como a Academia Científica, em 1771), em viagens de estudo patrocinadas pela Coroa portuguesa (como a de Alexandre Rodrigues Ferreira, de 1785 a 1792), na constituição de coleções de produtos naturais do Reino (como os trabalhos realizados na Casa dos Pássaros), entre outras. Refletiram os esforços de Portugal na difusão da ideologia iluminista de crença no poder da razão e na função da ciência a serviço do progresso material.”⁵⁴

⁵³ SCHWARTZMANN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

⁵⁴ FIGUERÔA, 1997, p.16.

Embora existam registros da atividade científica no Brasil desde o período colonial, foi no século XIX que ocorreram inúmeras iniciativas de institucionalização das ciências no país. Diversas instituições ainda hoje existentes, como as escolas médicas de Salvador e do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu de História Natural, que se transformou no Museu Nacional vinculado à atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, são alguns exemplos. Podemos mencionar ainda no final do Império, o surgimento da Escola de Minas de Ouro Preto, a Comissão Geológica do Império e a Imperial Estação Agronômica, posteriormente transformada no Instituto Agronômico de Campinas.⁵⁵

A partir da década de 1970, inúmeros trabalhos buscaram compreender os mecanismos utilizados na institucionalização das ciências na América Latina.⁵⁶ Segundo Juan José Saldaña⁵⁷, a questão é central para o desenvolvimento científico latino-americano. Sem o capital e o Exército que desempenharam papel fundamental no desenvolvimento científico europeu, na América Latina coube ao Estado agir como agente estrutural ao atuar sobre os mecanismos institucionais, formas de organização, metas e financiamento. Nessa perspectiva também nasceram as primeiras instituições científicas brasileiras. Os principais institutos de pesquisa criados e estabelecidos nas primeiras décadas do regime republicano foram financiados pelo poder público federal e dos estados.

A compreensão da institucionalização da ciência no país passa pelo papel que desempenharam os institutos nesse processo, responsáveis por muito do que foi produzido pela ciência brasileira até a década de 1930. As instituições científicas criadas nos primeiros anos da República focalizam principalmente a aplicação dos seus resultados àquilo que era considerado como as necessidades mais prementes do país: a

⁵⁵ DANTES, 2001, p. 13-31.

⁵⁶ Como exemplo podemos citar os trabalhos de CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1978; VESSURI, Hebe (comp.) *Las instituciones científicas em la historia de la ciencia em Venezuela*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1987; DANTES, Maria Amélia M. 'Institutos de pesquisa científica no Brasil', In FERRI, Mario Magalhães; MOTOYAMA, Shozo, *História das Ciências no Brasil*. V.2 São Paulo: EPU/ Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 343-380.

⁵⁷ SALDAÑA, Juan José. 'Ciência e Identidade cultural: a história da ciência na América Latina.' In FIGUERÔA, 2000, p. 11-31.

exploração de recursos naturais; a expansão da agricultura; e o saneamento dos principais portos e cidades.⁵⁸

Precedendo o aparecimento da universidade nas décadas de 1930, os institutos representaram uma forma determinada de organização do trabalho científico no Brasil. Nesse universo, Dantes destaca o papel do Museu Nacional, no campo das ciências naturais; o dos institutos Agrônômicos e de Pesquisas Tecnológicas, ambos em São Paulo, acompanhando a modernização da economia do país; e o dos institutos de ciências biológicas – Instituto Bacteriológico de São Paulo e o Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro - que, entre o final do século XIX e início do século XX, difundiram um novo modelo de instituição científica, influenciado pelo desenvolvimento da microbiologia.

1.4 O Instituto Oswaldo Cruz e a institucionalização da medicina experimental no Brasil

Intimamente associada à tradição da pesquisa biomédica e da saúde pública no Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz foi palco ao longo do século XX, do surgimento e consolidação de escolas de pesquisa experimental, ensino e práticas sanitárias que influenciaram, de forma decisiva, os rumos tomados pelos cuidados com a saúde e o desenvolvimento científico no país.

As origens da Fiocruz remetem ao Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900, no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, com o objetivo de produzir soros e vacinas contra a peste bubônica e que, em curto espaço de tempo, já como Instituto Oswaldo Cruz (1908), em homenagem ao seu primeiro diretor⁵⁹, transformou-se no

⁵⁸ SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

⁵⁹ Oswaldo Cruz (1872-1917). Nasceu no dia 5 de agosto de 1872, no interior do estado de São Paulo. Em 1886, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro doutorando-se em 1892. Especializou-se em bacteriologia no Instituto Pasteur em Paris. Em seu retorno para o Brasil, em 1899, Oswaldo Cruz foi encarregado pela Diretoria Geral de Saúde Pública para investigar a ocorrência de um surto de peste bubônica no porto de Santos, em São Paulo. Em 1902 foi nomeado para a direção do recém-criado

maior centro de medicina experimental da América Latina. O Instituto Oswaldo Cruz é considerado por alguns autores como o primeiro instituto de pesquisa da história do Brasil a trazer contribuições científicas durante um período constante, e o primeiro a dar ao país uma reputação científica internacional.⁶⁰

De acordo com Benchimol⁶¹, a criação do instituto de Manguinhos pode ser encarada como um episódio da revolução inaugurada por Louis Pasteur e Robert Koch no campo das ciências biomédicas, como uma fase romântica dessa revolução, em que a ciência dos micróbios prometia subjugar o flagelo das epidemias, propagado pela expansão mundial do capitalismo. As relações da bacteriologia com os países periféricos envolviam mediações complexas: o controle das doenças pestilenciais que grassavam nos portos e prejudicavam a circulação de mercadorias, força de trabalho e capitais.

Os primórdios da moderna medicina e da aplicação sistemática da microbiologia à saúde pública no país podem ser identificados ainda nos primeiros anos da República com a criação do Instituto Bacteriológico de São Paulo (1892), na fazenda Butantan e do Instituto Soroterápico Federal no Rio de Janeiro (1900), na fazenda de Manguinhos.

A estrutura econômica e social e a conjuntura política fornecem as chaves para a compreensão das razões que motivaram a criação dessas duas instituições e o papel que estavam destinadas a cumprir: a de importarem técnicas e conhecimentos prontos, de instrumentalizarem estes saberes para debelar crises sanitárias emergenciais, circunscritas, via de regra, aos centros urbanos do litoral.

Instituto Soroterápico Federal, cargo que acumulou com a direção da Diretoria Geral de Saúde Pública, para o qual foi designado em 1903. Foi neste cargo que Oswaldo Cruz ganhou notoriedade ao empreender uma ampla reforma sanitária e sanear a capital da República, o Rio de Janeiro. Em 1915, por motivos de saúde, abandonou a direção do Instituto Oswaldo Cruz, falecendo em 1917, aos 44 anos. Há uma enorme bibliografia sobre Oswaldo Cruz. Ver <http://www.prossiga.br/oswaldocruz/>.

⁶⁰ STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora ArteNova/Fundação Oswaldo Cruz, 1976; BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

⁶¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. 'O Instituto Oswaldo Cruz e a institucionalização da medicina pauperiana no Brasil.' *Cadernos de História e Saúde*. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, n. 2, p.56-57, 1992.

Adolfo Lutz⁶² colocou em funcionamento o Instituto Bacteriológico de São Paulo, que além de identificar doenças e promover outros estudos de aplicação, apoiava atividades de rotina, como análise de sangue e urina e a produção de vacina e soro. As campanhas contra a febre amarela e a peste bubônica deram fama ao Instituto e ao seu diretor. No entanto, as dificuldades orçamentárias e de manutenção de uma equipe estável, somadas a uma crescente burocratização, fizeram com que as atividades do Instituto começassem a declinar. Em 1925 foi absorvido pelo Instituto Butantan e em 1931 foi reorganizado como Instituto Adolfo Lutz.

Em outubro de 1899, logo após seu regresso ao Brasil, Oswaldo Cruz foi designado pela Diretoria Geral de Saúde Pública para investigar a ocorrência de um surto de peste bubônica no porto de Santos, em São Paulo. Seu diagnóstico apresentou o mesmo resultado das investigações já realizadas pelos pesquisadores do Instituto Bacteriológico de São Paulo, Adolfo Lutz e Vital Brazil: a confirmação da epidemia de peste bubônica.

A chegada da peste ao Brasil causou enorme apreensão às autoridades sanitárias. Só o Instituto Pasteur de Paris fabricava o soro e a vacina contra a doença, mas ainda em quantidades insuficientes para atender à demanda mundial. Antecipando-se ao inevitável deslocamento da peste para outras cidades, a prefeitura do Distrito Federal resolveu criar seu próprio laboratório para a fabricação desses imunobiológicos.

A direção técnica do novo instituto foi entregue a Oswaldo Cruz que iniciou suas atividades em julho de 1900 e, em outubro do mesmo ano, a Diretoria Geral de Saúde Pública recebeu os primeiros cem frascos de vacina e soro antipestosos, preparados pelo laboratório de Manguinhos. No início do governo Rodrigues Alves (1902-1906), Oswaldo Cruz foi designado para titular da Diretoria Geral de Saúde Pública. Empossado em 23 de março de 1903, Oswaldo Cruz passou a acumular a nova função com a de diretor do Instituto.

A gestão da saúde pública revestia-se, naquele momento, de especial importância, uma vez que o novo governo comprometera-se a reformar e sanear a

⁶² Adolfo Lutz (1855-1940), médico (1877) e doutor (1880) pela Universidade de Berna, na Suíça. Em 1895 tornou-se diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo. Transferiu-se para o Instituto de Manguinhos em 1908, onde trabalhou por 32 anos. Faleceu em 1940.

capital federal. A reforma sanitária foi confiada a Oswaldo Cruz, à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública, e a execução da reforma urbana, ao engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito da capital ambos com poderes discricionários.

A reputação de cidade pestilenta do Rio de Janeiro devia-se, sobretudo, à presença da febre amarela, da varíola e da peste bubônica. Essas doenças estavam comprometendo a política de estímulo à imigração estrangeira e acarretando enormes prejuízos à economia nacional, dado que os navios que atracavam na capital eram submetidos a freqüentes quarentenas. Foram, por essa razão, os alvos prioritários das campanhas sanitárias implementadas nesse período.

Para assegurar o sucesso das campanhas, Oswaldo Cruz passou a defender a reforma dos serviços de saúde, sem o que não seria possível superar a dualidade de atribuições existentes entre a prefeitura da capital e o governo federal, bem como entre esferas da própria Diretoria Geral de Saúde Pública. Em maio de 1903, o projeto de lei relativo ao assunto começou sua lenta tramitação no Congresso, sendo duramente combatido pela oposição. O novo regulamento sanitário somente seria aprovado em janeiro de 1904, mesmo assim, bastante mutilado. Isso não impediu que Oswaldo Cruz desencadeasse, já em abril de 1903, a campanha contra a febre amarela e, no começo de 1904, o combate à peste bubônica.

Em 1906, ao encerrar-se o mandato de Rodrigues Alves, as estatísticas de mortalidade e morbidade dessas doenças testemunhavam o êxito das campanhas. A derrota de Oswaldo Cruz se deu no combate à varíola, travado em 1904. A suspensão da lei que determinara a obrigatoriedade da vacinação anti-variólica após a Revolta da Vacina, no final daquele ano, faria sentir seus efeitos em 1908, quando forte surto da doença assolou a capital.

A erradicação da febre amarela na capital fez com que Oswaldo Cruz fosse mantido na chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública no governo Afonso Pena (1906-1909). Nesse período, entretanto, nenhum de seus projetos vingou. Tentou fazer do combate à tuberculose o principal alvo da saúde pública, mas seu plano esvaiu-se por falta de recursos e de apoio político. A regulamentação da lei da vacina obrigatória continuou a ser protelada, apesar da epidemia de varíola de 1908.

Oswaldo Cruz deixou a Diretoria Geral de Saúde Pública em novembro de 1909, quando entrou em vigor a lei que proibiu a acumulação de cargos no serviço público federal. Tendo que escolher, optou por permanecer na direção de Manguinhos, já então transformado no Instituto Oswaldo Cruz.

Durante sua gestão à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz, fazendo uso dos poderes extraordinários e dos recursos que o governo federal lhe concedeu para executar o saneamento do Rio de Janeiro, assegurou a Manguinhos condições técnicas e materiais para que rapidamente alargasse suas fronteiras. O Instituto expandiu sua pauta de produtos biológicos, ampliou os horizontes das pesquisas biomédicas e se tornou um centro de ensino da microbiologia. Nesse mesmo período, foi iniciada, sob a direção do arquiteto português Luiz de Moraes Júnior, a edificação do castelo mourisco e de outros sofisticados pavilhões em Manguinhos.

O Instituto, que fora criado para fabricar o soro e vacina contra a peste bubônica, começou a produzir vários outros soros e vacinas destinados ao tratamento ou prevenção de doenças, não apenas humanas como também animais. A veterinária tornou-se uma importante vertente de pesquisas em Manguinhos: o estudo das epizootias permitiu-lhe diversificar os clientes de sua atividade científica e criar bases de sustentação junto a influentes segmentos da agropecuária brasileira. A vacina contra a peste da manqueira, descoberta em 1907 e patenteada no ano seguinte, tornou-se uma importante fonte de rendas para o Instituto, além de constituir uma das principais motivações para que fosse criada a primeira filial do instituto, em Belo Horizonte (1906).

Nesses anos, as pesquisas realizadas em Manguinhos guardavam estreita relação com os problemas enfrentados pela Diretoria Geral de Saúde Pública no Rio de Janeiro: preparação de novos produtos terapêuticos ou aperfeiçoamento dos já existentes; estudo da origem e transmissão de doenças que se manifestavam endêmica ou epidemicamente no meio urbano; desenvolvimento de métodos seguros para diagnosticá-las e combatê-las. Mas outras doenças ditas "tropicais", como o impaludismo, a filariose, o béri-béri e a ancilostomose, presentes nas regiões interioranas do Brasil, também eram investigadas pelos pesquisadores do Instituto Soroterápico.

Na direção da Diretoria Geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz proporcionou-lhes todas as facilidades para que dessem corpo a uma instituição cada vez mais parecida com o polivalente Instituto Pasteur de Paris. Entretanto, nos terrenos político e jurídico, a posição do Soroterápico se tornava tanto mais frágil quanto mais ultrapassava os limites de seu formato original. A medalha de ouro conquistada na Exposição de Berlim, em setembro de 1907, e a enorme repercussão desse fato no Brasil foram decisivos para que o Congresso e o Executivo modificassem o seu estatuto, transformando-o em Instituto de Patologia Experimental, logo rebatizado com o nome de Instituto Oswaldo Cruz.

1.5 A ‘evidência’ fotográfica e o surgimento dos arquivos institucionais ⁶³

Desde os primeiros anos de atividade, o Instituto Oswaldo Cruz já contava com laboratório fotográfico próprio, e integrava em seus quadros funcionais o fotógrafo Joaquim Pinto da Silva, contratado ainda na primeira década do século XX.⁶⁴

O serviço de fotografia foi um dos primeiros a serem organizados para documentar não só os trabalhos científicos como também a grande obra de transformação física da antiga fazenda de Manguinhos, a começar pelos primeiros alicerces do castelo mourisco até a finalização das obras de diversos prédios como o Pavilhão da Peste, também chamado de Pavilhão do Relógio. Inicialmente instalado num chalé improvisado, o ‘gabinete fotográfico’ dividia o espaço com a biblioteca. Apenas em 1911 foi transferido para o andar intermediário entre o terceiro e o quarto pavimentos do castelo em estilo mourisco.

⁶³ Este item foi baseado no artigo MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; LACERDA, Aline Lopes de. ‘Imágenes de la salud pública: la institucionalización del Instituto Oswaldo Cruz em Brasil’. *Dynamis – acta Hispânica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, Espanha: Editorial Universal de Granada. v. 25, p. 179-198, 2005.

⁶⁴ Joaquim Pinto da Silva - que assinava J. Pinto - foi o primeiro fotógrafo do Instituto de Manguinhos, tendo exercido seu ofício de 1903 a 1946, quando se aposentou.

O fotógrafo J. Pinto produziu milhares de imagens entre negativos de vidro, ampliações em papel, microfotografias de lâminas, diapositivos para as aulas do Curso de Aplicação ministrado pelo IOC e, até, filmes fotográficos.

Dessa forma percebe-se como a produção de registros fotográficos, dentre outros suportes de informação, tais como plantas arquitetônicas, correspondências, impressos etc., sempre esteve presente e se firmou como uma das mais prolíficas, sendo instituída, formalmente, como um dos setores de produção institucional. Localizado no edifício principal do Instituto, no castelo, o “*Gabinete photographico*” tinha lugar de destaque:

“Entre o 3º e o 4º andar estão os gabinetes de macro e micro-photographia, cinematographia etc., onde são executados por profissional de real competência – o Snr. Pinto – todos os trabalhos d’esse gênero. Ao lado, se acha uma copiosa colleção catalogada de photographias e micro-photographias, todas ellas referentes a estudos realizados pelo pessoal do Instituto.”⁶⁵

Nesta época, os organismos e instituições em geral no Brasil – com exceção das empresas de notícias e alguns órgãos públicos, como a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Os serviços dessa natureza eram contratados em firmas especializadas, ou seja, em laboratórios particulares ou por meio de contratos individuais com fotógrafos. A existência de um laboratório próprio no Instituto Oswaldo Cruz era fato peculiar à época e denota o interesse e a importância da produção de registros fotográficos para os trabalhos que ali seriam desenvolvidos.

As imagens são, portanto, parte considerável do arquivo produzido e acumulado por aquela instituição ao longo dos anos e, nesse sentido, documentos resultantes das atividades ali desenvolvidas, substratos das diversas ações empreendidas, e de forma inequívoca, ligadas às dinâmicas próprias do *locus* de sua produção. Essa afirmação é importante, pois, para além dos conteúdos veiculados pelas imagens, é a natureza da função reservada a elas, nos trabalhos cotidianos que conformam as práticas institucionais vividas no Instituto Oswaldo Cruz, que deve ser considerada uma peça importante para a compreensão de seus significados.

⁶⁵ DIAS, 1918, p.31.

Reprodução do livro *O Instituto Oswaldo Cruz – Resumo Histórico (1899-1918)*,
de Ezequiel Dias.

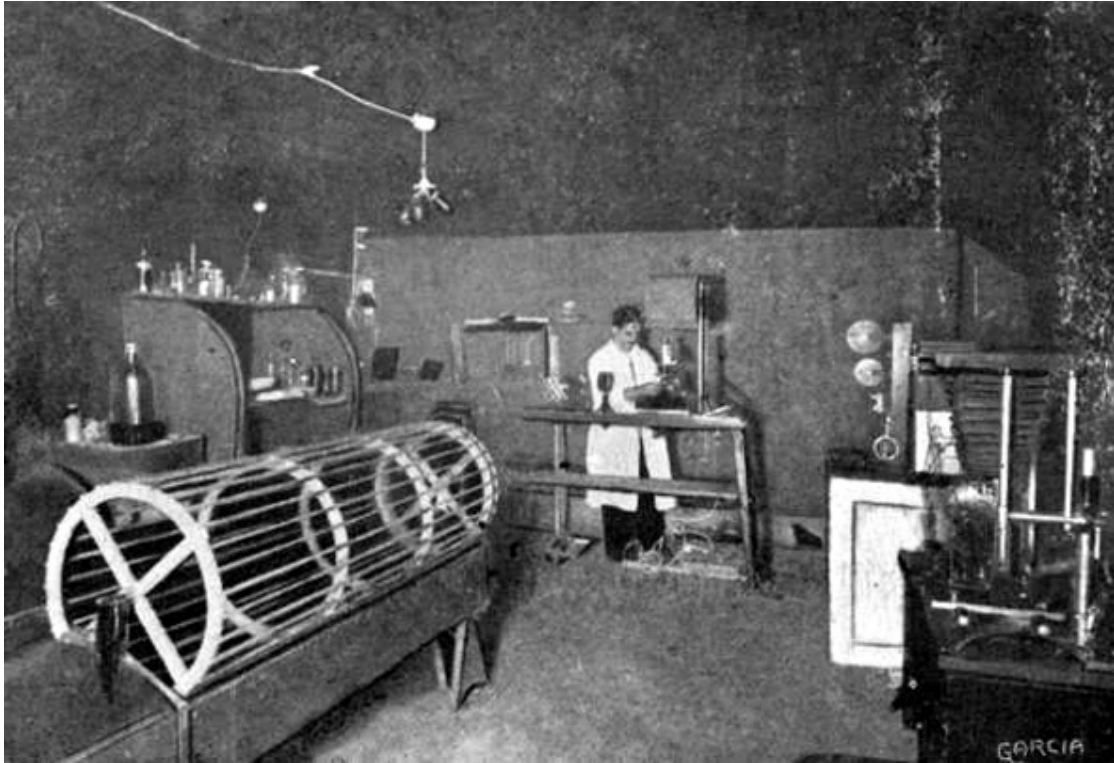


Imagem 4 - Laboratório Fotográfico do Instituto Oswaldo Cruz. Ao fundo, o fotógrafo J. Pinto. Manguinhos, Rio de Janeiro, s.d.

Cabe ressaltar que a produção de registros visuais em geral e, não somente de fotografias, fazia parte da rotina das práticas científicas realizadas no Instituto de Manguinhos:

“Desenho, fotografia e cartografia são serviços complementares indispensáveis em qualquer organização do tipo do Instituto Oswaldo Cruz. Às duas primeiras deram Oswaldo Cruz e seus sucessores mais próximos a maior atenção.

A perfeição da documentação gráfica dos trabalhos publicados nas *Memórias* do Instituto se reflectiu sobretudo na reputação adquirida pelo seu primeiro desenhista, Manuel de Castro-Silva, artista de extraordinário mérito no gênero de trabalho que exigiam na época as publicações de Manguinhos, verdadeiro trabalho de miniaturista, no que se refere aos objectos macroscópicos representados, e de observação minuciosas no que dizia respeito aos cortes histológicos e demais preparados microscópicos. Exemplos dessa perfeição artística estão nos trabalhos de Gaspar Vianna sobre a histo-patologia da doença de Chagas e nos de Lutz e Neiva sobre insectos hematófagos.

Depois de Castro-Silva devemos mencionar Rudolf Fischer, que mais tarde se transferiu para o Instituto Butantã, onde de tanto desenhar insectos, acabou por tornar-se entomologista.

Outros desenhistas de destaque em Manguinhos foram Luís Kattenbach e Porciúncula de Moraes, pintores bem conhecidos, o último professor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Edith da Fonseca Nogueira Penido, mais dedicada ao desenho de plantas e de flores, particularmente orquídeas, Antonio Viegas Pugas, Carlos de Almeida e Silva, L. Cordeiro, Antonio Leal, Ary Gonçalves, Waldir Botelho, e, actualmente, Joel Antunes, Walter Alves da Silva e Renée Ferreira de Mello.

Dentre os fotógrafos, destacou-se pelos seus longos e excelentes serviços J. Pinto da Silva, cujos trabalhos de execução perfeita nem sempre, entretanto, foram reproduzidos de modo aceitável nas publicações do Instituto. Da secção de cartografia dos serviços da febre amarela da Fundação Rockefeller, transferiu-se para o Instituto Oswaldo Cruz, um apenas dos trinta cartógrafos lá existentes. Foi o Dr. José Venâncio de Moura que, em outro sector de Manguinhos, continuou a prestar excelentes serviços (...)⁶⁶

Para que possamos enfatizar a idéia de que uma melhor compreensão das imagens fotográficas deve vir atrelada a uma investigação do seu papel enquanto parte de uma política de documentação num quadro institucional, devemos buscar na própria história do *medium* fotográfico, elementos para reflexão.

⁶⁶ FONSECA FILHO, Olympio. 'A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil'. Tomo 2: *Oswaldo Cruz Monumenta Histórica*. São Paulo, [s.n.], 1974.

Desde sua invenção, em meados do século XIX, a fotografia tornou-se objeto de colecionamento por parte de indivíduos, famílias e instituições. Com relação ao universo pessoal e privado, as imagens fotográficas foram sendo colecionadas por viajantes interessados em captar e reter cenas ou paisagens exóticas, retratos foram sendo alçados à categoria de itens colecionáveis a qualquer interessado, enquanto as próprias técnicas fotográficas pioneiras e seus produtos foram, ao longo do tempo, se tornando tema de coleções, como os daguerreótipos, ambrótipos e ferrótipos, entre outros ⁶⁷.

Com relação ao seu aparecimento no universo dos arquivos, essa trajetória ocorreu de forma diferenciada. No domínio das instituições, já existe referência à existência da utilização de registros fotográficos como evidência de suas atividades desde praticamente 1840, como os arquivos de fugitivos criminais das polícias da Bélgica, Suíça e do estado americano da Califórnia ⁶⁸. Só mais tarde, porém, já na virada para o século XX, os arquivos fotográficos de organismos e instituições começam a ser mencionados na literatura sobre a história da fotografia ⁶⁹.

É no cerne do processo de produção e acumulação desses ‘novos’ registros em escala institucional, para além dos espaços de vivência privada e pessoal, que se desenvolve, durante a segunda metade do século XIX, um fenômeno que muda notavelmente o próprio estatuto da fotografia – marca que até hoje lhe é peculiar.

⁶⁷ **Daguerreótipo:** processo positivo direto criado por Louis Jacques Mandé Daguerre e divulgado em 1839. Foi o primeiro processo fotográfico a ser entregue ao domínio público. A imagem é formada sobre uma placa de cobre, revestida por uma camada de prata bem polida e sensibilizada por vapor de iodo. Após a exposição, a placa é revelada em vapor de mercúrio e fixada em solução de tiosulfato de sódio. A imagem formada é protegida por um vidro e, geralmente, colocada num estojo decorado. Devido à sua superfície polida, a imagem é vista como positiva quando reflete um fundo escuro ou negativa quando reflete um fundo claro. **Ambrótipo:** processo positivo direto constituído de negativo de vidro de colódio úmido, subexposto, que colocado sobre um fundo negro, produz o efeito de imagem positiva. Com um custo menor do que o daguerreótipo era normalmente acondicionado em estojo. **Ferrótipo:** processo positivo direto introduzido no mercado em 1850 como variante do ambrótipo, formado por um negativo de colódio úmido sobre placa de ferro revestida com esmalte preto, o que faz com que a imagem seja visualizada em positivo. MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998. Coleção luz e reflexão. p.199-204.

⁶⁸ Conferir BARTLETT, Nancy. ‘Diplomatics for photographic imagens: academic exoticism?’. *American Archivist*, n. 59, p. 486-494, 1996.

⁶⁹ Como Vicki Goldberg em seu livro *How photographs changed our lives*, no qual afirma que, ao final do século XIX e início do século XX, a polícia, os escritórios de patentes, a inteligência militar, historiadores da arte, antropólogos, pesquisadores médicos e outros ramos de profissões e de estudos constituíam arquivos fotográficos como ponto central em suas operações. *Apud* BARTLETT, 1996, p. 488.

Trata-se da construção de seu valor de evidência e prova. Segundo John Tagg⁷⁰, em seu trabalho a respeito do nascimento da força de representação atribuída à fotografia em seus primórdios, os termos ‘evidência’ e ‘fotografia’, na segunda metade do século XIX, foram relacionados à emergência de novas instituições e novas práticas de observação e acumulação de registros, estas últimas exercidas pelos Estados nacionais das sociedades industrializadas do período, como também por uma rede de instituições disciplinares em desenvolvimento que as adotam como práticas administrativas – como a polícia, as prisões, os asilos, os hospitais, os departamentos de saúde pública, as escolas e até o próprio sistema moderno de fábricas.

Em cada um desses universos, o uso das imagens foi conformado às necessidades específicas, constituindo tipologias de imagens diferenciadas. Assim, fotografias de controle do corpo social, como as encontradas nos arquivos da polícia, dos asilos, mesclam-se às fotografias resultantes das áreas do conhecimento que buscavam entender as complexas relações do corpo com seu ambiente, como os arquivos dos departamentos de saúde pública, hospitais e até mesmo as resultantes de estudos antropológicos.

Nesse contexto de mudanças, as noções de documentação fotográfica e evidência vão tomando forma, dentro de um horizonte no qual a observação e o registro são lados de uma mesma moeda, a que possibilita a detenção do controle e do poder sobre o conhecimento. Isso explica em parte a sua ampla utilização nas mais variadas áreas do conhecimento científico do período, notadamente as voltadas ao estudo social, nas quais a imagem fotográfica tem seu emprego instrumental na construção dos discursos profissionais.

Nas palavras de Tagg, o desenvolvimento de novos aparatos regulatórios e disciplinares “*está ligado, no século XIX, à formação das novas ciências sociais e antropológicas – criminologia, psiquiatria, anatomia comparada, teoria dos germes, sanitarianismo etc – e aos novos tipos de profissionais associados a elas*”.⁷¹

⁷⁰ TAGG, John. *The Burden of Representation – Essays on Photography and Histories*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

⁷¹ Id., ib., p. 5.

Essa época, que testemunha a emergência e o reconhecimento oficial da fotografia instrumental, é a mesma que inaugura a disseminação de seu uso na área científica. A fotografia é alçada à categoria de instrumento de registro, verificação, prova e, nas diversas dinâmicas dos trabalhos em laboratório, passa a ser parte integrante dos procedimentos científicos. Sua eficácia nos trabalhos deriva de seu valor de evidência e a conseqüente competência em autorizar ou invalidar argumentos.

No domínio técnico-científico, o registro fotográfico é investido do sentido de precisão e de prova, o que, de resto, vai marcar também sua utilização na área da saúde pública e nos discursos médicos.

É interessante notar que este não é um caminho de mão única no desenvolvimento da história da fotografia, que, no mesmo período, mas em outros círculos, assiste aos debates em torno da aceitação e valorização de seu caráter artístico. Por exemplo, o movimento pictorialista é o caso emblemático dos embates em curso relativos ao estabelecimento do caráter objetivo ou subjetivo atribuído à imagem fotográfica⁷². Tagg assinala que este quadro de ambivalência do caráter a que vai ser dotado o meio de registro fotográfico marca o período e deve ser entendido a partir da noção de que a institucionalização das regras e protocolos relativos à construção do estatuto do *medium* ainda estava sendo negociada.

Cabe observar também que, a fotografia, desde seus primórdios, foi incorporada às práticas médicas e científicas em geral como um instrumento preciso e absoluto de observação. Curiosamente, sua inserção inicial na medicina deu-se pelo estudo das doenças mentais a partir da segunda metade do século XIX, com a realização de uma série de experimentos fotográficos com pacientes de hospitais e asilos da França e da Inglaterra. Acreditava-se que a imagem fotográfica, dotada de um valor de síntese e de revelação únicos, poderia mostrar, através da fisionomia dos doentes, detalhes de sintomas físicos ou neurológicos que o olho nu, muitas vezes não poderia captar imediatamente.

⁷² O pictorialismo foi um movimento de oposição à conceituação e à valorização da fotografia exclusivamente como técnica, afastada de qualquer sentido estético e artístico. Ver MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

O ingresso oficial da fotografia no campo da medicina se deu com a criação, em 1878, do serviço fotográfico do Salpêtrière, em Paris, por Jean Martin Charcot. Albert Londe, diretor do serviço durante muitos anos, em uma obra intitulada *La photographie médicale*, publicada em 1893, enumera as contribuições da fotografia para a medicina: registro de estados transitórios; autópsias; acompanhamento da evolução das doenças e dos tratamentos etc. Além disso, destaca a possibilidade do estabelecimento de tipologias das doenças a partir da criação de séries de retratos de doentes apresentando sintomas específicos para auxiliar os diagnósticos.

Para se entender melhor a incorporação da fotografia pela medicina, Sander Gilman⁷³ chama a atenção para a conjuntura existente no próprio campo do saber médico e científico na segunda metade do século XIX e início do século XX, marcada pelo surgimento de duas novas disciplinas acadêmicas, a saber, a psiquiatria e a história da medicina.

De acordo com sua análise, o emergente campo da psiquiatria precisava encontrar uma epistemologia visual própria, uma genealogia para a nova ciência, paralela àquela existente para as recém-surgidas ciências médicas (microscopia, bacteriologia, radiologia etc), dominadas pela imagem visual. Dessa forma, a psiquiatria acadêmica do século XIX buscava sua legitimação através da fotografia, retomando uma antiga tradição de representação fisionômica da doença mental.

Por sua vez, no mesmo período, o médico e também estudioso da História, Karl Sudhoff, criava a disciplina acadêmica de História da Medicina em Leipzig, Alemanha. Bastante familiarizado com o novo *medium*, utilizou a fotografia em seus trabalhos e defendeu seu uso para o ensino da história da medicina, uma vez que a considerava um processo fotoquímico mecânico capaz de dotar a disciplina de um escopo objetivo.

Ressalte-se ainda que os impactos da fotografia na medicina e nas ciências em geral integram um processo mais amplo de constituição de uma nova sociedade que emerge na passagem do século XIX para o século XX. A fotografia surge no bojo de uma multiplicidade de invenções e inovações técnicas ocorridas nesse período

⁷³ GILMAN, Sander L. *Picturing health and illness: images of identity and difference*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento industrial capitalista e à construção de um novo tipo de conhecimento.

A imagem fotográfica deve ser considerada como uma nova forma de comunicação, fruto de um determinado momento histórico e como um elemento fundamental para a construção da modernidade que conforma uma forma de visualidade própria de seu tempo e altera as práticas e tecnologias tradicionais.⁷⁴

Ao longo do século XX, acompanhando o processo de desenvolvimento tecnológico dos mecanismos e processos técnicos da fotografia, novos usos e funções lhe foram atribuídos pelas práticas médicas, pelo poder público e pelos centros e instituições de pesquisa. Ela passa a ser utilizada como registro e testemunho das ações desses agentes no combate à diversas doenças e problemas sanitários e como um elemento importante na educação da população.

Dessa forma, no campo científico, é o valor de precisão e de prova que vai ser agregado ao registro fotográfico, estabelecendo as bases do produtivo sistema de documentação originado nesse período. No caso do Instituto Oswaldo Cruz, já podemos ver desenhados os contornos do desenvolvimento da evidência documentária como uma função da administração institucional.

1.6 O Instituto Oswaldo Cruz e a produção de registros fotográficos

A maior parte das fotografias que constituem o acervo institucional⁷⁵ da Fundação Oswaldo Cruz foram originadas e acumuladas durante o processo de constituição, institucionalização, crescimento e legitimação da instituição desde sua origem até os meados do século passado. Esse período é caracterizado pela expansão e fortalecimento do Instituto Soroterápico Federal a partir de alguns sucessos obtidos.

⁷⁴ WELLS, Liz (ed.) *Photography: a critical introduction*. Londres: Routledge, 1997; MELLO, 1998.

⁷⁵ Lembramos que, além do acervo formado pelos fundos institucionais que correspondem às unidades técnico-científicas e técnico-administrativas que integram o complexo Fiocruz, a Casa de Oswaldo Cruz também recolhe, trata e preserva arquivos pessoais e de outras instituições afins às suas áreas de atuação.

O primeiro deles diz respeito às bem sucedidas campanhas de Oswaldo Cruz contra a febre amarela, a peste bubônica e a varíola na capital da República. Na época, Oswaldo Cruz encontrava-se à frente da Diretoria de Saúde Pública, cargo que acumulou juntamente com a direção do Instituto até 1909. Outra vitória acumulada refere-se ao reconhecimento científico internacional das atividades desenvolvidas no Instituto Oswaldo Cruz, através da premiação com a medalha de ouro na Exposição de Higiene de Berlim em 1907, já mencionada, e do anúncio da descoberta de uma nova doença - a doença de Chagas - na Exposição Internacional de Higiene de Dresden, em 1911.

Após a morte de Oswaldo Cruz, seu trabalho à frente do Instituto teve continuidade com o médico sanitariano Carlos Chagas⁷⁶ que, coincidentemente, também acumulou por um período (1920-1926) a direção do Instituto e da recém-criada Diretoria Nacional de Saúde Pública, restabelecendo mais uma vez uma ligação direta entre aquela instituição e o Estado brasileiro, naquilo que se refere à saúde pública.

Na gestão de Chagas (1917–1934), o Instituto Oswaldo Cruz já era uma instituição consolidada, com autonomia financeira e administrativa suficientes para garantir uma expansão considerável das atividades de pesquisa, ensino e produção ali desenvolvidas, a despeito de algumas crises institucionais e políticas verificadas no período.

A conformação institucional do Instituto nos primeiros anos do século XX teve como consequência uma expansão de seu quadro de funcionários, incluindo, conforme dito anteriormente, a contratação do fotógrafo Joaquim Pinto da Silva, responsável pela incorporação da técnica fotográfica aos trabalhos científicos do Instituto.

⁷⁶ Carlos Chagas (1878-1934) nasceu em Oliveira, Minas Gerais. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1897, doutorando-se em 1903. Em 1909, ao realizar estudos sobre a malária em Lassance, Minas Gerais, Chagas identificou e descreveu um novo protozoário, o *Trypanosoma cruzi*, que lhe permitiu anunciar a descoberta de uma nova doença, a *trypanossomíase americana*, conhecida como Doença de Chagas, que lhe renderia notoriedade ao anunciar a descoberta de uma . Em função dessa descoberta Assumiu a direção do IOC em 1917, por ocasião da morte de Oswaldo Cruz. Em 1920, Chagas foi empossado como diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, criado neste mesmo ano. Em 1925 foi nomeado professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Faleceu a 8 de novembro de 1934.

A importância dada aos registros visuais pode ser também aferida pelo espaço que a atividade vai ganhando institucionalmente, seja na ocupação de ambientes considerados “nobres” no principal espaço edificado para abrigar o Instituto Oswaldo Cruz - o castelo mourisco -, onde ocupou gabinetes específicos destinados à fotografia e à cinematografia, seja pela importância da atividade na hierarquia interna, consubstanciada pela obrigatoriedade de apresentação, da mesma forma que outros laboratórios e seções do Instituto, de um relatório anual de atividades à direção da instituição⁷⁷.

A partir da década de 1930, uma série de fatores irá contribuir para a instabilidade política e institucional do Instituto Oswaldo Cruz, que será materializada de maneira mais contundente na década de 1950 e sugerirá novos rumos para a instituição.

Depois do impacto inicial que provocou, Manguinhos manteve uma posição de prestígio graças a um corpo técnico talentoso, a seus vínculos com a comunidade científica internacional e à autonomia gerencial e financeira garantida pelo seu regulamento e pelos recursos obtidos com a venda de vacinas. Contudo, depois do seu impulso inicial, o Instituto deixaria de crescer e renovar-se, inviabilizando a manutenção dos padrões precedentes no trabalho científico realizado.

Ao mesmo tempo, os destinos da saúde pública e do Instituto Oswaldo Cruz, unificados em outros momentos, seguiram direções diferentes. A Revolução de 1930 e a constituição do Ministério da Educação e Saúde Pública marcaram o início do processo de transformações que se verificará na organização da saúde no Brasil. Esse processo, caracterizado pela crescente intervenção e centralização do Estado nacional na formulação de políticas públicas, se por um lado dinamizou a atenção à saúde no interior do país, por outro, restringiu sensivelmente a intervenção do Instituto Oswaldo Cruz no campo da saúde, seja na formulação das práticas sanitária, seja na participação direta de seus quadros profissionais em órgãos e serviços públicos.⁷⁸ A criação de novos

⁷⁷ THIELEN, Eduardo Vilela. *Imagens da saúde no Brasil: a fotografia na institucionalização da saúde pública*. São Paulo, 1992. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

⁷⁸ BRITO, Nara; BENCHIMOL, Jaime L.; HAMILTON, Wanda. 'Do Instituto Soroterápico Federal à Fundação Oswaldo Cruz' In *Ciência & Saúde: a Fiocruz do futuro*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Suplan, 1989, pp. 31-35.

órgãos estatais, além de crises econômicas e institucionais sucessivas, afetou fortemente o Instituto Oswaldo Cruz, com supressão de sua autonomia administrativa e financeira.

Na década de 1940, especialmente durante a gestão de Henrique Aragão (1942-1949) uma nova fase de florescimento e prosperidade se dará no Instituto, através da concessão de verbas governamentais para a construção de novos prédios e o reequipamento dos laboratórios.

No entanto, a partir da saída de Aragão – cuja demissão por divergências com o governo federal, marcou o fim das direções ‘vitalícias’ exercidas por cientistas que iniciaram suas atividades em Manguinhos, ainda como estudantes de Medicina –, uma crise sem precedentes se instaurará na instituição, envolvendo aspectos políticos, econômicos e administrativos e gerando grande rotatividade em sua direção, caracterizada por gestões curtas, descontínuas e incapazes de definir projetos de maior alcance que acarretaram, inclusive, a perda de competitividade do órgão em termos nacionais e internacionais⁷⁹.

Após o golpe militar de 1964, Rocha Lagoa assumiu a direção do instituto e passou a manipular a distribuição de recursos, inclusive aqueles obtidos individualmente pelos pesquisadores, desestruturando os laboratórios cujos titulares eram suspeitos ou rebeldes às novas diretrizes.⁸⁰

O endurecimento do regime militar a partir de dezembro de 1968 com a edição do ato Institucional nº 5 e a conseqüente onda de repressão que assolou setores da classe política e do meio acadêmico e universitário atingiu em cheio o Instituto Oswaldo Cruz com a suspensão, por decreto, pelo prazo de dez anos, dos direitos políticos de um grupo de pesquisadores do instituto.

Em 22 de maio de 1970, pouco depois da cassação dos pesquisadores, o governo criaria a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, resultado da reunião do Instituto Oswaldo Cruz e de outros órgãos vinculados ao Ministério da Saúde. Essa aglutinação jurídico-administrativa de um conjunto de instituições estabeleceu as bases de formação de um

⁷⁹ BENCHIMOL, 2001, p. 83-96.

⁸⁰ BRITO, Nara; BENCHIMOL, Jaime L. e HAMILTON, Wanda, 1989.

grande complexo de ciência e tecnologia em saúde pública, centrado na pesquisa, produção e ensino.

De uma certa maneira, essa proposta significava um retorno à tradição de Manguinhos, associando as atividades de pesquisa, ensino e produção de medicamentos e imunobiológicos. Entretanto, na primeira metade da década de 1970 os planos traçados para a instituição não saíram do papel. A recuperação da instituição só terá início a partir da gestão de Vinícius da Fonseca (1975-1979) com um projeto que abrangia desde a recuperação física do *campus* de Manguinhos e de suas instalações, sua reorganização administrativa e a retomada de seu espaço no cenário científico nacional.

É interessante notar que esse quadro de crise e instabilidade institucional verificado a partir da década de 1950, parece se refletir na documentação fotográfica existente no acervo institucional da Fundação Oswaldo Cruz. Se por um lado, o volume de registros fotográficos produzidos e acumulados durante as primeiras décadas do século XX é abundante e minucioso, por outro, percebemos que, a partir dos anos de 1940, aquela sistemática já não mantém o mesmo padrão e a mesma produção iniciais, movimento que vai culminar com uma notável dispersão e fragmentação das imagens fotográficas a partir da segunda metade do século.

1.6.1 As temáticas presentes no arquivo de imagens fotográficas

São várias as temáticas presentes nas imagens produzidas pelo Instituto Oswaldo Cruz ao longo de sua história. Todas elas referem-se, de alguma forma, às práticas de institucionalização da microbiologia no Brasil e/ou às ações relacionadas com a formulação e implantação de políticas de saúde pública no país.

A produção de um arquivo de imagens fotográficas, a considerar os registros que permaneceram ao longo dos anos, obedeceu a uma lógica interna bem definida. Sendo os substratos das atividades então em curso, as imagens refletiam a gama de atribuições e atividades nas quais a instituição estava envolvida.

Em primeiro lugar, apontamos as chamadas ‘fotografias científicas’, tais como as fotomicrografias, obtidas a partir da junção das técnicas fotográfica e microscópica, as fotos antropométricas⁸¹ e os retratos de doentes.

Com relação ao último tema, é importante observar que a documentação das manifestações das doenças no homem foi um tipo de utilização da fotografia bastante disseminada pelas ciências biomédicas, seja pela possibilidade de estabelecimento de tipologias das doenças a partir da identificação de sintomas físicos específicos, seja pelo acompanhamento da evolução das doenças e dos tratamentos, ou ainda para a divulgação de trabalhos e pesquisas em publicações científicas, relatórios, congressos e conferências. Era corrente a publicação de fotografias de caráter científico no principal órgão de divulgação da instituição, as *Memórias do IOC*, com a função de ‘prova’, de que era revestida a imagem fotográfica.

Outro conjunto significativo de imagens refere-se às viagens científicas realizadas pelos pesquisadores e médicos do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil, especialmente após 1910. As imagens correspondentes às expedições, produzidas por fotógrafos especialmente contratados para tais missões, registram a associação do Instituto Oswaldo Cruz aos esforços governamentais de interiorização do Estado brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Cobrindo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, as imagens construíram um inventário pioneiro do interior do Brasil.

A expedição realizada em 1912 por Artur Neiva e Belisário Penna a localidades do Nordeste e parte do estado de Goiás revestiu-se de especial importância. Seu relatório, publicado em 1916, tornou-se um marco da origem do movimento pelo saneamento rural na Primeira República, uma vez que o retrato do

⁸¹ A antropometria era a técnica usada pela medicina legal para demonstrar a identidade de um indivíduo, através da caracterização da sua personalidade física. Foi muito utilizada pelas investigações policiais e judiciárias no século XIX. No caso das imagens do IOC, as fotos antropométricas apresentam um cunho antropológico e etnográfico de identificação e registro de grupos sociais, como, por exemplo, uma nação indígena. Esse foi um uso muito corrente da fotografia na passagem do século XIX para o século XX em diversas expedições de geógrafos, antropólogos e cientistas em geral ao redor do mundo.

Brasil, então esboçado, apontava a doença e as condições precárias de vida da população como principal problema para o progresso daquelas regiões.⁸²

Por fim, há que se mencionar as imagens que registram a vida cotidiana da Fundação Oswaldo Cruz e que integram um projeto mais amplo de constituição de uma memória institucional e de legitimação do órgão nas esferas do poder público brasileiro e dos círculos científicos nacionais e internacionais.

São as imagens presentes desde os primórdios da instituição, de cenas tanto “domésticas” quanto públicas dos acontecimentos vivenciados na sua rotina, tais como: a construção do conjunto arquitetônico do *campus* do Instituto - com destaque para o imponente castelo em estilo mourisco-; suas instalações físicas internas; os instrumentos e equipamentos de pesquisa; os cientistas em atividade nos laboratórios e gabinetes de trabalho; homenagens e solenidades de inauguração e visitas de chefes de Estado, políticos, administradores públicos, cientistas e personalidades em geral etc.

Nesse conjunto, destacam-se os registros dos eventos institucionais que representam os encontros entre personagens expoentes do mundo científico e político, em situações solenes e comemorativas de marcos importantes do desenvolvimento da área de saúde pública no país.

Muitas dessas imagens foram divulgadas não somente em trabalhos, relatórios e publicações institucionais mas também nos órgãos de imprensa do país. A sistemática de produção e publicização dessas imagens (re)afirma uma importante utilização da fotografia, desde sua invenção e disseminação social, como instrumento de reprodução das relações de poder político, institucional e/ou científico, através da produção e divulgação das imagens, de um lado, e da detenção e controle sobre o conhecimento produzido, de outro.

Muitas vezes acompanhando ou acompanhadas de textos redigidos de maneira didática, essas fotografias desempenhavam um papel de reforço e

⁸² LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ-UCAM, 1999.

propaganda das idéias e práticas do IOC e apontam para um esforço de construção de sua história, passo fundamental para a continuidade de um projeto institucional.

Assim, no interior de um projeto institucional inicialmente personificado na figura de Oswaldo Cruz, um sistema eficiente de documentação fotográfica foi estabelecido, multiplicando as imagens que ‘inauguraram’, de um ponto de vista simbólico, aquela vida institucional. A sistematização da produção de imagens também garantiu a continuidade de uma quase narrativa dos fatos vivenciados, tornando dignos de nota tanto cenas de atividade de rotina, quanto eventos mais ilustres protagonizados pelos diretores do Instituto Oswaldo Cruz.

Reunidos os registros, essa documentação reforça a excelência dos trabalhos e a importância estratégica que o Instituto assume na área científica brasileira exatamente pelo valor de evidência agregado aos arquivos dessa natureza. Amplamente utilizados em publicações e exposições diversas, magnificam e reproduzem os atributos positivos associados ao IOC, contribuindo para o estabelecimento de seu espaço próprio no cenário político-institucional brasileiro.

1.7 Algumas considerações sobre a conceituação e a caracterização de arquivos científicos

Em função da valorização da história social da ciência, voltada para o estudo das condições sociais de implantação das atividades científicas, as fontes documentais de arquivos, tornaram-se objeto de atenção de pesquisadores que destacaram a importância da compreensão das relações existentes entre o contexto nacional e social, e o significado da ciência, a cada momento. Os estudos voltados para trajetórias institucionais e/ou pessoais ganharam nova dimensão, na medida em que estabelecem os vínculos essenciais entre a ciência, a política e a sociedade.

Santos chama a atenção para o fato de que a procura das fontes documentais por historiadores da ciência só obteve sucesso, em grande parte, pela convergência de sua

agenda de pesquisas com iniciativas de valorização dos acervos documentais produzidos por instituições e pessoas com trajetórias expressivas no campo da ciência. Segundo ele,

“Na década de 1980, iniciativas inseridas em um movimento mais amplo de resgate da memória e de conscientização da sociedade sobre a importância dos arquivos tomaram vulto no Brasil e em outros países. O direito à informação – fundamental ao exercício da cidadania plena - e o dever do Estado de proporcionar condições de acesso a essa informação foram temas centrais daquele movimento. No caso do Brasil, em especial, é possível supor que a abertura política, então iniciada, viabilizando a restituição dos direitos democráticos, proporcionou, em parte, condições favoráveis a iniciativas para empreendimentos preocupados com a preservação de parcelas significativas do patrimônio documental do país. Os arquivos, de certo modo, beneficiaram-se dessa ‘febre da memória’, responsável por inúmeros projetos institucionais, entre os quais alguns na área de preservação e valorização de acervos científicos. Assim, conjuntos documentais provenientes de instituições e de pessoas com trajetória profissionais no campo da ciência encontraram abrigo em arquivos, centros de documentação e outras entidades similares.”⁸³

Com relação a acervos arquivísticos, podem ser tomados como referências dois desses projetos: o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, que representam as duas experiências mais expressivas e institucionalizadas, no que concerne, entre outros aspectos, à constituição e ao tratamento técnico de arquivos no campo das ciências.

Criado em 1985, como uma unidade de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de constituir-se em um centro de documentação preocupado com a preservação dos arquivos pessoais de cientistas e a documentação institucional dispersa pelos prédios compartilhados com o Observatório Nacional, o MAST foi ao longo dos anos se estruturando e ampliando seu acervo. Os arquivos pessoais e institucionais sob sua guarda constituem fonte de referência essencial para a compreensão do surgimento e da institucionalização da ciência no Brasil. No que se refere aos arquivos pessoais, sua linha de acervo está voltada para a aquisição de conjuntos documentais de pesquisadores com trajetórias nos campos da astronomia, física, química, matemática, energia nuclear e meteorologia.

⁸³ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (THESIS I) p.19.

Criada em 1986, a Casa de Oswaldo Cruz – COC, unidade da Fiocruz, é um centro de pesquisa, documentação e informação dedicado à memória e à história das ciências biomédicas e da saúde pública e atua intensamente como instituição de divulgação e educação em ciência, tecnologia e saúde. Do projeto inicial voltado para preservação da memória documental da instituição, foram ao longo dos anos estabelecendo-se as bases de um centro de referência para a memória documental das ciências biomédicas e da saúde no país, a partir da identificação e captação de arquivos e coleções bibliográficas.

Dentre as competências da Casa de Oswaldo Cruz na área de documentação, inclui-se a reunião, tratamento, preservação e acesso ao acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz, assim como a arquivos institucionais e pessoais de interesse para história das ciências biomédicas e da saúde. Entre os arquivos pessoais é possível identificar uma linha de constituição do acervo que busca combinar aqueles provenientes de cientistas, muitos dos quais com passagem pelo Instituto Oswaldo Cruz, com os de médicos sanitários, técnicos e outros profissionais da saúde pública.

Mas o que seriam exatamente os arquivos científicos? Para a conceituação e caracterização dos arquivos oriundos das atividades científicas é necessário antes de tudo, questionar o próprio termo ‘arquivos científicos’. Vários autores criticam esse termo na medida em que significa a incorporação de um atributo – ‘científico’ – ao arquivo, remetendo a outras denominações tais como, arquivos econômicos, arquivos literários, arquivos políticos etc. A classificação dos arquivos por temas, em geral, é considerada problemática.

Para Antonia Heredia⁸⁴, por exemplo, o ‘arquivo central de literatura e de arte’ criado em 1941, na extinta União Soviética, insere-se em um conjunto de equívocos na classificação dos arquivos, fruto da influência de uma linha francesa que confere caráter ‘especial’ aos arquivos, econômicos, científicos, de arquitetura etc. Essa seria uma terminologia ambígua que não favorece a classificação, nem sequer para garantir uma distinção entre arquivos públicos e privados. Sendo assim, para esta autora, não existem

⁸⁴ HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística General: teoría y práctica*. 6ª ed. Sevilla: Servicio de publicaciones, 1993.

arquivos científicos, mas sim de instituições científicas, públicas ou privadas, que possuem estreita relação com as diversas dimensões dessa atividade.

Maria Madalena Machado Garcia⁸⁵, por sua vez, observa que, no plano conceitual não existe a noção de arquivo político. A única especificidade desses documentos é a de se ligarem à ação política, e por isso o correto é falar em documentos ligados ao exercício de uma função política.

Na mesma linha de argumentação, especificamente no que diz respeito aos arquivos científicos, Ana Maria de Almeida Camargo ressalta:

“Por mais que se tenha um entendimento do que significam ‘arquivos científicos’, a expressão não é adequada. Não se pode dizer que um arquivo é literário, ou artístico, ou político, ou repressivo, porque tais qualidades só se aplicam a ele por contaminação. Os documentos de arquivo são, na verdade, um meio neutro, independente das necessidades do pesquisador que os utiliza. Não podem assumir, a não ser por efeito metonímico, as características e propriedades de um universo que lhes é estranho, e com o qual não mantêm relações de reciprocidade. Melhor seria dizer, portanto, ‘arquivos de interesse para a ciência ou para a história da ciência’ em lugar de ‘arquivos científicos’.”⁸⁶

Para Camargo, a base desse equívoco está na própria natureza dos arquivos, que se definem pela acumulação de elementos probatórios das atividades desenvolvidas, ao longo do tempo, por instituições e pessoas. A relação entre o documento e a atividade que lhe deu origem é tão forte e estreita que ambos se confundem e se representam mutuamente. Daí o poder de atestação que distingue o documento de arquivo e constitui um dos pilares da teoria arquivística. Dessa forma, quando preservados em conjunto e quando as relações orgânicas que mantiveram entre si são passíveis de reconstituição, os documentos representam a própria entidade (instituição ou pessoa) que os acumulou.⁸⁷

Camargo pondera ainda que, por mais que interessem ao historiador os arquivos das instituições de pesquisa, os dos próprios pesquisadores ou ainda os dos organismos

⁸⁵ GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. ‘Os documentos pessoais no espaço público.’ *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 178, 1998.

⁸⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. ‘Conceituação e características dos arquivos científicos’. Encontro de Arquivos Científicos, 2º, 2005, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. p. 13.

⁸⁷ Id., ib., loc. cit.

de apoio a projetos de ciência e tecnologia, é preciso lembrar que as razões pelas quais tais documentos foram acumulados não coincidirão nunca com os propósitos, sempre cambiantes, de sua utilização secundária.

Ou seja, a função probatória precípua dos documentos de arquivo incide única e exclusivamente sobre as atividades da instituição ou pessoa responsável por sua acumulação, e ainda que essas atividades constituam objeto de seu interesse e estejam muito próximas dos temas que pretende abordar, o historiador manterá com os documentos que as representam uma relação de pura instrumentalidade ou de correspondência.

É importante observar, a esse respeito, uma das características mais importantes dos documentos de arquivo, poucas vezes compreendidas pelos que deles se utilizam para fins de pesquisa retrospectiva. Trata-se da estabilidade de sentido que define, por princípio, o vínculo entre os documentos e as ações de um organismo ao longo do tempo.

A manutenção desse vínculo – garantia da própria autenticidade dos documentos de arquivo – é também a base dos princípios e métodos a que os profissionais da área de documentação devem submeter os conjuntos documentais acumulados pelas entidades (instituições e pessoas) qualquer que seja seu uso imediato ou mediato. Em contraste gritante com tal estabilidade, o universo de usuários secundários do arquivo lhe atribui, forçosamente, uma pluralidade de sentidos, em decorrência de hipóteses, pressupostos e recortes temáticos os mais variados.

Todos esses sentidos, no entanto, devem levar em consideração, como ponto de partida, a relação originária de equivalência entre documentos e ações dentro de parâmetros contextuais determinados. É por isso que, não havendo reciprocidade entre o arquivo, necessariamente unívoco em relação ao organismo produtor, e o historiador, que o vê sempre como matéria polissêmica, a pesquisa retrospectiva demanda um esforço metodológico considerável.⁸⁸

Por outro lado, é preciso considerar a história da ciência como campo que, a exemplo de tantos outros, tem procurado absorver teorias, paradigmas e modelos em

⁸⁸ Id., ib., p. 13-14

constante discussão, o que se traduz em multiplicação de enfoques, recortes temáticos e fontes. Seja para estudar mecanismos cognitivos propriamente ditos – os processos de invenção, criação e descoberta, a partir de movimento cumulativo ou de rupturas e descontinuidades –, seja para adotar uma perspectiva institucional voltada para a ciência como um tipo específico de organização que produz conhecimento e mantém relações com a sociedade, a política, a economia, a religião e a ideologia, o fato é que o pesquisador se obriga a fazer uma série de seleções antes de delimitar, em meio a inúmeras possibilidades seu campo operacional. De acordo com Camargo:

“Pode-se aceitar, como Popper, Lakatos e outros autores, que há um contínuo e progressivo aprimoramento das ciências, tanto no plano empírico quanto no conceitual, e que nessa medida os resultados de determinadas experiências têm relação entre si e com as soluções que se apresentam às diferentes questões teóricas postuladas, de tempos em tempos pelos pesquisadores de determinada área do conhecimento. Pode-se também, na linhagem de Kuhn, assumir a posição de que não há progresso científico genuíno e que a ciência, à semelhança de outras modalidades de conhecimento, está totalmente submetida a circunstâncias históricas, que nem sempre levariam em conta só marcos teóricos preexistentes. Dependendo desses referenciais, o historiador da ciência poderá, certamente, priorizar o uso de certas fontes.”⁸⁹

Apesar de todo o questionamento com relação à conceituação dos arquivos provenientes das práticas científicas, um grupo de arquivistas franceses vem consolidando nos últimos anos uma linha de reflexão sobre o que denominam “arquivos científicos”.

Thérèse Charmasson⁹⁰ aponta que o surgimento da história das ciências como uma disciplina autônoma, marcada em particular por um interesse recente em uma história social das ciências contemporâneas, fez com que arquivistas e pesquisadores passassem a se preocupar com a conservação dos arquivos científicos que constituem a fonte para essa história.

Para os arquivistas franceses, a denominação ‘arquivos científicos’ abrange todas as fontes arquivísticas que permitem estudar a evolução das políticas de pesquisa

⁸⁹ Id., ib., p. 14.

⁹⁰ CHARMASSON, Thérèse. ‘Archives institutionnelles et archives personnelles.’ *Les Cahiers de l’École Nationale du Patrimoine*, Paris, v. 3, p. 13-23, 1999.

e de ensino científicos, a evolução desta ou daquela disciplina ou ainda o papel deste ou daquele cientista no desenvolvimento do conhecimento. Ela é ampla e permite a distinção de três grandes categorias de arquivos científicos, quanto à proveniência e ao estatuto jurídico e que não são indiferentes quanto à coleta, conservação e sua comunicação⁹¹:

1. Arquivos de tutela dos estabelecimentos de pesquisa e ensino científicos, em geral, [no caso da França, localizados nos arquivos ministeriais] e que são, na grande maioria atividades do Estado. São arquivos públicos que apresentam um caráter essencialmente administrativo. Eles permitem o estudo, de maneira ampla, das políticas de pesquisa e de ensino científicos.

2. Arquivos próprios dos estabelecimentos de pesquisa e de ensino que podem ser de caráter administrativo, produzidos pelos serviços administrativos desses estabelecimentos, ou de caráter científico quando emanam de laboratórios e centros de pesquisa que, por sua vez, também conservam documentos administrativos. Reúnem essencialmente os materiais documentais da pesquisa propriamente dita (a exploração, a experimentação, a teorização). Trata-se, em geral, de arquivos públicos, que informam sobre a implementação das políticas de pesquisa e a evolução geral das diferentes disciplinas científicas.

3. Arquivos pessoais de cientistas. São geralmente considerados pelos cientistas como arquivos privados, mesmo que o essencial de sua atividade de pesquisa tenha se desenvolvido no âmbito de um estabelecimento de pesquisa ou de ensino de caráter público. Esses arquivos permitem estudar não apenas a contribuição deste ou daquele cientista no progresso do conhecimento, mas também o ambiente familiar, intelectual e social no qual ele desenvolve seu trabalho.

Quanto a esta última categoria, Charmasson observa que, para o período mais contemporâneo, os arquivos pessoais dos cientistas parecem se confundir com os arquivos dos laboratórios nos quais trabalharam e, freqüentemente, é muito difícil estabelecer uma distinção formal entre eles. Retomaremos essa questão no capítulo 3,

⁹¹ Id., ib., p.13-14.

adiante quando tratarmos do tema da personalização de conjuntos documentais no âmbito dos arquivos institucionais.

Odile Welfelé aponta ainda uma quarta categoria de arquivos científicos: aqueles que são provenientes de associações e sociedades científicas, como, por exemplo, academias de ciências, escolas superiores científicas e museus científicos.⁹² Avançando na caracterização dos arquivos científicos, Welfelé concentra sua reflexão no que denomina “materiais documentais da ciência”. Para a autora, os locais de produção dos documentos da ciência não se encontram nos ministérios e nas sedes sociais dos grandes organismos de pesquisa. Eles estão nos laboratórios,

“... lá onde a ciência se elabora, se transforma, trabalha, manipula-se, como dizemos. (...) O que resulta da observação, da reflexão e da experimentação, passa por diferentes formas e suportes antes de resultar em algumas linhas sobre o papel (o artigo). A atividade de pesquisa produz papel, claro, e este é o seu objetivo prioritário. Entretanto, ela produz muitas outras coisas: culturas de células sobre plaquetas, coleções (de rochas, de insetos, genótipos...), máquinas-ferramenta, protótipos, bases de dados, mapas, gráficos, animais, filmes e... papel: relatórios de atividades, pedidos de financiamento, teses, correspondência sobre os temas da pesquisa... Mas eis que os cientistas consideram somente um documento como digno de conservação: é a separata, o resultado de seu trabalho.”⁹³

A separata, muitas vezes, é o único documento que escapa de repetidas destruições, consubstanciando-se como a prova de uma pesquisa freqüentemente concluída e bem sucedida, uma ferramenta de comunicação sem igual e um instrumento de gestão de uma carreira. Todos os outros suportes da comunicação, testemunhos das etapas intermediárias da atividade científica, são de natureza instável e sua conservação é aleatória e precária.

Buscando reforçar sua argumentação, Welfelé associa uma visão burocrática da ciência aos arquivos da administração da pesquisa. Mesmo reconhecendo a importância deste material, para ela esses documentos – relatórios de atividades, solicitações de financiamento, publicações etc. – só fornecem uma visão esclerosada, a imagem

⁹² WELFELÉ, Odile. ‘Quels matériaux pour l’ historien d’après demain?’ *Les Cahiers de l’École Nationale du Patrimoine*, Paris, v. 3, p.104, 1999.

⁹³ Id., ib., loc. cit. WELFELÉ, Odile. ‘A proveta arquivada. Reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea.’ *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 67, 2004.

“oficial” do mundo da pesquisa que são extremamente otimistas quanto ao trabalho consumado e às realizações que estão por vir.

Nesse sentido, a autora sugere, ao longo do seu texto, que os arquivistas devem ir *lá onde está a verdadeira veia científica*. Seu – dos arquivistas – trabalho será identificar as relações que os pesquisadores mantêm com suas produções documentais, definir que valor estas produções podem ter para a história das ciências, atrair a atenção dos cientistas sobre a utilidade de construir uma memória, encontrar os meios de conservá-la, fazer um inventário dela e tornar sua existência conhecida para historiadores e sociólogos das ciências.

Trata-se de conhecer a origem destes dados, o objetivo que presidiu a sua reunião, as explorações que foram feitas, as equipes que foram formadas em torno destes trabalhos. Há, então, a urgência de sair do âmbito estreito do arquivo para se pensar em termos dos documentos oriundos das práticas científicas, conservar os arquivos mas também os objetos e a memória das práticas.⁹⁴

É interessante observar que apesar de ser o posicionamento de uma arquivista, e uma proposta de abordagem diretamente relacionada à sua prática profissional, a reflexão de Welfelé apresenta uma contribuição relevante para aqueles interessados na história da ciência na medida em que chama a atenção para um tipo de fonte que nem sempre é privilegiada pelos estudiosos.

De fato, nos últimos anos, vem se consolidando uma linha de pesquisa na história da ciência que utiliza fontes antes relegadas a um segundo plano ou mesmo à destruição sumária. Ganharam relevância, portanto, entre os pesquisadores da história da ciência, não apenas os produtos acabados da investigação, sob a forma de quadros sinópticos, relatórios, artigos e teses, mas também os registros intermediários de experiências levadas a efeito nos laboratórios, com a descrição das operações que conduzem a um determinado tipo de resultado, para que se possa repeti-lo ou modificá-lo. Por exemplo, os cadernos de laboratório vêm sendo extremamente valorizados como fonte para a história da ciência.⁹⁵

⁹⁴ Id., ib., p.68.

⁹⁵ É exemplar o trabalho de Gerald Geison, desenvolvido a partir dos 144 cadernos de apontamentos do cientista Louis Pasteur doados por seu neto à Biblioteca Nacional de Paris. Esses cadernos consistem em

Apesar de toda a discussão e questionamento, altamente pertinentes, com relação ao termo arquivos científicos gostaríamos de situar este trabalho no âmbito da perspectiva abrangente de tipologia proposta pelos arquivistas franceses – “todas as fontes arquivísticas que permitem estudar a evolução das políticas de pesquisa e de ensino científicos, a evolução desta ou daquela disciplina ou ainda o papel deste ou daquele cientista no desenvolvimento do conhecimento” – optando por caracterizar esses acervos como arquivos provenientes das práticas científicas e inserir os documentos iconográficos, em especial as imagens fotográficas, nesse contexto.

A utilização de fotografias como fonte principal de nossa análise é uma tentativa de entender melhor uma das formas de representação visual utilizada nas ciências biomédicas e que vem sendo pouco explorada nos estudos da História da Medicina e da Saúde Pública, não significando, entretanto, o estabelecimento de um privilégio de um determinado tipo de fonte.

Nossa proposta é compreender as imagens como documentos oriundos das práticas científicas, produzidas ao longo do processo de observação, reflexão e experimentação tanto das atividades de pesquisa em laboratório quanto dos trabalhos de campo. Em suma, como vestígios, como testemunhos do processo de produção do conhecimento científico, e que, como tais merecem ser problematizadas.

Trata-se aqui da noção de documentos ou registros intermediários apontada acima ou mesmo de adotar, no sentido estrito, uma definição clássica de documentos arquivísticos: “criados e recebidos por uma pessoa física e jurídica no curso de uma atividade prática”.⁹⁶

O que o processo de estudos e investigação científica teria de peculiar? O próprio processo, consubstanciado nas etapas de formulação, desenvolvimento e resultados, e que pode acontecer durante alguns anos ou mais de uma década. Pretendemos compreender melhor a gênese e constituição de um conjunto de documentos - em especial, os fotográficos – produzidos e acumulados em decorrência

registros criteriosos e pormenorizados de experimentos realizados por Pasteur e seus colaboradores durante quarenta anos de pesquisa ativa e quase diária. Cf. GEISON, Gerald. *A ciência particular de Louis Pasteur*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Contraponto, 2002.

⁹⁶ DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para uma antiga ciência*. Trad. Manuel Vasquez. Carmona: S & C, 1996. (Biblioteca Archivistica, 5)

do desempenho de funções de investigação científica, estabelecendo a compreensão do complexo contexto de criação dos documentos.

Com relação ao nosso universo de fontes - os arquivos e coleções existentes na Casa de Oswaldo Cruz - é importante observar que, apesar da inexistência de uma política claramente estabelecida de gerenciamento, conservação e tratamento técnico de seus documentos arquivísticos, a Fundação Oswaldo Cruz acumulou e, indiretamente preservou, ao longo de sua trajetória, um acervo de proporções e importância respeitáveis.

A história da Fundação Oswaldo Cruz - pioneira e uma das principais instituições de pesquisa do Brasil - se confunde com a história brasileira. Além de ser uma instituição de referência na área das ciências biomédicas, é importante ressaltar sua participação e envolvimento diretos na formulação, planejamento e execução de políticas públicas de saúde no Brasil.

Toda essa história figura no amplo acervo da Fiocruz, nos seus prédios, em suas bibliotecas, nas coleções científicas, nas peças museológicas e nos conjuntos documentais acumulados em Manguinhos no percurso daquela trajetória. O reconhecimento da importância deste material foi determinante para que se incluísse entre os objetivos da Fundação a preservação, valorização e divulgação de seu patrimônio histórico, científico e cultural, de forma articulada com o contexto mais geral da memória da saúde e das ciências biomédicas no Brasil.

Esse objetivo concretizou-se e institucionalizou-se apenas com a criação da Casa de Oswaldo Cruz, porém o volume e a diversidade de seu patrimônio histórico, arquitetônico, documental e científico sugerem que, mesmo de forma não sistemática e involuntária, muitas vezes graças a iniciativas individuais de pesquisadores, funcionários e administradores, a preocupação com a preservação de sua história e de sua memória esteve presente desde seus primórdios. A construção de um castelo mourisco, no início do século XX, na zona rural do Rio de Janeiro por Oswaldo Cruz é simbólica a esse respeito.

Como vimos, no Brasil a construção da memória científica ocorreu paralelamente ao processo de institucionalização das Ciências, onde se estabeleceram

espaços de produção de um saber voltado para a solução dos problemas nacionais. Se a consolidação da atividade científica significou também o estabelecimento de instituições que dessem suporte às práticas e conhecimentos científicos, a constituição desta memória foi uma das dimensões da legitimação desses espaços de saber.

Neste capítulo procuramos analisar a trajetória do Instituto Oswaldo Cruz, como espaço privilegiado de institucionalização do saber científico e lugar de memória da ciência. No segundo capítulo analisaremos a constituição desta memória científica sobre a proposição e implantação de políticas de saúde pública no país a partir das campanhas de controle e erradicação da malária, na primeira metade do século XX. Para tanto utilizaremos como objeto privilegiado de nossa análise um arquivo de imagens fotográficas, registro não só das atividades empreendidas pelo Instituto Oswaldo Cruz e das múltiplas ações em que a instituição estava envolvida, como crônica das diferentes abordagens científicas executadas pelas campanhas de combate à malária no Brasil. Conforme veremos a seguir, as fotografias permitem-nos perceber não apenas os diferentes sistemas cognitivos que foram mobilizados para o controle da malária, como também as mudanças na abordagem e estratégias de combate à doença entre as décadas de 1910 e 1950.

CAPÍTULO 2

O COMBATE À MALÁRIA NO BRASIL

Neste capítulo discutiremos alguns aspectos históricos das campanhas de controle e erradicação da malária no Brasil na primeira metade do século XX, inseridas no contexto mais amplo de estruturação e consolidação de uma política de saúde pública de âmbito nacional para o país.

Para enriquecer essa discussão nos utilizamos de fotografias que registram e representam as principais estratégias, tecnologias e técnicas utilizadas no combate à doença. É importante ressaltar que cada uma das imagens aqui apresentadas está marcada pela lógica da ação pública e privada dos personagens e das instituições que as produziram e colecionaram e não esgotam as possibilidades de investigação sobre o tema. No entanto, consideramos que oferecem um rico painel sobre o desenvolvimento dos estudos e ações públicas de controle e erradicação da doença e correspondem a momentos diferenciados do desenvolvimento do saber científico sobre a malária e é exemplar de diferentes formas e estratégias de combate à doença em contextos históricos específicos.⁹⁷

2.1 A gênese de uma política de saúde pública no Brasil

O primeiro Governo Vargas (1930-1945) pode ser visto como um período de transição na história do Brasil e dos seus serviços de saúde pública. A ruptura com a chamada república oligárquica, estruturada em um modelo agrário-exportador, no plano econômico, e, no plano político-social, a instauração de um regime autoritário, modernizador e centralizador, constituem elementos fundamentais da vida brasileira nesses 15 atribulados anos de mudanças e redefinições.

⁹⁷ Neste capítulo aprofundamos algumas questões desenvolvidas no artigo HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. 'A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX.' *Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 233-273, 2002.

A criação, ainda no ano de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), representou o atendimento de uma antiga demanda do movimento médico-higienista. Sua organização pretendia encerrar um período de fragilidade institucional e timidez geográfica da saúde pública, traços que a marcaram até a década de 1920, dando início a um processo de estruturação e institucionalização de uma política mais efetiva de saúde pública no Brasil.⁹⁸ Apesar de não representar um rompimento radical com relação às práticas sanitárias desenvolvidas nas duas primeiras décadas do século XX – caracterizadas pelo combate às endemias rurais e às epidemias que atingiam as populações dos centros urbanos – a criação da nova pasta representou, sem dúvida, um marco importante neste processo.

O movimento pela reforma da saúde pública nas duas últimas décadas da Primeira República foi caracterizado por Castro Santos como um dos elementos mais importantes no processo de construção de uma ideologia da nacionalidade, com impactos na formação do Estado brasileiro. Para o autor, esta interpretação deve servir como ponto de partida para qualquer reflexão sobre a saúde pública no Brasil republicano.⁹⁹

Segundo Castro Santos, o chamado movimento sanitário pode ser dividido em dois momentos fundamentais. O primeiro, que cronologicamente corresponde à primeira década do século XX, foi marcado pela gestão de Oswaldo Cruz à frente da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), entre 1903 e 1909. Órgão federal responsável pela saúde da capital federal e dos portos, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), o DGSP concentrou suas ações no saneamento urbano do Rio de Janeiro e no combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola. Já o segundo período, que abrangeu as décadas de 1910 e 1920, teve como característica principal o saneamento rural, em especial o combate a endemias como a ancilostomose, a malária e a doença de Chagas.

⁹⁸ Cf. HOCHMAN, Gilberto 2001 'A saúde pública em tempos de Capanema: inovações e continuidades'. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV/USF, 2001, p. 27-51; _____. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar em Revista*, Paraná, n. 25, p. 127-41, 2005.

⁹⁹ CASTRO-SANTOS, Luis Antônio de. 'O pensamento sanitário na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade.' *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

Até meados da década de 1910, as políticas públicas na área de saúde, no Brasil, limitavam-se às regiões urbanas de maior importância econômica. No entanto, as endemias eram predominantemente rurais. A partir do final dos anos de 1910, houve uma certa reação nacionalista nas artes, na música e na literatura. Euclides da Cunha, em *Os sertões*, colocou no centro da análise não mais a elite refinada das cidades, mas as miseráveis populações do interior do país.

As expedições médico-científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz ao Vale do São Francisco e aos estados das regiões Norte e Nordeste do país, entre 1911 e 1913, tiveram o efeito de colocar os sanitaristas em contato direto com a miséria e a doença, endêmicas nessas regiões e disseminaram por todo o país o retrato de uma população rural atrasada e doente. A divulgação, em 1916, do relatório da expedição chefiada por Artur Neiva¹⁰⁰ e Belisário Penna¹⁰¹ em 1912 ao interior do país trouxe ao conhecimento público

¹⁰⁰ Arthur Neiva nasceu em 22 de março de 1880, em Salvador (BA). Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo os estudos que havia iniciado em Salvador em 1903. Em 1906, ingressou no Instituto de Manguinhos, onde coordenou trabalhos de profilaxia da malária. Em 1912, Neiva integrou, ao lado de Belisário Penna, uma expedição científica, financiada pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Inspetoria de Obras contra as Secas, que resultou no relatório *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Este trabalho, mais conhecido como o relatório Neiva-Penna, expunha o total estado de miséria em que vivia a população do interior do Brasil. Entre 1916 e 1918, dirigiu o Serviço Sanitário do estado de São Paulo. Artur Neiva foi ainda diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1923 a 1927 e diretor-geral de pesquisas científicas do Ministério da Agricultura em 1933. Faleceu em 1943, no Rio de Janeiro. Cf. COUTINHO, Amélia; MELO, Joana Angélica. 'Artur Neiva'. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1930-1983. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984, p. 2372-3.

¹⁰¹ Belisário Augusto de Oliveira Penna nasceu em 29 de novembro de 1868, em Barbacena (MG). Formado em medicina pela Faculdade da Bahia em 1890, Penna mudou-se para o Rio de Janeiro e ingressou na Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), onde foi nomeado inspetor sanitário na 4ª Delegacia de Saúde. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela. Participou de inúmeras campanhas de combate à doenças como a epidemia de impaludismo na região nordeste de Minas Gerais (1907), a malária que dizimava os trabalhadores da ferrovia Madeira-Mamoré e a febre amarela que assolava Belém (1910). Em 1912, integrou uma expedição junto com Arthur Neiva, que percorreu o norte da Bahia, o sudoeste de Pernambuco, o sul do Piauí e o nordeste de Goiás e resultou no famoso relatório Neiva-Penna. No ano seguinte Penna fez, por conta própria, uma expedição pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1914 Penna reassumiu seu cargo de inspetor sanitário no Rio de Janeiro, em 1916 instalou o primeiro Posto de Profilaxia Rural do país, no subúrbio carioca de Vigário Geral. Através do jornal *Correio da Manhã* Penna iniciou uma campanha "*pelo saneamento físico e moral do Brasil*", publicando em 1918 o livro *O Saneamento do Brasil*. Penna assumiu ainda diversos cargos de direção no Serviço de Profilaxia Rural (1918) e de saneamento do DNSP (1920-2). Preso em 1924, em virtude de seu apoio ao movimento contra o governo do presidente Arthur Bernardes, foi suspenso de suas funções, sendo reintegrado apenas em 1927. Ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (1928), a direção do DNSP (1930), foi ministro da Educação e Saúde por duas vezes (1930 e 1932). Exonerou-se do DNSP em 1932, filiando-se à Ação Integralista Brasileira (AIB) fundada por Plínio Salgado, tornando-se membro da Câmara dos 40, órgão máximo do movimento integralista. Faleceu no dia 4 de novembro de 1939, no Rio de Janeiro. FARIA, Helena. 'Belisário Penna'. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. CD-ROM.

um outro Brasil, habitado por uma população desconhecida, atrasada, doente, improdutiva e abandonada, praticamente sem qualquer identificação com a pátria.¹⁰²

Para Hochman, os argumentos daquele que melhor expressou o movimento sanitarista no período, Belisário Penna, são fundamentais para a compreensão de como a saúde tornou-se uma questão nacional entre 1916 e 1930. Líder da Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada em fevereiro de 1918, Penna proferiu discursos e escreveu onde lhe deram espaço: na imprensa, em fóruns profissionais e de classe e em eventos políticos. A repetição e o exagero – estratégia que impunha nos seus inúmeros textos e palestras, reproduzidos e copiados pelo país afora – tornam possível analisar o trabalho de Penna, que, de acordo com Hochman, constituiu:

“(…) um instrumento de expressão e divulgação de um diagnóstico sobre as condições da saúde da população brasileira, que acabou por se tornar corrente entre setores significativos das elites. Além disso, seus textos e sua ação foram vitais para dar visibilidade aos problemas de saúde que, se não foram assumidos totalmente pelas elites, passaram a integrar a agenda política nacional.”¹⁰³

A Liga Pró-Saneamento do Brasil tinha como objetivo principal a criação de uma agência pública, de âmbito federal, que uniformizasse os serviços, realizasse e coordenasse ações de saúde em todo território nacional, superando assim, os limites constitucionais impostos à ação da União na área de saúde pública, restrita ao Distrito Federal e aos portos. A proposta de centralização dos serviços sanitários era um desafio à ordem política vigente e deveria ser viabilizada pela criação de um Ministério da Saúde Pública.¹⁰⁴

O movimento liderado durante a Primeira República por médicos, higienistas e intelectuais em favor de uma reforma sanitária e de sua extensão às áreas rurais do país foi

¹⁰² ALBUQUERQUE, M. et. alii. *A Ciência vai à Roça* – Imagens das Expedições do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1991.; NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. ‘Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí, e de norte a sul de Goiás’. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 30, p. 74-224, 1916; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ-UCAM, 1999.

¹⁰³ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1998, p. 71.

¹⁰⁴ HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. ‘A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX.’ *Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 233-273, 2002.

importante para fortalecer, entre as várias camadas da população, a ideologia nacionalista e modernizadora. Foi este o contexto em que podemos verificar a crescente participação de alguns setores políticos, egressos das classes médias e das novas profissões emergentes, na defesa de melhores condições de vida e de trabalho das populações urbanas e rurais do Brasil.

Logo, a saúde passa a ser vista como condição necessária ao projeto de modernização e ao progresso do país, ideário partilhado pela intelectualidade brasileira que servirá de base à reivindicação por uma ação mais enérgica e eficiente do Estado no sentido de criar um clima favorável para a implementação de políticas de prevenção. Na verdade, o que a maioria dos reformistas pretendia era que o Estado tomasse a frente das questões relacionadas à saúde. Os debates políticos sobre as questões de higiene, nas primeiras décadas da república, começavam a apontar na direção da centralização e da transformação da saúde em questão nacional.

De modo geral, os debates em torno da idéia de saneamento enfatizavam a necessidade de organizar os serviços da saúde pública de forma centralizada e autônoma. O sistema federalista implantado com a República deu maiores poderes aos estados para administrar as questões relativas à saúde. No entanto, poucos foram aqueles que conseguiram levar adiante programas eficazes de reformas. As ações de saúde eram restritas aos estados política e economicamente mais fortes.¹⁰⁵

A impossibilidade da maioria dos estados de enfrentar os problemas de saúde, sem o apoio material e financeiro do poder central, contribuiu para que o governo federal interferisse de forma direta nos estados nos momentos de recrudescimento das crises epidêmicas e abriu o espaço para o estabelecimento de parcerias internacionais, como foi o caso dos convênios com a Fundação Rockefeller, presente no Brasil desde 1915.¹⁰⁶

Para Hochman, as decisões sobre as políticas de saúde estão associadas às relações entre poder central e oligarquias regionais e aos mecanismos de interdependência que se estabeleciam. Segundo o autor, a difusão de uma consciência de interdependência sanitária

¹⁰⁵ HOCHMAN, 1998, p. 153-60.

¹⁰⁶ Id., ib., p. 16-17.

e territorial, percebida através da revelação de um país pobre e de um Estado ausente, foi um fator determinante neste processo.¹⁰⁷

Como resultado da intensa campanha política, o presidente Wenceslau Brás criou, em maio de 1918, o Serviço de Profilaxia do Distrito Federal, inicialmente subordinado à Inspetoria de Profilaxia da DGSP. No ano seguinte, foi criado o Serviço de Profilaxia Rural, subordinado diretamente ao MJNI. Nesse novo formato institucional os estados poderiam receber recursos humanos, técnicos e financeiros por meio de acordos voluntários que transferiam aos serviços federais a responsabilidade direta no combate às endemias rurais. Com isso, a profilaxia rural teve sua área de atuação consideravelmente ampliada.

Ainda em 1919, após intenso debate político motivado por uma mensagem do presidente Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional propondo reformas na saúde pública, o Legislativo federal aprovou a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Esse órgão inaugurou uma nova etapa no desenvolvimento de políticas de saúde pública e de saneamento no Brasil e significou a ampliação da presença federal no campo da saúde pública. A profilaxia rural foi incluída no DNSP através da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural (DSPR) que, sob a direção inicial de Belisário Penna, foi o serviço de maior impacto, em especial no que diz respeito à presença do governo federal nos estados.

A partir da década de 1920, o país assistiu a um processo de interiorização dos serviços de saúde, que tinha por lastro o início efetivo da participação do Estado na formulação de ideologias e políticas de salvação nacional por meio da educação e da saúde pública¹⁰⁸ Essa tendência viria a se aprofundar na década de 1930, tendo como marco inicial a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, logo após o movimento revolucionário de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder.

¹⁰⁷ HOCHMAN, 1998, p. 91-147.

¹⁰⁸ Esse argumento encontra-se desenvolvido em OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense/CNPq., 1990.

A construção institucional da saúde pública¹⁰⁹, ao longo dos 15 anos do Primeiro Governo Vargas, acompanhou as oscilações políticas do período. Todo o setor público passou, a partir de 1930, por uma série de reformas que já vinham sendo anunciadas antes mesmo da mudança de governo e se enquadraram num programa de planejamento governamental que cresceu neste período.

Isso porque, para que se concretizassem os ideais de formação de um Estado forte e centralizado, fazia-se necessária, entre outros aspectos, a construção de um aparato governamental que atuasse em todo o território nacional, conjugando a ação governamental nas esferas federal, estadual e municipal em um projeto unificado. A criação do MESP estava inserida nesta perspectiva de reforma administrativa.¹¹⁰

Inicialmente, a criação do Ministério não trouxe nenhuma alteração para a saúde pública, significando apenas a incorporação do já existente Departamento Nacional de Saúde Pública – DNSP. Em seus quatro primeiros anos, a pasta ministerial teve três diferentes titulares: Francisco Campos (1930-1931, 1931-1932), Belisário Penna (1931) e Washington Pires (1932-1934).

Foi só na gestão de Gustavo Capanema (1934-1945), que o Ministério da Educação e Saúde Pública teve sua estrutura administrativa consolidada enquanto instituição governamental participante do movimento mais geral de centralização e de práticas intervencionistas que marcaram a política social e econômica do Primeiro Governo Vargas.

Com a gestão Capanema, o problema da saúde pública passou a ser considerado como parte integrante das chamadas questões sociais e o Estado introduziu um plano nacional de organização do setor, buscando torná-lo mais eficiente do ponto de vista administrativo e subordinado ao controle federal. No âmbito da saúde pública, o Estado atribuiu às campanhas e demais ações de saúde um caráter político-ideológico, inserindo-as no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional.

¹⁰⁹ Sobre o processo de constituição de políticas públicas de saúde no Brasil, a partir dos anos 1930 Cf. FONSECA, Cristina M. *Local e nacional: dualidades da institucionalização da saúde pública no Brasil (1930-45)*. Rio de Janeiro, 2005. 298 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ.

¹¹⁰ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina, M. O. 'O que há de novo? Políticas de Saúde Pública e Previdência, 1937-1945'. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 73-93.

Proposta em 1935 e implementada por Capanema a partir de janeiro de 1937, a reforma do MESP definiu a política nacional de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa do Ministério e adequando-a aos princípios básicos que orientaram a política social do Primeiro Governo Vargas.

O projeto de reforma foi encaminhado à Câmara dos Deputados em dezembro de 1935, por meio de mensagem do presidente Vargas, acompanhada de duas exposições de motivos do ministro Capanema. O projeto visava:

“(...) dotar da maior eficiência o Ministério da Educação e Saúde Pública, de modo que possa, efetivamente, funcionar como um aparelho central e básico, apropriado a desenvolver, em todo o país, de modo direto ou indireto, as atividades relativas à saúde e à educação, destinadas à valorização progressiva do homem brasileiro.”¹¹¹

A sistemática aprovada pela proposta previa a criação, na organização geral do Ministério, de órgãos de direção (núcleo de irradiação dos quais emanariam as ordens e as orientações fundamentais); de órgãos de execução (destinados a atividades de administração geral ou, principalmente, administração especial) e de órgãos de cooperação (que não seriam parte integrante do ministério; de caráter opinativo, eventualmente teriam competência deliberativa). Adotava-se a expressão *saúde* (e não *saúde pública*) com o objetivo de designar o conjunto de atividades relacionadas à saúde pública e à assistência social, essencialmente voltadas para a defesa e o amparo da saúde. Assim, o Departamento Nacional de Saúde, teria três divisões, dentre as quais a de saúde pública, dedicada à prevenção de doenças e à melhoria da saúde.

Em tramitação na Câmara dos Deputados desde dezembro de 1935, em junho de 1936 o projeto recebeu substitutivo apresentado pelo ministro Capanema com o objetivo de operar algumas alterações. O Departamento Nacional de Saúde, órgão de direção, continuava com a organização proposta no projeto original. Os órgãos de execução, por outro lado, seriam tratados através de leis especiais, saindo da lei de reforma do ministério.

¹¹¹ WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983, p.127.

O projeto foi aprovado em plenário na sessão realizada em 31 de dezembro de 1936 e mudou o nome do ministério para Ministério da Educação e Saúde. Submetido pelo Congresso à sanção do presidente da república, resultou na Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

Com a reforma de Capanema terá início o processo de reformulação e consolidação da estrutura administrativa da saúde pública, uma estrutura que permaneceria quase inalterada até a criação do Ministério da Saúde em 1953.

A instauração do Estado Novo em novembro de 1937 facilitou a implementação de uma reforma centralizadora. Havia uma clara preocupação em assegurar a presença do governo central nos estados, reformulando a relação existente até então entre os Estados e a União, pois mesmo aqueles serviços que apresentavam em seu regulamento administrativo uma função mais nacional, na prática ainda estavam pouco presentes fora do Distrito Federal.¹¹²

No campo da saúde pública, as principais mudanças implementadas pela reforma Capanema foram a criação das Delegacias Federais de Saúde, dos Serviços Nacionais e a instituição das Conferências Nacionais de Saúde.

As Delegacias atuavam em oito regiões que cobriam o território brasileiro e tinham como função supervisionar as atividades necessárias à colaboração da União com os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social, além da inspeção dos serviços federais de saúde. Conforme previsto na Lei nº 378 de 13/01/1937, As oito delegacias então criadas cobriam as seguintes unidades da federação:

- 1) Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro;
- 2) Acre Amazonas e Pará; com sede em Belém;
- 3) Maranhão, Piauí e Ceará, com sede em Fortaleza;
- 4) Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com sede em Recife;
- 5) Sergipe, Bahia e Espírito Santo, com sede em Salvador;

¹¹² HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 14.

- 6) São Paulo e Mato Grosso; com sede em São Paulo;
- 7) Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre; e
- 8) Minas Gerais e Goiás, com sede em Belo Horizonte.

O ano de 1941 marcou a criação dos serviços nacionais de saúde, vinculados ao Departamento Nacional de Saúde Pública e estruturados para alcançar os mais distantes pontos do país. No âmbito de suas ações estavam os esforços que deveriam ser empreendidos no campo da organização sanitária e combate às grandes endemias. Os 12 serviços nacionais então instituídos foram os seguintes: Serviço Nacional da Peste; Serviço Nacional de Tuberculose; Serviço Nacional da Malária; Serviço Nacional de Lepra; Serviço Nacional da Febre Amarela; Serviço Nacional do Câncer; Serviço Nacional de Doenças Mentais; Serviço Nacional de Educação Sanitária; Serviço Nacional de Saúde dos Portos; Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina; Serviço Federal de Bio-Estatística e Serviço Federal de Águas e Esgotos.¹¹³

Consolidava-se a visão de que a saúde pública deveria privilegiar o combate às doenças infecto-contagiosas, que atingiam a totalidade da comunidade nacional e não grupos específicos. Organizados de forma vertical, em âmbito nacional, por doença, definidas pelo governo como as mais relevantes.

A principal orientação era debelar surtos epidêmicos e estabelecer métodos de controle e prevenção, num trabalho conjunto com as Delegacias Federais de Saúde e com os governos locais. O governo federal aumentava dessa forma – através da equipe técnica que atuava nos estados (médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras etc.) – sua

¹¹³ O Serviço de Febre Amarela e o Serviço de Malária do Nordeste antecederam a criação dos serviços nacionais, pois já haviam sido criados respectivamente pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937 e pelo Decreto-lei n. 1.042, de 11 de janeiro de 1939, ambos os órgãos estavam vinculados às ações da Fundação Rockefeller. A reforma do Ministério da Educação e Saúde em 1941, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 3.171, de 2 de abril deste ano, promoveria a verticalização das campanhas de combate à doenças específicas e às grandes endemias. A criação dos serviços nacionais no âmbito desta reforma visava intensificar a presença dos órgãos federais de saúde nos estados de forma mais centralizada, reafirmando “*o projeto político de consolidar uma estrutura administrativa com uma forte coordenação e supervisão federal.*” Cf. Hochman, 2005, p. 134-5; BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, Brasil, p. 1210, 15 jan. 1937; BRASIL. Decreto-lei n. 1.042, de 11 de janeiro de 1939. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, o Serviço de Malaria do Nordeste. Coleção das Leis da república dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 21, 1939.

presença nos recantos mais remotos do país, conjugando centralização política com descentralização administrativa.

Reforçada pelo forte apelo ideológico que apontava para um projeto de construção de uma nova nação e da crescente centralização política, a organização desses serviços acentuava a intenção do Ministério em estender os limites de sua atuação, buscando projetar-se em todo o território nacional, para levar seu concurso e sua influência a todas as unidades federadas. As atividades de saúde pública deveriam se voltar principalmente para a prevenção e o combate de doenças como a tuberculose, a malária, a febre amarela e a peste, visando a sociedade e não indivíduos. Essa diferenciação estava sendo cristalizada desde o início do Governo Vargas cujo foco principal de sua política social era a incorporação dos trabalhadores urbanos, por categoria profissional reconhecida pelo Estado, que passaram a ser titulares de direitos oferecidos pela legislação trabalhista e pelos recém criados Institutos de Aposentadorias e Pensões e seus esquemas de assistência médica e social.¹¹⁴

As preocupações com a saúde do homem rural estavam diretamente vinculadas às doenças infecto-contagiosas, que implicavam em riscos à coletividade, e marcaram a atuação do Ministério. Toda a estrutura administrativa da saúde pública se construiu tendo como prioridade o combate às doenças transmissíveis e seu campo de atuação foi sendo delimitado a partir da conjugação da necessidade de uma maior presença do governo federal nos estados, traduzida em centralização administrativa, com foco em doenças transmissíveis, grande parte delas endêmicas nas áreas rurais.

Por sua vez, as Conferências Nacionais de Saúde deveriam reunir delegações de todos os estados em um fórum nacional e de caráter oficial para discutir os temas de saúde pública. A primeira Conferência Nacional de Saúde foi realizada em novembro de 1941, no Rio de Janeiro. Algumas proposições aprovadas nessa Conferência revelam a combinação da histórica agenda dos sanitaristas e das características da política do Estado Novo. De um lado reafirmam a necessidade de centralização da capacidade de normatização legal e administrativa das ações de saúde pública nas mãos do Ministério da

¹¹⁴ HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 73-93; HOCHMAN, 2001, p. 127-51.

Educação e Saúde Pública, ainda que os estados e municípios fossem os executores dessas ações. De outro, a manutenção da possibilidade de acordos entre estados e governo federal para que este desenvolvesse diretamente ações de saúde, preferencialmente de combate às endemias rurais.¹¹⁵

Paralelamente ao processo de reordenamento da estrutura administrativa da saúde pública, com sua incorporação em novos moldes à agenda oficial do Estado, havia uma demanda voltada para a nova especialização médica. Por outro lado, os sanitaristas que já trabalhavam nesta área, lotados principalmente no Instituto Oswaldo Cruz e no Departamento Nacional de Saúde Pública, estimulavam a oficialização dos cursos de saúde pública, no intuito de consolidar a especialização nesta área e formar quadros para ocupar cargos nos órgãos de saúde.¹¹⁶

Verificou-se um lento, porém evidente, processo de formação e diferenciação entre os médicos clínicos e os higienistas/sanitaristas. Essa formação se dará através de cursos de higiene e saúde pública ministrados pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Faculdade Nacional de Medicina, pela ida de médicos brasileiros para a Johns Hopkins School of Public Health, pelo treinamento nos próprios serviços que se tornaram cada vez mais importantes e sua necessidade foi amplificada pela atuação da Sociedade Brasileira de Higiene, durante os anos 1920.

Foi esse processo de formação de um grupo de profissionais médicos, empregados do Estado e especializados em saúde pública, que deu início à separação entre elites estatais profissionais e elites políticas. Enfim, conformou-se uma comunidade profissional associada ao Estado, que passou a ser interlocutora dos grupos que tinham interesses vinculados às atividades estatais nas áreas de saúde e saneamento.¹¹⁷

¹¹⁵ HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 16.

¹¹⁶ Eliana Labra *apud* HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 19.

¹¹⁷ HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.40-61, 1993.

A estruturação e a consolidação da carreira de sanitarista ocorreram, portanto, e não por acaso, paralelamente às reformas que procuravam definir e expandir a atuação do Estado na área da saúde pública por todo o país. À medida que foram sendo definidas as prioridades para a saúde pública, foram também se reafirmando os requisitos necessários para a conformação de uma especialidade médica regulamentar.

Ao mesmo tempo, essa geração contribuiu para a construção deste aparato institucional, definindo prioridades e acumulando experiências no trabalho cotidiano pelo interior do país, atuando tanto como formuladores de propostas políticas para o setor, como implementadores de políticas. Torna-se, portanto, muito difícil separar, o processo de institucionalização da saúde pública, que se desenvolveu a partir dos anos de 1930, da trajetória pessoal-profissional da geração que se constituiu ao longo deste processo.¹¹⁸ Esse aspecto é fundamental para a compreensão das estruturas e dos “atores” do período em que iremos trabalhar em maior profundidade – a década de 1950.

Outro aspecto importante do período diz respeito à participação de instituições e técnicos americanos em serviços de saúde no Brasil. Basicamente três serviços, todos vinculados ao Ministério da Educação e Saúde Pública, espelham esta influência: o Serviço de Malária do Nordeste; o Serviço de Febre Amarela e o Serviço Especial de Saúde Pública.

A presença norte-americana foi fundamental para a estruturação dos serviços, para a formação de profissionais da área (médicos, engenheiros, enfermeiras), para a difusão de princípios norteadores das atividades de saúde pública e finalmente, por terem estes serviços atuado principalmente na área rural, contribuindo para as práticas políticas de saúde pública no interior do país.¹¹⁹

¹¹⁸ HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 19.

¹¹⁹ CUETO, Marcos. ‘Los ciclos de la erradicación: la fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940’. In: CUETO, Marcos (ed.). *Salud, Cultura y Sociedad em América Latina: Nuevas Perspectivas Históricas*. Lima, IEP-OPS, 1996, p.179-202; CASTRO-SANTOS; FARIA, 2003, p. 60-5.

A Fundação Rockefeller, que já estava presente no país desde a década de 1910, atuava durante a década de 1930 no Serviço de Febre Amarela, através de contratos com o governo brasileiro. O combate à doença era realizado através de postos instalados em núcleos rurais localizados em áreas de grande infestação. Paralelamente, desde setembro de 1938 a Fundação Rockefeller vinha concentrando suas atividades numa grande campanha de combate ao *Anopheles gambiae*, mosquito vetor da malária.

A criação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, durante a II Guerra Mundial, por intermédio de um convênio com o governo norte-americano, representado pelo Instituto de Assuntos Interamericanos – IAIA constituiu outro elemento importante na *montagem* dos serviços públicos de saúde do período.¹²⁰

A participação do governo norte-americano foi mais intensa nos seus primeiros anos sendo, gradativamente, substituída por um maior número de técnicos brasileiros, mas manteve sempre sua autonomia no interior da estrutura administrativa da saúde. No seu processo de expansão que teve início a partir da década de 1950, o SESP realizou convênios com estados brasileiros procurando atuar principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, privilegiando dessa forma as áreas rurais.

Em termos mais gerais, podemos dizer que o Estado Novo não significou uma ruptura radical em relação à agenda sanitária da década de 1920. A ênfase das políticas federais de saúde continuou a ser o combate a grandes endemias rurais e as epidemias que ameaçavam a população. No entanto, verificou-se uma mudança significativa em sintonia com o processo de constituição do Estado pós-1930: intenso processo de organização, profissionalização, despolitização, burocratização e centralização das atividades de saúde e saneamento vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A perspectiva centralizadora da reforma administrativa da década de 1930 fortaleceu a tendência de aumentar a capacidade do governo federal sobre os estados no campo da saúde pública. Essa tendência contrastava com a perspectiva campanhista, voluntarista, fragmentada, politizada dos anos 1910 e 1920. As estruturas organizacionais e os médicos sanitaristas que emergiram desse processo são bastante

¹²⁰ O SESP será objeto do subcapítulo 2.3.3.

diversos daqueles do período anterior. Correspondem a uma outra geração criada e orientada no e para o serviço público, treinados em cursos específicos de saúde pública no Brasil e nos Estados Unidos.¹²¹

Com o processo de redemocratização de 1945, embora fossem mantidas as diretrizes gerais da política de saúde do Estado Novo, modificaram-se os seus usos. O fim do estado de exceção, o término da II Guerra Mundial e a política norte-americana para a América Latina inauguraram um novo momento na história brasileira, vinculado às idéias de desenvolvimentismo com um processo acentuado de internacionalização e de modernização da sociedade. A questão da saúde, nesse contexto, foi incorporada ao programa geral do conhecimento e erradicação da pobreza.

O governo Dutra (1946-1951) caracterizou-se, nos dois primeiros anos, pela ruptura com a política econômica de orientação nacionalista. Nele, os organismos econômicos estatais vinculados ao intervencionismo do período anterior foram suprimidos. A nova orientação revelou-se gradualmente favorável à entrada de capital estrangeiro no Brasil.¹²²

No entanto, em 1947, com a criação do Plano Salte¹²³, que estabeleceu a saúde como uma das prioridades do plano global de desenvolvimento do país, observa-se um retorno ao modelo varguista de desenvolvimento. A partir de então, a saúde passou a ser vista como um instrumento da política nacional na medida em que, juntamente com a alimentação, tornava-se fundamental para a superação dos pontos de estrangulamento do processo de desenvolvimento. As estruturas básicas de institucionalização da política de saúde, no entanto, são mantidas.¹²⁴

¹²¹ HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 22.

¹²² MALAN, P. S. Relações econômicas internacionais do Brasil, 1945-1964. In: B. Fausto (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v.11. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986, p. 51-106.

¹²³ Plano econômico apresentado pelo presidente Eurico Dutra ao Congresso Nacional em 10 de maio de 1948 através da Mensagem Presidencial nº 196. Foi aprovado, após dois anos de tramitação, pela Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950. A designação Salte foi tirada das iniciais dos quatro principais problemas que o plano se propunha resolver: saúde (s), alimentação (al), transporte (t) e energia (e). Cf. CALICCHIO, Vera; FLAKSMAN, Dora. 'Plano Salte'. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. v. 4. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984, p. 2.780-2.

¹²⁴ Sobre a saúde nos planos cf. PENA, Maria Valéria J. Saúde nos planos governamentais. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.16, p. 69-96, 1977.

O segundo Governo Vargas (1951-1954) foi marcado pela questão da modernização econômica que, representava a possibilidade de superação da dicotomia entre uma sociedade tradicional baseada na economia agro-exportadora e uma sociedade moderna industrial. Entretanto, o Estado permaneceu no seu papel centralizador, planejando o crescimento de áreas estratégicas e a efetivação de investimentos indispensáveis ao processo de industrialização do país. Com relação à formulação da política de saúde pública, acreditava-se que o desenvolvimento global do Brasil traria como consequência imediata a solução dos problemas sanitários.

Nesse contexto, o setor de saúde pública consolidou as tendências assinaladas anteriormente. Uma expressão disso foi a promulgação da lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, que criou o Ministério da Saúde, conferindo um novo estatuto aos problemas sanitários na definição da política estatal. Na prática, porém, a constituição de uma pasta autônoma para a saúde pouco alterou as ações institucionais no setor. Em termos administrativos, o novo ministério manteve, basicamente, a mesma estrutura do extinto Departamento Nacional de Saúde - DNSP, ampliando, no entanto, o quadro de enfermidades sob seus cuidados e conservando sua orientação centralizadora.¹²⁵

A alteração de maior peso na década de 1950 se verificou, na realidade, apenas em 1956, com a criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu. Criado pela Lei nº 2.743 de 6 de março de 1956, o DNERu passou a centralizar os serviços de combate às enfermidades endêmicas anteriormente sob a responsabilidade do DNSP e revelou a decisão política do Ministério no sentido de intensificar o combate às endemias rurais.

No bojo desse processo, destacam-se a importância e o papel assumidos pelas campanhas sanitárias. Embora tenham sido interrompidas entre 1930 e 1934, foram retomadas lentamente a partir de 1935, num movimento gradual de evolução e fortalecimento que as transformou, nas duas décadas seguintes, em um dos principais instrumentos da consolidação das políticas de saúde pública no Brasil. A incorporação da

¹²⁵ HAMILTON, W.; FONSECA, C. M. O. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 791-825, 2003.

questão da saúde da população à pauta de desenvolvimento mais global do país e a incidência de várias epidemias e endemias em todo o território nacional, conferiram às campanhas sanitárias um papel chave no combate a várias enfermidades infecto-contagiosas de grande repercussão econômica.

Em resumo, podemos observar que no período pós-1945, no qual o país se redemocratizou, a saúde pública foi herdeira dos aparatos construídos nos anos Vargas, e sua estrutura centralizadora e verticalizada para implementar campanhas sanitárias seria confrontada com a experiência pluralista e democrática que caracterizou o Brasil de 1945 a 1964. No campo institucional, os marcos forma a criação do Ministério da Saúde (1953) e do DNERu (1956). Nesse sentido, se políticas públicas, política e ideologia continuam a se entrelaçar no campo da saúde pública, em especial quando o objetivo, retórico ou real, era a saúde das populações rurais, o período pós-1930 foi marcado profundamente pela institucionalização, profissionalização e burocratização da saúde pública.¹²⁶

2. 2 O debate internacional sobre o combate à malária

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a malária ainda é a doença tropical e parasitária que mais causa problemas sociais e econômicos no mundo. Também conhecida como paludismo, a doença tem como vetor protozoários do gênero *Plasmodium* e cada uma de suas espécies determina aspectos clínicos diferentes para a enfermidade. O protozoário é transmitido ao homem pela picada do mosquito do gênero *Anopheles*. pelo sangue, geralmente por mosquitos do gênero *Anopheles*.

As questões relativas à malária têm recebido grande atenção nas duas últimas décadas em função de uma série de fatores: sua grande incidência em regiões do mundo subdesenvolvido, a inexistência de uma vacina eficiente e o fracasso de uma série de ações

¹²⁶ HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002, p. 235-6. Sobre esta questão ver também LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O; HOCHMAN, Gilberto. 'A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: a reforma sanitária em perspectiva histórica'. In: LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho; MANUEL SUÁREZ, Julio. *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005, p. 27-58.

de combate à doença desenvolvida ao longo do século XX, em particular da Campanha Global de Erradicação da Malária aprovada pela Assembléia Mundial da Saúde em 1955 e capitaneada pela OMS até 1969 quando se abandonou o intento de erradicar a malária.

A pertinência dessas questões pode ser observada pelo aumento constante da produção de trabalhos sobre o tema, merecendo inclusive tratamento especial em dois importantes periódicos da área de história da saúde pública, o *Medical Anthropology* e *Parassitologia*, que dedicaram, recentemente, números específicos sobre a doença.¹²⁷

Explorando diversos aspectos da relação entre saúde e desenvolvimento, alguns autores discutem o poder da ciência e da medicina para combater ou até mesmo erradicar, a partir dos avanços tecnológicos e terapêuticos, as doenças infecto-contagiosas em todo o mundo, e questionam o modelo que associa saúde e riqueza que se tornou predominante no campo da saúde internacional após a II Guerra Mundial.

Normalmente, a saúde é vista como um pré-requisito essencial para o avanço econômico e social no mundo em desenvolvimento. As ações e intervenções nessa área, portanto, têm sido vistas e, de certa forma, propagadas em nome do desenvolvimento econômico. Entretanto, estudos recentes apontam que a relação entre melhoria da saúde e desenvolvimento econômico deve ser encarada mais como uma crença do que como uma proposição científica verificável. Dentro de uma perspectiva antropológica, essa crença revela-se um “modelo cultural”, um instrumento cognitivo, produto de circunstâncias históricas específicas.¹²⁸

O campo da saúde internacional tem uma história e uma cultura particulares que carecem de análises mais aprofundadas por parte dos cientistas sociais. O modelo cultural de saúde e desenvolvimento tem sido utilizado com maior frequência no caso da malária e de sua erradicação.

¹²⁷ PACKARD, Randall; BROWN, Peter J. ‘Rethinking Health, Development, and Malaria: Historicizing Cultural Model International Health’. *Medical Anthropology*, n. 3, v. 17, p.181-94, 1997; SILVA, Kalinga Tudor. ‘Public Health for Whose Benefit? Multiple Discourses on Malaria in Sri Lanka’. *Medical Anthropology*. n. 3, v. 17, p.195-214, 1997; BROWN, P. J. ‘Malaria, *miseria*, and underpopulation in Sardinia: the malaria blocks development cultural model’. *Medical Anthropology*, n. 3, vol. 17, p. 239-54, 1997; LITSIOS, S. ‘Criticism of WHO’S revised malaria eradication strategy’. *Parassitologia*, n. 42, p. 167-72, 2000.

¹²⁸ PACKARD; BROWN, 1997, p.181-94.

A malária tem sido considerada como a ‘doença econômica clássica’. Entretanto é preciso historicizar a ideia de que as intervenções na saúde levam diretamente aos avanços sócio-econômicos. Lugar comum na comunidade internacional de profissionais da saúde, essa noção repousa em pressupostos e hipóteses, relativamente recentes, sobre a natureza da saúde e da doença que surgiram em contextos históricos e culturais específicos. Dentro dessa abordagem, a saúde é separada conceitual e programaticamente do processo de mudanças sociais e ecológicas, tornando-se uma entidade fechada, sujeita à manipulação e administração.¹²⁹

Antes do século XVIII, a saúde e a doença eram vistas pelos médicos ocidentais como inseparáveis dos processos sociais e ambientais mais amplos. Uma noção mais estreita de saúde surgiu no Ocidente durante o século XVIII com a ascensão da clínica e o deslocamento da ciência médica na direção das causas orgânicas da doença no interior do corpo humano. Essa tendência foi reforçada pelo desenvolvimento da teoria dos germes e pela emergência da medicina tropical no final do século XIX.

Dessa forma, a doença passou a ser identificada com a presença de organismos parasitas específicos dentro do corpo e, a ‘conquista’ da saúde, associada ao controle ou eliminação desses parasitas. Como consequência, a saúde tornou-se ‘matéria’ para o desenvolvimento, a partir do controle da doença e dos programas de prevenção que poderiam ser implementados independentemente dos processos econômicos e sociais mais amplos.¹³⁰

A história da saúde internacional a partir do final do século XIX pode ser vista como a história do domínio crescente de uma definição biomédica restrita de saúde. Nesse sentido, as intervenções de saúde internacional, durante a maior parte do século XX, caracterizaram-se pela ênfase na prevenção da transmissão de agentes infecciosos e no tratamento dos infectados com agentes curativos específicos. Entretanto, esse processo não foi linearmente constituído. Em determinados períodos históricos essa visão foi contestada

¹²⁹ Id., ib., p.182.

¹³⁰ Id., ib., p.184.

e os conceitos de saúde reintegrados dentro de uma abordagem mais ampla e abrangente da sociedade.

O período de 1920 a 1950 é identificado como crítico para o desenvolvimento dos conceitos restritos tanto de saúde quanto de estratégias de intervenção de saúde pública, em função dos debates que surgiram, a partir do final do século XIX, principalmente no campo da malariologia, sobre as visões de saúde e de doença.¹³¹

Como apontam Packard e Gadelha¹³², desde o final do século XIX, com as descobertas de Laveran, Manson e Grassi sobre o papel do mosquito *Anopheles* na transmissão da malária entre as populações humanas, o caminho para o controle da doença era direcionado exclusivamente para o combate ao vetor, através da redução dos criadouros com larvicidas, ou da eliminação dos mosquitos adultos com diversos tipos de inseticidas.

No entanto, essa abordagem tinha seus críticos. Uma das causas devia-se à ocorrência de anofelinos sem malária, o que colocava em questão o papel do mosquito anófeles na malária e na importância do controle do vetor. Além disso, as intervenções centradas no vetor eram muito onerosas. O ceticismo acerca da eficácia das abordagens dirigidas para o vetor da malária levou algumas autoridades sanitárias a concentrarem-se no combate ao parasita da doença ou no reforço da resistência de seus hospedeiros humanos.

Na Itália, Angelo Celli considerava a malária como uma doença social resultante da exploração e das condições de pobreza de operários e trabalhadores rurais. Dentro dessa perspectiva, era necessário um investimento na melhoria da qualidade de vida do povo. Na década de 1920, suas teorias chegaram a ser incorporadas às políticas destinadas a controlar a malária e a encorajar o desenvolvimento econômico através do aterro dos pântanos. No entanto, esse processo era muito moroso. O método mais direto de limitar os efeitos da malária era, então, o de atacar os parasitas no hospedeiro humano através da distribuição de quinina.

¹³¹ Id., ib., p. 190.

¹³² PACKARD, Randall M.; GADELHA, Paulo. 'A land filled with mosquitoes: Fred L. Soper, the Rockefeller Foundation, and the *Anopheles gambiae* invasion of Brazil.' *Medical Anthropology*, vol. 17, n. 3, p. 197-213, 1997.

O ponto de vista de Celli era compartilhado por Robert Koch, que via a doença sob a perspectiva da teoria dos germes. Para ele, a quinina não era simplesmente um tratamento profilático ou a cura para a malária, mas parte de um controle efetivo da doença: através da sua distribuição para todos os casos de infecção, os parasitas da malária dos hospedeiros humanos seriam eliminados e, dessa forma, o ciclo da transmissão seria interrompido.

Verifica-se, pois, duas visões conflitantes. Enquanto uma era defendida por aqueles que seguiam o paradigma de doenças, então predominante, sobretudo os malariologistas e entomologistas ingleses e americanos, e que preconizavam exclusivamente o controle do vetor, a outra, adotada pelos seguidores de Koch e Celli, concentrava suas atenções no hospedeiro humano – seja através da aplicação de quinino seja pela melhoria das condições de vida. Tendo como pano de fundo essa divergência de opiniões, a Liga das Nações organizou, no início da década de 1920, a Comissão para a Malária, com a finalidade de investigar e fazer recomendações sobre os meios mais eficazes de combate à doença. Na prática, seu objetivo maior era exatamente mediar as disputas entre os dois grupos de estudiosos.

Inicialmente, os relatórios da Comissão, publicados em 1924 e 1927, favoreceram a abordagem mais abrangente e integrada do modelo de melhoria social defendida por Celli. Durante as décadas de 1940 e 1950, porém, foi se forjando uma alteração no padrão e na visão sobre saúde na direção de um modelo mais restrito, tanto conceitual quanto institucionalmente. No final dos anos 1950, o controle da malária será definitivamente separado dos esforços de melhorias sociais e se tornou novamente um problema exclusivo de mosquitos, parasitas e atividades de controle do vetor.

Essa mudança tem sido freqüentemente atribuída aos desenvolvimentos verificados no interior das ciências médicas durante esse período, consubstanciados no surgimento de novas tecnologias com o potencial de trazer rápidas melhorias para o campo da saúde, tais como o Dimetil-dietil-tricloroetano, ou DDT e outros pesticidas eficientes, a penicilina e as vacinas. Na medida em que os problemas de saúde eram definidos em termos das soluções que estavam disponíveis, o surgimento no pós II-Guerra Mundial de tratamentos mais

eficazes, muito provavelmente fortaleceu uma visão mais restrita de tema. No entanto, essa transformação não se deu de forma linear e envolveu outros elementos.

Um fator fundamental que atuou nesse processo foi o trabalho de Fred L. Soper na erradicação do *Anopheles gambiae* no Brasil e no Egito nas décadas de 1930 e 1940. Essas vitórias, amplamente proclamadas pela Fundação Rockefeller, tiveram um importante papel na retomada de modelos biomédicos mais limitados de definição do controle da doença. Além disso, a divisão de trabalho entre as organizações internacionais ocorrida dentro do sistema das Nações Unidas após a II Guerra também contribuiu para o fortalecimento dessas abordagens baseadas exclusivamente no controle do vetor e que ignoravam os contextos sociais e econômicos. Vale mencionar ainda que a Guerra Fria também impediu o desenvolvimento de programas mais integrados de saúde.

Esse processo, sugere Packard, precisa ser visto em relação com o contexto histórico mais amplo dos esforços de desenvolvimento do pós-guerra, no qual uma das principais preocupações era o desenvolvimento de estratégias intervencionistas que produzissem resultados mais rápidos. A crença em transformações sociais e econômicas gradativas, resultantes do crescimento dos mercados globais, dominou o pensamento desenvolvimentista ocidental do imediato pós-guerra. Entretanto, no final da década de 1940, a crescente ameaça do comunismo levou a demandas por abordagens mais intervencionistas de desenvolvimento.

Dentro desse contexto, o uso do DDT que, rapidamente produziu efeitos espetaculares na redução da doença, assim como um aumento expressivo na produção agrícola, tornou-se um instrumento muito favorável, inclusive politicamente, ao desenvolvimento. Em oposição, as abordagens mais amplas de saúde e desenvolvimento eram vistas como muito caras e lentas. O fluxo e a circulação de capitais e informações que acompanharam os esforços de desenvolvimento internacionais contribuíram para a disseminação desse modelo de saúde além das sociedades ocidentais. Ao fazê-lo, freqüentemente, usurparam ou subverteram os modelos de saúde nativos, como aponta

Kalinga Silva¹³³ em seu trabalho sobre o Sri Lanka. A relação de causalidade e dependência entre saúde e desenvolvimento teria sido resultado de um tipo de globalização desses modelos de saúde.

O reconhecimento de que as concepções correntes de malária estão relacionadas a processos históricos e culturais específicos possibilita o questionamento da presumida relação de causalidade entre malária e desenvolvimento. As difundidas equações ‘malária = subdesenvolvimento’ e ‘controle da malária = desenvolvimento’ muitas vezes repousam em suposições problemáticas e não questionadoras tanto sobre malária quanto sobre desenvolvimento, baseadas na ‘naturalização’ de ambos os conceitos que foram culturalmente construídos.

O predomínio das definições biomédicas mais restritas, desvinculadas dos contextos sócio-econômicos mais amplos, levou à naturalização da malária bem como à patologização de regiões tropicais e sub-tropicais do globo. A malária é vista como um fenômeno que ocorre naturalmente e como um obstáculo inerente ao desenvolvimento das regiões em que ocorre. É o axioma ‘Malaria Blocks Development (MDB)’, apontado por Peter Brown em seu trabalho sobre a multiplicidade de discursos na região da Sardenha.¹³⁴

Apesar das condições climáticas nas áreas tropicais e subtropicais torná-las mais suscetíveis à malária, isso não significa que a doença seja uma consequência natural de tal meio ambiente. Ainda no século XIX, a malária foi descoberta em climas temperados da Holanda, Inglaterra e, até mesmo, na fria Sibéria. Pelo contrário, existem evidências claras de que, muitas vezes, transformações sociais e econômicas em áreas agrícolas podem produzir ambientes malarígenos. Por outro lado, estudos recentes sobre a malária na região amazônica apontam para a relação direta entre a ocorrência da malária e a natureza da exploração humana do meio ambiente.

Os modelos culturais que naturalizaram a malária têm, particularmente, um efeito legitimador e enobecedor nos esforços para gerar desenvolvimento através do controle da

¹³³ SILVA, 1997, p. 195-214.

¹³⁴ BROWN, 1997, p. 239-54.

doença. A definição restrita das causas da malária é também vantajosa dentro dessa perspectiva. Ignorar os determinantes sociais e econômicos da doença permite aos agentes de saúde internacionais envolvidos no seu combate concentrarem-se nos mosquitos e não nos problemas relacionados à pobreza e à desigualdade de distribuição de terras e rendas. Brown, no estudo mencionado acima, aponta que o axioma ‘MDB’ serviu como uma racionalização fácil para o subdesenvolvimento na Sardenha.

A introdução do DDT e de outros inseticidas ao longo das décadas de 1940 e 1950 produziu um impacto significativo sobre as populações de anofelinos e, conseqüentemente, sobre a incidência mundial de malária. O sucesso inicial das campanhas de insetização gerou grande otimismo nos organismos de planejamento oficiais de saúde e economia e fez com que, em 1955, a World Health Assembly optasse pela adoção de um programa de erradicação global da doença em substituição aos métodos de controle tradicionais.

O objetivo era acabar com a transmissão da malária pela eliminação do parasita na população hospedeira. Essa meta, que não obteve sucesso através da simples administração de drogas, era concebida, agora, em termos de ataques intensivos ao vetor, capazes de interromper a transmissão por três anos. Ao cabo desse período, os níveis de parasita na população humana seriam extremamente reduzidos e bastariam as atividades de insetização esporádicas.

Packard chama a atenção para a estreita associação entre as idéias e práticas desse modelo de erradicação da malária com uma visão de “desenvolvimento do Terceiro Mundo”, originada na Europa e na América durante o período do pós-guerra¹³⁵.

Além de ser considerada a ‘doença econômica’ por excelência e um ‘obstáculo a ser removido’, para o antropólogo Arturo Escobar esses programas internacionais e bilaterais de cooperação que emergem com a Guerra Fria, dos quais a erradicação da malária é um dos exemplos, acabaram por ‘colonizar’ o mundo com a idéia de desenvolvimento que se torna onipresente e estruturante das políticas nacionais.¹³⁶

¹³⁵ PACKARD, 1997, p. 279-96.

¹³⁶ Escobar, A. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma, 1998.

As relações já existentes entre saúde e desenvolvimento econômico nas regiões tropicais da Ásia, África e América Latina foram acentuadas após a II Guerra Mundial. A necessidade de aumentar a produção de matérias-primas e ampliar o mercado consumidor dos produtos europeus e americanos, somado ao receio dos limites da produção mundial de alimentos, gerou esforços renovados para aumentar a produtividade dos países tropicais.

No final da década de 1940, além dos supostos benefícios econômicos, o controle das doenças tropicais passa a ser visto também como uma arma poderosa contra o comunismo internacional. A aparente rapidez e facilidade com que a malária poderia ser debelada através da utilização do DDT tornaram o seu controle particularmente atrativo.

No entanto, ainda segundo Packard, apesar de todos os argumentos sobre os benefícios da erradicação, os principais defensores de sua implementação não conseguiram demonstrar os chamados impactos sócio-econômicos. Para ele, grande parte dessa dificuldade deve-se ao fato de que a conexão entre controle da malária e desenvolvimento era simplesmente retórica. Outro elemento seria a ausência de dados que comprovem essas teorias. O autor alerta também para o surgimento de trabalhos mais recentes que reafirmam a malária como um grande problema de saúde pública, mas questionam sua importância como fator de inibição do crescimento econômico e do desenvolvimento.

No caso do Brasil, a malária, atualmente concentrada basicamente na área definida como Amazônia legal¹³⁷, representou um grave problema de saúde pública ao longo de todo o século XX. Apresentando-se inicialmente sob a forma de surtos e epidemias esporádicas e restritas a determinadas regiões, com o processo de desenvolvimento econômico e social do país e a intensificação de correntes de migrações internas, a doença e seus vetores de transmissão disseminaram-se progressivamente, atingindo praticamente todo território nacional.

¹³⁷ A Amazônia Legal recebeu essa denominação em 1966, para a realização de políticas específicas, sendo formada pelos estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso.

2.3 As campanhas de combate à malária no Brasil

2.3.1 As décadas de 1910 e 1920: postos de profilaxia, obras e enfermos

As primeiras campanhas sanitárias contra a malária no Brasil foram desenvolvidas por Carlos Chagas durante a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil e os trabalhos de abastecimento de água no Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Na mesma época, Oswaldo Cruz e Belisário Penna empreenderam medidas de saneamento e combate ao impaludismo na região amazônica, por ocasião da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. As atividades sanitárias eram executadas quando solicitadas pelos responsáveis pelas companhias, que estabeleciam contratos diretamente com as instituições existentes, destacando-se o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Bacteriológico de São Paulo.

Entre meados da década de 1910 e meados da de 1920, no rastro do movimento político pelo saneamento rural, a malária, a ancilostomíase e a doença de Chagas foram consideradas como uma ‘trindade maldita’, que entravava o avanço da civilização e que fazia do Brasil, nas palavras do médico e professor Miguel Pereira, em 1916, “*um imenso hospital*”.¹³⁸

A instalação, com poucos recursos públicos e filantrópicos, de alguns postos de profilaxia e combate à malária e à ancilostomíase na periferia do Distrito Federal na década de 1910 era considerada parte dos objetivos e estratégias da campanha para combater as endemias, educar a população e chamar a atenção da opinião pública.

Uma visita ao posto de profilaxia rural dirigido pelo médico Belisário Penna, localizado no subúrbio carioca da Penha em abril de 1918, teria mobilizado o presidente Wenceslau Brás a promover ações concretas de combate às endemias rurais. Segundo

¹³⁸ HOCHMAN, 1998, p. 64-8.; LIMA, Nísia Trindade; BRITTO, Nara. ‘Salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Um estúdio de la Revista Saúde (1918-1919)’. In: CUETO, Marcus (org.), *salud, Cultura y Sociedad en America Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP/OPS, 1996, p. 135-58.

comentários de alguns médicos, Brás teria tomado conhecimento da “*verdade cruel da situação mórbida, às portas da capital do país*”¹³⁹, o que o teria ajudado a “*formar uma pálida idéia da calamidade devida às endemias rurais*”¹⁴⁰. Essa visita resultara da expressiva repercussão da campanha pelo saneamento na imprensa, em fóruns científicos, de classe e profissionais e nos debates no Congresso Nacional e em várias Assembléias estaduais.¹⁴¹

Os primeiros postos de profilaxia rural – em número de dez e instalados, além do posto da Penha, na Gávea, Campo Grande, Jacarepaguá, Madureira, Pilares, Bangu, Guaratiba, Santa Cruz e Ilha do Governador – visavam ao atendimento de toda a área rural do Distrito Federal, que abrigava cerca de 350.000 mil habitantes. Ainda no campo da luta anti-paludismo, o governo federal criou o Serviço de Medicamentos Oficiais, por intermédio do qual compraria a quinina e, através do Instituto Oswaldo Cruz, fabricaria comprimidos que seriam vendidos ou distribuídos pelos serviços de profilaxia rural.

De acordo com o histórico do Serviço de Profilaxia Rural no Distrito Federal, apresentado por Belisário Penna, em 1920:

“O serviço a princípio era o de ambulatório nos postos para tratamento de verminóticos e impaludados, além de assistência geral aos pobres para outras doenças, o de propaganda e educação higiênica, pela palavra escrita e falada, o de vacinação e revacinação contra a varíola, o de laboratório para pesquisas de vermes, para exames de sangue (...) etc. Mais tarde iniciou-se o serviço sistemático para colheita de material para exame e tratamento a domicílio das pessoas encontradas infectadas de vermes”.¹⁴²

¹³⁹ FRAGA, Clementino. ‘Saneamento urbano e rural’. In: *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa do Brasil, 1926, p. 528.

¹⁴⁰ FONTENELLE, José P. ‘Higiene e saúde pública’. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil - Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência, Rio de Janeiro, v. 1, p. 52, 1922.

¹⁴¹ BRITTO, Nara Azevedo. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995, p. 23.; HOCHMAN, 1998, p. 111-43.

¹⁴² ‘SERVIÇO de Prophylaxia Rural no Districto Federal e zonas limitrophes do estado do Rio, desde a sua fundação, em junho de 1918 a 31 de outubro de 1920’. Rio de Janeiro, 1920, p. 1. BP/PI/TP/19202040-4. Arquivo Belisário Penna. Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

Com a nomeação de médicos da saúde pública para dirigir os postos e de médicos auxiliares, iniciou-se um serviço intensivo de tratamento sistemático, a domicílio, de verminóticos e impaludados e o de cadastro das habitações e recenseamento da população. Para isso a área de cada posto era dividida em zonas, cada zona confiada a um médico, e guardas em número variável:

“O médico, além da pré-dica a domicílio, dos preceitos de higiene e do tratamento, dos verminóticos e impaludados, leva consigo vacina anti-variólica, além de aconselhar e insistir para que recorram ao Posto Sanitário todos os que sentirem o mais ligeiro incômodo. (...) Sem aplicação da lei e apenas por meios suasórios, iniciou-se a exigência da construção de fossas e latrinas, conseguindo-se algum resultado”.¹⁴³

Segundo o relato de Belisário Penna, as duas endemias que castigavam a população rural do Distrito Federal e a zona limítrofe com o Estado do Rio de Janeiro nessa época eram:

“(...) a opilação e as verminoses em geral, em toda a área (90%) da população, e o impaludismo em muitas localidades. Para o combate ao impaludismo foi adotado o tratamento sistemático dos impaludados e a quininizacão preventiva dos comunicantes, sempre que possível, isto é, quando aceita por eles. Além disso, iniciou-se o combate ao colicídio transmissor pela desobstrução, retificação e regularização dos rios e valas pelo aterro de pântanos, ou seu esgotamento por drenos e canais, etc. derrubada de matas, destruição de plantas passíveis de conservar água em depósito (gravatás e outras bromélias)”.¹⁴⁴

Penna ressalta ainda que os postos sanitários não se limitavam à profilaxia de verminoses e impaludismo, oferecendo também assistência geral à população. Seus médicos faziam constantes preleções de higiene e profilaxia nas sedes dos postos, nas escolas públicas e em edifícios, com exibições de quadros demonstrativos ou com projeções luminosas. Assim, os postos cuidavam igualmente:

¹⁴³ Id., ib., p. 2.

¹⁴⁴ Id., ib., p. 4.

“(…) da sífilis, da profilaxia da varíola, das úlceras, praticam operações de pequena cirurgia e atendem até a chamados urgentes a domicílio. (...) Dão combate às doenças transmissíveis, a fim de evitar as explosões epidêmicas, de varíola, de meningite cérebro-espinhal, de febre tifóide, de desinteria, etc. Para maior comodidade do público e dos doentes, estabelecem-se subpostos móveis em pontos diversos da área de cada Posto. Esses subpostos, funcionam ora duas, ora três vezes por semana, em dias certos, e são instalados em convergências de estradas, em núcleos de população, ou em fazendas.¹⁴⁵

Em geral, esses postos contavam com médicos, inspetores sanitários da DGSP, um microscopista - médico ou acadêmico de medicina, um escriturário, guardas sanitários em número variável, serventes, além de uma turma de trabalhadores para serviços de valas e sarjetas. O relatório apresentado por Belisário Penna ao então presidente do Estado do Rio, Raul Veiga, reforça o aspecto mais abrangente da atuação dos postos. De acordo com esse documento, os postos não se limitariam ao tratamento dos doentes de verminoses e de impaludismo:

“(…) mas dão assistência geral a todos os que o procuram, fornecem medicação aos pobres para todas as doenças, praticando operações de pequena cirurgia e fazendo curativos de úlceras e outros. Além disso realizam trabalhos de hidrografia sanitária, tais como drenagem e aterramento de pântanos, limpeza, abertura de valas, limpeza e retificação de rios etc., e promovem medidas de saneamento geral, tais como a construção de fossas (...), de poços higiênicos, e aterramentos dos defeituosos ou imprestáveis, destruição de plantas que se possam constituir focos de procriação de culicídeos.”¹⁴⁶

A criação do Serviço de Profilaxia Rural (1919) subordinado diretamente ao MJNI e não mais à DGSP, permitiu que os estados passassem a receber recursos humanos, técnicos e financeiros por meio de acordos voluntários que transferiam aos serviços federais a responsabilidade direta no combate às endemias rurais. Com isso a profilaxia rural teve sua área de atuação consideravelmente ampliada. Esse foi o mecanismo que, sem

¹⁴⁵ Id., ib., p. 5-6

¹⁴⁶ ‘RELATÓRIO apresentado por Belisário Penna ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, Raul Veiga, sobre os serviços realizados no Estado durante o segundo semestre de 1919 e o primeiro semestre de 1920. Rio de Janeiro, Brasil. 15 de julho de 1920’. BP/PI/TP/19200715. Arquivo Belisário Penna. Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Sobre a atuação dos postos ver também o Relatório apresentado pelo chefe do posto de Campo Grande, Constante Leal Paixão, a Belisário Penna em julho de 1921. BP/TP/19190930. Arquivo Belisário Penna. Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

caracterizar uma violação da autonomia estadual consagrada pela Constituição de 1891, permitiu a ampliação da presença federal no campo da saúde ao longo da década de 1920, uma presença desejada tanto pelo movimento sanitarista quanto pela maioria dos estados que não tinham recursos para promover políticas sanitárias.¹⁴⁷

Os postos do Serviço de Profilaxia Rural, criados inicialmente na periferia do Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro e posteriormente disseminados para outras regiões do país, constituem o modelo de ação do governo federal no combate às endemias rurais, especialmente a malária, implementado no final da década de 1910.

Em 1922, estavam em funcionamento 88 postos sanitários rurais, em 15 estados e no Distrito Federal, sendo alguns itinerantes no Amazonas e no Pará, visando atender populações ribeirinhas. Havia mais 16 postos-sede dos serviços nas capitais dos estados e 33 subpostos. Além dos postos federais, havia 58 postos de profilaxia da ancilostomíase e verminoses, em cooperação com a Fundação Rockefeller, em 56 municípios de 11 estados mais o Distrito Federal.¹⁴⁸

Note-se que os dois estados que não firmaram acordos com a DSPR, o Rio Grande do Sul e São Paulo, fizeram-no com a Fundação Rockefeller. Além de manter quatro postos para o combate à malária no Estado do Rio, a Rockefeller auxiliava o estabelecimento de serviços permanentes de higiene municipal em Minas Gerais e São Paulo. As atividades da Fundação Rockefeller, iniciadas em estados com mais recursos e limitadas à profilaxia da ancilostomíase, expandiram-se para o Norte e o Nordeste e para áreas de ensino, pesquisa, profilaxia da malária e da febre amarela, acompanhando a interiorização e a diversificação do próprio Estado brasileiro no campo da saúde pública.¹⁴⁹ Esboçava-se, assim, lentamente, uma infra-estrutura nacional de saúde pública,

¹⁴⁷ HOCHMAN, 1998, p. 130-47.

¹⁴⁸ FARIA, Lina R. de 'Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920)'. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 109-129, 1995; _____. 'A fase pioneira da reforma sanitária brasileira: a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1930)'. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁴⁹ FARIA, 1994, p.57.; Id., 1995, p. 113.; LABRA, Maria Eliana. O movimento sanitarista dos anos 20: da conexão sanitária internacional à especialidade em saúde pública no Brasil. 1985. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas.; HOCHMAN, 1998, p. 184-90.

aproveitando-se das portas abertas pelos acordos para o saneamento rural e começando a preencher os espaços vazios de autoridade e repletos de doenças.

A característica principal das campanhas de profilaxia rural nesse período foi seu forte componente ideológico, leia-se a associação entre nacionalismo, processo civilizador e saúde pública. Do ponto de vista médico-sanitário, o problema das endemias rurais certamente não foi superado, mas as estruturas organizacionais e profissionais, que se formaram com as ações de profilaxia e saneamento rural, constituíram parte do processo de formação da autoridade pública no Brasil e legaram ao período posterior as bases para uma política nacional de saúde.

As ações de combate à malária implementadas no Brasil nas primeiras décadas do século passado acompanhavam as estratégias executadas no plano internacional, pautando-se pela combinação de uma série de medidas que variavam de acordo com as características dos insetos transmissores, as condições de ordem ambiental das regiões afetadas e os índices endêmico e epidêmico da doença.

Em geral, eram medidas de controle que objetivavam o combate às larvas dos mosquitos e a destruição de seus criadouros: obras de engenharia sanitária - drenagens, aterros, retificações de vales, desflorestamento etc. - e aplicação de larvicidas, principalmente o verde-paris e o petróleo. Praticava-se também a distribuição de derivados da quina, principalmente a quinina, como profilaxia medicamentosa.

As fotografias do arquivo pessoal de Belisário Penna¹⁵⁰ constituem fontes visuais privilegiadas para a compreensão e análise desse modelo. Em sua maioria, as imagens

¹⁵⁰ Composto de cerca de 1.600 fotografias, o material iconográfico do arquivo de Belisário Penna, depositado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, permite o acompanhamento da trajetória política e profissional do sanitarista, bem como revela aspectos de sua vida pessoal e familiar. Inclui imagens das expedições científicas realizadas pelo titular ao interior do país, sua atuação à frente do Serviço de Profilaxia Rural, sua participação na Liga Pró-Saneamento do Brasil, assim como de sua gestão à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública. Sobre Belisário Penna, ver também Thielen, Eduardo e Santos, Ricardo A. maio.-ago. 2002 'Belisário Penna: notas fotobiográficas'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 387-404, 2002.

registram as obras de hidrografia realizadas com o objetivo de combater a fase larvária do mosquito transmissor da malária, incluindo dragagem e aterro de pântanos e lagoas; abertura de valas e canais para escoamento de água de áreas pantanosas; desobstrução, regularização e canalização de cursos de rios, e remoção de tudo que pudesse contribuir para o armazenamento de água que pudesse se constituir como foco do vetor.

Essa incidência das imagens de obras de engenharia sanitária parece confirmar que esses trabalhos foram a tônica da luta anti-anofelínica no período, e mesmo até a década de 1940. Além disso, sugere que, dado o seu caráter dispendioso e a necessidade de orientação técnica, em especial a drenagem, eram realizadas em áreas populosas, estratégicas ou de grande valor econômico, tais como as da capital federal e nas áreas que a circundavam.

O serviço de atendimento aos pacientes, as fachadas dos postos e suas instalações encontram-se também amplamente documentados. Curiosamente, não foram localizados registros sobre a fabricação, guarda ou administração da quinina - principal recurso terapêutico contra a malária à época. São freqüentes os registros das conferências e palestras sobre higiene e educação sanitária realizadas pelos médicos nas sedes dos postos e sub-postos ou em escolas das áreas rurais. Um outro aspecto que chama a atenção nesse conjunto de fotografias é a grande incidência de imagens de inaugurações de novas sedes de postos, de festas cívicas e religiosas neles realizadas, bem como de visitas de políticos e autoridades, com amplo destaque para Belisário Penna como figura central nas imagens.

Um outro aspecto a ser mencionado é o caráter de registro/testemunho monumental das ações e obras realizadas pelo poder público e pelos diferentes atores políticos, sociais e científicos no combate à malária observado em inúmeras fotografias. Desde o seu surgimento, esse foi um uso social da imagem fotográfica bastante disseminado e, no arquivo de Belisário Penna essa característica é especialmente presente: são imagens que acompanham um personagem politicamente atuante, líder do movimento pelo saneamento do Brasil.

A seguir apresentamos algumas imagens que permitem a observação desses aspectos.



Imagem 5 - Obras de engenharia sanitária no bairro de Mesquita. Rio de Janeiro (RJ), 10 de novembro de 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 06 - Inauguração do trecho aberto do rio Sarapuhy, entre Mesquita e Engenheiro Neiva. Rio de Janeiro (RJ), 08 de janeiro de 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 7 - Obras de engenharia sanitária realizadas pelo Serviço de Profilaxia Rural em Campo Grande. Rio de Janeiro (RJ), entre 1918 e 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 8 - Menina recebendo atendimento no posto de Anchieta, na “Sala de curativos e pequenas intervenções cirúrgicas”. Rio de Janeiro (RJ), entre 1918 e 1923. Arquivo

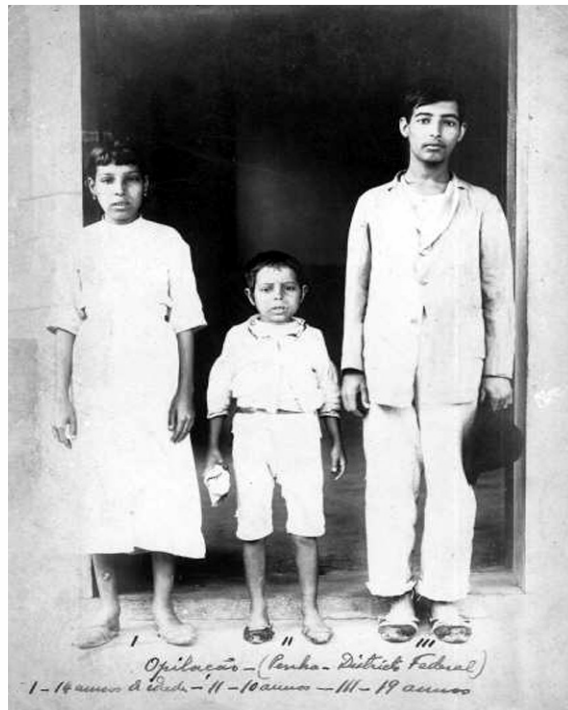


Imagem 9 - Pacientes atendidos pelo posto da Penha. Rio de Janeiro (RJ), entre 1918 e 1923. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz



Imagem 10 - Fachada do posto de Colônia Mineira. Colônia Mineira (atual Siqueira Campos), (PR), 10 de maio de 1922. Arquivo Belisário Penna. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 11 - Sub-posto de profilaxia rural de Itacurussá. Rio de Janeiro, entre 1919 e 1923. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 12 - Farmácia do posto de profilaxia rural de Itaguaí. Rio de Janeiro, entre 1918 e 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

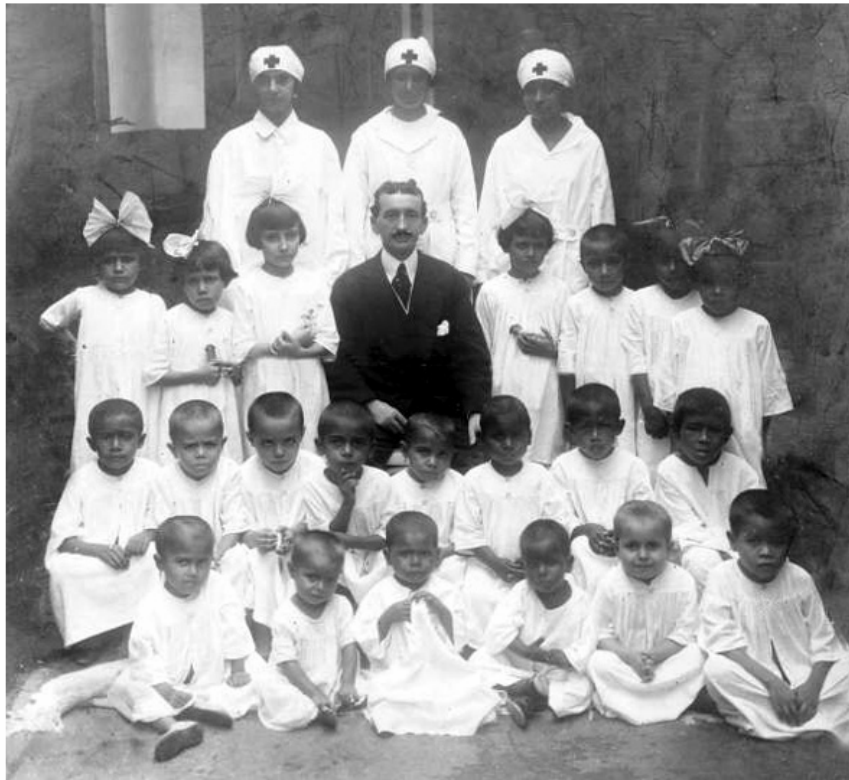


Imagem 13 - Grupo de crianças medicadas no Serviço de Profilaxia Rural do Amazonas. No centro, Samuel Uchôa, diretor do Serviço. Manaus (AM), entre 1918 e 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 14 - Pacientes e moradores de Pilares durante festa promovida pelo posto de profilaxia rural da região. Rio de Janeiro (RJ), entre 1918 e 1923. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 15 - Belisário Penna e outros na estação de trem no dia da inauguração do sub-posto de Paracambi. Rio de Janeiro, entre 1919 e 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 16 - Visita do presidente da República Epiácio Pessoa ao posto de profilaxia rural de Pilares. Da esquerda para a direita, 1º plano: Epiácio Pessoa (6º, de preto) e Belisário Penna (7º). Rio de Janeiro (RJ), entre 1919 e 1922. Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

2.3.2 A campanha contra o *gambiae*: eliminando larvas e mosquitos

A campanha contra o *Anopheles gambiae* no Nordeste brasileiro no final da década de 1930, pode ser considerada como um momento fundamental na história da institucionalização do combate à malária no país, uma vez que originou a criação do primeiro serviço especificamente constituído com essa finalidade: o Serviço de Malária do Nordeste. Também diz respeito à longa relação entre o Estado brasileiro e a Fundação Rockefeller que já estava presente no país desde a década de 1910, e atuava durante a década de 1930 no Serviço de Febre Amarela, através de contratos com o governo brasileiro, sob o comando de Fred Soper e Sérvulo Lima.¹⁵¹

Ao introduzir na agenda sanitária internacional o debate sobre as possibilidades de erradicação da malária em uma perspectiva global, a experiência brasileira de erradicação desse vetor também marcou a história da malária¹⁵² Em março de 1930 Raymond C. Shannon, entomologista do Serviço de Febre Amarela, vinculado à Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller, descobriu a larva de um mosquito *Anopheles gambiae* em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Era a primeira vez que se encontrava no Hemisfério Ocidental esse vetor da malária, originado da África tropical¹⁵³. Pouco depois, verificaram-se os primeiros surtos de malária em Natal, controlados com a utilização dos métodos tradicionais de combate aos criadouros dos mosquitos: drenagens, aterros e uso de querosene em poças d'água.

¹⁵¹ WILLIAMS, Steven C. 'Nationalism and public health: the convergence of Rockefeller Foundation technique in Brazilian federal authority during time of yellow fever, 1925-1930.' In: CUETO, Marcus (org.). *Missionaires of science: the Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington University Press/Indiana University Press, 1994, p. 23-51.

¹⁵² As informações sobre esta campanha estão baseadas em BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 168-173.; DEANE, Leônidas. 'A malária no Brasil'. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 1, v. 1, p. 71-111, jan.-mar. 1985.; SOPER, F.L.; WILSON, D. B. *Campanha contra o "anopheles gambiae" no Brasil; 1939 – 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.; SOPER, F. L. *Ventures in world health. The memoirs of Fred Lowe Soper*. Pan American Health Organization, 1977.; MEDINA, Rosbinda Nunez. *História da Campanha de Erradicação da Malária na década de 1950: contribuição para o estudo do modelo campanhista*. Rio de Janeiro, 1988. 199 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; GADELHA; PACKARD, 1997, 197-213.

¹⁵³ GADELHA, Paulo E. *História de doenças: ponto de encontro e dispersões*. Rio de Janeiro, 1995. 298 p. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz. p. 6.

Nessa ocasião, os trabalhos de combate ao mosquito transmissor da malária foram organizados pelo Serviço de Febre Amarela e transferidos posteriormente ao Departamento de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte. No decorrer dos anos seguintes, o *gambiae* alastrou-se em direção ao Norte, subindo pela costa, sem provocar grandes surtos epidêmicos, “até que, em 1938, causou, no vale do Jaguaribe, no Ceará, talvez a maior epidemia de malária já ocorrida em nosso continente”.¹⁵⁴

A rapidez na propagação do mosquito pela região e as proporções que a epidemia tomara fizeram com que fosse criado, em 5 de agosto de 1938, o Serviço de Obras contra a Malária. Ainda nesse ano, a Fundação Rockefeller iniciou uma investigação sobre as condições sanitárias das regiões ameaçadas pelo *gambiae* como subsídio para a organização de uma campanha de erradicação do vetor.

Finalmente, em janeiro de 1939, a partir de um convênio de cooperação firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e a Divisão Internacional da Fundação Rockefeller, foi criado o Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), destinado exclusivamente a combater o *Anopheles gambiae* naquela região do país. Frederic L. Soper, representante da Fundação Rockefeller no Brasil foi designado diretor do SMNE.

A cidade de Fortaleza - centro de vias aéreas, marítimas e terrestres em comunicação com toda a área infestada pelo *gambiae* - foi escolhida para sede do Serviço. As áreas trabalhadas foram divididas em cinco divisões no Ceará e duas no Rio Grande do Norte. Cada uma tinha sua sede na cidade da Divisão que oferecia mais facilidades de comunicação com todos os pontos da região sob sua responsabilidade. O Laboratório Central foi instalado em Aracati (CE), cidade localizada dentro de uma das áreas mais infestadas pelo *gambiae*. A estrutura administrativa do SMNE foi estabelecida nos mesmos moldes da do Serviço de Febre Amarela, cujos quadros também foram requisitados para a escolha e o treinamento do pessoal do novo Serviço, que chegou a contar com 4.000 funcionários.

¹⁵⁴ DEANE, 1985, p. 90.

A estratégia adotada para a campanha de erradicação do *gambiae* fundamentou-se no combate ao mosquito nas fases larvária e alada no território infestado e adjacências; no controle da disseminação através do serviço de expurgo de veículos que deixassem a área infestada e na pesquisa sistemática, objetivando a determinação da presença do vetor em novas áreas. Baseada na delimitação espacial e no mapeamento da região infestada a ser saneada, a campanha organizou o território da doença e orientou suas ações de acordo com uma expansão geográfica para o controle da epidemia.

A unidade fundamental na estruturação do programa foi a “zona”, determinada de acordo com o serviço a ser estabelecido: anti-larvário, anti-alado e distribuição de medicamentos. Além da zona, foram determinadas outras três categorias de organização dos serviços que objetivavam facilitar a fiscalização dos mesmos: o distrito, o posto médico e a divisão.

A base da campanha efetuada pelo SMNE contra o *gambiae* consistiu, inicialmente, na destruição sistemática do mosquito em sua fase aquática, ou seja, no serviço anti-larvário. Nesse sentido, as ações voltaram-se para a proteção das coleções d'água expostas ao sol, consideradas, a partir dos estudos realizados, como locais preferenciais da desova do mosquito. A zonagem da área nesse momento foi determinada levando-se em consideração o número, a extensão e os tipos de coleção d'água bem como a distância que as separava. Em função das características climáticas do Nordeste, a zonagem era diferente conforme a estação do ano.

Cada zona foi confiada a um guarda do serviço anti-larvário que a percorria semanalmente, tratando as coleções d'água, quer apresentassem ou não larvas e, segundo Leônidas Deane, entomologista brasileiro que trabalhou na campanha, a área foi dividida e esquadrinhada de tal maneira que “numa certa época se conhecia, não vou dizer todos, mas praticamente todos os criadouros do *gambiae*”.¹⁵⁵

Classificados em atuais (com presença de larvas) e potenciais (com condições favoráveis para tornarem-se criadouros), os focos larvários foram inicialmente tratados

¹⁵⁵ Id., ib., p. 91.

com drenagem e petrolagem. A partir do segundo semestre de 1939, foi introduzido o uso do verde-paris como larvicida, método que se tornou predominante no ano seguinte, juntamente com o aterro de pequenas coleções líquidas. O controle da eficiência do trabalho realizado era feito pelos guardas a partir de rigorosa pesquisa de larvas em todas as coleções d'água.

No final de 1941, em função dos excelentes resultados obtidos, a utilização do verde-paris foi gradualmente sendo suspensa nas áreas consideradas livres da presença do mosquito até a total extinção do serviço anti-larvário no primeiro semestre de 1941, sendo mantido apenas o serviço de pesquisa de larvas, em ciclo mensal, como medida de vigilância e prevenção contra a reinfestação.

A segunda grande medida de combate ao *gambiae* na campanha realizada pelo SMNE foi a de expurgo em domicílios e meios de transporte na região infestada para o extermínio do mosquito em sua fase alada. Este serviço foi organizado em fins de 1939 e em janeiro de 1940 já estava em pleno funcionamento em todas as divisões. Toda a área infestada foi novamente demarcada em zonas, abrangendo número de casas que pudessem ser desinsetizadas em uma semana por uma turma de guardas.

O expurgo era efetuado mediante a aspersão do inseticida obtido pela mistura de extrato de piretro e querosene e era diferenciado nas zonas rural e urbana. Em zonas rurais, a turma de expurgo utilizava duas bombas manuais com duas pistolas de aspersão, enquanto nas zonas urbanas, empregava-se uma unidade motorizada montada em uma carroça com uma bomba compressora movida a motor, que fornecia pressão para três ou quatro pistolas simultaneamente.

A tarefa de determinar a incidência do *gambiae* em cada localidade estava a cargo de turmas de captura, que, depois de aspergirem o inseticida, faziam a coleta dos mosquitos mortos, geralmente, utilizando um guarda-chuva quadrado de pano branco que aparava os mosquitos no momento da aplicação.

A periodicidade do trabalho de expurgo era mensal em toda a área infestada tornando-se, posteriormente, trimestral e semestral. Quando se constatava a ausência

completa do *gambiae* em uma região por mais de três meses, o expurgo rotineiro das casas era suspenso embora fosse mantido o serviço de captura como medida de vigilância.¹⁵⁶

Além do combate ao *gambiae* adulto nos prédios da zona infestada e das áreas adjacentes, instituiu-se também o expurgo de veículos, aviões e barcos que, saindo do território infestado, poderiam transportar o mosquito para localidades não infestadas. A preocupação principal era proteger a capital do Ceará e, para tal, foi instalado um posto de expurgo de automóveis em Cristais, na estrada de rodagem que liga o vale do Jaguaribe a Fortaleza.

A campanha contra o *gambiae* empreendida pelo Serviço de Malária do Nordeste apresentou resultados extremamente positivos. Iniciada em 1939 no Ceará e no Rio Grande do Norte, já no ano seguinte o mosquito fora eliminado, reduzindo-se drasticamente a incidência de doença e morte por malária na região. No final de 1940, as pesquisas revelaram a ausência de *Anopheles gambiae* autóctone no Brasil, o que provocou uma gradual redução dos trabalhos. Em 30 de junho de 1942, o Serviço de Malária do Nordeste foi definitivamente extinto.

Segundo Leônidas Deane, o sucesso da luta contra o *gambiae* deveu-se à disciplina férrea utilizada no Serviço e aos estudos sobre os hábitos do vetor que levaram a descobertas importantes, tais como a de que a cepa de *Anopheles gambiae* introduzida no Brasil era doméstica, fator fundamental para o estabelecimento da aspersão de inseticidas nas moradias como uma das diretrizes principais da campanha.¹⁵⁷

É importante ressaltar que a experiência de erradicação do *Anopheles gambiae* no Brasil foi fundamental não apenas para a constituição de políticas nacionais de saúde pública no Brasil, mas também no mundo. Foi a partir dessa experiência vitoriosa que o conceito de erradicação se tornou hegemônico no pós-II Guerra Mundial, ofuscando de uma certa forma a perspectiva holística de combate à malária preconizada por Angelo

¹⁵⁶ Esse serviço funcionou até 31 de março de 1942, colhendo 129.956 alados de *gambiae* em 14.086 casas das 3.448.467 inspecionadas, tendo sido gastos 449.212 litros de inseticida. Cf. SOPER; WILSON, 1945, p. 58.

¹⁵⁷ DEANE, 1985, p. 91.

Celli. Depois de derrotar mosquito no Brasil, Fred Soper repetiu esta façanha no Egito, em 1942.

A coleção fotográfica da Fundação Rockefeller, depositada no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, contém um conjunto de cerca de 500 imagens sobre a campanha de erradicação do *gambiae* no Nordeste, que formam a Série *Serviço de Malária do Nordeste*. Esse material permite o acompanhamento das estratégias e ações implementadas pelo SMNE nos seus mais variados aspectos, além de revelar características das formas de organização e planejamento da campanha.¹⁵⁸

Incorporada à rotina dos trabalhos desenvolvidos pelos médicos, pesquisadores e funcionários do Serviço, a prática de produção de registros fotográficos gerou imagens que oferecem um rico painel sobre o amplo espectro de atividades realizadas para a erradicação do mosquito transmissor da malária naquela região. Concentrando-se nos aspectos da campanha desenvolvida no Ceará (297 registros) e abrangendo o período de 1938 a 1943, as fotografias encontram-se coladas em fichas catalográficas, reunindo, em geral, as seguintes informações: assunto, local, data de produção da imagem ou do seu recebimento, numeração, nome do autor da imagem ou de quem a encaminhou.

Todas as atividades referentes ao serviço-antilarvário – pesquisa e demarcação de focos, serviços de coleta de água, construção de valas para escoamento de lagoas, eliminação de focos com petróleo e com verde-paris, processo de mistura de verde-paris, aterramento de coleções d'água e fiscalização – estão documentadas detalhadamente nesse conjunto fotográfico. O trabalho de pesquisa de focos é o que compreende o maior número de imagens, as quais contemplam não apenas as atividades realizadas pelos médicos e

¹⁵⁸ A coleção é constituída de cerca de 15mil imagens referentes aos trabalhos desenvolvidos pela instituição na pesquisa e no combate à febre amarela e à malária, no Brasil e na América Latina, nas décadas de 1930 e 1940. Encontra-se organizada nas seguintes séries: Serviço de Febre Amarela; Serviço de Malária do Nordeste; Fotos Aéreas e Exposições do Serviço de Febre Amarela e do Serviço de Malária do Nordeste.

guardas, como também grande quantidade de registros focalizando os criadouros levantados, numerados e tratados.

A segunda grande diretriz estabelecida para a campanha, o combate ao mosquito na fase alada, também se encontra amplamente coberta pelos registros fotográficos. As imagens concentram-se basicamente nos trabalhos de expurgos domiciliares e no serviço de captura de mosquitos com o guarda-chuva quadrado. Da mesma forma, constam fotografias de expurgos de aviões, barcos e dos trabalhos de inspeção e telagem dos barris d'água de jangadas, realizados pelo Serviço Marítimo.

Além das atividades relacionadas diretamente ao combate ao *gambiae*, o material contempla aspectos da organização e estruturação da campanha como os laboratórios, as seções cartográfica e fotográfica e os serviços de pesquisa de dados meteorológicos e inquéritos epidemiológicos. Destacam-se as fotografias referentes ao Laboratório Central, instalado em Aracati (CE) que desempenhou um papel fundamental na identificação das características do *gambiae* que o distinguissem dos outros mosquitos transmissores da região. Além das fachadas e instalações dos escritórios e laboratórios, encontram-se documentados os equipamentos e instrumentos utilizados nas pesquisas: mesas para identificação de alados; microscópio para exame de larvas; classificador de alados; gaiolas de tela para a criação de mosquitos adultos; receptáculos com larvas em evolução; sala telada para a criação de larvas de mosquito etc.

O papel fundamental assumido pela Seção de Cartografia para a estruturação da campanha é revelado pela existência de cerca de 70 fotografias de mapas produzidos para a demarcação dos limites de zonas, distritos e divisões de toda a área onde as medidas de combate ao *gambiae* estavam sendo aplicadas bem como aqueles contendo dados sobre as áreas infestadas pelo *gambiae*; as localidades onde foram feitos os inquéritos epidemiológicos; os índices de redução da área infestada; as áreas cobertas pelas turmas de investigação do SMNE e a organização do serviço de pesquisa de larvas nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Os poucos registros existentes sobre a medicação, o terceiro serviço definido como prioritário na organização da campanha, resumem-se basicamente a fotografias de guardas medicadores encarregados da distribuição de quinina e atebrina. Essa lacuna pode sugerir que, na prática, essa atividade não recebeu a mesma atenção que as outras diretrizes de ação. Alguns autores¹⁵⁹ afirmam mesmo que a campanha teria se dedicado exclusivamente à erradicação do mosquito, deixando de lado os cuidados médicos e a dimensão humana e social da epidemia, delegando os cuidados clínicos aos serviços de saúde locais, quando existiam. Assim, os registros significativos dessa série dizem respeito a principal estratégia desta campanha: o combate ao mosquito em suas fases larvária e alada, daí resultando todas as ações registradas em fotografia.

Um outro aspecto que gostaríamos de observar é que o cuidado no registro das ações empreendidas pela Rockefeller também se justifica por um outro papel atribuído freqüentemente a essas imagens, qual seja, a de elemento de informação e prova integrante de documentos oficiais tais como relatórios, planos de trabalho, projetos, ou ainda, como ilustração em manuais técnicos normativos e artigos científicos. Revela-se aqui a utilização da fotografia como técnica auxiliar das pesquisas e práticas médicas e científicas sobre a malária.

O arquivo da Fundação Rockefeller é exemplar nesse sentido: praticamente todas as atividades relacionadas à campanha contra o *gambiae* no nordeste foram detalhadamente fotografadas. A própria forma de apresentação das imagens – coladas em fichas catalográficas contendo os elementos de identificação das mesmas – define sua condição de ‘fotografia científica’ e sua inserção no processo de investigação, profilaxia e controle da doença. A preocupação em se produzir registros que pudessem ser arquivados, manuseados, interpretados e publicizados posteriormente revelam sua importância na produção do conhecimento científico.

A seguir, apresentamos algumas imagens da Coleção Rockefeller que contemplam essa multiplicidade de aspectos.

¹⁵⁹ Cf. GADELHA, 1995, p. 74.; MEDINA, 1988, p. 143.



Imagem 17 - Médico do S.O.C.M. tira retrato de um foco de *Anopheles gambiae*. Ceará, s.d.. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 18 - Guarda anti-larvário do Serviço de Malária do Nordeste eliminando focos de larvas de *Anopheles gambiae* com petróleo e pulverizador Excelsior. Ceará, 1940. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 19 - Guarda anti-larvário do Serviço de Malária do Nordeste, espalhando verde-paris em foco de *Anopheles gambiae* na região de Aracati. Ceará, 1940. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 20 - Carroça transportando o compressor De Vilbiss, utilizado para expurgo domiciliar durante a campanha contra o *Anopheles gambiae* no nordeste brasileiro. Ceará, 1940. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 21 - Expurgo domiciliar com compressor De Vilbiss. Ceará, 1940. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 22 - Guardas capturadores montam guarda-chuva retangular para coleta de mosquitos. Ceará, 1940. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 23 - ZAMBRANO, Vicente. Turma de expurgo de aviões entrado no Clipper Natal. Rio Grande do Norte, 1941. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 24 - Posto de expurgo em Cristais, mostrando uma caminhonete em posição coberta pela tolda e guardas com pistolas DeVilbiss. Ceará, s.d.. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 25 - Funcionário do Serviço de Malária do Nordeste realizando o trabalho de classificação de alados no Laboratório de Icó. Ceará, agosto de 1940. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 26 - Guarda-medicador do Serviço de Malária do Nordeste. Ceará, 1939. Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

2.3.3 Um capítulo especial: a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP no combate à malária

Conforme apontado anteriormente, o SESP foi criado em 17 de julho de 1942,¹⁶⁰ mediante um acordo bilateral entre os governos brasileiro e norte-americano, depois que representantes dos dois países, reunidos no Rio de Janeiro para o III Encontro de Ministros das Relações Exteriores, assinaram os chamados Acordos de Washington. Estes acordos faziam parte da estratégia dos Estados Unidos para garantir o apoio do Brasil, e dos demais países da América Latina, contra a ofensiva comercial e política dos países do Eixo no continente. O acordo de saúde e saneamento que criou o SESP determinou que caberia a esta agência implementar políticas sanitárias em áreas econômica e militarmente estratégicas para o “esforço de guerra” dos Aliados.

Portanto, na sua origem, o SESP foi um dos produtos da frente interamericana levantada pelos Estados Unidos contra o Eixo. Washington precisava de matérias-primas estratégicas do Brasil, e os soldados norte-americanos, baseados no Norte e Nordeste, necessitavam de proteção contra as “doenças tropicais” do país, especialmente a malária. Além disso, os trabalhadores brasileiros recrutados para aumentar a produção de borracha e minérios poderiam ser mais produtivos se protegidos contra doenças infecciosas. Por sua vez, o governo brasileiro tirou proveito deste súbito incremento da demanda por matérias-primas, ocasionado pela guerra, para esboçar um programa de desenvolvimento econômico

¹⁶⁰ As informações sobre a história e a atuação do SESP e da FSESP estão baseadas em BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/FSESP: 1942 – Evolução histórica – 1991*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde: 1996.; CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006; _____. ‘Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o SESP’. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; _____. ‘Combatendo nazistas e mosquitos: militares norte-americanos no Nordeste brasileiro (1941-1945).’ *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.5, p. 603-620, 1999; _____. ‘O Serviço Especial de Saúde Pública – SESP’. In: BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.) *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p. 174-177; MORAES, Hélbio Fernandes. *SUCAM: sua origem, sua história*. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. 2 vols.

para o país.¹⁶¹ Esse conjunto de interesses econômicos, políticos e militares era costurado pelo discurso subjacente à Política da Boa Vizinhança.¹⁶²

O SESP nasceu como agência especial, financiada nos seus primeiros anos principalmente por dinheiro norte-americano, e dirigida, até 1944, pelo médico-sanitarista americano George Saunders. Embora subordinado formalmente ao Ministério da Educação e Saúde, o SESP constituía na prática uma burocracia paralela à administração oficial, gozando de total autonomia financeira e administrativa. Possuía orçamento próprio, podia contratar e demitir pessoal, fixar salários e benefícios, obedecendo a critérios administrativos talhados segundo o modelo empresarial norte-americano. Em virtude de seu caráter bilateral, estava também subordinado ao Institute of Inter-American Affairs (IIAA), uma das corporações que compunham o Office of the Coordinator of the Inter-American Affairs (CIAA), órgão criado por Roosevelt e dirigido por Nelson Rockefeller, encarregado de promover a Política de Boa Vizinhança na América Latina.

Segundo Campos, a história do SESP pode ser dividida em duas fases: a primeira, entre 1942 e 1945, quando serviu basicamente aos interesses militares norte-americanos no Brasil; e a segunda, entre 1946 e 1960, quando se aliou aos projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro.¹⁶³

O Acordo Básico que criou o SESP definia dois objetivos principais: saneamento do vale amazônico, através do controle da malária e assistência médica aos seringueiros, e treinamento de profissionais de saúde, principalmente médicos, enfermeiras e engenheiros sanitários. Com a assinatura do acordo, teve início o Programa da Amazônia, destinado a

¹⁶¹ CAMPOS, 2001, p. 176.

¹⁶² A política de boa vizinhança constituiu uma linha específica da política externa norte-americana formulada para a América Latina durante o governo Roosevelt. Tratava-se de uma nova proposta de relacionamento com o continente que visava fundamentalmente apagar as marcas da política do *Big Stick* que caracterizara as ações anteriores dos Estados Unidos na região latino-americana. Procurava-se desfazer a imagem intervencionista dos EUA e a retórica do pan-americanismo passou a ser acompanhada de iniciativas concretas promovidas por diferentes agências governamentais. Através das conferências multilaterais, em diferentes pontos da América Latina, os Estados Unidos expandiam, pouco a pouco, sua política de envolver os países do continente numa estratégia internacionalista. HIRST, Mônica. 'Política de boa vizinhança'. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. v. 4. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984, p. 2786-7.

¹⁶³ CAMPOS, 2001, p. 174.

ampliar a produção e a exportação de borracha para os Estados Unidos. A demanda por minerais estratégicos logo levou o SESP ao vale do Rio Doce, em Minas Gerais. O objetivo do Programa do Vale do Rio Doce era promover a saúde pública naquela região, respaldando, assim, a Companhia Vale do Rio Doce, que estava sendo criada, e as obras de reconstrução da estrada de ferro Vitória – Minas. Em 1943, o aumento da demanda por mica e quartzo deu origem ao Programa da Mica, por intermédio do qual o SESP interveio na prestação de serviços de saúde nas áreas produtoras daqueles minerais, em Minas Gerais e Goiás.

Durante a primeira fase (1942-1945), as atividades desenvolvidas pelo SESP foram, basicamente, controlar a malária em torno das bases militares americanas no Brasil e prover saúde pública básica nas áreas produtoras de matérias-primas estratégicas para o “esforço de guerra”. No entanto, também desenvolveu importantes pesquisas científicas sobre malária na Amazônia e no Vale do rio Doce, promoveu inovadoras experiências de administração sanitária para as populações rurais, e forneceu treinamento e formação de pessoal especializado. Todavia, eram os objetivos militares do projeto que, sem dúvida, davam o norte às suas ações.

Força-tarefa que executava políticas sanitárias pontuais, o SESP deveria ser extinto ao término da guerra. A implementação dos diferentes programas apresentou resultados desiguais. Se, por um lado, o controle da malária nas bases americanas foi bem-sucedido, por outro o Programa da Amazônia beirou o fracasso, tanto do ponto de vista econômico quanto sanitário. O controle da malária tornou-se muito mais eficaz no último ano da guerra quando o DDT, responsável por uma mudança radical nas estratégias político-sanitárias montadas para a doença, passou a ser usado sistematicamente.

Os programas do Rio Doce e da Mica foram os mais bem-sucedidos do ponto de vista econômico e sanitário. No vale do Rio Doce, a malária foi efetivamente controlada, o que, sem dúvida, contribuiu para o sucesso da reconstrução da estrada de ferro e o aumento da produção de minérios. O projeto que o SESP desenvolveu na região – uma rede

integrada de unidades de saúde como modelo de administração sanitária para o Brasil – foi fundamental para assegurar a sua sobrevivência após a guerra.

Encerrado o conflito, grupos brasileiros e norte-americanos interessados na permanência da agência obtiveram a renovação do acordo SESP–IIAA até 1960. No caso brasileiro, foi determinante para a sobrevivência do SESP o papel que este desempenhou nos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado a partir da década de 1940.

Na sua segunda fase, o SESP tornou-se a grande agência promotora de saúde pública em áreas de fronteira econômica, principalmente na Amazônia e no Nordeste. Este papel, já previsto na época da constituição da agência, em 1942, tornou-se preponderante a partir do Plano Salte, elaborado no governo Dutra durante o qual o SESP tornou-se o grande prestador de serviços de saúde nas regiões que seriam alvo dos projetos desenvolvimentistas da década de 1950.

Em 1949, o SESP assinou os primeiros contratos com governos estaduais do Nordeste para organizar serviços de saúde pública em áreas de importância econômica e qualificar pessoal para os departamentos de saúde estaduais. No ano seguinte, firmou contrato com a Comissão de Valorização do Vale do São Francisco.¹⁶⁴

Após a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no governo Juscelino Kubitschek, os planos de desenvolvimento do Nordeste estenderam-se a toda a região, assim como os serviços prestados pelo SESP.¹⁶⁵ A agência também cresceu

¹⁶⁴ A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), criada pela Lei n. 541, em 15 de dezembro de 1948, era um órgão autônomo, diretamente subordinado à Presidência da República. A criação da CVSF, já estava prevista nas disposições transitórias da Constituição de 1946, que previa projetos para desenvolver o vale do rio São Francisco e a região amazônica, bem como para combater a seca do Nordeste. Devendo formular e executar programas que promovessem o desenvolvimento econômico desta região, a CVSF foi extinta pelo Decreto-lei n. 292, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), autarquia vinculada ao extinto Ministério do Interior, para sucedê-la. Cf. CALICCHIO, Vera; FLAKSMAN, Dora. 'Comissão do Vale de São Francisco' In: ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1930-1983. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/FGV/CPDOC/FINEP, 1984, p. 849-51.

¹⁶⁵ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi uma autarquia federal, criada pela Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959, subordinada ao Ministério do Interior. À SUDENA cabia promover e coordenar ações que promovessem o desenvolvimento da região Nordeste, que compreendia os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte do território de Minas Gerais. As causas mais imediatas para sua criação foi a enorme seca de 1958, que aumentou o desemprego rural e o êxodo da população, situação agravada pelas denúncias de corrupção, que revelaram a existência de uma 'indústria das secas'. Sua criação deveu-se também à constatação do enorme descompasso

na esteira dos planos de desenvolvimento para a região amazônica implementados a partir de 1953, quando da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, passando a receber fundos constitucionais para implementar serviços de saúde na região.¹⁶⁶

Nesta segunda fase, o SESP expandiu suas alianças no campo da saúde pública, abrindo frentes em áreas como higiene industrial e engenharia sanitária. Estas orientações transformaram a agência num modelo de organização sanitária no Brasil. O modelo baseava suas estratégias no conceito de “rede de unidades integradas”. Estas unidades (um posto, centro de saúde, hospital ou combinação dos três) deveriam prover os diversos serviços de saúde, incluindo medicina preventiva e assistência médica e estariam integradas a distritos sanitários que, por sua vez, se integrariam aos departamentos de saúde estaduais.¹⁶⁷

À semelhança do que fizera a Fundação Rockefeller, para difundir seu modelo, o SESP adotou a estratégia de negociar contratos com os estados e municípios, compartilhando com eles despesas e responsabilidades na construção e manutenção das unidades de saúde. Nos estados mais pobres, o SESP agiu como agência federal, subsidiando pesadamente a construção de unidades sanitárias. Por volta de 1960, o modelo sespiano estava bastante difundido.

Dessa forma, do final da II Guerra Mundial a 1960, quando expirou o contrato do governo brasileiro com o IIAA, o SESP reorientou seus objetivos e funções. Sua prática consistiu em promover não apenas a saúde pública em regiões brasileiras que eram alvo de

entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, cabendo ao Estado uma intervenção direta na região, executando ações guiadas pelo planejamento, “*entendido como único caminho para o desenvolvimento*”. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. ‘Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)’. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. v. 4. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984, p. 3.285-8.

¹⁶⁶ Órgão criado pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, com a função de por em execução o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, definido pelo mesmo documento legal, como um “*sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial*” da região. Cf. ABREU, Alzira; FLAKSMAN, Vera. ‘Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA)’. In: ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. v. 4. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984, p. 3288-9.

¹⁶⁷ CAMPOS, 2001, p. 176.

projetos desenvolvimentistas, como também o modelo norte-americano de administração sanitária. Porém, este modelo, como observa Campos, não foi introduzido no Brasil pelo SESP. Na realidade, desde a década de 1920, médicos brasileiros que estudaram na Johns Hopkins School of Public Health, em Baltimore, já estavam familiarizados com os centros de saúde, o primeiro dos quais foi implantado no Rio de Janeiro em 1927. Formalmente, o modelo já existia na estrutura da administração sanitária federal desde 1934. Coube ao SESP, isso sim, expandi-lo, entrando em competição com um outro modelo – o campanhista – também presente na estrutura administrativa federal.¹⁶⁸

O SESP atingiu o auge de seu prestígio como agência planejadora e executora de saúde pública no Brasil na década de 1950. A perda de importância registrada posteriormente deveu-se, em parte – e paradoxalmente – a seu sucesso. Ao vingar seu modelo nos departamentos de saúde estaduais, a agência perdia um pouco sua razão de ser. Entretanto, a principal causa de seu declínio foi a ascensão da medicina curativa que, no início da década de 1960, se tornou o centro da política de saúde no Brasil. Em 1960, o convênio com os norte-americanos foi encerrado e o SESP transformou-se na Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP e passou a integrar, de fato, a burocracia do Ministério da Saúde. A FSESP seria extinta em 1991, sendo seus quadros, incorporados à Superintendência das Campanhas – SUCAM, mais tarde denominada Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

As fotografias sobre a atuação do SESP localizadas durante a nossa pesquisa¹⁶⁹ integram o acervo da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, depositado no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz.

¹⁶⁸ Id., ib., p. 177.

¹⁶⁹ Foram localizados também documentos referentes ao SESP no arquivo pessoal de Gustavo Capanema, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV.

Entretanto, esse acervo fotográfico riquíssimo não está acessível - no momento - para a consulta. O Fundo da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP encontra-se em fase de tratamento técnico e os primeiros dados sobre as fotografias estão sendo elaborados e inventariados.

Porém, um contato preliminar com o material nos permite alguns comentários. As quase 7.000 fotografias estão dispostas de forma extremamente peculiar. Praticamente a totalidade das imagens integra, de fato, a documentação textual produzida pelo órgão. Melhor dizendo, diferentemente dos demais acervos consultados, as imagens estão coladas nos próprios documentos. Utilizadas como ilustração ou mesmo ‘provas’ das ações realizadas, elas encontram-se inseridas nos milhares de relatórios produzidos no decorrer das diversas atividades desenvolvidas pelo SESP, e compreendem registros de diferentes iniciativas: obras de engenharia e melhorias sanitárias (abertura de valas, retificação de rios, escavação de fossas, construção de banheiros etc); construção de sistemas de abastecimento de água; cursos de formação e treinamento de profissionais (guardas-sanitários, enfermeiras, visitadoras sanitárias, inspetores de saneamento) e de hospitais, centros médicos e postos de higiene. Todos esses empreendimentos foram realizados no âmbito dos projetos e programas desenvolvidos pelo SESP, com destaque para o Programa da Amazônia e do Rio Doce.

Da mesma forma que na Fundação Rockefeller a técnica fotográfica parece intimamente incorporada à rotina do SESP gerando imagens que acompanham o amplo espectro de atividades realizadas pelo Serviço e que se tornam elemento de informação e prova integrante de documentos oficiais tais como relatórios, planos de trabalho, projetos, ou ainda, como ilustração em manuais técnicos normativos e artigos científicos. A importância atribuída a esse trabalho de ‘cobertura fotográfica’ revela-se na contratação de fotógrafos profissionais para o desempenho da atividade como no caso de Alan Fisher.

À título de ilustração, apresentamos alguns exemplos desses registros.



Imagem 27 - Obra de drenagem para controle de malária. Belém (PA), entre 1944 e 1946. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 28 - FISHER, Alan. Obra de drenagem e controle da malária. Porto Velho (RO), entre 1944 e 1946. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 29 - FISHER, Alan. Obra de drenagem e controle da malária. Porto Velho (RO), entre 1944 e 1946. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 30 - Construção de sentinas em Boa Vista. Território Federal do Rio Branco, entre 1945 e 1948. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 31 - Hospital para cuidados médicos de emigrantes mobilizados pelo SEMTA em Sobral. Ceará, entre 1944 e 1945. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 32 - Turma de Guardas Sanitários utilizam equipamento de reconhecimento da região. Manaus (AM), entre 1945 e 1946. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

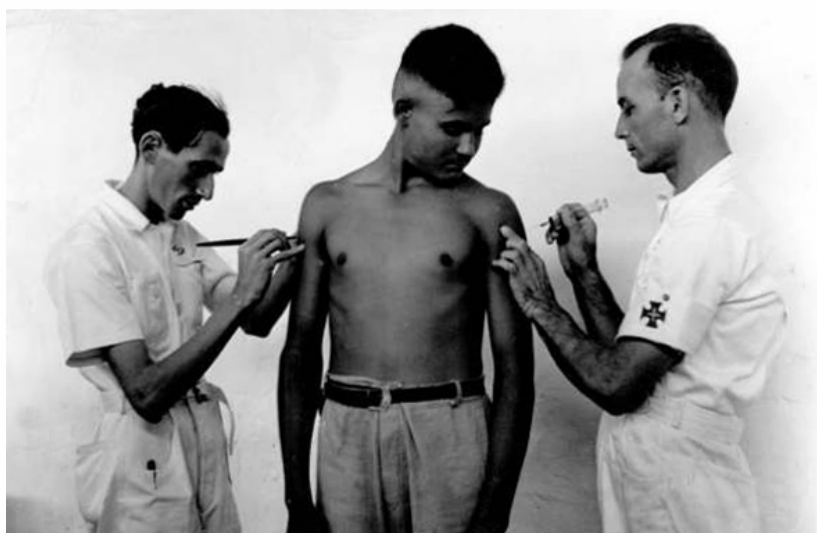


Imagem 33 – Assistência médico-sanitária aos imigrantes do acampamento do Prado. Fortaleza (CE), entre 1944 e 1945. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 34 – Guardas Sanitários transportando equipamento utilizado para o controle da malária. Manaus (AM), entre 1943 e 1947. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 35 – Guardas Sanitários com equipamento de reconhecimento topográfico. Manaus (AM), entre 1943 e 1947. Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

2.3.4 O Serviço Nacional de Malária e a institucionalização do combate às endemias rurais no Brasil

Constituído em abril 1941, conforme já foi mencionado, o Serviço Nacional de Malária - SNM tornou-se o órgão responsável pela coordenação e centralização de todas as campanhas sanitárias de combate à malária no território nacional, com exceção daquelas sob jurisdição do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP.

Criado com a finalidade de organizar e executar em todo o país, o plano de combate à malária bem como realizar estudos e pesquisas sobre a doença, o Serviço Nacional de Malária surgiu no contexto de uma ampla reforma do Ministério da Educação e Saúde que resultou em um modelo de saúde pública ao mesmo tempo centralizado e compartimentado que perdurou por quase 30 anos.¹⁷⁰ De acordo com seu Regimento, aprovado pelo Decreto nº 8.677, de 4 de fevereiro de 1942¹⁷¹, o Serviço Nacional de Malária tinha como finalidades:

- Organização do plano de combate à malária em todo o país;
- Orientação, coordenação e fiscalização das atividades estaduais, municipais e privadas empenhadas na campanha;
- Realização do programa no âmbito da administração federal;
- Opinar sobre a organização de quaisquer serviços de combate à malária no país;
- Padronização e uniformização dos trabalhos e modelos de serviço, contra a malária, elaborando as instruções necessárias;
- Realização de estudos, inquéritos e investigações sobre a epidemiologia, profilaxia e terapêutica da malária.

Juntamente com os outros serviços nacionais, o SNM permitiu que as campanhas existentes àquela época se tornassem permanentes. Subordinado ao Departamento

¹⁷⁰ HOCHMAN; FONSECA, 1999, p.84.

¹⁷¹ Para realização de suas finalidades o SNM compreendia serviços centralizados, técnicos e administrativos, e serviços de campo. Os serviços centralizados ficavam a cargo dos seguintes órgãos: Seção de Epidemiologia (SE), Seção de Organização e Controle (SOC), Seção de Pequena Hidráulica (SPH) e Seção Administrativa (AS). Para execução dos trabalhos de campo, o território nacional foi dividido em circunscrições.

Nacional de Saúde, que detinha poderes amplamente centralizados e poucos recursos para os serviços, o SNM, sob o comando de Mário Pinotti¹⁷², operou suas ações com uma grande capacidade de mobilização e envolvimento das autoridades.

Durante os primeiros anos de atividade, o programa de combate implantado pelo SNM consistiu essencialmente na implementação de medidas dirigidas contra as fases aquáticas dos transmissores, dentre as quais as obras de drenagem, aterros e as aplicações de larvicidas, como o verde-paris e o petróleo nas áreas de transmissão dos vetores, além de inquéritos e investigações epidemiológicas e entomológicas. Na região Sul, a destruição das bromeliáceas através da retirada manual e da derrubada de matas foi a forma encontrada para combater a transmissão por espécies do subgênero *Kertessia*.¹⁷³

Estas atividades estavam a cargo dos serviços de campo, estruturados em circunscrições e distritos. Dirigidos por sanitaristas que coordenavam e supervisionavam os trabalhos de técnicos de laboratório, engenheiros, topógrafos e equipes de trabalhadores, os serviços de campo garantiam a presença do Estado nas regiões mais remotas do país, continuando um processo iniciado pelos serviços sanitários na década de 1910.

O SNM foi instrumento decisivo de intervenção federal no campo da saúde pública e base institucional para os novos experimentos de combate às endemias rurais nos anos 1940 e para a conversão das ações de controle em erradicação em meados dos anos 1950. A estrutura do SNM, assim como seus quadros dirigentes, não foram muito afetados com o final do Estado Novo e com a redemocratização do país, e se transformou em principal alicerce das ações sanitárias no interior do Brasil até 1956, quando todos os serviços nacionais foram fundidos no Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), que

¹⁷² Mário Pinotti nasceu em Brotas (SP) em 1894. Formou-se em 1914 pela Escola de Farmácia de Ouro Preto e em 1918 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tornou-se inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) em 1919. Entre os anos de 1924 e 1925 Pinotti fez curso na Escola de Malária em Nettuno, na Itália. Ao retornar ao DNSP trabalhou na campanha contra a febre amarela, de 1928 a 1931. Em 1932 assumiu o cargo de diretor do Departamento de Febre Amarela da Fundação Rockefeller, no Rio de Janeiro. Ocupou diversos cargos de direção na área de saúde pública, como o de químico-chefe do Serviço de Fiscalização do Leite (1935), diretor-assistente do Serviço Nacional da Febre Amarela (1936), inspetor dos Serviços Especiais de Saúde (1937), diretor geral do Serviço Nacional da Peste (1938-1941), Serviço Nacional de Malária (1942-1956). Em 1956, assumiu a direção do recém-criado Departamento Nacional de Endemias Rurais. Mário Pinotti assumiu o Ministério da Saúde em duas ocasiões: no governo Vargas (1954) e no governo JK (1956). Faleceu no Rio de Janeiro, em 1972. Cf. ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. 'Mário Pinotti'. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1930-1983. v. 3. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984, p.849-51.

¹⁷³ GADELHA, 1994.

foi chefiado inicialmente por aquele que vinha dirigindo o SNM desde seus primórdios, Mário Pinotti.

Na visão de administradores como Mário Pinotti, entretanto, as estruturas de organização dos trabalhos de campo, os recursos orçamentários e os quadros técnicos não eram suficientes para levar adiante a tarefa de combater a malária e outras endemias.

A necessidade de um órgão de pesquisas e investigações científicas levou em 1946 à criação do Instituto de Malariologia, vinculado ao Serviço Nacional de Malária. Concebido como escola e centro especializado de estudos e pesquisas no terreno da malária, destinado à formação de técnicos e ao aprimoramento dos métodos de trabalho em bases científicas, que pudessem servir de referência para conduzir a experiência nacional, o Instituto foi inaugurado em maio de 1949 no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, no local conhecido como Cidade das Meninas.

O Decreto nº 21.172, de 27 de agosto de 1946, que aprovou o Regimento do SNM previa na sua organização o Instituto de Malariologia (IM). De acordo com o artigo 3º, ao Instituto de Malariologia competia:

- Realizar estudos, pesquisas e investigações, no que diz respeito à malária, sobre: protozoologia; entomologia; hidrobiologia e botânica; anatomia patológica; hematologia; clínica; malária experimental; terapêutica e profilaxia; meteorologia e pesquisas sobre engenharia sanitária;
- Preparar tecnicamente e aperfeiçoar o pessoal, nos domínios da malariologia;
- Efetuar estudos complementares em qualquer setor de interesse científico, experimental ou prático, no campo da malariologia, a juízo do diretor do SNM.

Em pouco tempo o Instituto de Malariologia tornou-se o órgão de pesquisa e ensino técnico especializado do SNM. Composto de 10 pavilhões, nele foram realizadas importantes pesquisas publicadas em revistas nacionais e estrangeiras sobre inseticidas, entomologia, parasitologia e engenharia sanitária, projetando internacionalmente os pesquisadores de seus quadros. Além disso, foram ministrados inúmeros cursos.¹⁷⁴

¹⁷⁴ MORAES, 1990, p. 422.

Em seus primeiros anos de atividade, o Instituto realizou estudos ecológicos sobre as *Kertezia* (transmissores de malária no sul do país) e o *Anopheles darlingi*, mas logo ampliaria suas atribuições, incorporando as campanhas de controle da esquistossomose e da doença de Chagas. Como consequência, em agosto de 1950, foi inaugurada na Cidade das Meninas uma fábrica para a síntese e formulação do inseticida hexaclorociclohexano (BHC) usado no combate ao “barbeiro” transmissor da doença de Chagas.

Em seus primeiros anos de atuação, o SNM foi capaz de controlar a malária ao longo da faixa litorânea do território brasileiro, mediante a aplicação dos inseticidas de ação residual, a partir de 1945 combinados com novos medicamentos. O advento do Dimetil-dietil-tricloroetano, o DDT, após a II Guerra Mundial, e a sua utilização em larga escala a partir de então, alteraram radicalmente as políticas, estratégias e campanhas de combate à malária, em todo o mundo. Com base na ação tóxica, persistente e residual do inseticida, o emprego do DDT mostrou-se muito mais econômico e eficiente que as medidas de combate à malária até então conhecidas. Esse fator foi determinante para a implementação de campanhas sanitárias nas áreas rurais.

Introduzido no Brasil já em 1945, o DDT foi utilizado em menor escala, durante o ano de 1947, em campanha na região do rio São Francisco, que abrangia áreas endêmicas dos estados nordestinos da Bahia, Alagoas e Sergipe, e de um importante estado do Sudeste, Minas Gerais, áreas de população mais dispersa e predominantemente rural.¹⁷⁵ A dedetização estava sempre associada à distribuição de medicamentos antimaláricos e a obras hidrográficas e ações antilarvárias.

Na Amazônia, as ações estavam desde 1942 sob a responsabilidade do SESP e dos seus técnicos norte-americanos. Contudo a malária ainda existia em certas regiões do país, permanecendo como desafio, desde o início do século, o problema da endêmica zona rural da bacia amazônica, onde vivia uma população espalhada sem pouso fixo ao longo da vasta rede de cursos d’água, muitas vezes de difícil acesso, ocupada em atividades como caça, pesca e extração de borracha, vivendo em condições precárias. Além disso, os

¹⁷⁵ PINOTTI, Mário. *Primeira campanha antimalárica na região do São Francisco: baseada na administração de dose única de antimalárico e na aplicação domiciliar de inseticida de ação tóxica residual*. Depoimento prestado perante a Comissão Especial do Plano de Aproveitamento da bacia do São Francisco, em 28-11-1946, publicado no Diário do Congresso Nacional em 7/11/1947.

hábitos do principal mosquito transmissor na região dificultavam o uso eficiente do DDT em casa e abrigos utilizados por essa população.

A primeira grande campanha baseada na utilização do DDT em larga escala, no Brasil, se deu em 1947 na Baixada Fluminense. A campanha, que inaugurou uma nova orientação nas ações de combate à malária no país, foi instituída mediante convênio firmado entre o Serviço Nacional de Malária/Ministério da Educação e Saúde e o governo do Estado do Rio de Janeiro, em agosto de 1947.

O objetivo da campanha era o saneamento da zona malarígena do Estado do Rio, baseado na aplicação domiciliária do DDT e na assistência medicamentosa complementar pelo Aralen, cujos resultados foram observados principalmente na primeira campanha antimalárica realizada na região do Rio São Francisco. O “Plano de Aplicação de DDT nas Áreas Malarígenas do Estado do Rio” foi apresentado pelo diretor do SNM, Mário Pinotti, no VI Congresso Brasileiro de Higiene, realizado no Rio de Janeiro em 1947.¹⁷⁶

Amplamente noticiada pelos principais jornais da época¹⁷⁷ esta campanha é considerada a primeira na América Latina que se utilizou massivamente de DDT em domicílios urbanos e periurbanos como principal estratégia de combate à malária em áreas endêmicas e representa um marco nas campanhas de combate às chamadas endemias rurais, em especial a malária, considerada pelo governo federal como o principal problema de saúde pública do Brasil entre as décadas de 1930 e 1950.

Em discurso proferido em almoço por ocasião do lançamento da campanha, o ministro da Saúde Clemente Mariani enfatizou a importância e o ineditismo da iniciativa:

“Aqui nos encontramos, (...) reunidos, Sr. Governador [Edmundo de Macedo Soares], por amável convite de V. Excia., para lançarmos as bases de uma campanha que, pelo rigor técnico e impetuosidade com que vai ser conduzida, tenho a convicção de que representará um episódio decisivo na vida econômica e social desta nobre província. (...) A extinção da malária em todo o território fluminense, (...) é trabalho em que, há alguns anos passados, dificilmente se poderia pensar, mas ao qual hoje nos abalancamos sem temores, fiados na poderosa ação dos inseticidas modernos e dos produtos farmacêuticos e curativos sintéticos.

¹⁷⁶ PINOTTI, Mário. ‘Plano de aplicação de DDT nas áreas malarígenas do Estado do Rio’. *Congresso Brasileiro de Higiene*, 6º. Anais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 395-403.

¹⁷⁷ No período de 1º de novembro de 1947 a 5 de janeiro de 1948 foram registradas 67 matérias específicas sobre a campanha nos seguintes periódicos: *Correio da Manhã*, *A Noite*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna Popular* e na revista *O Cruzeiro*.

Já não é segredo para ninguém, graças à publicidade de que lhes emprestou a excursão do Sr. Presidente da República, o que fizemos no São Francisco. Pela dedetização de todas as residências nas regiões malarígenas, no que devemos aplicar cerca de 500 toneladas de inseticida de 26 mil dias de trabalho e pela farta distribuição de medicamentos a todos os doentes, utilizando para isso todas as repartições públicas e todas as pessoas de boa vontade confio em que completaremos o trabalho iniciado pelas obras de saneamento da Baixada Fluminense.”¹⁷⁸

A partir de estudos e dados referentes à extensão e distribuição geográfica da endemia palúdica no Estado do Rio, os técnicos do SNM procederam ao levantamento predial da região com a finalidade de estabelecer os números exatos das superfícies a serem dedetizadas. Ainda dentro do mesmo planejamento geral, foram levados em consideração fatores epidemiológicos para a determinação da época mais indicada para as aplicações de DDT – novembro e dezembro, antes do começo da estação malarígena – e do prazo de 50 dias úteis para a realização dos trabalhos.

O início simbólico da campanha aconteceu no dia 11 de novembro de 1947, em Magé, com as presenças do ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani, do governador do Estado do Rio, Edmundo de Macedo Soares e Silva e do diretor do SNM, Mário Pinotti. De fato, o trabalho de dedetização domiciliar, nos nove distritos em que a área foi dividida, já havia sido iniciada nos primeiros dias de novembro.

Reunindo o pessoal efetivo do SNM e turmas supletivas de guardas e trabalhadores, as equipes eram constituídas de um guarda, responsável pelo trabalho da turma, cinco operadores e dois auxiliares. Cada grupo de cinco turmas era fiscalizado por um guarda-chefe. Para a execução da campanha na Baixada Fluminense foram necessárias cerca de 140 turmas que receberam todo o treinamento necessário para o manejo dos aspersores de jato e para o preparo do DDT. Os meios de transporte utilizados para a locomoção de médicos, turmas de trabalho e para o suprimento do material, incluíram caminhões, jipes, bicicletas, barcos e até animais de carga.

Foram criados “postos-bases” em “localidades-chaves”, nos diversos pontos da área a ser dedetizada, que tinham por finalidade principal a concentração de pessoal, a

¹⁷⁸ CMa/Mariani, C./ p. 47.07.18. Arquivo Clemente Mariani. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC/Fundação Getúlio Vargas-FGV.

distribuição prévia do material e o abastecimento dos veículos. A partir desses “postos-bases”, as turmas, cujas áreas de trabalho eram previamente definidas, partiam diariamente para suas atividades, a não ser nos casos em que devido às longas distâncias, ficavam acampadas em barracas cedidas pelo Ministério da Guerra.

Os inimigos principais eram mosquitos de espécies de comprovada domesticidade, que caracterizavam a transmissão no estado. Além dos trabalhos de dedetização, a campanha desenvolvida na Baixada Fluminense baseou-se na assistência medicamentosa aos doentes de malária, a partir da distribuição, gratuita da cloroquina também conhecida como Aralen. Para tal, foi organizada uma ampla rede de Unidades Distribuidoras de Antimaláricos (UDAs), em toda a região, que incluía, além dos postos de saúde e assistência já existentes, escolas públicas e particulares, fazendas, prefeituras municipais, agências de correio e igrejas.¹⁷⁹

A utilização da cloroquina, administrada em dose única, tinha por objetivo a cura clínica imediata do indivíduo, evitando a interrupção de suas atividades, e apresentava uma grande vantagem em relação aos antimaláricos anteriormente conhecidos, que demandavam um prazo maior de tratamento, sob a orientação e controle de pessoal especializado. Reduzindo o tratamento a uma única dose, que podia ser ministrada pelas UDAs, dispensando, dessa forma a organização de uma estrutura custosa de pessoal, a cloroquina foi considerada como o antimalárico mais indicado para as grandes campanhas realizadas pelo SNM, a partir de então, em todo o território nacional.

Merecedora de uma ampla cobertura e divulgação na imprensa local e nacional, a campanha de combate à malária no Estado do Rio era muitas vezes comparada, pelos jornais da época a uma cruzada militar. A campanha era mencionada como uma “batalha anti-malárica”, as turmas de trabalho eram chamadas de “exército anti-malárico” ou “brigadas de choque” e, os equipamentos, de “armamentos”. Reproduzimos, a seguir, trecho de matéria publicada no jornal *A Noite*, de 12 de novembro de 1947.

¹⁷⁹ HOCMAN; MELLO; SANTOS, 2002, p. 252-3.

Exército motorizado contra a malária

CONTINUAÇÃO
DA 1ª PAGINA

minenses, dando-lhes novas áreas de terra para o cultivo e garantindo-lhes ambiente sadio para a segura aplicação das suas energias. E, assim, a humosa baixada da Velha Província, vai ganhando aos poucos novos índices de prosperidade.

Guerra química contra os mosquitos

Entretanto, todos os serviços já levados a efeito pelo S.N.M. representam apenas uma parcela das suas louváveis iniciativas, diante do novo empreendimento que, ontem em Magé, no Estado do Rio, teve o seu início com a presença do governador do Estado, Sr. Macedo Soares, do ministro de Educação e Cultura, Sr. Clemente Mariani, do Dr. Mario Pinotti, diretor do Serviço Nacional da Malária, do prefeito de Magé, Sr. Uliman Junior e outras altas autoridades.

Reunidas na sede do S.N.M. de Magé, essas autoridades ouviram, inicialmente, uma detalhada exposição sobre a nova campanha anti-malárica traçada pelo S.N.M., acentuando o Dr. Mario Pinotti, autor dessa exposição, todas as modalidades e o seu desenvolvimento e a segurança do seu êxito, graças ao apoio, decidido e entusiasta, dos governos federal e fluminense. Pela descrição feita, os presentes puderam avaliar as proporções da iniciativa, que representa, no gênero, uma das mais vastas e completas até hoje orientadas pelo S.N.M. Assim é que, em todas as zonas da Baixada, agirão várias brigadas de choque contra a malária. Essas brigadas, bem organizadas e providas dos mais modernos e eficientes recursos de combate, serão os soldados da guerra química agora declarada em nomeadas contra os anofeles e outros mosquitos que infestam a Baixada. A principal arma de ataque será o DDT.

O exército anti-malárico e o seu campo de batalha

O exército anti-malárico organizado e preparado pelo S. N. M. é motorizado: dispõe de caminhões, "jeeps", motocicletas, bicicletas, embarcações e outros veículos para a sua rápida locomoção e, ainda, um copioso armamento, composto de bombas manuais, elétricas e a gasolina para o espargimento do poderoso inseticida, que é o DDT com adição de benzol. A área total

em ser coberta é de 23.500 quilômetros quadrados, compreendendo 29 municípios, 142.000 residências e 710.000 habitantes. Todas essas residências serão dedetizadas e isso equivale cobrir de inseticida uma área total de 42.600.000 de metros quadrados. A batalha deverá ter a duração de 30 dias. Nesse espaço de tempo, com todas as brigadas em ação, serão aplicadas 65 toneladas de DDT dissolvidas em 2.100.000 litros de solução condutora.

Para bombardear os pontos compreendidos pela área da campanha serão empregadas 700 bombas e cerca de 45.500 homens-dia. Além do DDT será aplicado, também, o Aralex, medicamento curativo para o tratamento dos malarígenos descobertos e empregado com sucesso durante a última guerra.

Passando em revista o exército anti-malárico

Terminada a exposição do Dr. Mario Pinotti e depois de terem usado da palavra os Srs. Macedo Soares, governador fluminense, Clemente Mariani, ministro da Educação, Uliman Junior, prefeito de Magé e outras altas autoridades, teve início a segunda parte da cerimônia que foi a visita ao arsenal anti-malárico de Magé, situado na sede local do S. N. M. e as demonstrações práticas da campanha a ser iniciada.

Enquanto passava em revista os homens e o material mobilizado para a luta anti-malárica, o governador Macedo Soares ia ouvindo, do Dr. Mario Pinotti, alguns esclarecimentos sobre os planos traçados pelo S. N. M.

— Todas as zonas, com exceção, — explicou o Dr. Mario Pinotti — serão trabalhadas. Os homens agirão em todos os recantos da Baixada, mesmo nos mais inaccessíveis. Nos comitês de grande abrangência serão conduzidos nos "pontos-chave" das zonas de ataque, situados no centro das cidades ou nos setores de fácil acesso pelas rodovias principais. Deste ponto, por estradas mais difíceis, entram em ação os "jeeps", que levarão as brigadas até os interiores mais afastados e mal servidos de vias de acesso e nos trechos mais acidentados, onde nem os caminhões nem os "jeeps" podem avançar, o transporte será em lombo de burro...

— Que é o "jeep" nacional? — interrompe, fazendo blague, o governador Macedo Soares.

O Dr. Mario Pinotti entende com a comparação e, concluindo, acrescenta que nos lugares em que nem os "jeeps" nacionais podem ir, o avanço será feito a pé.

A campanha foi realizada durante sessenta dias e incluiu 1.821 localidades em trinta municípios de norte a sul do estado, inclusos todos aqueles territorialmente contíguos a então capital federal. Segundo relatórios oficiais foram dedetizados 130.419 prédios, borrifada uma área de quase 28 milhões de metros quadrados, onde residiam 700 mil pessoas.¹⁸⁰

A novidade da campanha de dedetização da Baixada Fluminense estava na tentativa de combinação de ações antimaláricas já conhecidas e técnicas inovadoras em operações de larga escala e o decréscimo de determinadas práticas. Primeiro, a escolha de determinadas áreas endêmicas para intervenção, com prévia investigação epidemiológica, entomológica, clínico-laboratorial e geográfica, e mecanismos de revisão e controle de resultados. Segundo, a distribuição institucional, organizada e gratuita de medicamentos para tratamento clínico, em particular o Aralen. Terceiro, a maior inovação, a aplicação intra-domiciliar de inseticida de ação tóxica residual, no caso do DDT, e sua reaplicação em um período de 6 meses. Quarto, e importante de se frisar, o menor acento nas obras de engenharia sanitária e de combate anti-larvário.

No primeiro trimestre de 1948, com o objetivo de verificar os resultados da campanha, técnicos do SNM realizaram inspeções domiciliares em grande número de prédios dedetizados e constataram uma acentuada redução da densidade anofélica domiciliar em comparação com a dos três anos anteriores, o que comprovaria o efeito residual do DDT. Além disso, verificou-se uma expressiva redução da incidência de malária, de acordo com os dados de morbidade pela doença e com os resultados dos exames de sangue feitos em habitantes de diversas localidades.

A campanha de dedetização na Baixada Fluminense pode ser tomada como ponto de inflexão não apenas no combate à malária, mas também a outras endemias. Ela aglutinou inovações técnicas, científicas e profissionais, combinando conhecimento local e influência internacional. Mesmo sendo uma ação episódica, numa região determinada, ela

¹⁸⁰ FRÓES, Heitor Prager. 'O Departamento Nacional de Saúde em 1947 – o Serviço Nacional de Malária'. *Arquivos de Higiene*, São Paulo, ano 18, mar.-dez. 1948; MARIANI, Clemente. 'Atividades do Serviço Nacional de Malária no período de 1947 a abril de 1950 – Gestão do Exmo. Snr. Dr. Clemente Mariani à frente do Ministério da Educação e Saúde'. CMA/MES/pi 50.05/0700. Arquivo Clemente Mariani. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC/Fundação Getúlio Vargas-FGV.

é interessante do ponto de vista analítico por ter sido um grande teste de técnicas que ainda estavam em debate e também por apresentar um conhecimento científico em desenvolvimento. Ela indica, também, algumas bases do debate sobre a possibilidade de erradicação da malária no Brasil vis-à-vis o controle, um debate que mobilizou a comunidade nacional e internacional dos profissionais de saúde pública na década de 1950.

Menos visíveis, mas igualmente importantes, são os aspectos políticos, institucionais e ideológicos envolvidos nesta e nas demais campanhas pós-1945, que embora trouxessem mudanças, mantinham vínculos com o legado médico-sanitarista das primeiras duas décadas do século XX. A saúde pública e seus aparatos passaram a conviver em um ambiente redemocratizado e competitivo politicamente, depois do final da ditadura de Vargas (1937-1945), marcado pela organização federativa do país e pelo debate nacional em torno do desenvolvimento do país, e no campo internacional a conformação da chamada “Guerra Fria”, especialmente a bipolaridade. Portanto essa campanha é ilustrativa da combinação da instabilidade da competição política e ideológica.¹⁸¹

O Serviço Nacional de Malária institucionalizou o uso em larga escala do DDT no país em campanhas cujo principal objetivo era o controle do vetor da doença e não sua erradicação. No entanto, essa utilização ocorreu apenas em algumas regiões endêmicas prioritárias. As demais áreas continuaram submetidas ao uso de práticas mais comuns de combate ao vetor em sua fase larvária, ou por fumigações de outros inseticidas como o piretro, para a fase adulta do mosquito. Algumas regiões urbanas de maior significado econômico foram objeto de medidas preventivas de saneamento como aterros, drenagens e obras de urbanização. Além disso, estendeu-se a prática de distribuição de medicamentos a diversas regiões do país a partir das Unidades Distribuidoras de Antimaláricos, as UDAs.

O uso do DDT no combate à malária, para além das mudanças nos modelos e nas dimensões das campanhas realizadas, introduziu novas questões que serão desenvolvidas e debatidas no final da década de 1940 e ao longo de toda a década de 1950. A primeira delas diz respeito às noções de controle e de erradicação da doença que passaram a ser colocadas nos organismos e fóruns científicos nacionais e internacionais sobre a doença.

¹⁸¹ HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. ‘Política, políticas e nacionalismo: campanhas de controle e erradicação de doenças endêmicas no Brasil do século XX’. International Congress of History of Science, 21º, 2001, México D.F., México.

A discussão sobre a pertinência de programas baseados no controle ou na erradicação da malária esteve presente em diversos encontros científicos ocorridos ao longo desse período, tais como, Congressos Brasileiros de Higiene, Conferências Panamericanas de Saúde e Congressos Internacionais de Malária. Segundo Emilio Pampana, o conceito de erradicação da malária é apresentado e discutido pela primeira vez no IV Congresso Internacional de Malária e Doenças Tropicais, realizado em Washington em 1948, baseado na idéia de que se evitando novas infecções, a transmissão da doença seria interrompida e as campanhas contra o mosquito poderiam ser suspensas.¹⁸²

Posteriormente, uma outra questão mobilizou as autoridades científicas e públicas de combate à malária: a resistência biológica desenvolvida por algumas espécies de vetores transmissores ao DDT. Até meados da década de 1950, a orientação seguida pelo SNM, e a partir de 1956, pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais DNERu, pressupunha que o controle da doença, mediante o uso do DDT e de antimaláricos poderia causar sua erradicação em todo o país.

Porém, as primeiras observações de resistência de vetores à ação tóxica do DDT e o fracasso de algumas campanhas, baseadas na dedetização domiciliar, por motivos técnicos ou econômicos, especialmente na região amazônica, incentivaram o surgimento de novas experiências como, por exemplo, a distribuição do sal cloroquinado (mistura de cloroquina com sal de cozinha) à população daquela região, com o objetivo de interromper a transmissão da doença. Em 1952, a partir de um método de profilaxia medicamentosa idealizado por Mário Pinotti, diretor do SNM, foram iniciadas as pesquisas experimentais e os trabalhos de campo com vistas ao desenvolvimento de um antimalárico que solucionasse o problema endêmico na Amazônia: surgia o sal cloroquinado ou Método Pinotti, como se tornou conhecido.

Paralelamente, fortalecia-se a tendência liderada pelos organismos internacionais de uma doutrina de erradicação da malária fundamentada na reformulação dos programas de controle existentes que deveriam ser substituídos por campanhas de erradicação, com prazo limitado. No Brasil, a adesão a esse programa se deu mediante a promulgação do Decreto nº 43.174, de 4 de fevereiro de 1958, que instituiu a Campanha de Erradicação da Malária

¹⁸² PAMPANA, Emilio. 'La erradicación de la Malária'. *Boletim da Oficina Sanitária Panamericana*. v. . XIV, n. 4, p. 300-13, out. 1958.

em todo o país e criou um grupo de trabalho específico para o planejamento das ações, no Ministério da Saúde, vinculado inicialmente ao DNERu.

Apesar de sua implantação formal em 1958, o Plano de Erradicação da Malária evoluiu irregularmente, tendo necessitado de diversos reajustes que se caracterizaram por defasagens decorrentes de recursos insuficientes, modificações na própria estratégia e outras de caráter técnico e administrativo. Efetivamente, a Campanha só foi implementada dentro dos parâmetros estabelecidos pelos órgãos de saúde internacionais em 1965.¹⁸³

A experiência do sal cloroquinado, coordenada por Rostan Soares – que chefiou o Laboratório de Parasitologia do Instituto de Malariologia entre 1949 e 1955, em estreita cooperação com o Laboratório de Protozoologia do Instituto Oswaldo Cruz – será objeto de nosso estudo nos capítulos 3 e 4.

Apresentamos, a seguir, imagens avulsas referentes à atuação do Serviço Nacional de Malária localizadas no arquivo do pesquisador Paulo Barragat, recentemente doado à Casa de Oswaldo Cruz.

Nesse ponto, gostaríamos de observar as dificuldades encontradas para o levantamento de fontes documentais, em especial fotografias, sobre o Serviço Nacional de Malária. Em função do desenvolvimento dos projetos *História da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil* e *Imagens da Malária: campanhas de saúde pública no Brasil do século XX*¹⁸⁴, entre os anos de 2000 e 2002, procedemos ao levantamento e referenciamento de fontes documentais acumuladas em instituições públicas e privadas do Rio de Janeiro relativas ao processo de institucionalização da saúde pública no período compreendido entre 1930 e 1956. No entanto, verificamos no decorrer desses projetos a escassez de material sobre o Serviço Nacional de Malária. Chegamos a ouvir, informalmente, de um funcionário do prédio da antiga sede do Ministério da Educação e

¹⁸³ MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Plano Nacional de Erradicação da Malária* - operações para o quadriênio 1965-1968. Brasília: MS, 1965.

¹⁸⁴ Esses projetos foram desenvolvidos na qualidade de pesquisadora-visitante na Casa de Oswaldo Cruz, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto Hochman, mediante convênio firmado entre a FAPERJ e a Fiocruz.

Saúde, no centro do Rio de Janeiro, que boa parcela do arquivo do MES havia sido destruída em uma inundação enquanto aguardava transferência para Brasília.

O fato é que, os registros sobre o SNM foram localizados, basicamente, em acervos pessoais como é o caso arquivo de Paulo Barragat.



Imagem 37 - Hospital do Instituto de Malariologia na “Cidade das Meninas”. Duque de Caxias (RJ), 1949. Arquivo Paulo Barragat, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 38 - Cultivo de bromélias – criadouros naturais de mosquitos – no Instituto de Malariologia para a realização de pesquisas. Ao fundo, o Pavilhão de Entomologia. Duque de Caxias (RJ), 1949(?). Arquivo Paulo Barragat, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 39 - Equipamentos utilizados para a fabricação da pasta de DDT, no Serviço Nacional de Malária. Rio de Janeiro (RJ), 1956. Arquivo Paulo Barragat, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

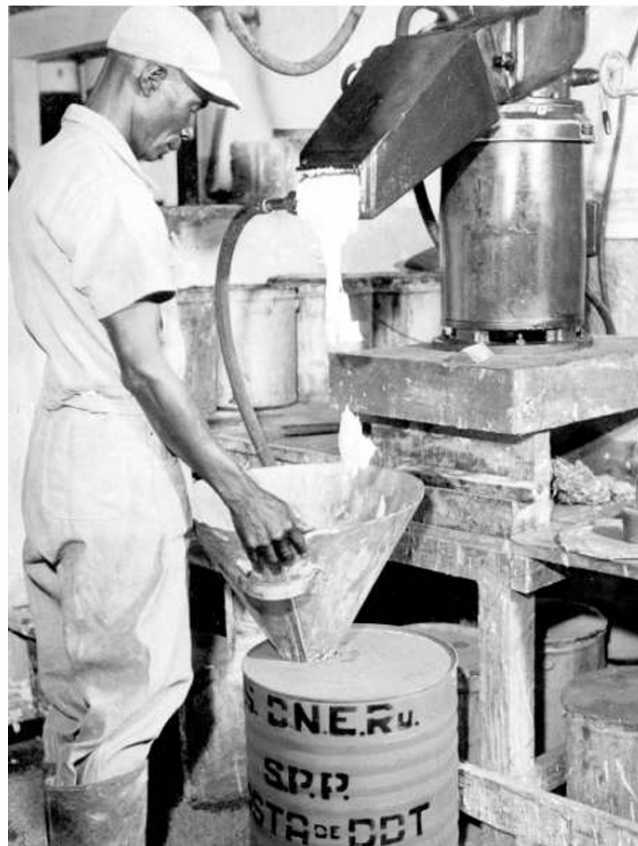


Imagem 40 - Fabricação da pasta de DDT no Serviço Nacional de Malária. Rio de Janeiro, 1956. Arquivo Paulo Barragat, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 41 - Preparação de solução emulsionável de DDT, na sede do Serviço Nacional de Malária, no bairro de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 1950. Arquivo Paulo Barragat, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 42 - Guarda do Serviço Nacional de Malária realizando testes com DDT na sede do Serviço, no bairro de São Cristóvão. Rio de Janeiro, 1954(?). Arquivo Paulo Barragat, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

CAPÍTULO 3

O ARQUIVO DE ROSTAN SOARES COMO UM ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, tomamos como objeto de análise o arquivo de Rostan Soares (1914-1996). Médico sanitário e pesquisador com larga experiência na área de estudos voltados ao combate de doenças tropicais, em especial a malária e a esquistossomose. Rostan ocupou inúmeros cargos e funções em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde, entre as quais o Serviço Nacional de Febre Amarela, o Serviço Nacional de Malária, o Instituto de Malariologia e o Instituto Oswaldo Cruz.

O arquivo abrange o período 1904-1991 e contém um rico e volumoso conjunto documental que informa sobre a trajetória profissional do titular e sua atuação em instituições centrais no processo de formulação e implementação de políticas de saúde pública e suas relações com a ciência na segunda metade do século XX, no Brasil.

Nosso intuito é tomar o acervo de Rostan Soares como um exemplo de arquivo oriundo das práticas científicas que permite-nos analisar, através de seus registros textuais e iconográficos, uma dupla dimensão da institucionalização do saber e constituição da memória. Por um lado, este acervo testemunha aspectos importantes do universo de produção do conhecimento científico e, por outro lado, espelha a atuação do poder público no combate às endemias rurais no Brasil do século XX.

A proposta é levantar algumas questões em torno do arquivo pessoal de um pesquisador cujo acervo nos permite observar tanto sua faceta de cientista, homem de laboratório e de pesquisa no campo, quanto seu papel no ambiente das políticas de saúde pública no Brasil, com a finalidade de percebermos o papel que assumem as fotografias. Além disto, analisar a trajetória pessoal e profissional de Rostan Soares torna-se condição necessária para compreendermos a produção de registros fotográficos que integram seu acervo.

3.1 O campo arquivístico e os arquivos pessoais como fontes para a História

Como ponto de partida de nossa análise gostaríamos de levantar algumas questões apontadas por autores que problematizam o estatuto dos arquivos pessoais para o campo arquivístico e para o campo da História, seja em comparação com os arquivos de natureza pública, seja na sua utilização enquanto fontes de pesquisa, suas potencialidades e peculiaridades e as posturas metodológicas específicas que devem inspirar por parte dos historiadores.

3.1.1 A especificidade dos documentos de arquivo

Ao longo da História, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente, os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação. A razão pela qual eles puderam servir a tantas finalidades é que os materiais arquivísticos, ou registros documentais, representam um tipo de conhecimento único. Gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido.¹⁸⁵

Essa capacidade dos registros documentais de capturar os fatos, suas causas e conseqüências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é plenamente comprovada no nível teórico pela diplomática.¹⁸⁶ Em função dessa

¹⁸⁵ DURANTI, Luciana. 'Registros documentais contemporâneos como provas de ação'. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 50, 1994.

¹⁸⁶ A diplomática é a disciplina que tem como objeto o estudo da estrutura formal e da autenticidade dos documentos. Cf. ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 70. (Publicações Técnicas; n° 51)

relação, os registros documentais sempre foram vistos como dignos de confiança e preservados de acordo com procedimentos administrativos claramente estabelecidos e compreendidos.

Tradicionalmente, o documento é definido como uma unidade de registro de informações, qualquer que seja seu suporte e formato.¹⁸⁷ Duranti, entretanto, enfatiza como fundamental para o trabalho do arquivista, no sentido de se desincumbir a contento da responsabilidade de ‘guardião dos registros documentais’, a observância às propriedades e características intrínsecas desses registros.

Apesar da intervenção de Duranti estar direcionada aos profissionais da área de arquivo e documentação, gostaríamos de tomar emprestado suas observações, na medida em que julgamos de extrema pertinência para o trabalho com fontes documentais, principalmente no que diz respeito ao trabalho de crítica de fontes, que todo historiador deve empreender ao lidar com material histórico.

A primeira característica dos registros documentais por ela apontada é a *imparcialidade*: os registros seriam inerentemente verdadeiros, ou como diz o arquivista britânico Hilary Jenkinson, “(...) livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje”.¹⁸⁸ Isso não quer dizer que as pessoas que intervêm em sua criação sejam livres de preconceitos, mas que as razões por que eles são produzidos (para desenvolver atividades) e as circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) asseguram que não são escritos “(...) na intenção ou para a informação da posteridade”, nem com a expectativa de serem expostos ou com o receio do olhar do público. Assim, os documentos forneceriam “(...) provas originais porque constituem uma parte real do corpus dos fatos, do caso”.¹⁸⁹

Duranti ressalta ainda que imparcialidade não significa que os leitores dos documentos devem crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela. Não se deve esquecer que o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e

¹⁸⁷ Id., ib., p. 73.

¹⁸⁸ JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. Oxford: Clarendon Press, 1922, p. 11.

¹⁸⁹ Id., ib., p. 11-2.

o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão do que pode ser extraído dos documentos.

A segunda característica é a *autenticidade*, que está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos como garantias para futuras ações ou para informação, e “(...) *são definitivamente separados para preservação, tacitamente julgados dignos de serem conservados*” por seu criador ou legítimo sucessor como “*testemunhos escritos de suas atividades no passado*”.¹⁹⁰

Assim, os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com os procedimentos regulares que podem ser comprovados. Alguns documentos resultantes de uma atividade prática desviam-se desse padrão legítimo de procedimentos contínuos de preservação. Eles, ainda assim, são autênticos no que diz respeito a seu criador, e pode-se atribuir-lhes valor como documentos evocativos do passado, mas sua fidedignidade como prova documental fica prejudicada, e eles serão sempre suspeitos em comparação com aqueles documentos mantidos sob um controle legítimo e contínuo.

A terceira característica dos registros documentais, a *naturalidade*, diz respeito à maneira como os documentos se acumulam no curso das transações de acordo com as necessidades da matéria em pauta: eles não são “(...) *coletados artificialmente, como os objetos de um museu (...), mas acumulados naturalmente nos escritórios em função dos objetivos práticos da administração*”.¹⁹¹ O fato de os documentos não serem concebidos fora dos requisitos da atividade prática – isto é, de se acumularem de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas – dota-os de um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada.

A quarta característica é o *inter-relacionamento*. Esse inter-relacionamento é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente

¹⁹⁰ DURANTI, 1994, p. 50.

¹⁹¹ PUBLIC RECORD OFFICE. *Guide to the public records*. Part I: Introductory. London: Public Record Office, 1949, p. 2.

relacionado com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e seu significado depende dessas relações. As relações entre os documentos, e entre eles e as transações das quais são resultantes, estabelecem o axioma de que um único documento não pode se constituir em testemunho suficiente do curso de fatos e atos passados: os documentos são interdependentes no que toca a seu significado e sua capacidade comprobatória.

Em outras palavras, os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. Na verdade, os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos.¹⁹²

A quinta e última característica é a *unicidade*. A unicidade provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. Cópias de um registro podem existir em um mesmo grupo ou em outros grupos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo das suas relações com outros registros é sempre único, e – como foi enfatizado acima – um registro consiste em um documento e suas relações com seu contexto administrativo e documental. Assim, uma duplicata de um registro só existe quando ambos os elementos são perfeitamente idênticos, isto é, quando múltiplas cópias de um mesmo documento são incluídas em um mesmo lugar e dentro de um mesmo grupo.

As características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósitos administrativos ou culturais. A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta de nossa sociedade, como à história, que a explica. De fato, ambos contam com a reconstrução mental do passado para seus julgamentos e interpretações.

¹⁹² DURANTI, 1994, p. 51.

Essa reconstrução não pode ser feita cientificamente, no sentido dos experimentos desenvolvidos em ambiente de laboratório, e tampouco seus resultados podem ser absolutamente certos, porque os fatos passados não podem ser repetidamente reproduzidos e observados. O passado é essencialmente não verificável e só pode ser descoberto por dedução e interpretação.

A observância dessas características dos registros documentais, que constituem sua especificidade, significa que o documento arquivístico precisa estar inserido no contexto de sua produção e da função geradora; o documento isolado, isto é, descontextualizado, perde seu significado. Esse é um aspecto que gostaríamos de enfatizar na nossa análise. Toda reflexão desenvolvida no âmbito deste trabalho toma como premissas básicas as características acima demarcadas.

3.1.2 Os arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia

Uma questão bastante presente no campo arquivístico diz respeito ao debate em torno da caracterização e das fronteiras entre arquivos públicos e arquivos privados e entre arquivos institucionais e arquivos pessoais.

A busca de contornos definidos para a caracterização dos chamados arquivos privados foi iniciada, no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, muito provavelmente em função da ocorrência de um certo *boom* de arquivos privados, centros de documentação e/ou de memória e programas de preservação de documentação histórica.¹⁹³

Camargo localiza as origens dessa discussão no conflito entre dois princípios: o da propriedade privada e o do interesse comum. A autora descreve, então, a busca da

¹⁹³ Podemos apontar, por exemplo, o surgimento, na década de 1970, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV; do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp e do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira na Fundação Casa de Rui Barbosa. Nos anos 1980, foram criados o Centro de Memória da Eletricidade no Brasil/Eletróbrás; a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica: Pró-Documento/Fundação Nacional Pró-Memória.

caracterização dos arquivos privados a partir da própria história da construção do público e do privado como categorias jurídicas.¹⁹⁴

O aparecimento do moderno Estado de direito, o Estado liberal do século XIX, resulta de um padrão de relacionamento entre o sistema político e a sociedade civil que diferencia, de maneira nítida, a esfera pública do setor privado. Ao domínio quase exclusivo do direito privado sucede um saber jurídico que passa a enfatizar o direito público como princípio organizacional de todo o ordenamento político. Além de significar aquilo que é acessível a qualquer um, ‘público’ passou a ser sinônimo de sede do ‘poder público’ (do Estado, na sua qualidade de promotor do bem público).

No entanto, como aponta Costa¹⁹⁵, apesar da idéia de construção de um espaço público, separado do privado, surgir a partir do século XVIII como uma consequência do Estado burguês em formação, isso não significa dizer que o conceito de público, por oposição e em complemento ao privado, tenha surgido pela primeira vez na história no século das Luzes. Ao contrário: a idéia é antiga e os relatos e estudos que se tem da *polis* grega constituem mais uma ‘prova’ do resgate feito pelos modernos da experiência da Grécia clássica.

Contudo, o conceito antigo de público, enquanto espaço onde os homens se expressavam livremente através de palavras e atos, não encontra uma correspondência direta na era moderna. Público hoje está muito mais próximo da idéia de social e de coletivo do que da idéia intrinsecamente política atribuída pelos gregos, que excluía de sua definição tudo o que se relacionasse às necessidades vitais.¹⁹⁶

No âmbito do público como equivalente de estatal e de oficial, os arquivos são, antes de mais nada, depositários da fé pública. A doutrina arquivística, durante todo o século XIX, enfatizou o aspecto público dos arquivos, em razão do ‘caráter autêntico’ dos

¹⁹⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. ‘O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos’. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 21-44, jul./dez. 1988.

¹⁹⁵ COSTA, Célia Leite. ‘Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos.’ *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 189-199, 1998.

¹⁹⁶ Id., *ib.*, p. 190.

documentos neles conservados.¹⁹⁷ A clássica definição da Associação dos Arquivistas Holandeses, reproduzida abaixo, divulgada em 1898, exclui do universo dos arquivos os documentos de origem privada:

“Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário.”¹⁹⁸

A valorização do arquivo como órgão que conserva os documentos emanados de autoridades públicas vem de uma longa tradição jurídica baseada na presunção de autenticidade dos atos praticados por aqueles que detêm cargos e ofícios públicos. É na esfera do público, mediante registros autênticos e seguros, que se evidenciam a veracidade e a validade dos fatos. Em outras palavras, os arquivos funcionam “(...) *como suporte jurídico-administrativo das atividades dos poderes públicos*”¹⁹⁹.

Opondo-se ao conceito de público, a esfera do particular abraçaria o que é próprio às pessoas consideradas isoladamente. “*Ela é o particularizado, o separado, no sentido do privado.*”²⁰⁰ Como categoria histórica, denota, na sociedade burguesa, uma relação de distanciamento e de subordinação para com o poder público. Trata-se, na verdade, de um distanciamento peculiar: é com respeito à “(...) *múltipla importância da esfera pública que o termo privado, em sua acepção original de privação, têm significado.*”²⁰¹

¹⁹⁷ Robert-Henri Bautier *Apud* CAMARGO, 1988, p. 58.

¹⁹⁸ O caráter restritivo da definição vem reforçado, a seguir: “*Somente os documentos oficiais, isto é, os recebidos ou produzidos pelos órgãos administrativos ou pelos funcionários, a título oficial, pertencem ao arquivo*”. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo nacional, 1960, p. 9.

¹⁹⁹ MATA CASTILLÓN, José Manuel. ‘Las administraciones autónomas y la unidad de la profesión del archivero’. In: DIPUTACIÓN PROVINCIAL DE SEVILLA. *Archivística: estudios básicos*. Sevilla, p.13-24, 1981.

²⁰⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 19.

²⁰¹ ARENDT, Hannah. ‘As esferas pública e privada’. In: _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p. 31-88.

As pessoas privadas, submetidas ao Estado enquanto destinatárias das funções políticas, jurídicas e administrativas do poder público, ao mesmo tempo em que constituem um público no sentido amplo, são um público privado do poder público. Em contrapartida, todo um sistema de normas assegura a existência da esfera privada, através de sua instituição central – a propriedade privada – e das correlatas liberdades de contrato, de empreendimento e de herança que decorrem da ausência de encargos corporativistas e governamentais²⁰².

A autonomia do privado como categoria jurídica está na base das definições de arquivo que começam a ser formuladas a partir do século XIX. O conceito de ‘fundo de arquivo’²⁰³ deslocou o centro da discussão para o modo orgânico de acumulação dos documentos, compreendendo, a partir dessa característica, tanto os de origem pública quanto os de origem privada. A menção explícita da natureza pública ou privada dos documentos, que só aparentemente estabelece uma indiferenciação entre ambos, passou a fazer parte integrante de tais definições. “*Os arquivos são o conjunto de documentos de qualquer natureza produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou moral, um órgão público ou privado, no exercício de sua atividade.*”²⁰⁴

A polarização entre o público e o privado, que se mantém até hoje, segue a tradição fixada nos clássicos manuais de Sir Hilary Jenkinson (1922), Eugenio Casanova (1928) e Theodore R. Schellenberg (1956).

O sentido estrito de ‘público’ e de ‘privado’ foi cedendo lugar, nos anos que sucedem ao período áureo do liberalismo, a um novo tipo de relação entre ambas as esferas. Segundo Arendt, a “(...) *contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa*

²⁰² HABERMAS, 1984, p. 95.

²⁰³ Fundo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97.

²⁰⁴ GAUYE, Oscar. ‘Spécificité des archives et convergence avec les bibliothèques, les musées et les centres de documentation’. *Archivum*. Paris, vol. 30, p.15-234, 1984.

*extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, a submersão de ambas na esfera do social”.*²⁰⁵

A interpenetração progressiva do público e do privado, dissolvendo sua relação originária, tem múltiplas facetas. Não só os interesses privados passam a ter importância pública, como também houve transferência de competências públicas a entidades privadas. A esse fenômeno, que Habermas caracterizou como de socialização do Estado e de estatização da sociedade, corresponde o de publicização do direito privado e privatização do direito público.²⁰⁶

No que diz respeito aos arquivos, se os contornos do arquivo público permanecem bem visíveis, o mesmo não ocorre com os privados, normalmente subdivididos em categorias que separam os de caráter pessoal e familiar dos arquivos de associações dos arquivos institucionais (associações, empresas e estabelecimentos bancários, industriais e comerciais).

Não se trata, pois de uma distinção fundamentada na presença de tipos documentais próprios, nem em valores diferenciados para a pesquisa. A recuperação da qualidade orgânica continua a ser o alvo comum do tratamento a ser dispensado aos documentos de origem privada como de resto aos fundos públicos. Na subdivisão dos arquivos privados prevalece a própria natureza jurídica das entidades de origem, verificando-se a acentuada tendência de delimitar o campo dos documentos pessoais e de família em razão de seu distanciamento maior da esfera pública.

Por fim, Camargo observa que, nas últimas décadas, escapando à antiga distinção entre público e privado e como que dissolvendo essa polarização, é associada uma nova qualidade aos documentos, agora nem públicos nem privados, mas históricos. Essa mudança está também intimamente referida à renovação da historiografia, mencionada na Introdução deste trabalho e que será retomada mais adiante.

²⁰⁵ ARENDT, 1983, p. 44.

²⁰⁶ HABERMAS, 1984, p. 180.

Numa outra linha de reflexão, deparamo-nos com o trabalho de Terry Cook, representante da escola canadense da arquivística. Cook questiona a atualidade dos consagrados princípios da disciplina no que diz respeito tanto aos arquivos pessoais quanto aos fundos governamentais e institucionais, considerando as transformações porque passam tanto as instituições quanto os próprios registros documentais e seu gerenciamento. A primeira interrogação levantada pelo autor é sobre a aplicabilidade dos princípios e conceitos arquivísticos tradicionais, desenvolvidos para o uso em arquivos públicos e institucionais, em arquivos de indivíduos, famílias e grupos.²⁰⁷

O autor inicia sua argumentação destacando duas similaridades importantes entre os arquivos pessoais e os públicos. Primeiro, ambos são artefatos de registros derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, mas surgem, antes, diante de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, freqüentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente, conservam e colocam os arquivos à disposição do público para fins de pesquisa.

Contudo, no nível mais profundo dos princípios e conceitos da ciência arquivística, bem como no âmbito dos diversos tipos de instituições de arquivos públicos e pessoais, essas similaridades técnicas parecem se dissolver em divergências mais fundamentais de perspectiva.

O autor coloca, então, a seguinte questão: “(...) até que ponto pode a acumulação de documentos de um indivíduo ser comparada com a acumulação por uma instituição como resultado natural e necessário de suas atividades?” Ou seja, ele aponta para a

²⁰⁷ COOK, Terry. ‘Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno’. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, n. 21, 1998.

dúvida sobre a possibilidade de uma estrutura conceitual comum para arquivos públicos e arquivos pessoais.

Para Cook, a idéia da diferença fundamental entre arquivos públicos e arquivos pessoais é muito difundida no pensamento arquivístico tradicional e na maior parte da literatura sobre o assunto. Os arquivos públicos ou institucionais são apresentados como acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo. Segundo Cook, essa é a teoria arquivística clássica, representada, no mundo anglo-saxão, pelo já citado Sir Hilary Jenkinson e seus discípulos.

Em contraste, os arquivos pessoais são apresentados como mais artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de um material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos de arquivos oficiais e públicos. Sendo assim, os arquivistas que trabalham com arquivos pessoais são vistos como mais próximos dos bibliotecários, documentalistas e historiadores do que do clássico encarregado de registros públicos jenkinsoniano.

Essa disparidade de perspectivas, verdadeira ou não, é largamente assumida como verdadeira pelos arquivistas do mundo inteiro, o que, segundo Cook, é um problema, pois essas diferenças percebidas levaram, na melhor das hipóteses, a uma divisão passiva e, na pior, a um acirrado debate entre arquivistas das duas tradições. Para ele, essas afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional, com suas dicotomias resultantes, são falsas.

Seu argumento é de que, da maneira como foram articuladas, essas assertivas nunca foram completamente verdadeiras (mesmo no caso dos arquivos públicos) dentro do contexto de seu próprio tempo, e tornaram-se, no final do século XX, extremamente enganosas. Baseado nas mudanças fundamentais na natureza das instituições governamentais e empresariais, nos meios de registros e na natureza dos processos de geração e manutenção de arquivos, e considerando, ainda, o contexto pós-moderno em que vivemos e os novos conhecimentos que estão sendo desenvolvidos sobre a história e o caráter da memória, Cook contesta a idéia tradicional de arquivos públicos, ou do arquivista institucional como encarregado neutro, objetivo e passivo dos arquivos. Sua contestação baseia-se, sobretudo, nas novas exigências, tanto para a avaliação quanto para

a organização e descrição de arquivos institucionais, que agora surgem para lidar com os registros eletrônicos, ou gerados por computadores.

Dessa forma, a própria natureza dessas mudanças conceituais transforma a tarefa dos arquivistas, tanto dos arquivos institucionais quanto dos pessoais, e oferece uma perspectiva compartilhada sobre arquivos que, por sua vez, pode levar a uma nova unidade nos esforços da arquivística, centrada na formação da memória da sociedade. Para Cook, da maneira como foram articulados, há exatos cem anos, os princípios tradicionais da arquivística derivaram quase que exclusivamente das experiências pessoais dos autores como custodiadores de arquivos institucionais de governos, e dos problemas com que se defrontaram na organização e descrição de tais acervos.

Os arquivos eram tradicionalmente criados pelo Estado, para servir ao Estado, como parte da estrutura hierárquica e da cultura organizacional do Estado. Assim, a teoria, os princípios e as metodologias arquivísticas popularizados ao redor do mundo por esses autores pioneiros refletiam, de modo nada surpreendente, a natureza inerente dos documentos governamentais e de seus criadores institucionais oficiais, com os quais os autores estavam intimamente familiarizados. Em geral, os arquivos pessoais foram, conseqüentemente, largamente ignorados por esses pioneiros.

Além disso, os ‘pais fundadores’ da arquivística refletiram em seus trabalhos as correntes intelectuais do século XIX e do início do século XX e deram à disciplina sua abordagem empírica, “(...) *construíram-na como uma ciência descritiva e a ela aplicaram o imperativo da historiografia positivista, que visava à acumulação de fatos em vez da elaboração de conceitos*”.²⁰⁸

Entretanto, mudanças estruturais da sociedade solaparam, fundamentalmente, os “(...) *hábitos e normas de conduta, acarretando uma quebra dos princípios que há muito governavam os processos pelos quais os registros arquivísticos são criados, transmitidos, conservados e explorados*”.²⁰⁹ As mudanças que vêm ocorrendo nos conceitos e metodologias arquivísticos para o trato com documentos públicos e institucionais, em

²⁰⁸ BUCCI, Oddo (ed.) *Archival science on the threshold of the year 2000: proceedings of the International Conference*, Macerata, 3-8 September 1990. (Italy: University of Macerata, 1992, p. 34-5.

²⁰⁹ Id., ib., loc. cit.

grande parte geradas pelas novas tecnologias e suportes documentais, indicam uma importante alteração na fonte da teoria arquivística. O enfoque da teoria arquivística deslocou-se do próprio registro para o seu contexto, ou processo funcional de criação, do artefato físico para a “*ação e o ato em si mesmos*” que fizeram com que aquele artefato fosse criado. Ou seja, a teoria arquivística inspira-se, agora, na análise dos processos de criação dos documentos.²¹⁰

Apenas através de uma interpretação funcional do contexto que cerca a criação dos documentos é que se pode entender as funções dos documentos arquivísticos em seu contexto original. Influenciado pelas formulações do pós-modernismo, Cook aponta as implicações documentais das novas tendências arquivísticas:

“O pós-moderno desconfia da idéia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. Nenhum texto é um mero subproduto, e sim um produto consciente para criar uma *persona* ou servir a um propósito, embora essa consciência, ou *persona*, ou propósito – esse contexto por trás do texto – possa ser transformado, ou perdido em padrões inconscientes de comportamento social, em discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação de informações.”²¹¹

A corrente pós-modernista procura desnaturalizar o que presumimos natural, o que, por gerações, talvez séculos, aceitamos como processos normais, naturais, racionais, provados – simplesmente, o jeito de ser das coisas, afirmando que são ‘antinaturais’ ou ‘culturais’ ou, no mínimo, ‘construções sociais’ de um tempo, lugar, classe, gênero, raça etc. específicos. Mais ainda, os pós-modernistas vêem os arquivos, explicitamente, como fragmentos de universos de documentos agora perdidos ou destruídos. Encaram os próprios documentos como espelhos distorcidos que alteram os fatos e realidades passados, mas, ironicamente, consideram que servem como “(...) *sinais... dentro de contextos já semioticamente construídos, contextos que são, eles mesmos, dependentes de instituições*

²¹⁰ COOK, 1998, p. 143.

²¹¹ Id., ib., p. 17.

(no caso de registros oficiais) ou indivíduos (se forem relatos de testemunhas oculares)".²¹²

Ainda de acordo com Cook, a preocupação dos pós-modernistas com os “*contextos semioticamente construídos*” de criação de documentos espelha claramente a preocupação com a contextualidade há muito manifestada pela arquivística no mapeamento das inter-relações de proveniência entre o criador e o documento, na determinação do contexto pela leitura através e por trás do texto.

Polêmicas à parte²¹³, o que gostaríamos de chamar a atenção na reflexão de Cook é justamente sua ênfase na contextualidade e/ou contextualização dos registros documentais, não só no que diz respeito a seu tratamento técnico, mas também na sua utilização como fonte histórica. No entanto, cabe observar que outros autores, acima mencionados, já haviam apontado para essa questão. As especificidades dos documentos de arquivo destacadas por Duranti, por exemplo, privilegiam, nitidamente, a contextualização documental.

Na verdade, a questão dos pós-modernistas não é de negar a ‘contextualidade’ dos documentos, mas a de radicalizá-la. Para eles, os arquivos – longe de registros imparciais, neutros, autênticos – são produtos de relações de poder que determinam o que deve ser conservado como registro do passado. São produtos de visões de mundo de pessoas e grupos. Enquanto as reflexões de Duranti remetem diretamente para o contexto do arquivo, para os sentidos que existem entre os documentos, Cook remete ao contexto além do arquivo, para os sentidos que o conectam ao contexto sócio-histórico.

Na nossa abordagem achamos que ambas as dimensões devem ser levadas em consideração pelo historiador.

²¹² HUTCHEON, Linda. *A poetics of postmodernism: history, theory, fiction*. Nova York: Routledge, 1988, p. 122.

²¹³ O texto de Terry Cook, publicado em 1998, é uma versão revista de palestra proferida pelo autor durante o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1997. O próprio autor reconhece na apresentação do trabalho que seu argumento é “bastante radical” e que o texto é “essencialmente teórico, não prático”. Cf. COOK, 1998, p. 129-31.

3.1.3 Os arquivos pessoais²¹⁴ e o ‘encantamento’ do historiador

Ao comentar o trecho de uma carta do intelectual Mário de Andrade ao ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, Ângela Castro Gomes discorre sobre o encantamento do historiador diante dos documentos pessoais, encontrados preferencialmente, mas não exclusivamente, em arquivos privados, e faz algumas considerações sobre o tema.²¹⁵ O primeiro ponto levantado pela autora refere-se ao momento e às características do campo historiográfico quando da descoberta dos acervos pessoais pelo historiador e a ‘rotinização’ de seu uso como fonte de pesquisa pelos historiadores.²¹⁶

Segundo Castro Gomes, a descoberta dos arquivos privados pelos historiadores é razoavelmente recente e, em geral, esteve associada à renovação teórica do campo historiográfico, do qual emergiram novos objetos e fontes para a pesquisa, além de novas metodologias. A autora ressalta a enorme importância que a história cultural teve neste movimento de renovação do fazer histórico que, igualmente fruto das novas abordagens teórico-metodológicas, colocou o indivíduo no centro de sua reflexão e promoveu um fecundo diálogo com outras áreas de conhecimento.²¹⁷

E ainda, se esta nova história transgredira os limites entre as disciplinas, tornara o social em todas as suas dimensões seu objeto e ampliara o conceito de documento histórico, o que estaria diretamente relacionado a esta “*revalorização do indivíduo na história*”, outras questões colocam-se no trato das fontes oriundas dos acervos privados. Justamente por retratar o indivíduo em sua dimensão privada e íntima, há o risco do historiador deixar-se seduzir pela ‘a ilusão da verdade.’²¹⁸ Se a proximidade com ‘real’

²¹⁴ Arquivo pessoal é entendido aqui como o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade), enfim os documentos que, preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico. Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 265-266.

²¹⁵ GOMES, Angela de Castro. ‘Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados’ *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 121-7, 1998.

²¹⁶ Id., ib., p. 121-4.

²¹⁷ Id., ib., loc. cit.

²¹⁸ Id., ib., p. 125.

trazida pelos documentos pessoais pode induzir o historiador a considerá-los como testemunho da verdade, a autora rebate, considerando que :

“É sob essa ótica que a ‘espontaneidade’, a ‘autenticidade’ e a «verdade» dos documentos pessoais precisa ser trabalhada. De forma alguma para ser desconsiderada, mas exatamente para ser refletida e problematizada, sendo associada a outros tipos de documentação e sofrendo o crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico. Nisso os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos. Dito de outra forma, o feitiço pode estar em toda parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros.”²¹⁹

Aprofundando essa linha de reflexão, Heymann mergulha no universo dos arquivos privados pessoais partindo de uma constatação com relação à ‘aura’ dos documentos de arquivo: “(...) é quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até invisíveis da história e do mundo social.”²²⁰

Esta sensação parece fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos, cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua ‘papelada’, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes.

Entretanto, a autora, chama a atenção para o fato de ser necessário problematizar essa associação, relativizando a noção de senso comum que identifica os conjuntos documentais de origem pessoal a uma manifestação concreta da memória individual dos seus titulares. Heymann propõe uma ‘desconstrução’ da representação dos arquivos

²¹⁹ Id., ib., p. 126.

²²⁰ HEYMANN, Luciana Quillet. ‘Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller’. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, p. 41-42, 1997.

privados pessoais por meio do acompanhamento do processo sociológico de constituição destes arquivos, buscando destacar “(...) *o que há de social na produção deste tipo de memória dos indivíduos.*”²²¹

A partir destas reflexões gostaríamos de levantar alguns pontos essenciais para a caracterização dos arquivos pessoais e que fundamentam o exercício de análise das imagens do arquivo Rostan Soares.

Em primeiro lugar, destacamos a importância da ênfase na questão da ‘acumulação’ para uma melhor compreensão do universo dos arquivos pessoais. Conforme se depreende da definição de arquivo privado²²², a unidade de cada um desses arquivos é conferida pela pessoa ou instituição que o constituiu, ou seja, por quem acumulou determinados documentos dentro do universo daqueles produzidos e recebidos. No caso dos arquivos pessoais cabe, em princípio, a uma pessoa física – o titular do arquivo – escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados.

É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo. Por um lado, porque sua vida, suas atividades, e suas relações vão determinar e informar o que é produzido, recebido e retido por ela ou sob sua orientação. Por outro lado, e fundamentalmente, porque cabe a ela determinar o que deve ser guardado e de que maneira. A ênfase na acumulação significa que o titular não produziu necessariamente todos os documentos que integram o conjunto e que nem todo o material que ele produziu ou recebeu ao longo de sua vida faz parte desse mesmo conjunto documental.²²³

Assim, o que importa não é a produção de documentos, mas antes a acumulação que deu origem ao conjunto. É nesse sentido que se pode compreender ‘o princípio de respeito aos fundos’, uma das orientações básicas do trabalho arquivístico. Ele preconiza que a documentação acumulada por determinada instância – seja ela uma pessoa física ou

²²¹ Id., ib., p. 42.

²²² Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades específicas e que possuem uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação. Cf. BELLOTTO, 2004, p. 253.

²²³ HEYMANN, 1997, p. 42-43.

uma instituição, pública ou privada – deve ser mantida coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos de outras origens, na medida em que tem uma singularidade orgânica que lhe confere sentido, por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação²²⁴

É esta característica do conjunto documental que também nos permite compreendê-lo como expressão de uma ‘lógica’ particular, que orienta o que é retido/guardado e a forma como se apresenta o conjunto gerado. Vianna et alii²²⁵ destacam a importância de se atentar à ordem que foi conferida pelo titular ao seu arquivo, apontando para uma relação em que os documentos estariam como que orbitando em torno de seu centro de gravidade, que é quem os acumulou. Segundo esses autores, se o princípio de proveniência determina que os documentos não devem ser afastados do seu centro gravitacional, o ‘*modo de acumular*’ é que lhes confere sentido.

No entanto, se é importante não perder de vista a imbricação entre titular e arquivo e o próprio processo de acumulação, única perspectiva capaz de conferir sentido aos registros documentais preservados por um indivíduo, por outro lado uma associação pura e simples entre esses dois elementos poderia levar a, pelo menos, dois equívocos.

O primeiro seria imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades desenvolvidas por ele. Na verdade, nem sempre existe uma equivalência entre a história de vida e o arquivo pessoal que, muitas vezes não corresponde, quanto ao período coberto pela documentação e riqueza dos registros acumulados, à duração e à magnitude da atuação do acumulador.

Um segundo equívoco seria imaginar o arquivo como a ‘memória’ em estado bruto de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira. Esta perspectiva é alterada quando percebemos que estes conjuntos documentais estão sujeitos a múltiplos processos de seleção e

²²⁴ Sobre o ‘*princípio de respeito aos fundos*’ ver DUCHEIN, Michel. ‘El respect de los fondos en archivística: principios teóricos y problemas prácticos’. *Revista del Archivo General de la Nación*. Buenos Aires, v. 5, p. 7-31, 1976; BELLOTTO, 2004, p. 96; ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136.

²²⁵ VIANA, Aurélio; LISSOVSKI, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. ‘A vontade de guardar; lógica da acumulação em arquivos privados’. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, jul-dez.1986.

reordenamento interno, decorrentes do caráter mutável e polissêmico da memória, (re)atualizável a cada momento.²²⁶

Muitas vezes, a idéia de unidade pode ser atribuída à ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos ‘fatos’ relevantes da vida do titular. É importante ter sempre em mente, no caso dos arquivos pessoais, o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que os diversos documentos que os compõem são gerados e acumulados, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos.

Nesse sentido, podemos apontar algumas das várias instâncias de produção dessa memória. Por exemplo, na fase de acumulação do arquivo, a ação do próprio titular, agregando e possivelmente subtraindo elementos ao longo do tempo, assim como a ação de auxiliares próximos. Após a sua morte, pode ocorrer a interferência de familiares que podem reduzir o universo acumulado segundo uma avaliação baseada em novas diretrizes e interesses.

No caso de doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que no processo de organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental. Sem falar nos ‘acidentes de percurso’ que podem ter atuado na delimitação do arquivo na sua forma final (intempéries, perdas ocasionadas em mudanças, etc).

É necessário que se ‘desnaturalize’ a identificação entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual desde os primórdios da acumulação. A seleção dos documentos dentre todos os passíveis de serem guardados e seu agrupamento proporcionam, conforme já foi dito, o *sentido* dos mesmos.

Vale reforçar, no entanto, que o lugar do documento selecionado no conjunto de representações do titular (‘coleccionador’) pode não ser o mesmo que aquele ocupado no conjunto de documentos.

²²⁶ HEYMANN, 1997, p. 44.

Nesse ponto chamamos a atenção para a dimensão de ‘colecionamento’ existente na constituição de um arquivo pessoal, diferentemente do que ocorre nos arquivos públicos e/ou institucionais, nos quais, em princípio (lembramos dos questionamentos de Terry Cook), o binômio acumulação/produção é dado como natural.

Vianna et alii propõem chamar o sujeito desse processo de acumulação, que se apropria privadamente de determinados documentos de ‘arquivador’, em contraposição ao *arquivista*, termo designado ao encarregado do arquivo quando este for deixado, pelo titular ou sua família, ‘*aos cuidados da história*’.²²⁷

O arquivador constitui o seu arquivo de documentos segundo critérios que lhe são preciosos – precaução, vingança, pragmatismo político ou administrativo (economia, eficiência etc), orgulho, fantasia e até mesmo, senso histórico. Ele constitui seu arquivo como parte de si, segundo um movimento que é, em primeiro lugar, “(...) *um exercício de controle sobre os eventos e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória.*”²²⁸

Um conjunto de documentos, por mais significativo que seja para um determinado assunto, representa sempre o vínculo pessoal que o arquivador mantém com o mundo, não se confundindo com este pela parcialidade inerente ao recorte que o arquivador opera na totalidade. Além disso, conforme anunciado acima, os momentos de criação do arquivo podem ter sujeitos diversos. O processo de acumulação é dinâmico, comportando revisões de articulação e remanejamento de peças, o que dificulta, ainda que não impeça, surpreender seu movimento, sua trajetória, enfim, as vontades de guardar que lhe deram origem. A reflexão deve incidir sobre a globalidade de sua lógica e não sobre o conjunto de informações que seus conteúdos podem fornecer.

Como também já foi mencionado, é comum se observar um descompasso entre, por exemplo, a biografia de um homem público e o porte e grau informativo dos registros que reteve. Intervém, fundamentalmente, nesse processo uma variável subjetiva por conta da personalidade de cada arquivador. Este descompasso na relação biografia/registro corresponde, quase sempre, ao tipo de preocupação que o arquivador tem com sua imagem.

²²⁷ VIANA, Aurélio et alii, 1986, p. 66.

²²⁸ Id., ib., p. 67.

No entanto, é somente, no ingresso da coleção no circuito público que esta relação pode ser observada com maior nitidez.

Nesta operação participam tanto o círculo familiar do arquivador quanto as instituições de memória. Só doa arquivos quem supõe que seus documentos vão configurar, para a história, o que o titular enquanto ator foi ou gostaria de ter sido para sua época. *“É difícil imaginar o gesto de doação sem o espírito de notabilização. Do ponto de vista da memória, não se exhibe o que não se revela: não se expõe, conscientemente, o que não seja rentabilizável como preservação de imagem.”*²²⁹

O gesto de doar, neste caso, está sendo tomado como ato deliberado de vontade, seja por atitude voluntária de destinar à guarda de uma instituição de preservação de memória sua coleção, seja fruto da ação persuasiva dessas instituições junto ao titular ou família, seguindo orientação de sua política de acervo.

Diferentemente do ato da comercialização, doar uma coleção sugere outros propósitos não fundados na razão econômica, ainda que deixe entrever uma identidade de interesse entre as partes. Se o arquivador doa porque considera ter algo a legar, as instituições de memória muitas vezes a ele se antecipam, informando-o, ‘conscientizando-o’, logo, instituindo valor. Pressupondo compatibilidade entre o desempenho público e os registros acumulados, a ação de convencimento baliza-se em argumentos que sustentam o valor histórico singular da ação política do personagem e a relevância de seus documentos para os estudos da história.

A ação familiar costuma se dar nos casos em que investe-se da administração de sua imagem. Nesta condição, é de se supor que a coleção possa vir a sofrer desfalques ou acréscimos, com conseqüentes alterações de sentido. Se, em relação à produção de sua imagem, a ação do arquivador é, em alguns casos, visível, o ingresso da família nesse circuito torna-se, geralmente, ainda mais nítida. A leitura, em caráter de exame da documentação, a que se dedica, muitas vezes, antes da doação tem por finalidade compatibilizar os registros com a idealização da imagem.

²²⁹ Id., ib., p. 69.

Por vezes mais rigorosa, por outras mais flexível, a intervenção do círculo familiar emerge como mecanismo de filtragem de até onde o público deve avançar sobre o mundo do privado. Quando se descarta – entendido o descarte como a colocação de certos registros fora do consumo público –, age-se como que ultimando os retoques finais, maquiando a face privada para convertê-la em face pública, burilando seu perfil imaginário. A família, em ação complementar, atua como elo de ligação, pois mediante seu crivo é que se referenda o trânsito dos papéis do universo do arquivador para seu lugar na história.

Existe uma relação muito forte entre a guarda de documentos e seu valor probatório, quando este, socialmente aceito como verdadeiro, serve para confirmar situações de propriedade ou similares. Os homens guardam ainda muitos outros documentos que não servem como *provas legais* de propriedade, nem mesmo de relações ou identidade. Ao contrário, são papéis que contêm textos ‘bons para pensar’, que tematizam questões centrais para a sociedade ou para os indivíduos. Mas além de seu valor probatório, em sentido legal, os documentos podem servir de ‘prova’ para a imagem.²³⁰

Cabe observar ainda o papel do arquivista ou documentalista no processo de construção dessa memória, ou seja, na produção do arquivo enquanto fonte, a partir do momento em que o arquivo é depositado em um centro de documentação. Enquanto responsável pela organização do arquivo, ele toma decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental.

Somada à ação de familiares, secretários e/ou auxiliares, sua ingerência compõe um plano de subjetividades intermediárias entre aquela que norteou a acumulação do titular e aquela do pesquisador que vai construir o discurso histórico a partir dos ‘fragmentos’ que compõem o arquivo. Ele define os critérios norteadores, por exemplo, da montagem de dossiês, conjuntos documentais que serão descritos enquanto unidade. Na tarefa de descrição, elege os temas que serão arrolados e aqueles que serão omitidos ou suprimidos do resumo.

²³⁰ VIANA et alli, 1986, p. 70.

O trabalho do arquivista/documentalista realiza uma monumentalização, muitas vezes originada nos primórdios da constituição do arquivo. No seu caso, no entanto, trata-se de uma subjetividade submetida à pragmática que orienta o trabalho arquivístico, mais silenciosa, mas nem por isso menos efetiva.²³¹

O elemento em comum entre as diversas questões do campo arquivístico aqui levantadas, e que gostaríamos de ressaltar, é a importância da historicização dos documentos pessoais para o trabalho do historiador. É essa reconstituição da história do arquivo, de sua acumulação a seu tratamento, que permitirá ao usuário dessas fontes problematizá-las e explorá-las enquanto registros, não apenas de acontecimentos, atividades e relações, mas também de nexos e sentidos no centro dos quais está o próprio arquivo.

Dentro da nossa linha de reflexão, o arquivo pessoal é considerado como efeito de acumulação de documentos. Este é o gesto fundador e que lhe confere seu sentido. O movimento do arquivador é domínio de uma subjetividade que recorta, costura e prolonga percepções momentâneas; sua lógica emerge da região histórico-afetiva em que os mundos íntimo e público se misturam.²³²

Por essa razão, o raciocínio em torno do arquivo pessoal, enquanto arquivo privado, não deve confundir-se com aquele que se volta para os arquivos de empresas, instituições ou partidos políticos, cuja inserção no mundo se faz originalmente numa esfera intermediária, bem mais próxima ao Estado.

A franquia de um arquivo privado ao público por qualquer meio, especialmente sua inclusão no acervo de uma instituição de preservação da memória, conduz à sua publicização e, conseqüentemente, à sua caracterização efetiva como arquivo. A publicação, que pode corresponder à expectativa do arquivador e de sua família, é efeito da produção de historicidade dos papéis custodiados pela instituição.

O 'arquivo histórico' é o produto final da operação de monumentalização a que se dedicam as instituições de preservação da memória. A monumentalização, no entanto,

²³¹ HEYMANN, 1997, p.49.

²³² VIANA et alii., 1986, p. 73.

como condição obrigatória de toda historicidade – como de tudo aquilo que perdura socialmente – comporta o risco de sujeitar o todo do arquivo à face potencialmente dotada de ‘relevância histórica’. Ela pode acarretar, com base numa suposta cumplicidade com o arquivador, a redução do conjunto de sua via aos seus momentos de consagração pública. Com isso, arrisca-se submeter o recorte original a um novo recorte, a uma nova articulação ditada pela ‘consciência histórica’ da qual a instituição é a representante junto ao campo intelectual e à sociedade. O centro de documentação histórica, como instituição de preservação da memória, é, em última instância, responsável por seu sentido histórico.

3.2 O Arquivo Rostan Soares e as fontes sobre a história da malária no Brasil

Nesse item apresentamos, em linhas gerais, a biografia de Rostan Soares e seu arquivo pessoal, depositado na Casa de Oswaldo Cruz. Indicamos ainda alguns conjuntos documentais de seu arquivo que constituem fontes privilegiadas para o estudo da história da malária no Brasil.

3.2.1 Dados biográficos

Rostan de Rohan Loureiro Soares, natural de Maceió (AL), nasceu em 26 de fevereiro de 1914. Iniciou seu curso médico na Faculdade de Medicina de Recife (PE) em 1932, mas veio a concluí-lo em 1937, na Faculdade Fluminense de Medicina, no Rio de Janeiro. Após obter o diploma de médico, realizou estágios no Instituto Militar de Biologia (1937-1940) e no Laboratório Central do Hospital São Francisco de Assis (1940-1941) da Prefeitura do Distrito Federal. Nesse mesmo período, obteve certificado do curso de médico-malariologista oferecido pelo Departamento de Medicina Escolar da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

No final do ano de 1941, Rostan Soares iniciou sua atividade profissional no Serviço Nacional de Febre Amarela – SNFA. Em fevereiro do ano seguinte, assumiu a chefia da Divisão Alagoas, Setor Pernambuco, da Circunscrição Nordeste do Serviço Nacional de Febre Amarela, cargo no qual permaneceu até dezembro. O interesse de Rostan Soares pelo estudo da malária se revelou quando ainda atuava no SNFA. Durante o ano de 1942, entre junho e dezembro, freqüentou o curso de malária do Departamento Nacional de Saúde - DNS, do Ministério da Educação e Saúde, que lhe conferiu o título de especialista.

No início do ano seguinte, ele foi admitido no Serviço Nacional de Malária, no qual exerceu as seguintes funções: chefe do 3º, 6º e 7º distritos (Magé, Macaé e Campos, respectivamente) da 4ª Circunscrição - Rio de Janeiro - e do Setor Alagoas da Circunscrição Nordeste (1943-1947); chefe do Laboratório de Protozoologia do Laboratório Central da Seção de Epidemiologia (1948-1949) e chefe do Laboratório de Parasitologia do Instituto de Malariologia (1949-1955). Com a transferência, em 1955, deste órgão de pesquisas para Belo Horizonte, passou a representá-lo na Seção de Protozoologia do Instituto Oswaldo Cruz (até março de 1956).

Posteriormente, lotado no Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), atuou junto ao Instituto Oswaldo Cruz no Núcleo de Pesquisas – Divisão para Estudo das Grandes Endemias, depois, Divisão de Nosologia (1956-1961); Divisão de Zoologia (1961-1971); Curso de Aplicação – Curso de Manguinhos, no tópico de Protozoologia (1964-1967); Laboratório de Química Orgânica e Terapêutica (1971-1972) e Laboratório de Quimioterapia I (1973-1976). Neste período recebeu o título de patologista da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica.

Em maio de 1975 transferiu-se do INERu para a Fundação Oswaldo Cruz. No ano seguinte, tornou-se responsável pelo Laboratório de Esquistossomose e Quimioterapia Experimental do IOC. A partir de 1984, ligou-se ao Departamento de Helminologia. Em 1990 foi aposentado compulsoriamente permanecendo, no entanto, à frente de suas atividades. Faleceu em 31 de maio de 1996, no Rio de Janeiro.

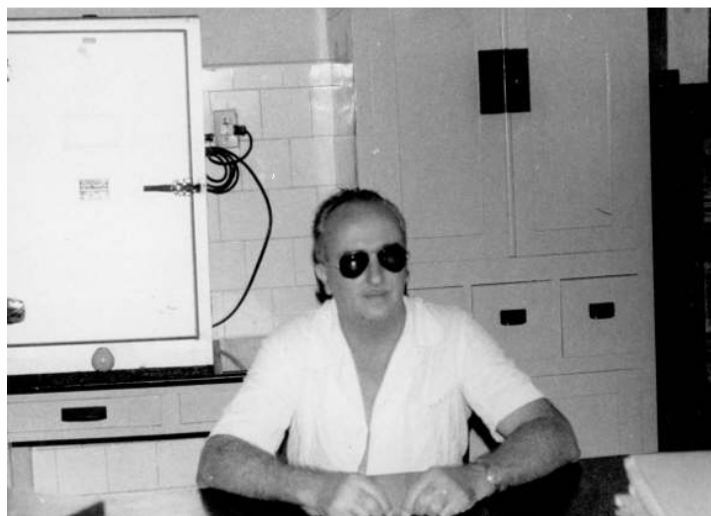


Imagem 43 - Rostan Soares em seu laboratório no Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro (RJ), década de 1970. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

3.2.2 Histórico e conteúdo do arquivo

O arquivo de Rostan Soares foi doado à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em duas remessas, entre 1995 e 1996. O primeiro conjunto de documentos foi encaminhado pelo próprio titular, quando ainda ocupava um pequeno laboratório na Fundação Oswaldo Cruz. A segunda remessa foi entregue, após sua morte, pela segunda esposa, Emília Bitencourt Soares. Seu acervo é a expressão documental de uma trajetória profissional iniciada no final da década de 1930, mas que incorporou e traduziu tradições da investigação científica e da ação sanitária desde o final do século XIX até a década de 1980.

Composto por cerca de 21 mil documentos textuais, 1.400 documentos iconográficos – entre desenhos, fotografias e diapositivos – e três documentos sonoros, o acervo contém correspondência, projetos e relatórios de pesquisa, requisições e registros de exames laboratoriais, textos científicos, fotografias, ilustrações científicas, separatas, periódicos, recortes de jornais, folhetos, cartazes e documentos pessoais e administrativos, produzidos e acumulados pelo titular durante o exercício de suas atividades como médico e pesquisador. Inclui ainda registros sobre métodos e medicamentos experimentais ministrados, respectivamente, no tratamento de doentes portadores de verminoses e malária

internados em hospitais, maternidades e orfanatos públicos do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 a 1960.

Merece destaque, no conjunto do arquivo, o grande volume de diários de laboratório e protocolos de pesquisa contendo descrições minuciosas das atividades de rotina dos laboratórios nos quais Rostan desenvolveu boa parte de suas investigações.

Constituído a partir de vínculos institucionais, temas de pesquisa definidos e do rigor dos registros, o arquivo de Rostan Soares fornece subsídios para se entender o cotidiano do trabalho de investigação, as estratégias políticas e científicas empreendidas pelo pesquisador para viabilizar seu trabalho, bem como a própria produção de fatos científicos.

A atuação de Rostan como médico sanitaria nos serviços de saúde pública, na década de 1940, e como assistente e pesquisador nos laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz, a partir da década de 1950, revela aspectos significativos da produção documental nesses espaços institucionais. Seu arquivo resultou da produção e da acumulação de documentos gerados durante cerca de 50 anos de atividades profissionais e apresenta uma grande diversidade de espécies e tipos documentais, oriundos das atividades de investigação científica em ciências biomédicas e biológicas.

Analisando sua trajetória, percebe-se que Rostan tinha como interesse primordial em suas pesquisas, desenvolver drogas para o controle de vetores da esquistossomose e da malária. Isso levou o cientista a realizar seu trabalho em sítios de pesquisa distintos – porém, complementares: o laboratório *stricto sensu* e o ‘campo’, lugar de coleta do material a ser investigado e de experimentação.

De fato, os registros documentais referentes à passagem de Rostan Soares pelas instituições acima mencionadas apontam para um percurso marcado pelo interesse em vincular a pesquisa à solução de problemas de saúde pública. Em outras palavras, seu arquivo revela a preocupação do cientista com a associação entre o saber teórico e os estudos voltados para a verificação prática. Nos laboratórios em que atuou como chefe ou assistente de pesquisa, Rostan constituiu o arquivo de uma vida dedicada à pesquisa básica

e aplicada, “(...) nos levando à impressão de que guardou ‘todos os papéis’ de seu exercício de médico sanitарista e pesquisador.”²³³

No que concerne à trajetória de pesquisador, o arquivo apresenta diversos aspectos, registrados fundamentalmente na vasta documentação oriunda do cotidiano dos estudos e experiências de laboratório. Ao mesmo tempo, são revelados outros agentes envolvidos nos processos de produção do conhecimento científico, que têm no laboratório o *focus* privilegiado de materialização.

O arquivo Rostan Soares é, em sua quase totalidade, composto por documentos referentes à sua vida profissional. Os poucos documentos que podem ser classificados como ‘papéis pessoais’, na verdade também estão ligados ao campo profissional. Trata-se, por exemplo, de atos de promoção e enquadramento, atestados, certificados, dentre outros. Não constam documentos textuais sobre sua vida familiar ou social e as fotografias de família são em pequeno número.

Para Santos, o arquivo de Rostan presta-se a uma perfeita compreensão do processo científico e da materialidade documental por ele criada, isto é, “(...) a ciência dentro e fora do laboratório, num processo de retroalimentação entre os mundos da pesquisa e da sociedade, de limites tênues, mas reconhecíveis.”²³⁴

No que diz respeito, especificamente, aos estudos, pesquisas, experiências e ações de combate à malária no Brasil, encontramos no Arquivo Rostan Soares farto material registrando tanto as ações do poder público quanto o envolvimento do titular em estudos e pesquisas sobre a doença, bem como as funções administrativas que exerceu como decorrência de sua inserção profissional, no período abrangido pelas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Um dos conjuntos mais expressivos do acervo diz respeito à atuação do titular como chefe do 6º Distrito, da 4ª Circunscrição, do Serviço Nacional de Malária - SNM, com sede em Macaé. A documentação mostra as ações sanitárias, especialmente as obras

²³³ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas*. São Paulo, 2002. 151 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 109.

²³⁴ Id., ib., p. 110.

de drenagem e aterros, nessa região do Estado do Rio de Janeiro que abrangia ainda os municípios de Casemiro de Abreu, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes. Nestas, como em outras localidades do país, as frentes de trabalho do SNM, no período em questão, resumiram-se em intensa atividade de polícia de focos, dos serviços de pequena hidrografia sanitária e do emprego de medicação.²³⁵

Os relatórios ou boletins diários produzidos pelo médico Rostan Soares na função de chefe de distrito revelam o elenco de atividades do administrador de saúde pública, na qualidade de agente do governo federal que buscava conjugar centralização política com descentralização administrativa.²³⁶ Os relatórios diários de Rostan Soares descrevem uma série de atividades que, em linhas gerais, incluía:

- fiscalização dos serviços de polícia de focos (antilarvário); limpeza, retificação e construção de valas por turmas de trabalhadores (engenharia sanitária) e medicação;
- coleta de sangue e pesquisa de baço para o estabelecimento de índices hemoparasitário e esplênico das localidades;
- estudo de projetos de drenagem;
- organização de laboratórios entomológicos;
- supervisão dos serviços de escritório do distrito;
- exame epidemiológico;
- organização dos serviços de microscopia;
- elaboração de instruções gerais para os guardas do serviço antilarvário;
- elaboração de projetos para ampliação da área trabalhada.

Esse conjunto de atividades, diariamente registradas, seria consolidado nos relatórios anuais dos distritos encaminhados às circunscrições. Os relatórios eram peças

²³⁵ Cf. Dossiê RS/DT/MA/19440824. Arquivo Rostan Soares, Série Doenças Tropicais, Subsérie Malária, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

²³⁶ O art. 24, do regimento do SNM estabelecia que “*são os médicos obrigados a relatar, em diários, suas atividades e bem assim as ocorrências de interesse do serviço, enviando-os semanalmente, ao diretor*”. BRASIL. Decreto n. 8677 de 04 de fevereiro de 1942. Aprova o regimento do Serviço Nacional de Malária do Departamento Nacional de Saúde. Coleção de Leis do Brasil, v. 2, p. 177, 1943.

destinadas a dar cumprimento “a disposições regulamentares da diretoria do SNM”, isto é, a produção de relatórios mensais e/ou anuais funcionava como forma de acompanhamento das ações do Serviço em todo o país, comandadas por médicos sanitарistas, principais agentes na condução da implementação das políticas de saúde do período.²³⁷

O *Relatório Anual de 1943 da 4ª Circunscrição do 6º Distrito do Serviço Nacional de Malária*²³⁸ constitui um documento exemplar dessa preocupação. Além de reunir dados históricos e econômicos sobre a cidade de Macaé, o relatório registra, inclusive fotograficamente, as condições sanitárias encontradas na região e a rotina das tarefas de saneamento através de projetos de pequena e média hidrografia que incluíam drenagens, roçados e aterros.

Conforme visto no Capítulo 2, nessa época, anterior ao advento do DDT, as medidas de engenharia sanitária caracterizaram de forma acentuada a ação do SNM, especialmente na área rural do Distrito Federal e nas principais cidades de cada estado, muitas delas de importância econômica estratégica, como Macaé.

As pesquisas e experiências desenvolvidas por Rostan no Instituto de Malariologia também estão exemplarmente documentadas. Podemos mencionar, entre elas, as seguintes:

- tabelas e protocolos de pesquisa²³⁹ com resultados de exames hemoscópicos²⁴⁰ e relação de aves, mamíferos e répteis, de origem brasileira e estrangeira, referentes ao estudo e revisão de espécies de plasmódios (protozoário causador da malária), realizada pelo

²³⁷ FONSECA, Cristina Maria Oliveira. “Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitарistas (1930-1970). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n.2, p. 393-411, 2000.

²³⁸ RS/DT/MA/19440824 – Pasta 15 Maço 1. Arquivo Rostan Soares, Série Doenças Tropicais, Subsérie Malária, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

²³⁹ Documento contemplando a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais, informações relativas ao sujeito da pesquisa, à justificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis (Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, Resolução n. 196 de 10/10/1996). Fonte: SANTOS, 2002, p. 162.

²⁴⁰ Hemoscopia é o “exame de sangue feito em amostra obtida por punção digital ou venosa, a fresco (para a pesquisa de tripanossomas ou de microfilárias vivos) ou após fixação e coloração, para detalhado do quadro hematológico ou pesquisa de microrganismos e sua identificação ao microscópio. Usada frequentemente para a pesquisa de parasitos no sangue (plasmódios da malária, p. ex.), quer pelo método da gota estendida, quer pelo método da gota espessa (com hemólise prévia, para torná-los visíveis). Cf. REY, Luís. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999, p. 386.

Laboratório de Parasitologia do Instituto de Malariologia, no Jardim Zoológico do Rio de Janeiro;

- diários contendo boletins com resultados parasitêmicos; teste com antimalárico e amostras de pesquisas com aves inoculadas com diversas espécies de plasmódios;²⁴¹
- textos sobre a evolução histórica, a epidemiologia e os métodos profiláticos da malária;
- protocolos de pesquisa, quadros demonstrativos e textos referentes a experiências realizadas na terapia da malária.

Conforme veremos no capítulo 4, Rostan Soares teve participação destacada no desenvolvimento do produto denominado ‘sal cloroquinado’, um antimalárico destinado a solucionar o problema da malária na Amazônia e outras áreas endêmicas. Entre fins da década de 1940 e início de 1950, ele coordenou e participou ativamente dos testes físico-químicos de laboratório e das experiências do novo método de profilaxia com doentes hospitalizados e populações de zonas malarígenas. Ainda no campo da malária, realizou pesquisas experimentais importantes que resultaram na descrição de novas espécies de plasmódios em animais.

Além disso, encontramos distribuídos pelas diversas séries²⁴² que constituem seu arquivo, inúmeros trabalhos de autoria do titular e de terceiros sobre malária, incluindo *papers* apresentados em congressos; súmulas de discursos, separatas de trabalhos científicos etc.

Apesar de não estar relacionada à malária, importa indicar ainda a existência de uma massa documental significativa sobre uma experiência também desenvolvida por Rostan Soares, nos anos 1970, dessa vez no combate à esquistossomose. Nessa década, Rostan coordenou os estudos e pesquisas do Plano Prioritário de Esquistossomose da

²⁴¹ O exame parasitêmico é utilizado para avaliar a “*presença de parasitos no sangue, seja porque têm aí seu habitat natural (como certos tripanossomos, plasmódios e microfilárias), seja porque realizam parte do ciclo migratório na corrente sangüínea, antes de fixar-se em determinado órgão ou tecido (como os esquistossomos ou os ancilostomídeos). A parasitemia pode prestar-se tanto para o diagnóstico da infecção (na malária, p. ex.) como para sua qualificação aproximada e estimativa da importância da infecção.*” Id., ib., p. 580.

²⁴² Série é uma subdivisão do quadro de arranjo de um arquivo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153.

Fiocruz, no âmbito do Programa Especial de Controle da Esquistossomose no Brasil (PECE) do governo federal. O objetivo do Plano Prioritário era o desenvolvimento de um composto de sulfato de cobre e ácido abiético que fosse passível de ser sintetizado em laboratório, de baixo custo e facilmente industrializável, a fim de ser empregado nas campanhas do Ministério da Saúde no combate aos moluscos vetores da doença. Destes estudos, surgiu o Fiocruz-01, um novo composto orgânico no combate à esquistossomose, do qual Rostan foi o principal entusiasta.

Esse tipo de trabalho, desenvolvido por Rostan Soares nas duas experiências acima mencionadas – sal cloroquinado e Fiocruz 1 –, expressa a tradição de pesquisa científica inaugurada por Oswaldo Cruz no início do século XX e cuja peculiaridade é a de aliar os interesses da produção do conhecimento com os problemas de saúde pública, orientando a pesquisa para a busca de soluções. Dessa maneira, a pesquisa básica tendeu a apresentar objetivos aplicados, inclusive o desenvolvimento de produtos farmacêuticos e imunobiológicos. Ambas as experiências, talvez as de maior expressividade na atividade científica do pesquisador, encontram-se minuciosamente documentadas em seu arquivo.

3.2.3 A organização do Fundo Rostan Soares

Após seu ingresso no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, o acervo de Rostan foi classificado como ‘arquivo pessoal’ e submetido a processamento técnico a partir de 1997. O modelo de arranjo estabelecido para o Fundo Rostan Soares reúne séries documentais formadas a partir de critérios temáticos e tipológicos, a saber:

- **Série Doenças Tropicais:** composta por 32 dossiês, totalizando 8.276 documentos inseridos nas subséries Malária, Doença de Chagas, Esquistossomose, Verminoses, Filariose, Tracoma, Febre Amarela e Pesquisa em Doenças Tropicais, referentes às atividades do titular como médico e pesquisador.

- **Série Desenvolvimento Tecnológico:** composta por 19 dossiês, totalizando 7.923 documentos inseridos nas subséries Sal Cloroquinado, Sais Ferrosos e Fiocruz 01, referentes às pesquisas realizadas pelo titular visando respectivamente o combate e a erradicação da malária, verminoses e esquistossomose.
- **Série Eventos:** composta por 11 dossiês, totalizando 182 documentos referentes à participação do titular em congressos, simpósios e reuniões científicas no Brasil e no exterior.
- **Séries Documentos Pessoais:** composta por cinco dossiês, totalizando 238 documentos de carácter pessoal pertencentes ao titular.
- **Série Produção Intelectual:** composta por 163 documentos, que receberam tratamento individual e estão inseridos nas subséries Trabalhos Próprios e Trabalhos de Terceiros.
- **Série Documentos Administrativos:** composta por 21 dossiês, totalizando 2.656 documentos de carácter técnico-administrativo referentes à trajetória profissional do titular.
- **Séries Documentos Impressos:** composta por 41 dossiês, totalizando 1.853 documentos inseridos nas subséries Folhetos, Periódicos, Recortes de Jornais e Separatas.

Esse quadro de arranjo obedece a um modelo tradicionalmente utilizado no Brasil, qual seja, o modelo empregado no arranjo e descrição de arquivos pessoais preconizado pelo *Manual de Procedimentos Técnicos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC*, da Fundação Getúlio Vargas, que vem servindo há mais de 25 anos como modelo para a classificação e descrição de arquivos de natureza pessoal, aos arquivos e centros de documentação do país e que sedimenta seus esquemas de classificação em séries constituídas a partir de diferentes critérios. Esse modelo vem sendo objeto de questionamento e revisto por parte de alguns autores no que diz respeito à sua aplicabilidade de maneira irrestrita.²⁴³

²⁴³ SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (THESIS I); LOPES, André Ancona. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, novembro de 2000.

Entretanto, nunca é demais lembrar que os documentos de arquivo, principalmente de arquivos pessoais, encerram características e peculiaridades próprias que não permitem fórmulas generalizantes e universais como as que são utilizadas para o tratamento de material bibliográfico, por exemplo.

De acordo com as informações levantadas no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, as atividades técnicas de arranjo e descrição do Arquivo Rostan Soares, realizadas entre 1997 e 1998, tiveram como base metodológica os procedimentos do CPDOC. Contudo, houve um esforço no sentido de incorporar novos elementos de classificação, mais compatíveis com as principais funções da atividade científica. Segundo Santos,

“Buscava-se, mais especificamente, compatibilidade com as grandes funções desempenhadas pela Fundação Oswaldo Cruz, instituição dedicada à pesquisa, ao ensino, à produção e à prestação de serviços no campo das ciências biomédicas e da saúde pública, onde o titular atuou por mais de trinta anos. Buscava-se aplicar em um arquivo pessoal um modelo de classificação empregado em arquivos institucionais.”²⁴⁴

A opção metodológica adotada pela equipe responsável pelo tratamento do arquivo foi tomar como parâmetro o *Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fiocruz*²⁴⁵, utilizado na organização dos arquivos correntes da instituição. Concebido num sistema decimal de classificação, o referido código estrutura-se em classes, correspondentes às grandes funções do órgão - que se subdividem em subclasses, e estas, por sua vez, em grupos e subgrupos.²⁴⁶

²⁴⁴ SANTOS, 2002, p. 2.

²⁴⁵ Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal – versão Fiocruz, (3ª versão – 1998). Este instrumento foi elaborado entre 1994 e 1996, a partir de uma cooperação com o Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que apresentava à comunidade arquivística do país o Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Meio para a Administração Pública Federal. A estrutura básica da proposta do código do CONARQ foi mantida, com os acréscimos que visavam contemplar a realidade documental da instituição para as áreas de administração e apoio e a inserção das classes relativas às áreas de atuação finalística. Cf. Id., ib., p. 106.

²⁴⁶ Para os formuladores da proposta, a classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos. Isto porque o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nela contida. A classificação define, portanto, a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação. Id., ib., loc. cit.

No que diz respeito às classes relativas às atividades-fim da Fiocruz, foram encontradas, no referido código, as seguintes classificações: *Informação Científica e Tecnológica; Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão Tecnológica; Ensino; Produção e Assistência e Serviços de Referência em Saúde*.

A Classe *Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão Tecnológica*, encontra-se dividida em subclasses, entre as quais a Subclasse Pesquisas, assim definida, na ementa da obra:

“Incluem-se os documentos relativos ao desenvolvimento de projetos e pesquisas nas diversas áreas de interesse da Fiocruz, abrangendo desde o campo da biologia básica e aplicada até o das ciências sociais aplicadas à saúde. Inclui, também, a produção de tecnologias para aperfeiçoamento na utilização de processos e produtos já desenvolvidos a fim de promover o processo de absorção e difusão de inovações tecnológicas. Incluem-se documentos referentes ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisas, como anteprojeto, projeto, fontes de referência, coleta de dados, metodologias, relatórios, versões preliminares e finais, teses e divulgação de resultados.”²⁴⁷

Essa primeira tentativa de aproximar a classificação dos arquivos de cientistas das atividades e funções específicas da área resultou no estabelecimento da *Série Desenvolvimento Tecnológico*, destinada a abrigar os documentos referentes às pesquisas voltadas à busca de soluções no combate a doenças como malária, verminoses e esquistossomose.

Na interpretação dos organizadores do arquivo, a *Série Desenvolvimento Tecnológico* foi constituída com base no critério temático. Entretanto, Santos argumenta que prevaleceu, na realidade, o critério funcional e que o mais adequado teria sido o estabelecimento de uma *Série Pesquisa*, apropriada às atividades experimentais do titular na busca de métodos profiláticos, e não à tecnologia. As demais séries teriam sido formadas, prioritariamente, a partir de critérios temáticos e tipológicos.²⁴⁸

Com relação à organização do arquivo Rostan Soares, nosso interesse principal recai, sobre os documentos iconográficos e na tentativa de restabelecer os nexos existentes

²⁴⁷ CÓDIGO de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal – versão Fiocruz, (3ª versão – 1998).

²⁴⁸ SANTOS, 2002, p. 107-108.

entre estes registros e o restante da documentação. Nesse sentido, observamos que o Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz segue o padrão da maioria das instituições congêneres, onde predomina a regra metodológica de separar os documentos iconográficos do restante do acervo para fins de tratamento técnico específico.

Esta regra, que, se justifica sob o ponto de vista da aplicação de procedimentos diferenciados de conservação, estende-se à própria organização do material iconográfico, o qual, por sua vez, acaba recebendo um tratamento de arranjo e descrição independente dos procedimentos aplicados ao restante do fundo. Esse procedimento acarreta uma perda dos significados das imagens em relação ao seu contexto de produção arquivística. As imagens acabam sendo tratadas pelo seu conteúdo intrínseco, não sendo percebidas enquanto portadoras de um *vínculo arquivístico* que as remete a outros documentos e, em última instância, as liga ao próprio titular do arquivo, o responsável pela produção e acumulação da documentação.

Como aponta Lacerda, o conceito de vínculo arquivístico (no original, *archival bond*), é muito caro à teoria clássica arquivística.²⁴⁹ Significa que os arquivos são necessariamente compostos por documentos e suas complexas relações.²⁵⁰ Por essa razão, o vínculo torna-se componente essencial do arquivo. Ele é a relação que liga cada documento do arquivo ao documento antecedente e subsequente, bem como a todos que tiveram participação numa mesma atividade e, no limite, liga todos os documentos que compõem o arquivo entre si, na medida em que os entendemos enuqnato expressão da ação de acumular. O vínculo é originário (nasce com o documento), necessário (presente em cada um deles) e determinado (caracterizado pela finalidade do arquivo).²⁵¹ No nosso entender, esse conceito engloba aos documentos iconográficos.

Separar os documentos provenientes de um mesmo arquivo em função dos seus suportes acaba, muitas vezes, por fragmentar o acervo e descontextualizar os documentos

²⁴⁹ LACERDA, Aline Lopes de. *Imagens arquivadas: um estudo sobre a constituição de conjuntos documentais fotográficos em arquivos pessoais*. Projeto de Pesquisa – Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Novembro de 2003. p. 48.

²⁵⁰ Nesse ponto é importante lembrar a característica do inter-relacionamento entre os documentos, apontada por Duranti.

²⁵¹ Cf. MACNEIL, Heather. 'Creating and maintaining trustworthy records in electronic systems: archival diplomatic methods'. In: *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2000, p. 86-112. (The Archivist's Library, 1).

de seu *locus* orgânico de produção e acumulação. Essa situação, via de regra, encontra-se instaurada na maioria dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação que possuem a guarda de documentos de natureza arquivística.

Corre-se, assim, o risco de ser aplicado ao conjunto do acervo textual um quadro de arranjo que se pretende o mais próximo do contexto de produção dos documentos, enquanto o material iconográfico – as fotografias, sobretudo – recebe um tratamento individualizado, quase sempre como peças de uma coleção, em que são descritos seu conteúdo e atributos formais, e em que recebem, após análise, termos de indexação que representem os assuntos recuperados.

Em um trabalho inovador no campo arquivístico, Lopes analisa as especificidades dos documentos iconográficos em arquivos com base em uma crítica ao tipo de tratamento que os condena ao lugar de itens de coleção, defendendo a idéia da recuperação do caráter arquivístico das imagens, possível a partir da reconstrução do contexto de produção desses documentos no interior do próprio conjunto.²⁵² Para tal, os registros iconográficos foram encarados como ‘típicos documentos de arquivo’. Segundo ele:

“A definição do documento arquivístico também o considera como a síntese entre informação e suporte, porém contextualizando esse binômio, isto é, captando na gênese administrativa do documento seus vínculos diretos com os processos e as funções responsáveis por sua existência. O conceito de arquivo demanda ainda uma ação feita deliberadamente com o intuito de preservar os documentos após o cumprimento das atividades para as quais foram criados. O ato de arquivar ocorre com a finalidade de provar atividades realizadas.”²⁵³

Assim, a arquivologia busca entender tanto os motivos que levaram determinado indivíduo ou instituição a produzir e acumular um dado documento como as razões de sua preservação. O interesse da contextualização recai sobre as atividades desse produtor, expressas por documentos que mantêm com elas uma relação de indicialidade. O objetivo,

²⁵² LOPES, André Ancona. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

²⁵³ *Id.*, *ib.*, 96.

então, é entender o produtor dos documentos e não a informação por eles apresentada. A compreensão da informação só será possível em um segundo momento.

O documento de arquivo deve, portanto, ser considerado dentro de seu contexto de produção, enquanto resultado de uma ação, marcado por esta atividade e preservado como sua prova. O contexto de produção liga-se às condições institucionais sob as quais o documento foi produzido; para tanto, é preciso indicar: “(...) *quem o criou, onde e quando isso se deu, porque foi produzido (em resposta a quais demandas) e, por fim, como ocorreu esse processo (quais foram as etapas e trâmites necessários).*”²⁵⁴ Para reforçar seu argumento, Lopez se utiliza das características intrínsecas dos documentos de arquivo destacadas por Duranti, para demonstrar como o “(...) *documento típico de arquivo já nasce com as referências contextuais bem indicadas.*”²⁵⁵

Por ocasião do tratamento técnico do material iconográfico do Fundo Rostan Soares, realizado no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, no ano de 2005, tentamos incorporar essas reflexões à nossa prática como documentalista, com o objetivo de atenuar ao máximo os efeitos decorrentes da separação por suporte dos diversos registros documentais.

Entretanto, conforme apontado acima, a documentação textual já estava organizada e descrita. Sendo assim, nosso investimento foi totalmente voltado no sentido de buscar restabelecer os nexos entre os documentos iconográficos e o restante do material, no intuito de manter, antes de tudo, a organicidade do arquivo e os nexos e inter-relacionamentos dos documentos entre si.

Na nossa perspectiva, o interessante seria que o tratamento técnico da documentação de um arquivo fosse realizado concomitantemente em todos os documentos que integram esse acervo. Essa prática, na maioria das vezes, possibilita que o modelo de arranjo adotado contemple, com todas as suas nuances, a organicidade do material.

Dessa forma, respeitando-se o quadro de arranjo estabelecido para o Fundo Rostan Soares e levando-se em consideração os vínculos evidentes entre os documentos textuais e

²⁵⁴ Id., ib., loc. cit.

²⁵⁵ Id., ib., p. 98.

iconográficos, buscamos integrar e corresponder os registros visuais às séries, subséries e dossiês definidos previamente no quadro de arranjo estabelecido para o fundo. Com algumas adaptações, chegamos ao seguinte tratamento para o material iconográfico:

- **Série Doenças Tropicais:** composta por 13 dossiês que integram a subsérie Malária referentes às atividades do titular como médico e pesquisador no campo da malária.
- **Série Desenvolvimento Tecnológico:** composta por 29 dossiês distribuídos pelas subséries Sal Cloroquinado, Sais Ferrosos e Fiocruz 01, referentes às pesquisas realizadas pelo titular visando, respectivamente, o combate e a erradicação da malária, verminoses e esquistossomose.
- **Série Eventos:** composta por três dossiês referentes à participação do titular em congressos, simpósios e reuniões científicas no Brasil e no exterior.
- **Séries Documentos Pessoais:** constituída de um dossiê.

Essa atividade foi desempenhada com relativa facilidade em função de dois aspectos fundamentais. Por um lado, o meticuloso registro, realizado por ocasião do tratamento da documentação textual, de toda a transferência de documentos iconográficos ao setor responsável por sua guarda e seu processamento técnico. O controle foi efetuado através de guias de transferência contendo informações sobre a proveniência do material e suas vinculações (ou não) com séries, subséries, dossiês e documentos.

Por outro lado, uma característica do próprio arquivo de Rostan Soares que é o vínculo arquivístico extremamente acentuado ligando os documentos de diferentes suportes, como os textuais e os iconográficos. Esse é um traço muito forte nesse acervo e que nos chamou a atenção desde o início da atividade de arranjo e descrição dos documentos iconográficos. Percebe-se, nitidamente, a relação estreita entre os documentos iconográficos do arquivo e a documentação textual. Muitas vezes, constituem documentos 'únicos', ou seja, texto e imagem reunidos em um só registro documental (por exemplo, os relatórios).

É possível que essa percepção ocorra com maior facilidade, em consequência do primeiro aspecto acima apontado. Sem dúvida, o controle meticuloso da separação entre os documentos de suportes diferentes auxiliou na recuperação desses vínculos e permitiu, de

certa forma, essa constatação. Entretanto, existem muitos casos de arquivos pessoais ou até mesmo institucionais em que não há uma correspondência direta entre a documentação textual e a documentação iconográfica. Esse fato remete-nos diretamente à questão tratada neste capítulo sobre a importância da ênfase na acumulação como princípio norteador de análises sobre arquivos. Este, porém, não é o caso do arquivo de Rostan Soares.

3.3 O arquivo pessoal de Rostan Soares e a constituição de uma memória científica

O trabalho de tratamento técnico do material iconográfico do arquivo de Rostan Soares acarretou um contato estreito com o conjunto dos documentos que compõe o acervo. Essa atividade acabou nos aproximando deste arquivo por um outro viés – o da pesquisa. Tendo em vista nosso interesse específico de reflexão, as imagens fotográficas oriundas de ações e campanhas de combate à malária no Brasil, mergulhamos no arquivo, mas dessa vez com o olhar do pesquisador.

Entretanto, em função da nossa inserção profissional diretamente ligada ao tratamento técnico desse conjunto documental, nossa abordagem está, certamente, impregnada pelas questões arquivísticas discutidas ao longo deste capítulo.

A apresentação de textos de autores do campo arquivístico, realizada na primeira parte, teve como objetivo levantar questões e elementos que são fundamentais para o trabalho de organização de arquivos históricos, mas que, na nossa avaliação, devem fazer parte do universo do pesquisador na abordagem de fontes documentais, iconográficas ou não. Ou seja, para além, da contextualização histórica das fontes com as quais trabalhamos é fundamental também a contextualização arquivística. Nesse ponto, retomamos as reflexões de Lopes, quando afirma a importância da contextualização:

“(…) cumpre ressaltar que o documento, enquanto síntese da informação e da materialidade do suporte é sempre produto de uma vontade. Isto significa que o conteúdo informativo do documento não deve ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação e como se tal conteúdo não fosse

produto de uma ação geradora do documento. Além das tradicionais perguntas ‘quem produziu?’, ‘onde foi criado?’ ‘e como se deu esse processo?’ também devemos indagar ‘por quê?’. Não basta analisar exaustivamente a informação veiculada sem que se procure entender o motivo da produção do documento, identificando a vontade criadora.”²⁵⁶

Além disso, à vontade criadora, podemos acrescentar a indagação sobre a vontade acumuladora, sobre a ‘vontade arquivística (que orientou os critérios de tratamento e as políticas institucionais que atingem o fundo), além da ‘vontade histórica que orienta o trabalho do pesquisador, seu olhar, seus questionamentos, e os usos que faz da fonte. Na nossa perspectiva, seus questionamentos e usos serão tanto mais ricos quanto mais amplo e abrangente for o seu olhar sobre a documentação.

Ao realizarmos essa dupla contextualização – histórica e arquivística – para os documentos iconográficos do arquivo de Rostan Soares, encontramos uma série de questões específicas vinculadas àquelas de caráter geral apontadas nesse capítulo. A primeira delas diz respeito às noções e definições que os arquivos oriundos das práticas científicas suscitam e suas especificidades, conforme visto no capítulo 1. Ao mergulharmos no ‘universo do laboratório’ de Rostan Soares para compreender exatamente o seu papel e ‘lugar’ enquanto cientista e pesquisador, deparamo-nos com a questão das fronteiras entre arquivos públicos e privados; institucionais e pessoais.

Como já foi dito, o arquivo de Rostan Soares foi constituído, basicamente, a partir de vínculos institucionais e pesquisas desenvolvidas no âmbito de instituições públicas. Dentro dessa perspectiva, até que ponto, seu arquivo pode ser considerado como um arquivo pessoal? Ou, generalizando, o que seriam arquivos pessoais de cientistas? Algumas propostas nesse sentido também já foram apresentadas no capítulo 1.

Aqui especificamente, gostaríamos de retomar a proposta de Odile Welfelé de que o local, por excelência, de produção dos documentos da ciência é o laboratório, *locus* privilegiado do exercício da prática científica, isto é, de construção de fatos e objetos tecnocientíficos. Para a autora, é fundamental retomar o laboratório enquanto ‘elo perdido’ da corrente que opera uma integração das esferas institucional e pessoal. Essa abordagem –

²⁵⁶ LOPES, 2000, p. 95.

de certa forma, contextualista – é muito próxima daquela presente nos estudos sociais da ciência em sua vertente construtivista, representada principalmente por Bruno Latour.²⁵⁷

Não pretendemos adentrar nesse rico e complexo universo dos estudos sociais da ciência, mas apenas indicar alguns pontos da reflexão de Latour que nos ajudam a compreender melhor a particularidade e o sentido do trabalho científico e, conseqüentemente, os documentos decorrentes desse trabalho. Para ele, a interação que acontece nas circunstâncias locais e contingentes do laboratório é o que define a ciência como prática social de produção do conhecimento. Sua principal indagação é sobre como a ciência é feita. Para responder tal questão é preciso observar o que os cientistas fazem no dia a dia do laboratório, local privilegiado de produção do conhecimento científico. Este é viabilizado pelas estratégias utilizadas pelos cientistas para construir aliados e interessar outros cientistas e não cientistas, em seu empreendimento, o que depende da produção de provas e contraprovas, coisas para serem vistas e observadas pelos outros.

Em seu clássico trabalho, resultado de observações realizadas por meio de uma pesquisa de campo no Instituto Salk, na Califórnia, Latour e Woolgar desmistificam a concepção tradicional da história da ciência, segundo a qual a produção de conhecimento resulta da aplicação de um método universal, mostrando que os fatos científicos, tal como se materializam em artigos, nada mais são do que ‘caixas pretas’ que, quando abertas, revelam o processo social de sua construção, no qual diferentes competidores procuram validar seus enunciados.²⁵⁸

Desse modo, ele pretende demonstrar que o processo que leva à construção e ao estabelecimento de um fato científico é constituído por um lento caminho de transformação de enunciados, que são produto de largas, complicadas e sucessivas negociações que se iniciam no cotidiano dos laboratórios, mas neles não se esgotam.

Seu argumento central está pautado na idéia de que a ciência não se distingue das outras práticas sociais. Os cientistas, como qualquer outro ator social, lança mão de estratégias de persuasão que visam garantir a aceitação dos enunciados por eles

²⁵⁷ LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997; LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora*. São Paulo: UNESP, 2000.

²⁵⁸ LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve, 1997, p. 67.

produzidos. Mesmo ao se apresentarem como descobridores de fatos, estes são leitores e autores que buscam se convencer e convencer aos outros. Assim, a atividade no laboratório visa a reunir elementos – as inscrições literárias²⁵⁹ – para que esta persuasão se efetive.

Dessa forma é possível perceber que a pesquisa científica é um conjunto dotado de sentido. Sob a perspectiva da ‘ciência em ação’, o processo de produção de conhecimento e objetos não depende apenas dos ‘procedimentos rigorosos’ presentes em um método científico, mas também do ato permanente de produzir registros metódicos e sistemáticos – as referidas ‘inscrições literárias’.

Buscando entender melhor a constituição de documentos nesse ambiente, debruçamo-nos um pouco sobre o *locus* privilegiado do exercício da prática científica, o laboratório: lugar de estudo experimental que associa conhecimentos científicos e objetivos práticos e, que para tal tarefa, reúne pessoas, instrumentos e equipamentos, produtos químicos e animais (cobaias).²⁶⁰ Ao laboratório, ‘usina singular’, criadora de ‘produtos manufaturados’ denominados artigos científicos, agregam-se outros lugares e ambientes institucionais onde também se faz ciência, compreendida como um processo complexo que se exprime em relações sociais estabelecidas entre pesquisadores e seus colegas de outras instituições, com os poderes públicos e com outros atores sociais.²⁶¹

No laboratório, e no exame profundo de suas atividades cotidianas, que é possível perceber a construção social dos fatos, os micro-processos de produção dos fatos. Através da cadeia que se inicia nas idéias, passa pelo sistema de inscrições, pelos argumentos lógicos, enunciados e a obtenção de provas, tem-se o micro-processo de onde surge o fato científico, fruto da negociação entre os cientistas, que para tal lançam mão de múltiplas estratégias persuasivas.

²⁵⁹ Seu conceito de ‘*inscrição literária*’ é tomado de Jacques Derrida, segundo o qual a escrita designa não apenas os gestos físicos literais, implícitos em inscrições pictográficas ou ideográficas, mas também a totalidade daquilo que a torna possível. Ela serve aqui para resumir os traços, tarefas, pontos, histogramas, números de registro, espectros, gráficos etc. Cf. DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Les Éditions de Minuit. 1967.

²⁶⁰ SANTOS, 2002, p. 99.

²⁶¹ Nesse aspecto estamos nos apoiando nos argumentos desenvolvidos por Latour no capítulo 4. Cf. LATOUR, 2000, p. 86.

A descrição do dia a dia do laboratório apresentada por Latour em sua obra é fonte privilegiada para se conhecer a relação entre o trabalho científico na bancada, as inscrições literárias e os escritos (e demais documentos, no nosso entender), vestígios materiais para convencer ‘os outros’ da validade dos enunciados gerados. A partir do mergulho no microcosmo do laboratório, percebemos como a escrita é componente de uma parte considerável do processo de trabalho no laboratório:

“Aqueles que trabalham nas bancadas escrevem de forma compulsiva e sobretudo maníaca. Toda bancada dispõe de um grande livro de registro forrado de couro no qual os membros daquela seção anotam meticulosamente o que acabaram de fazer com um determinado código. (...) Essa ‘linha de montagem’ tem início nos biotestes que geram através da máquina uma folha repleta de números, usada para alimentar de dados o computador, passa pela impressora que emite diferentes listagens, e chega ao produto – ainda intermediário – de todos os esforços: uma simples curva traçada em papel milimetrado. Alguns dias depois, uma nova versão da curva estará pronta para ser publicada em um artigo científico.”²⁶²

Esse percurso, nem sempre tão harmonioso e ordeiro, é matizado por canais formais e informais de comunicação. Se o artigo escrito, bem estruturado, representa a comunicação formal, todas as discussões e informações trocadas no laboratório versam sobre os vários pontos abordados na literatura publicada, o artigo bem como sobre aspectos que apenas o tangenciam ou mesmo lhe escapam.

As trocas informais têm sempre, direta ou indiretamente, relação com documentos, com fotografias, diapositivos, formulários, cartas, rascunhos de textos etc. No seu papel de observador, de etnógrafo, Latour tem uma visão que privilegia os escritos e os dispositivos de inscrição, como forma de não se deixar aprisionar pelo discurso dos atores – os cientistas. Segundo Santos, esta posição indica o papel de primeiríssimo plano desempenhado pelos documentos de diversas naturezas.²⁶³

De todo esse processo repleto de inscrições, apenas uma parte ganha a forma de publicação ou comunicação científica. Peças fundamentais dessa engrenagem, inscrites e

²⁶² LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 41.

²⁶³ SANTOS, 2002, p. 102.

documentos, que representam o conjunto de etapas intermediárias, são esquecidas assim que se obtém o produto final, a inscrição.

As etapas intermediárias são fundamentais, no entanto, ao conhecimento da atividade científica. O objetivo final – que é a produção de artigos, comunicações científicas e conferências – necessita dessa “cadeia de operações de escrita” que vai do primeiro resultado rabiscado em um pedaço de papel até a “classificação do artigo publicado nos arquivos do laboratório”. Os incontáveis estágios intermediários têm relação com o que Latour chama de produção literária: Roteiros de conferências, notas preliminares de pesquisa, cadernos de laboratório com resultados de testes e métodos, e versões de artigos formam a sedimentação natural de um arquivo de laboratório.

Nesse ponto voltamos à questão da relação entre arquivos pessoais de cientistas e arquivos de laboratório. Para Charmasson²⁶⁴, os primeiros assemelham-se e confundem-se com os arquivos de laboratório, especialmente onde os pesquisadores exerceram ou exercem funções de ‘chefes’, líderes de grupos. Segundo a autora, até o início da década de 1970 era difícil distinguir os papéis do laboratório daqueles de seu fundador, mentor, responsável, por sua concepção como centro de atração de inúmeros professores, pesquisadores e estudantes.

Daí em diante, alterou-se o funcionamento da ciência, desaparecendo lentamente a figura do chefe ou ‘patrão’ – que, em alguns casos, era o fundador de disciplina –, que imprimia uma marca única sobre os trabalhos de seus colaboradores, também agentes produtores dos materiais documentais da ciência. Esse novo formato – baseado no funcionamento de grandes equipes repletas de especialistas, muitas vezes dispersas, trabalhando sobre objetos de pesquisa complexos, dependendo de uma programação que se renova muito rapidamente – marcou o advento da *big science*. Com ela, saiu de cena o trabalho científico, altamente centralizado dos primeiros tempos.

²⁶⁴ CHARMASSON, Thérèse. ‘Archives institutionnelles et archives personnelles’. *Sciences et Archives Contemporaines*. École National du Patrimoine, Paris, 1999. CHARMASSON, Thérèse. ‘Archives institutionnelles et archives personnelles’. *Sciences et Archives Contemporaines*. *Sciences et archives contemporaines*. Actes des journées d’études organisées par l’Ecole nationale du patrimoine, Paris, 20-22 novembre 1996. Paris, Les Cahiers de l’Ecole Nationale du Patrimoine, 13-23, 1999.

Essas considerações ajudam-nos a entender melhor a gênese de constituição do arquivo de Rostan Soares. Como observou Santos²⁶⁵, a história do Instituto Oswaldo Cruz é um exemplo inequívoco da presença marcante dos ‘líderes’, cujos nomes eram incorporados aos chamados ‘laboratórios de prestígio’.²⁶⁶

O arquivo pessoal de Rostan Soares foi constituído no ambiente acima descrito, ou seja, fez parte do universo de conjuntos documentais acumulados em laboratórios, nos quais pesquisadores isolados ou grupos de pesquisa desenvolvem cotidianamente seu trabalho de investigação. Dessa forma, ele se encontra em uma zona de interseção entre os níveis pessoal e institucional, num quadro de conformação de conjuntos documentais a partir de pessoas, no âmbito de espaços institucionais. Ao discutir a questão da pessoalização de conjuntos documentais no interior de realidades arquivísticas institucionais, Alves²⁶⁷ concentra-se mais sobre a oposição pessoal/institucional do que sobre a polarização privado/público:

“O que eu entendo por pessoalização de conjuntos documentais é verificável tanto em instituições públicas quanto naquelas de âmbito privado. Claro que se o movimento de pessoalização se dá no interior de uma instituição pública – e este é o nosso caso concreto – é possível e mesmo freqüente que siga-se [sic] à pessoalização, uma efetiva privatização do conjunto documental, pela mudança definitiva de sua guarda e pela posse integral sobre o seu destino: a destruição, a herança como parte integrante do patrimônio familiar e mesmo a doação ‘de pleno direito’, a uma instituição de memória. Neste caso, as duas oposições, pessoal/institucional e privado/público, entrelaçam-se.”²⁶⁸

²⁶⁵ SANTOS, 2002, p. 27.

²⁶⁶ Calaça, em artigo que busca compreender a trajetória de um grupo de cientistas que construíram suas carreiras no IOC a partir da década de 1930, destaca nesse processo os ‘*laboratórios de prestígio*’, liderados por Lauro Travassos (Helminologia) e Miguel Osório de Almeida (Fisiologia), que os definiam como locais onde realmente se fazia a ciência. No processo de construção de suas carreiras, esses cientistas tiveram que constituir currículos e atuar como recrutadores, assumindo a iniciativa de formar discípulos e de manter o laboratório constantemente aberto. Cf. CALAÇA, Carlos Eduardo. ‘Vivendo em Manguinhos: a trajetória de um grupo de cientistas no Instituto Oswaldo Cruz’. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 587-606, nov. 2000/fev.2001.

²⁶⁷ ALVES, Fernando A. Pires. *A pessoalização de conjuntos documentais no âmbito dos arquivos institucionais*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, [199-?]. 7f. Essas reflexões se originam do trabalho de diagnóstico dos acervos institucionais localizados na Fundação Oswaldo Cruz.

²⁶⁸ Id., ib., p. 2.

Entretanto, para além das definições formais, como se constitui um arquivo privado pessoal? Ao observarmos as coleções e os arquivos privados pessoais disponíveis em nossas instituições de memória, particularmente aqueles cujos titulares desempenharam atividades institucionais de relevo, o que temos como regra geral são conjuntos documentais, pelo menos em parte, constituídos como “(...) *resultante do trabalho pessoal enquanto parcela de atividades institucionais*”. Em maior ou menor grau, “(...) *revelam a pessoalização de frações de arquivos produzidos em função de atividades institucionais*.”²⁶⁹

Na sua argumentação, o trabalho de levantamento e diagnóstico documental em um arquivo institucional revela, paralelamente ao ritmo de sua constituição em grandes linhas, o lento processo de construção de arquivos e coleções pessoais, em movimentos que estabelecem interação: “(...) *se não de forma absoluta, é fácil perceber que, pelo menos em parte, um ocorre em íntima relação com o outro*.”²⁷⁰

Esta interação é balizada por elementos objetivos e subjetivos. Um primeiro elemento a considerar é a natureza do trabalho do pesquisador, inscrito em uma cultura institucional e profissional competitiva, impregnada das idéias de ineditismo e de descoberta e que o leva à necessidade de controle e sigilo, por períodos mais ou menos longos, inclusive para fins probatórios, sobre dados e informações metodicamente coletados ao longo do processo de pesquisa.

Outro fator que alimenta essa pessoalização remete à ausência de confiabilidade e eficácia, sob a ótica do pesquisador, das rotinas arquivísticas disponíveis na instituição. Um sistema de arquivos e uma gestão de documentos eficazes, por exemplo, tendem a tornar mais restrita a gama de registros a serem reunidos nos conjuntos pessoais.

No caso concreto da Fundação Oswaldo Cruz, e por extensão, de Rostan Soares os pesquisadores tendem a manter sob seu controle documentos de maior caráter pessoal intrínseco: correspondência, apontamentos, esboços de hipóteses, protocolos de pesquisa,

²⁶⁹ Id., ib., loc. cit.

²⁷⁰ Id., ib., p. 3.

relatórios de pesquisa parciais ou preliminares e mesmo alguns trabalhos mais acabados não destinados à divulgação.²⁷¹

De fato, a ausência de rotinas arquivísticas estáveis, acarreta o controle pessoal sobre a correspondência institucional, a interrupção de fluxos de documentos, a retenção de originais e a geração de cópias para segurança do produtor. Em última instância, nas palavras de Alves, produz “(...) *um adensamento da significação arquivística, em termos institucionais, do conjunto documental pessoal que se constitui.*”²⁷² Esse adensamento se dá paralelamente à mudança em sua configuração, de uma lógica institucional para uma construída a partir da pessoa. Ou seja, enquanto conjunto de registros significativo da vida institucional, sua dimensão orgânica vai sendo acrescida de elementos informados a partir do produtor/pessoal, sem ocorrer, contudo, um rompimento com seu ‘meio genético’.

A ele se agregam outros documentos, novas relações são estabelecidas e, com o passar do tempo, diante da sucessão de novas circunstâncias, o conjunto documental tende a romper ou deixar tênues seus laços orgânicos iniciais e a assumir uma nova identidade: a de um arquivo pessoal que se vincularia mais a uma trajetória individual do que a qualquer dimensão institucional. É importante, entretanto, observar que essa situação não é exclusiva dos arquivos de cientistas, mas talvez nesse ambiente se revele com todos os ingredientes.

Incluímos o arquivo de Rostan Soares nessa categoria. No entanto, apesar de seus ‘papéis pessoais’ estarem intimamente relacionados às suas atividades profissionais, científicas e acadêmicas, é preciso prestar atenção também na dimensão de *homo comulador* de Rostan Soares e na sua intervenção e participação na construção do seu arquivo pessoal. Viana et alii e Heymann desenvolveram exemplarmente o tema, mas gostaríamos de tecer algumas considerações para o caso específico do material de Rostan.

Diferentemente de outros acervos de cientistas depositados no próprio Departamento de Arquivo e Documentação – DAD da Casa de Oswaldo Cruz²⁷³, Rostan

²⁷¹ Id., ib., p. 4.

²⁷² ALVES, s.d., p. 4.

²⁷³ No arquivo Oswaldo Cruz, por exemplo, na sua correspondência pessoal, encontram-se cartas trocadas ao longo da sua vida com sua esposa tratando de assuntos tais como o noivado, o casamento, a vida profissional etc. Aliás, esse acervo é um caso exemplar da pessoalização de arquivos. Ao ingressar no DAD, a

parece ter privilegiado, no processo de acumulação de seus ‘papéis pessoais’, apenas o viés de sua vida profissional e científica. Poderíamos interpretar essa constatação de várias formas. Uma interpretação possível seria de que talvez um cientista não considere os registros de sua vida familiar ou social como ‘dignos’ de integrar seu arquivo ou como um aspecto a ser levado em consideração no mesmo patamar que outros ‘mais importantes’.

Uma interpretação possível, e que nos é cara, é de pensar o arquivo de Rostan como um projeto de construção de sua auto-imagem; que gostaria de ver imortalizada através da doação de seus papéis a um centro de pesquisa e documentação localizado na instituição em que desenvolveu boa parte de suas atividades profissionais e científicas.

Uma pista para se perceber tal aspecto nos é fornecida por Santos, quando observa que apesar de sua trajetória como médico sanitário e pesquisador ter se desenvolvido em importantes agências oficiais do Ministério da Saúde, “(...) *no entanto, como tantos outros pesquisadores, Rostan Soares não figura na ‘galeria dos grandes cientistas’ com passagem pelo Instituto Oswaldo Cruz.*”²⁷⁴ Sendo assim, qual seria a importância de seu arquivo?

Segundo Odile Welfel²⁷⁵, os arquivos pessoais dos cientistas mais célebres são disputados pelas bibliotecas, enquanto os ‘anônimos’ não encontram a mesma acolhida.

Para Santos, Rostan Soares foi:

“(...) um anônimo do sanitário e da ciência biomédica e, talvez, por não ter obtido o reconhecimento público de seus pares foi, até certo ponto, marginal e percorreu o caminho das ‘sombras’, deixando o foco de luz para outros personagens. O arquivo que acumulou e transformou em fonte de pesquisa, a partir do ato de doação, é revelador desse anonimato e de muitos outros aspectos de sua trajetória, dos grupos aos quais esteve vinculado, da ciência e da saúde pública no Brasil.”²⁷⁶

interpenetração dos aspectos institucionais e pessoais era tão grande que se optou por considerar este acervo como uma série dentro do Fundo Institucional.

²⁷⁴ SANTOS, 2002, p. 2.

²⁷⁵ WELFELÉ, 1999, p. 110.

²⁷⁶ SANTOS, 2002, p. 2.

No entanto, gostaríamos de ir um pouco além e pensar que, justamente, por esse ‘anonimato’ – ou falta de reconhecimento – durante sua vida pública, a construção de seu arquivo revestiu-se de uma importância ainda maior para Rostan. Talvez o cuidado na preservação dos papéis referentes quase exclusivamente às suas atividades científicas e profissionais esteja relacionado ao reforço de sua imagem enquanto pesquisador sério e dedicado. Talvez ainda aspirasse a um reconhecimento, até mesmo póstumo. Sob esse aspecto, é sintomático, para nós, o farto volume de documentos – textuais e iconográficos – referentes às duas maiores experiências desenvolvidas e coordenadas por ele, a saber: o ‘sal cloroquinado’ e o ‘Fiocruz 1’. Não apenas pelo volume do material, mas pelo cuidado no registro e na preservação de documentos que relatam, quase ‘passo a passo’, o processo de pesquisa, seja em diários, protocolos de pesquisa, correspondência, seja em relatórios de testes, fotografias etc

Curiosamente, essas duas experiências tiveram grande repercussão e apoio institucional, inclusive ‘logístico’, à época de sua realização, mas, de certa forma, ‘fracassaram’. O sal cloroquinado porque não atingiu o objetivo proposto conforme veremos no capítulo 4 e o Fiocruz 1 devido a questionamentos sobre a eficácia do produto que acabaram por determinar, institucionalmente, o encerramento da pesquisa. Quem sabe Rostan não buscou uma ‘redenção’ futura, o reconhecimento pela história, que lhe foi negado pelos contemporâneos?

Não devemos esquecer, entretanto, das várias instâncias que podem interferir na constituição de acervos e sua ‘construção’ enquanto fontes históricas. Desde possíveis intempéries até a atuação do arquivista/documentalista. Lembrar que, o próprio modelo de arranjo estabelecido para o Fundo Rostan Soares prioriza o viés ‘científico’ do material. Sem questionar a pertinência arquivística e as implicações deste modelo o que queremos é ressaltar o papel dos profissionais envolvidos nesse processo e na consequente monumentalização da atividade científica.

Nosso esforço nesse capítulo foi no sentido de demarcar a importância, para o trabalho, do historiador, de um uso mais criterioso e original das fontes, de atentar para o arquivo como objeto e, não apenas como fonte.

Se já há algum tempo o trabalho do historiador foi ‘desmistificado’ no sentido de ser visto como fruto de uma série de escolhas, como forçosamente subjetivo, parece em algum nível, que os próprios historiadores não atentam, na maioria das vezes, para a ‘subjetividade’ das fontes, em geral tomadas na sua literalidade.

Essa subjetividade tem por base, ao menos, dois níveis de interferência e ‘construção’: por um lado, o próprio titular e/ou seus herdeiros e, por outro, o documentalista, ambos responsáveis por escolhas e subtrações, pela criação de nexos, pela valorização de determinados conjuntos em detrimento de outros.

Nossa idéia de pensar as fotografias como parte integrante do arquivo – e não como documento ‘especial’ e dotado de poder auto-explicativo devido a sua natureza indicial – tem como argumento central a importância de interpretá-las à luz do conjunto de registros acumulados pelo titular, ou seja, à luz dos nexos construídos por ele para dar sentido a seus papéis e, com isso, significar sua própria trajetória. Dessa forma, aos nexos relacionados às ‘escolhas’ e interferências realizadas durante o processo de constituição do arquivo, somamos os nexos relacionados às ações que geram registros, apontados por Duranti e que são fundamentais para a ‘quarta’ característica que ela elenca para os documentos de arquivo: o inter-relacionamento entre os documentos que o constituem.

CAPÍTULO 4

IMAGENS EXEMPLARES: REPRESENTAÇÕES VISUAIS DE PRÁTICAS CIENTÍFICAS NO ARQUIVO ROSTAN SOARES

O presente capítulo trata da exemplaridade do acervo de Rostan Soares, caracterizada pelos diferentes usos e funções que as imagens assumem num arquivo oriundo de práticas científicas. Leva-se em consideração que as representações visuais decorrente de tais práticas, tais como desenhos e fotografias, só podem ser compreendidas segundo o princípio de intertextualidade que a sustentam como parte de um todo articulado, tal como ficou exposto no capítulo 3.

Apesar do escopo infinitamente mais abrangente de seu arquivo pessoal, tanto no que diz respeito às investigações e trabalhos desenvolvidos pelo titular sobre outros temas, quanto no que tange à complexidade de sua produção acadêmica, acreditamos que o material relativo às pesquisas, experiências e ações sobre o combate à malária, de certa forma, possibilitam essa síntese.

O capítulo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, apresentaremos as formas de uso das representações visuais mais recorrentes que observamos no arquivo pessoal de Rostan Soares. Na segunda parte, procederemos a um exercício de análise sobre um conjunto de fotografias referentes a uma experiência, coordenada por Rostan, de desenvolvimento de um produto anti-malárico, na década de 1950.

4.1 Uma síntese dos usos e das funções das imagens em um arquivo de cientista.

No arquivo de Rostan Soares é possível identificar os principais tipos de uso da imagem científica, tema que tratamos nessa parte. Paralelamente, buscamos caracterizar a historicidade das formas de representação visual das práticas científicas, avaliando a sua relação com as demais partes que integram o arquivo.

4.1.1 Ilustrações científicas: desenhos de plasmódios

A ilustração científica é um tipo de representação figurativa cujas finalidades são registrar, traduzir e complementar, por meio da imagem, observações e experimentos científicos que vão desde a descrição de espécies microscópicas de animais e vegetais até a anatomia humana passando pela arqueologia, paleontologia, mineralogia, geologia, cartografia, astronomia, arquitetura, física, engenharia e história natural de uma infinidade de seres vivos e sua relação com a paisagem ou nichos onde vivem.²⁷⁷

A ilustração é, em sentido geral, uma imagem que está usualmente acompanhada de texto, fazendo parte assim do que, para alguns autores, se denomina iconografia, ou segundo Araújo, “(...) documentação visual que constitui ou completa determinado texto”.²⁷⁸ Incluem-se nos conceitos de iconografia ou ilustração as imagens obtidas tanto através de métodos manuais de representação como desenho, pintura e gravura, quanto de reprodução técnica, como a fotografia. Em um sentido mais amplo, mosaicos, vitrais ou pinturas de passagens bíblicas em uma igreja, por exemplo, podem ser também entendidos como ilustrações.

Julianele destaca, entretanto que, mesmo ligada a um texto, a ilustração possui autonomia própria, pois:

“(...) o ilustrador pode se abstrair de pormenores ou ampliá-los, guardar a exatidão informativa da câmara ou desprezá-la, como recursos para atingir a mais pura terminologia visual do significado formal, objetivando a informação intelectual pela imagem.”²⁷⁹

Dessa forma, o autor de um livro com ilustrações de animais ou plantas, por exemplo, deve ter em mente que tipo de público ele quer atingir e atender: se o livro é destinado a leitores menos especializados, o apelo visual é mais importante do que o compromisso com a

²⁷⁷ Brian J. Ford *apud* OLIVEIRA, Ricardo Lourenço; CONDURU, Roberto. ‘Nas frestas entre a ciência e a arte: uma série de ilustrações de barbeiros do Instituto Oswaldo Cruz’. *Manguinhos*. v. 11, n. 2, p. 335-84, maio-ago. 2004.

²⁷⁸ ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1986, p. 34.

²⁷⁹ JULIANELE, Regina Lemgruber. *João Barbosa Rodrigues: o caráter de visualidade na ilustração botânica no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 105.

precisão científica, se é uma publicação científica, as representações devem ser, sobretudo claras e precisas, e não necessariamente atraentes, sob o ponto de vista estético.

No que diz respeito às ilustrações científicas,

“(…) tais imagens, em geral, trazem os elementos essenciais que esse tipo de representação exige: verossimilhança e atenção aos detalhes, que permitem, por exemplo, a identificação dos seres representados ou a melhor compreensão de fenômenos naturais descritos, ou seja, sua qualidade didática.”²⁸⁰

Paulo Mazzafera observa que, mesmo com o advento da fotografia, a ilustração científica não perdeu espaço, pois, as duas técnicas servem a objetivos diferentes: uma fotografia apesar de reproduzir a natureza com grande ‘realismo’, não consegue delinear estruturas e evidenciar aspectos da cena reproduzida em nível de detalhamento semelhante ao atingido por um bom ilustrador. Por mais moderna que seja a câmera fotográfica, ela só consegue focar com alta precisão parte do objeto enquadrado: “(…) *uma ilustração científica consegue detalhar com grande precisão toda a cena reproduzida.*”²⁸¹

Enquanto a ilustração botânica se desenvolvia na Europa, a partir da Escola de Flandres, Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1792, cruzava a Amazônia brasileira com sua expedição, na “*Viagem Philosophica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*”. A empreitada representou uma das mais ousadas investigações científicas realizadas no Brasil e resultou em rico acervo de ilustrações científicas sobre fauna, flora e etnografia produzidos no território nacional.

Talvez os exemplos mais conhecidos de ilustração científica apareçam nos relatos dos viajantes do século XIX que exploravam os territórios pouco conhecidos pela Europa e que estimularam o desenvolvimento do desenho científico, conforme apontado no capítulo 1.²⁸²

²⁸⁰ OLIVEIRA; CONDURU, 2004, p. 337.

²⁸¹ Paulo Mazzafera é diretor do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas e fez o comentário acima por ocasião da inauguração da *I Exposição Nacional de Ilustrações Científicas*, naquela universidade. Disponível em [http://www.labjor.unicamp.br/midiacenter/Acesso 27 julho 2007](http://www.labjor.unicamp.br/midiacenter/Acesso%20julho%202007). Grifo nosso.

²⁸² No caso do Brasil, a importância da ilustração como meio de difusão científica ficou mais nítida com a chegada, em 1813, do naturalista George H. von Langsdorff para uma expedição que percorreria o país entre 1821 e 1829. Integraram a comitiva pesquisadores e artistas como Rugendas, Taunay e Hercules Florence, responsáveis por um dos mais significativos acervos de ilustrações científicas já produzidos no país, atualmente preservado no Museu de São Petersburgo, em Moscou. As pinturas e desenhos realizados no Brasil pelos

Como qualquer representação naturalística, a ilustração científica pode variar muito em termos de composição encontra-se em:

“(…) uma gradação que vai desde o linear, esquemático diagramático até trabalhos de contornos e traçados bem-definidos, preenchidos com tinta, coloridos e de elevada complexidade plástica. Danse afirma que o ideal, para as representações em história natural, é a combinação, em proporções semelhantes, de suficiente verdade científica e sensibilidade artística.”²⁸³

Devido ao espectro de complexidade plástica nas imagens científicas, quando se folheiam livros ilustrados ou se analisam reproduções de ilustrações científicas de animais e plantas separadas de seu contexto primário, natural ou original – ou seja, na publicação científica -, algumas delas podem ser consideradas artísticas, dependendo do ponto de vista do observador. Em outras reproduções, embora a beleza estética ou mesmo a ‘caligrafia’ do autor sejam identificadas, sua finalidade clara é atender à ciência e não à arte.²⁸⁴

Em vista disso, a ilustração científica segue alguns preceitos da ciência e por ela tem a sua precisão aferida. A ilustração pode ser feita por artistas ou pelo próprio cientista, seja porque este carece de desenhista para documentar seus achados em termos plásticos ou porque prefere ele mesmo fazê-lo.²⁸⁵ Obviamente, dependendo de quem elaborou as ilustrações de um trabalho científico e da capacidade do uso dos artifícios pictóricos, maiores – ou não - liberdades artísticas são identificadas. Ou, visto do prisma do cientista, mais verossimilhança haverá, ou será cobrada, entre a imagem obtida e o objeto representado.

Vários centros de investigação científica e bibliotecas especializadas detêm em seus acervos “(…) *não só trabalhos científicos ilustrados já publicados, mas também originais dessas ilustrações, desde esboços até pranchas coloridas e impressas.*”²⁸⁶ Alguns estudiosos vêm se debruçando sobre esse material para analisar suas qualidades artísticas e

membros da Missão Artística Francesa que aqui chegou em 1816 também sobreviveram aos séculos, em museus europeus. Incluem toda a iconografia étnica realizada pelo mestre Jean-Baptiste Debret e a fauna nativa fielmente estampada por John Coult (1804-1881).

²⁸³ DANSE, S. Peter. *The art of natural history*. Nova Iorque: Arch Cape Press, 1990, p. 23

²⁸⁴ OLIVEIRA; CONDURU, 2004, p. 337.

²⁸⁵ Este é caso, por exemplo, de João Barbosa Rodrigues, cientista e ilustrador em botânica do século XIX, cuja obra foi estudada por Regina Lemgruber Julianele. Cf. nota 3.

²⁸⁶ OLIVEIRA; CONDURU, 2004, p. 338.

estudar aspectos de sua história, como, por exemplo, as modificações que as representações sofreram entre a primeira abordagem do modelo pelo artista até sua aprovação pelo cientista, quando então foram enviadas à publicação.²⁸⁷

Nesse ponto é importante retomar alguns aspectos da noção de coleção desenvolvida por Pomian, que discutimos anteriormente. Segundo o autor, vários são os motivos que levam à constituição de coleções: instinto de propriedade, propensão para acumular, fonte de prazer estético, poder e prestígio, aquisição de conhecimentos históricos e necessidade de preservação da memória. Esses dois últimos itens são essenciais para a formação de coleções em instituições científicas.²⁸⁸

Uma coleção é importante, na medida em que estabelece autoridade sobre uma área escolhida. Assim, não apenas o componente estético, mas também um extenso conhecimento e rigor científicos são imprescindíveis para a compreensão do objeto a ser representado, o que resulta num perfeito entrosamento entre a ciência e a arte.²⁸⁹ Fica desta forma, patente desde muito cedo, a importância e a necessidade da divulgação das atividades científicas. Da mesma forma, as ilustrações científicas são importantes nesse processo, uma vez que, constituem um tipo de registro que permite decifrar e tornar inteligível/legível os trabalhos científicos tanto ao público leigo, como ao público especializado.

O Instituto Oswaldo Cruz dispõe de um acervo bastante significativo de tratados com ilustrações científicas, tanto de produção institucional quanto de fora dele. Com efeito, seus cientistas publicaram desde 1901, uma quantidade considerável de trabalhos científicos contendo ilustrações algumas das quais realizadas por eles próprios.²⁹⁰ Mas é no final da primeira década do século XX, “(...) *quando foi criado um periódico científico para a divulgação da produção da instituição, as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, que são*

²⁸⁷ Cf. FORD, Brian J., nota 1; DANSE, 1990, nota 7; e RIX, Martin. *The art of botanical illustration*. Londres: Cameron Books. 1981; OLIVEIRA; CONDURU, 2004, p. 338.

²⁸⁸ POMIAN, 1984, p. 51-4.

²⁸⁹ D'AGOSTINI, S.; VITIELLO, N.; REBOUÇAS, M. M. 'Coleções históricas do Instituto Biológico: série Ilustrações Científicas'. Disponível em <http://www.biodiversityreporting.org/> Acesso 23 julho 2007.

²⁹⁰ Oliveira e Conduru mencionam Oswaldo Cruz, Lauro Travassos, Júlio Muniz e Antônio da Costa Lima como autores de ilustrações que aparecem em publicações científicas do IOC. Cf. OLIVEIRA; CONDURU, 2004, p. 338.

contratados ilustradores com a finalidade específica de ilustrar os trabalhos dos cientistas do IOC.”²⁹¹

Assim, como em vários arquivos institucionais e de cientistas, as ilustrações, sob a forma de desenho, também estão presentes no arquivo de Rostan Soares. Localizamos um conjunto de cerca de 60 desenhos de plasmódios produzidos durante as pesquisas desenvolvidas pelo cientista nas décadas de 1950 e 1960.²⁹²

Estas ilustrações integram a atividade científica de Rostan Soares que, ao longo de duas décadas, dedicou-se, no campo da malária experimental, à revisão do gênero *Plasmodium* em espécies da fauna brasileira desenvolvidas no Laboratório de Parasitologia do Instituto de Malariologia, em cooperação com o Instituto Oswaldo Cruz.

Um dos primeiros objetivos do Laboratório de Parasitologia desde sua criação foi o estudo e a revisão de plasmódios de animais nativos, que inclusive, resultaram na descrição de duas espécies de plasmódios: *P. huffi* e *P. pinotti*, além de extenso material para pesquisas. Nessa investigação além de obter de diversas fontes, os exemplares necessários às pesquisas, realizou em 1953, uma extensa coleta de material em mais de 3.000 exemplares de numerosas espécies de animais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.²⁹³

As ilustrações científicas que apresentamos a seguir integram uma parcela desse material. Elas fazem parte de duas séries de desenhos contendo representações coloridas de plasmódios de aves e de répteis. Os desenhos, de tamanhos variados, foram feitos em papel cartão, utilizando-se a técnica de nanquim e lápis colorido, provavelmente giz de cera. Nem todas as ilustrações são assinadas, porém, em função de suas características formais, consideramos que provavelmente foram produzidas pelo mesmo autor, Arthur Botelho.

²⁹¹ OLIVEIRA; CONDURU, 2004, p. 338.

²⁹² Conforme dito anteriormente, o plasmódio é o protozoário causador da malária.

²⁹³ Essas informações foram obtidas a partir dos documentos que integram os seguintes dossiês: RS/DT/MA/19490721 e RS/DT/MA/19492040. Arquivo Rostan Soares, Série Doenças Tropicais, subsérie Malária, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

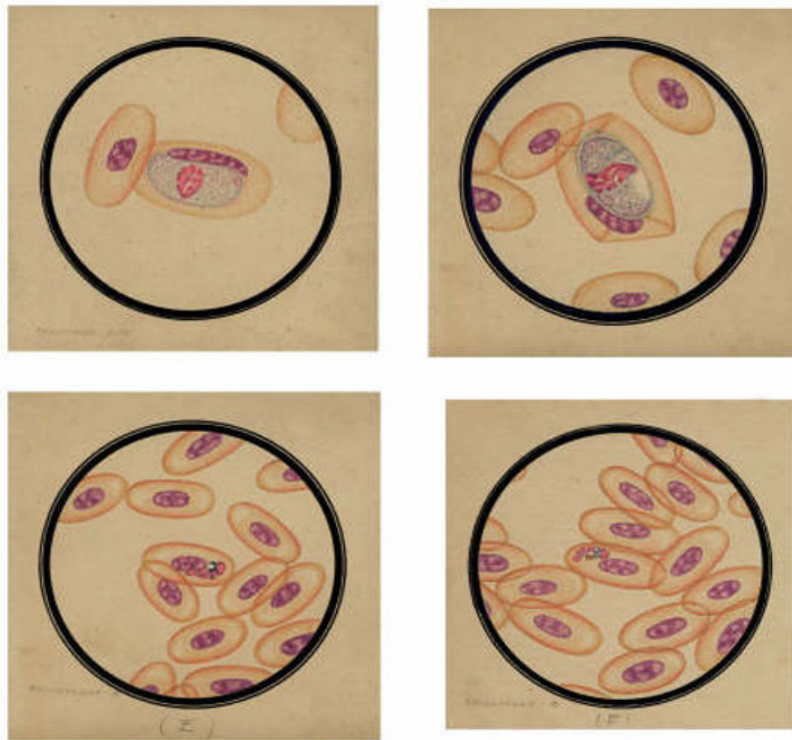


Imagem 44 - BOTELHO, Artur. Desenhos de plasmódios de lagarto (acima) e tucano (abaixo). S.l., 1952(?). Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

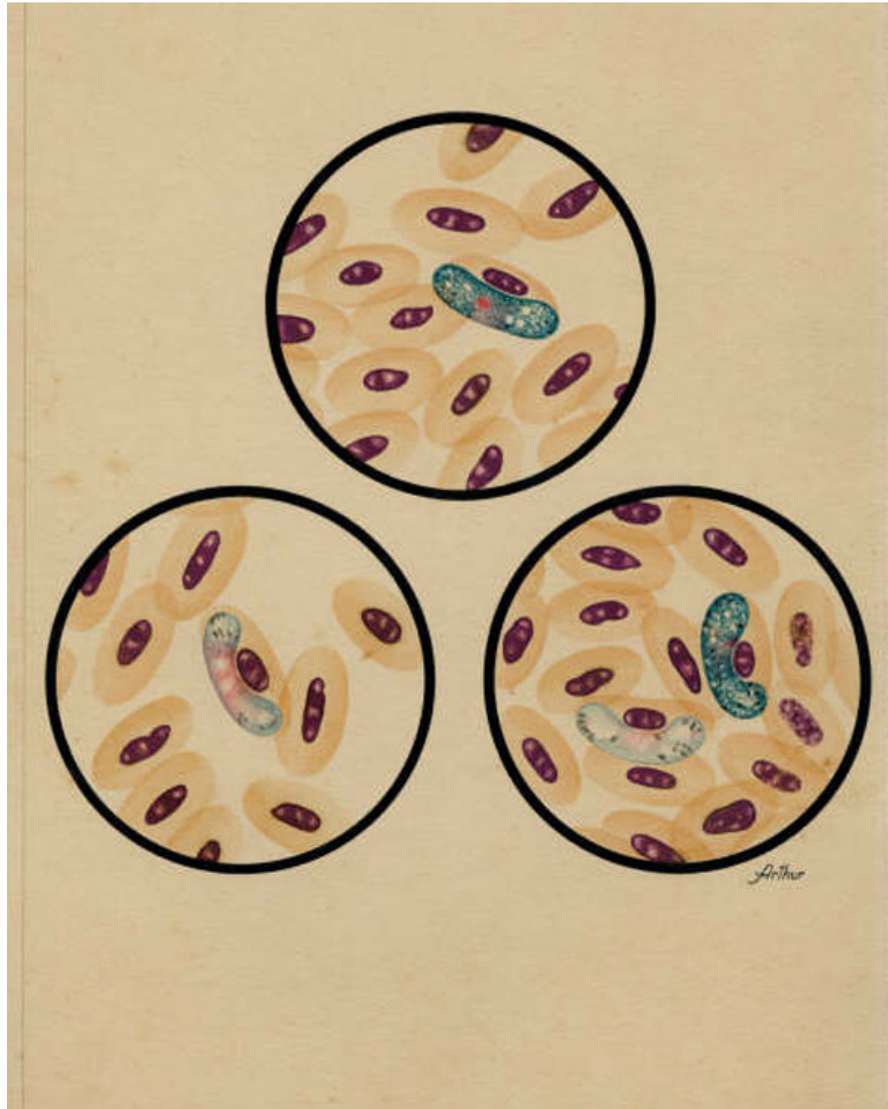


Imagem 45 - BOTELHO, Artur. Desenhos de plasmódios de cobra. S.l., s.d.. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 46 - BOTELHO, Artur. Desenhos de plasmódios. S.l., 1952. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

4.1.2- Fotomicrografias de plasmódios: as formas do invisível

A fotografia é fruto de uma conjunção de saberes de ordem técnico-científica, que foram apropriados de diferentes formas pela sociedade oitocentista. De representação fiel da natureza, substituindo com habilidade e rapidez a prática dos ‘riscadores’ e ilustradores, até a sua imponderável capacidade de iludir, garantindo às platéias educadas pela objetividade científicista, um certo encantamento mágico. Do ponto de vista da sua capacidade descritiva é atestado da existência material do mundo que antes era figurado pelo desenho e pelas palavras.

Portanto a imagem fotográfica, ao subverter todas as técnicas de descrição, de registro e de representação, ampliou a possibilidade da crença de um saber absoluto também sobre o mundo visível. Suas aplicações científicas não esperaram nem precisaram de um amadurecimento dos procedimentos técnicos, eles nasceram com a fotografia e, desde cedo, a fotografia estava presente em todos os campos do conhecimento científico.

Entretanto, o período compreendido entre 1870 e 1914, marcou uma era de desenvolvimentos e de sistematizações de uma série de iniciativas e tentativas precedentes: ele conduz ao emprego do *médium* fotográfico ao extremo de suas possibilidades, ou mesmo, num certo sentido, a ultrapassá-las.²⁹⁴

A fotografia passou a ser considerada como um instrumento absoluto das ciências da observação, ela forneceria um suplemento à descrição científica, complementando-a. Ela não reproduziria apenas o que o olho vê mas, além disso, ela permitiria ver o que o olho humano jamais veria. Para enfatizar essa idéia, Albert Londé cita a frase emblemática de um renomado astrônomo do final do século XIX, Janssen: “(...) a fotografia é a verdadeira retina do sábio.”²⁹⁵

Há bastante tempo que sabemos que a placa fotográfica não é sensível aos mesmos raios luminosos que a nossa retina, mas essa particularidade não é somente de natureza físico-

²⁹⁴ DIDI-HUBERMAN, Georges. ‘La photographie scientifique et pseudo-scientifique’. In: LEMAGNY, Jean-Claude; ROUILLÉ, André (dir.) *Histoire de la photographie*. Paris: Bordas, 1993, p. 71.

²⁹⁵ LONDÉ, Albert. *La photographie moderne*. Masson: Paris, 1896, p. 546.

química, pois encerra toda uma problemática da constituição do *saber* a partir da instrumentalização do *ver*, ela é então, feito teórico ou até mesmo um feito da civilização.²⁹⁶

Primeiro símbolo do encontro entre o homem e a máquina, a fotografia rompeu com o sistema de representação de imagens do século XIX e instaurou uma nova forma de visualidade na medida em que, pela primeira vez, no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes. Com a fotografia, a fase de concretização material realizar-se-á através de meios mecânicos e químicos.

Por outro lado, a fotografia transgrediu o regime figurativo fundado exclusivamente sobre a mão do artista. Doravante as relações tradicionais do homem com o mundo se alteram com as novidades introduzidas pela fotografia, elegendo-a um dos símbolos da modernidade.²⁹⁷

O processo de industrialização da fotografia acarretou um aperfeiçoamento técnico e ampliou seus usos: ela passou a ser utilizada na ciência, na indústria, no comércio, na arte etc. Por apresentar características como exatidão, rapidez, baixo custo e reprodutibilidade, a imagem fotográfica é incorporada pela sociedade como instrumento de documentação de eventos e obras do mundo moderno e como registro do cotidiano. Ao mesmo tempo, o surgimento de uma técnica mecânica para a produção de imagens estabelece uma nova relação entre arte e técnica, alterando a própria natureza da arte e sua função social. Para Benjamin, a fotografia rompeu com a concepção ideal de uma arte ‘pura’ – alheia a qualquer consideração técnica.²⁹⁸

Entretanto, como aponta Didi-Huberman, a fotografia é, certamente, um utensílio de objetividade extraordinariamente fecunda, mas o progresso científico ou a fecundidade produtividade de um aparelho técnico não se mede pelo seu automatismo nem pela sua suposta precisão e sim, ao contrário, pela sua margem de indeterminação.²⁹⁹ A câmera fotográfica é, antes de tudo, um instrumento de experimentação que encerra toda a variabilidade ou a relatividade dos fenômenos visíveis.

²⁹⁶ DIDI-HUBERMAN, 1993, p. 71.

²⁹⁷ MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998, p. 13

²⁹⁸ BENJAMIN, Walter. ‘A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica’. In: *Obras Escolhidas*. 2ª ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 171.

²⁹⁹ DIDI-HUBERMAN, 1993, p. 72. Sobre esta questão ver também SIMONDON, G. *Du mode d' existence des objets techniques*. Paris: Aubier-Montaigne, 1969.

Porém, no contexto positivista em que se desenvolveu, a câmera fotográfica foi tomada como o aparelho que permitiria tornar visível fotograficamente tudo o que escapava ao olho humano, tudo o que excedia a visão natural. O dispositivo fotográfico, de certa forma, prolongou os dois grandes instrumentos óticos que a revolução epistemológica do século XVII elaborou: o microscópio e o telescópio.

Partindo do infinitamente pequeno ao infinitamente grande, os álbuns de fotografias científicas desse período, manifestavam um mundo de formas onde toda noção de escala foi abolida, retirada em função de uma das grandes vantagens que a fotografia permitia, qual seja, tornar possível, a redução da amplitude de uma forma ou ao contrário, aumentá-la de acordo com a escala desejada.³⁰⁰

Sendo assim, a partir do século XIX, a ciência também começou a produzir 'imagens', informação já codificada na sua própria linguagem científica. Esse tipo de fotografia nos coloca face a face com representações que nós não conseguimos ver naturalmente ou corretamente. O elemento unificante na chamada fotografia 'científica' é, portanto, que ela nos mostra coisas em uma 'escala humana', mediadas por um instrumento. As ciências naturais rapidamente perceberam que a fotografia era um meio relativamente fácil de capturar e registrar informação.

Dessa forma, o universo 'invisível' da histologia, da citologia e da bacteriologia adquiriu um novo valor de exposição e de transmissão do saber. As obras científicas, nesse momento, substituem as tradicionais gravuras por imagens fotográficas. Essa suposta 'virtude' da fotografia de permitir 'ver o invisível', fez com que o campo de sua aplicação não cessasse de circular entre os protocolos de experimentação científica. Uma delas foi a fotomicrografia, fotografia produzida a partir de uma imagem vista através de um microscópio.

A novidade que a fotografia trouxe à investigação científica foi o poder de produzir um registro permanente, fidedigno ao que havia sido observado e que poderia ser facilmente armazenado para acesso e consulta posterior. O desenho foi substituído por uma imagem mais 'realística' obtida pelo contraste com a luz, e o desenho manual, potencialmente menos exato,

³⁰⁰ DIDI-HUBERMAN, 1993, p. 72.

foi substituído por uma imagem gráfica, mecânica e objetiva. O progresso científico dependia não somente do acesso ao invisível, mas também da transcrição correta do que havia se tornado oticamente visível – no que diz respeito à forma, diferença de material etc – e na explicação de tais diferenças. Elas são inscritas (e transcritas) em uma fotografia de maneira a reter a qualidade indeterminada/vaga/indefinida do original, permitindo a possibilidade de revisão e reinterpretação.³⁰¹

No arquivo de Rostan Soares também encontramos exemplares desse tipo de emprego da técnica fotográfica em auxílio à investigação científica. São cerca de 120 imagens, em preto e branco e de tamanhos e formatos variados (quadrados, retangulares, ovais e redondos). Da mesma forma que os desenhos científicos, essas imagens foram produzidas como decorrência das pesquisas realizadas com o objetivo de estudar e rever os plasmódios de animais nativos. Abaixo reproduzimos uma montagem aleatória de três fotomicrografias de lâminas com amostras de sangue com plasmódio.

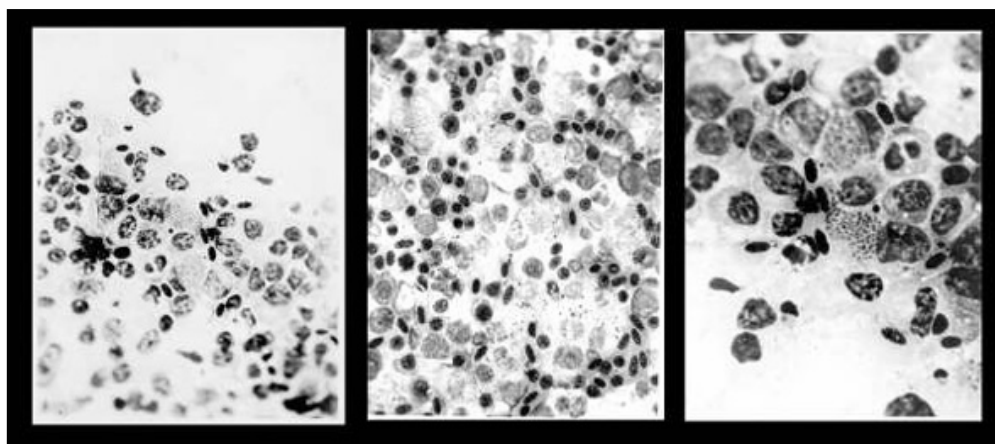


Imagem 47 - Fotomicrografias de formas encontradas no sangue circulante e esfregaços de sangue em diferentes órgãos de tucano. S.l., s.d.. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

³⁰¹ FRIZOT, Michel. 'The all-powerful eye: the forms of the invisible.' In: FRIZOT, M. *A new history of photography*. Köln: Könemann, 1998. p. 275.

4.1.3 O uso da fotografia como registro

Conforme observado ao longo deste trabalho, particularmente no segundo capítulo, o uso da fotografia como registro das obras e ações de cientistas, pesquisadores, instituições e órgãos públicos voltados para a medicina e a saúde pública tem sido muito freqüente.

Como exemplo dessa utilização da fotografia, selecionamos algumas imagens que registram as atividades desenvolvidas pelo 6º Distrito da 4ª Circunscrição do Serviço Nacional de Malária em Macaé (RJ). Uma amostra pode ser observada a seguir.



Imagem 48 - Aspecto das obras de engenharia sanitária desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Malária. Macaé (RJ), 1943. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

No entanto, desse amplo conjunto, destacamos um ‘álbum fotográfico’ que reúne e organiza as imagens produzidas para o *Relatório Anual do 6º Distrito da 4ª Circunscrição do Serviço Nacional de Malária*, do ano de 1943.³⁰² Na verdade, formalmente, esse material não se apresenta sob o formato de um álbum já que são, em sua maioria, fotografias coladas em papel cartão preto, numeradas e dispostas sequencialmente com legendas de identificação de

³⁰² Cf. Dossiê RS/DT/MA/19440824 – Pasta 15. Arquivo Rostan Soares, Série Doenças Tropicais, Subsérie Malária, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

seus conteúdos. Além destas, encontram-se também fotografias avulsas e cópias duplicatas do mesmo tipo de imagem.

Entretanto, sua forma de apresentação e o fato de várias dessas imagens integrarem o referido relatório sugerem, ao menos, um ‘projeto de álbum’. Não constam registros de autoria (assinaturas, carimbos, inscrições) nas próprias imagens nem nos documentos consultados no arquivo Rostan Soares que pudessem estar relacionados com a produção dessas imagens. Uma hipótese bastante provável é de que estas fotos tenham sido produzidas pelos próprios funcionários do SNM, prática comum nessas instituições.

São cerca de 90 imagens (entre originais e cópias), em preto e branco, contendo registros sobre a cidade de Macaé, as condições sanitárias da região, as obras de engenharia sanitária realizadas no ano de 1943, as instalações da sede do Distrito e os funcionários do SNM em atividades de pesquisa e atendimento. É importante observar que o Relatório, inclui uma extensa Introdução na qual Rostan relata suas ações desde que assumiu a chefia do distrito. O primeiro passo foi a realização um censo, para saber do nível epidemiológico da malária na região, e de uma história da malária no local. O primeiro capítulo deste relatório é dedicado à história de Macaé, desde o descobrimento do Brasil, onde o médico recupera toda a trajetória daquela região, a ocupação das terras, o período de apogeu econômico e decadência de suas fazendas. Só após esta contextualização histórica o documento passa a relatar e sintetizar as principais atividades realizadas pelo distrito.

A seguir, apresentamos algumas páginas do referido ‘projeto de álbum’, onde mantivemos as legendas originais.



Imagem 49 - Foto 1: Antiga Alfândega, últimos restos de uma fase de grande apogeu da localidade. Foto 2: A mesma Alfândega, vista de perfil, notando-se vestígios do porto, aonde atracaram as mais variadas embarcações. Foto 3: Igreja de Sta. Ana, fundada no século XIX pelos jesuítas. Em primeiro plano, o Cruzeiro desta Ordem de Jesus. Foto 4: A mesma igreja, vista de perfil com cemitério anexo. Ao fundo, nota-se a ilha de Sta. Ana, distante algumas milhas da cidade. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 50 - Foto 9: Avenida Rui Barbosa, centro comercial da cidade. Foto 10: Vista panorâmica da Avenida Presidente Sodrê, a beira rio, próxima ao mar. Foto 11: Vista de conjunto de grande parte da cidade, vendo-se ao fundo a ponte sobre o rio Macaé. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 51 - Fotos 66 e 67: Partes da confecção da ficha do doente. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

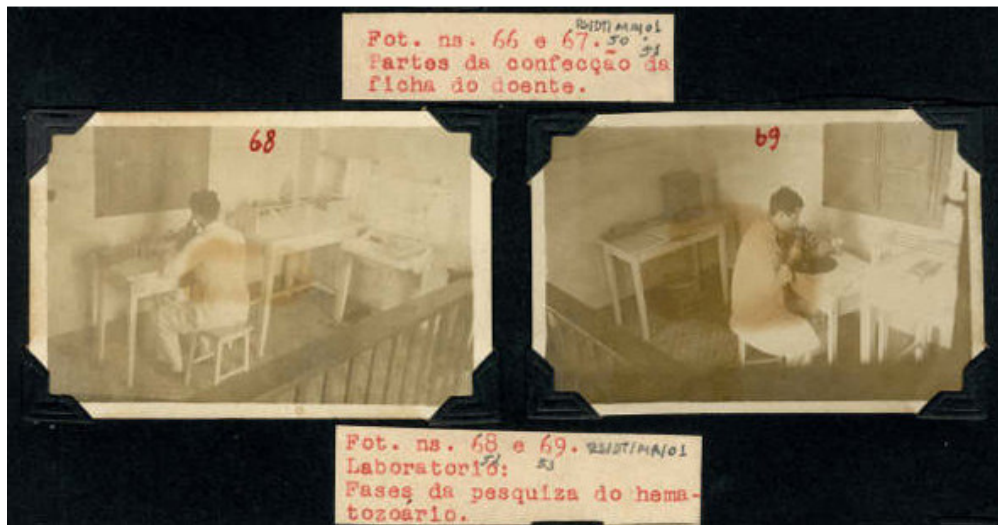


Imagem 52 - Fotos 68 e 69: Laboratório – fases da pesquisa do hematozoário. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 53 - Drenagem do Morro de Sta. Ana. Foto 1: Uma das valas de contorno do Morro de Sta. Ana, drenando águas que formavam extenso brejo. Foto 2: A vala prossegue, fazendo pequena curva, necessária. Foto 3: Atravessando pequenos sítios, ganha o brejo, já semi-seco. Foto 4: Seqüência da mesma, vendo-se ao fundo pontilhão da “Vala dos Jesuítas” aonde ela desemboca. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

4.2 Uma experiência singular: as imagens sobre a experiência do sal cloroquinado.

As fotografias tratadas nessa parte referem-se à experiência desenvolvida pelo Serviço Nacional de Malária, na década de 1950, na região Amazônica, com vistas ao desenvolvimento de um produto anti-malárico, conhecido como sal cloroquinado.

As imagens foram produzidas originariamente com a função de registro das ações de personagens e de órgãos públicos no combate à malária. Entretanto, um exame mais acurado do material possibilita a identificação não apenas de outros usos e funções atribuídos a essas fotografias como, também, a ‘revelação’ de um potencial mais rico desses registros enquanto fontes documentais, que extrapolam a mera função de registro de obras e ações públicas.

Pretendemos realizar esse exercício de análise, em consonância com as reflexões apresentadas sobre o caráter arquivístico dos documentos iconográficos, o que nos impõe a necessidade de compreender tais imagens a partir de seu contexto de produção e preservação. Ou seja, para nossa análise optamos por criar e estabelecer uma série de imagens constituídas, de forma orgânica no arquivo de um cientista voltado para estudos e pesquisas sobre a malária. A proposta é de efetuar uma análise dessas imagens à luz dos diferentes nexos existentes no arquivo pessoal de Rostan Soares, levando-se em consideração tanto seu contexto histórico quanto seu contexto arquivístico.

4.2.1 O desenvolvimento da experiência

Em 1952, a partir de um método de profilaxia medicamentosa idealizado pelo diretor do Serviço Nacional de Malária, Mário Pinotti, foram iniciadas as pesquisas experimentais – no Instituto de Malariologia - e os trabalhos de campo com vistas ao desenvolvimento de um antimalárico que solucionasse o problema endêmico na Amazônia: surgia o sal cloroquinado ou Método Pinotti, como se tornou conhecido posteriormente. Essa pesquisa foi coordenada por Rostan Soares.³⁰³

³⁰³ As informações sobre o desenvolvimento da pesquisa estão baseadas nos seguintes documentos: SOARES, Rostan. ‘Profilaxia da malária pelo sal cloroquinado – Método Pinotti’ – RS/PI/TP/90002040/3; SOARES, Rostan. ‘O controle da malária pelo sal cloroquinado’. RS/PI/TP/90002040/1; SOARES, Rostan. ‘Objetivo das

Dada a dificuldade de utilização do método clássico da administração periódica de drogas antimaláricas em populações em vastas áreas rurais, o método propugnava a mistura de difosfato de cloroquina com o sal de cozinha, para ser distribuído, por vários meios, às populações das regiões endêmicas, em especial na Amazônia, onde vivia uma população espalhada, sem pouso fixo, ao longo da vasta rede de cursos d'água, muitas vezes de difícil acesso.

Além disso, os hábitos do principal mosquito transmissor na região dificultavam o uso eficiente do DDT e de outros inseticidas nas moradias utilizadas por essa população. O objetivo era substituir o sal comum, utilizado na alimentação diária, pelo sal cloroquinado, do mesmo modo que já se preconizava método idêntico na profilaxia do bócio endêmico, com o uso do iodeto de sódio. Esse método e a estratégia utilizadas foram publicados por Pinotti na *Revista Brasileira de Medicina*, em abril de 1953.³⁰⁴

Todo o processo de formulação e emprego do sal como antimalárico, nas suas diversas fases, encontra-se minuciosamente registrado no arquivo de Rostan Soares através de correspondência, cadernos de laboratório, memórias, relatórios, trabalhos científicos e fotografias.

Como documento fundamental para nossa análise tomamos o texto '*O sal de cozinha como veículo de medicamentos antimaláricos: um método brasileiro de profilaxia do impaludismo. Sua importância na erradicação da doença*', memória inédita apresentada por Mário Pinotti, em 1957, para concorrer a uma vaga de membro titular da Academia Nacional de Medicina, ricamente ilustrado com fotografias, no qual o método é minuciosamente descrito.

pesquisas sobre o sal cloroquinado e programa adotado nas observações com doentes de malária hospitalizados'. Separata n. 5. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Higiene, Belém (PA), jan. 1955. RS/PI/TP/19550109/1; PINOTTI, Mário; SOARES, Rostan. 'A erradicação da malária com o sal cloroquinado'. Trabalho posteriormente publicado na *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. RS/PI/TP/19562040; DAMASCENO, R.M.G. 'Aspectos do sal cloroquinado no combate à malária'. RS/PI/TT/90002040/6; PINOTTI, Mário. 'O sal de cozinha como veículo de medicamentos antimaláricos: um método brasileiro de profilaxia do impaludismo. Sua importância na erradicação da doença.' Memória inédita apresentada, em 1957, para concorrer à vaga de membro titular à Academia Nacional de Medicina. Foram utilizados também os seguintes textos: MORAES, Hélbio Fernandes. *SUCAM: sua origem, sua história*. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. 2 v.; PINOTTI, Mário. *Vida e morte do brasileiro (saúde e doença no Brasil)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1959.

³⁰⁴ PINOTTI, Mário. 'Novo método de controle da malária pelo emprego de medicamento misturados ao sal de cozinha, utilizado na alimentação diária.' *Rev. Bras. Med.*, v. 10, n. 4, p. 241-6, 1953.

As pesquisas para verificação da viabilidade do uso da cloroquina, misturada ao sal de cozinha na alimentação diária, foram realizadas abrangendo dois aspectos gerais: testes físico-químicos, para comprovar a resistência da mistura à degradação, à longa armazenagem, à cocção com os alimentos e sobre a ação de grandes variações do ph; e experiências do produto, como antimalárico, em doses que possibilitassem o emprego econômico e em longos períodos. Além desses dois aspectos:

“(…) tivemos que pesquisar vários outros detalhes, tais como a dose cumulativa, os fenômenos secundários, que porventura a mistura produzisse, a eliminação e a dose útil do medicamento, o paladar, modo de distribuição e diversos problemas que surgiram no decurso das pesquisas. O resultados desses trabalhos, desde o seu início, constituíram objeto de diversas publicações sobre o novo método.”³⁰⁵

Os testes físico-químicos realizados inicialmente demonstraram que o sal cloroquinado resistia, por longo tempo, à armazenagem e às as condições de cozimento, sem que houvesse alterações do medicamento, o que teria evidenciado estabilidade química suficiente para que fosse empregado na mistura com o sal de cozinha utilizado na alimentação diária.³⁰⁶

As pesquisas sobre o sal cloroquinado como antimalárico foram realizadas em dois sentidos: em primeiro lugar, observações do seu emprego em doentes de malária, hospitalizados no Distrito Federal e, em segundo, o emprego da mistura em condições naturais, em zonas endêmicas do país. As experiências nos hospitais, iniciadas em meados de 1952, foram realizadas nos Hospitais de Neuro-Sífilis e Pedro II do Serviço Nacional de Doenças Mentais e no Hospital Evandro Chagas, do Instituto Oswaldo Cruz, pertencentes ao Ministério da Saúde. Pelo relato contido nos documentos existentes no Arquivo Rostan Soares, a experiência foi considerada bem sucedida:

³⁰⁵ PINOTTI, Mário. *‘O sal de cozinha como veículo de medicamentos antimaláricos: um método brasileiro de profilaxia do impaludismo. Sua importância na erradicação da doença’*, p. 7. RS/PI/TT 19572040. Arquivo Rostan Soares, Série Produção Intelectual, Subsérie Trabalhos Próprios, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

³⁰⁶ Id., ib., p. 8.

“Ao terminarmos a exposição dos resultados observados com a aplicação das diversas doses de cloroquina no tratamento de doentes de malária hospitalizados, um dos fatos, que ressaltam à primeira vista, além dos ótimos resultados obtidos, é a diversidade de ação do medicamento diante da infecção produzida por inoculação direta do plasmódio por sangue de doente a doente. (...) Contudo, após um período de medicação que não excedeu de três meses, condicionado às recaídas, todos ficaram definitivamente curados, o que ficou bem evidente num controle parasitológico que se estendeu por mais de dois anos.”³⁰⁷

Além dessas experiências, foram pesquisadas a concentração da cloroquina no plasma sanguíneo, como também, sua eliminação na urina e no leite materno e a possibilidade de atravessar a circulação placentária. As pesquisas sobre a eliminação do medicamento no leite materno e sobre a eliminação da cloroquina através da circulação placentária foram realizadas em três maternidades do Distrito Federal.

Obtidos os primeiros resultados conclusivos sobre a mistura de cloroquina ao sal de cozinha, foi iniciada a sua experimentação no campo. O objetivo era observar, *in loco*, em condições naturais de uso, como o sal cloroquinado se comportava como meio de profilaxia antimalárica.³⁰⁸ Estas pesquisas de campo tinham como finalidade primária confirmar os resultados obtidos nos hospitais com as diferentes doses pesquisadas do sal cloroquinado. Mostrariam os seus efeitos em populações de zonas malarígenas, que passariam a usar somente essa mistura na alimentação. A distribuição do sal cloroquinado, inicialmente, era feita aos comerciantes residentes pela troca do sal em estoque, como também aos particulares, moradores das áreas em experiência, aos quais era fornecido, gratuitamente, o produto, em troca do sal comum.

Aos atacadistas, fornecedores das regiões sob controle, procurava-se solicitar a colaboração para que não vendessem sal comum às áreas em observação. Posteriormente, a troca de casa em casa foi substituída pela permuta do sal cloroquinado, unicamente, com os comerciantes locais. Durante o período das experiências de campo foram suspensos, definitivamente, quaisquer fornecimentos de antimaláricos às localidades pesquisadas. Quando a distribuição do sal de casa em casa era empregada, o consumo de sal cloroquinado era controlado por visitas periódicas, quando então era feita a pesagem do sal em estoque,

³⁰⁷ Id., ib., p. 19

³⁰⁸ Id., ib., p. 23.

cujos gastos eram prontamente repostos. Cada casa tinha sua ficha de consumo. Além disso, a presença da cloroquina no sal era testada periodicamente.

A experimentação do sal cloroquinado no campo foi inicialmente realizada em três áreas do país: uma zona central do Estado do Pará; localidades litorâneas do Estado do Maranhão e ilhas da costa do Paraná. Eram zonas onde a população nunca fora protegida por inseticidas de ação residual (DDT) e serviços de medicação específica.

A primeira experiência no campo foi feita na área do Rio Capim, município do mesmo nome do Estado do Pará, entre as vilas de Aningal e Kiandêua. Estes trabalhos foram realizados entre julho de 1952 e maio de 1953, quando o uso do sal foi interrompido. Entre 1955 e 1956, foi reiniciado o emprego do método inclusive, em outras regiões do país, como Amapá, Minas Gerais, Santa Catarina, Rondônia.³⁰⁹

4.2.2 'As imagens do sal'

Os primeiros anos das experiências, entre 1952 e 1953, encontram-se documentados através de registros fotográficos que cobrem desde as observações com doentes hospitalizados e todo o processo em zonas endêmicas, que envolvia os inquéritos epidemiológicos³¹⁰ e a produção, o transporte e a distribuição do antimalárico à população. Das três áreas escolhidas para os testes, não encontramos registros fotográficos somente sobre a experiência no Maranhão.

No entanto, o material referente aos estados do Pará e Paraná configura uma notável síntese dos primeiros anos deste experimento. Estes mesmos conjuntos revelam a capacidade de mobilização de recursos e de estrutura operacional de que dispunha o Serviço Nacional de Malária para as pesquisas e, sobretudo, o emprego do método em condições naturais, em

³⁰⁹ Cf. PINOTTI, 1957, p. . RS/PI/TT 19572040. Arquivo Rostan Soares, Série trabalho Intelectual, Subsérie Trabalhos Próprios, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

³¹⁰ Levantamento epidemiológico feito por meio de coleta ocasional de dados, quase sempre por amostragem, e que fornece dados sobre a prevalência de casos clínicos ou portadores de doenças, em uma determinada comunidade. Organizado por LEITE, Érida Maria Diniz (org). *Dicionário Digital de Termos Médicos*. Disponível em <http://www.pdamed.com.br/diciomed/pdamed/>. Acesso 10 de agosto 2007.

zonas endêmicas, em diferentes regiões do país. Para nossa análise, tomamos como fonte privilegiada o conjunto articulado de cerca de 60 fotografias referentes à atividade de campo realizada no estado do Pará que se constitui, como o microcosmo do ensaio com o sal cloquinado, abrangendo todo o processo que envolvia os inquéritos epidemiológicos, a produção, o transporte e a distribuição do antimalárico à população.

Dessa forma, o transporte aéreo e o uso combinado de lanchas do próprio Serviço com pequenos barcos, a instalação de estruturas de produção do sal e a mobilização de equipes para distribuição do medicamento e realização de inquéritos epidemiológicos, são aspectos contemplados por essas imagens que foram produzidas entre 1952 e 1953.

A seguir apresentamos uma série de imagens selecionadas para fundamentar nossas reflexões.



Imagem 54 - Vista panorâmica da região Amazônica. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 55 - Avião do Serviço Nacional de Malária sobrevoando a região Amazônica. Pará., entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 56 - Chegada do avião do SNM ao estado do Pará. Entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 57 - População, aguardando atendimento durante inquérito epidemiológico realizado pelo SNM. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 58 - O médico Rostan Soares durante inquérito epidemiológico realizado pelo SNM na Região Amazônica. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 59 - População aguardando atendimento durante inquérito epidemiológico. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 60 - Rostan Soares examinando criança. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 61 - Vista de moradias à margem do Rio Capim. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 62 - Habitação típica da Região Amazônica. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 63 - Moradores da região de Capim, município do Pará. Entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 64 - Funcionários do Serviço Nacional de Malária durante inquérito epidemiológico realizado no Pará. Entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 65 - Inquérito epidemiológico realizado pelo Serviço Nacional de Malária. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 66 - Montagem de fotografias sobre a preparação do sal cloroquinado. Pará, entre 1952 e 9153. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 67 - Preparação do sal cloroquinado. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

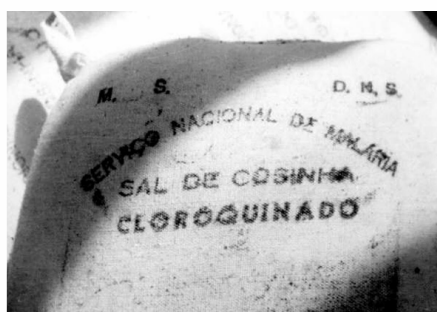


Imagem 68 - Sal cloroquinado ensacado. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 69 - Transferência do sal cloroquinado para embarcações menores durante a distribuição do produto. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



Imagem 70 - Distribuição do sal cloroquinado. Pará, entre 1952 e 1953. Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

A série de imagens fotográficas foi apresentada, intencionalmente, numa seqüência que, de certa forma, constrói uma narrativa visual quase que autônoma. Ela parece ‘contar’, a partir das próprias imagens, uma ‘estória’. Nesse sentido, as fotografias desempenham, de forma impecável, aquela que acreditamos ter sido sua função originária, ou seja, a razão principal de sua criação: o registro documental, dialogando com a cultura visual de uma época, marcada pela presença significativa das fotorreportagens, nos semanários ilustrados.

Entretanto, nossa proposta de trabalho é compreender essas imagens como documentos oriundos das práticas científicas, produzidas ao longo do processo de observação, reflexão e experimentação tanto das atividades de pesquisa em laboratório quanto dos trabalhos de campo e, claro, de registro dessas práticas. Como vestígios, como testemunhos do processo de produção do conhecimento científico e da ação do poder público que, como tais merecem ser problematizados. Trata-se aqui de refletir sobre a fotografia a partir da noção de ‘documentos intermediários’, ou seja, as imagens desempenham o papel de mediadora entre o consumidor deste registro e o mundo que representam.³¹¹

Dentro dessa perspectiva de análise, é preciso ter cuidado para não assumir uma postura freqüente de ‘mitificação das imagens’ pela qual as representações visuais – sejam fotografias, gráficos, diagramas ou desenhos – seriam dotadas de um potencial e de um

³¹¹ Cf. Capítulo 1, subcapítulo 1.6 *Instituições científicas, história da ciência e memória científica*.

significado histórico autônomos, como se pudessem ser isoladas de seus contextos pragmáticos de produção, circulação e divulgação.

Nesse sentido, é importante observar que as fotografias sobre a experiência de campo do sal cloroquinado foram produzidas e acumuladas como resultado de atividades e funções institucionais e profissionais e, portanto, devem ser ‘recontextualizadas’ levando-se em consideração, além das práticas que as originaram, todo o processo de produção de sentido relacionado à sua publicização, consumo e leitura, que pode variar em função de contextos históricos e científicos.

Torna-se necessário problematizar, como apontamos no capítulo anterior, tais imagens à luz das discussões sobre a especificidade dos arquivos resultantes das atividades científicas, realizadas em instituições do Estado e exercidas por profissionais contratados e designados para atuarem como agentes do desenvolvimento científico e tecnológico.

As representações visuais científicas têm pouco significado fora das atividades complexas nas quais estão situadas. Os cientistas produzem e utilizam diversas formas de representação visual em anotações, arquivos, textos, relatórios, ou comunicações e as usam no curso de uma série de atividades. Muitas vezes desenvolvem diferentes trabalhos com uma mesma imagem.

Uma leitura cuidadosa desse tipo de material requer que deixemos de lado a idéia das representações visuais como imagens transparentes de objetos e idéias e que dediquemos uma atenção especial às superfícies nas quais tais representações estão inscritas e as traduções que elas experimentam quando transferidas de uma atividade à outra, ou seja, o processo pelo qual essas imagens tomam significado. Dentro dessa linha de reflexão, gostaríamos de chamar a atenção para alguns aspectos que envolvem a produção e a divulgação dessas imagens.

Conforme já relatamos anteriormente, esse material, produzido entre 1952 e 1953, não contém nenhum tipo de registro de autoria (assinatura, carimbo de agência ou estúdio fotográfico). Uma incursão minuciosa pela documentação textual do arquivo de Rostan

Soares - incluindo pesquisa nos inúmeros relatórios, diários, correspondência etc - e nos textos de referência sobre o tema, não localizou qualquer informação sobre esse trabalho.


É possível que as imagens tenham sido realizadas pelos próprios funcionários do SNM, fato bastante comum conforme já vimos nas instituições de pesquisa e de implementação de políticas públicas de saúde. Entretanto, a qualidade técnica das imagens, o tipo de enquadramento – desde panorâmicas até *closes* - e outros elementos formais das imagens sugerem que podem ter sido feitas por fotógrafos profissionais. Essa era uma prática também freqüente nas instituições governamentais.³¹²

A preocupação no registro minucioso das moradias, da população e de cada uma das etapas envolvidas na experiência de campo, ressalta a dupla função/inserção que as imagens apresentam nas ciências biomédicas atuando tanto como técnica auxiliar das pesquisas e experimentos, quanto como registro e testemunho das obras e realizações do saber médico e científico. Outro aspecto a ser observado diz respeito à multiplicidade de usos e significados que essas imagens podem assumir. Como exemplo, mencionamos o fato de que, parte das fotografias produzidas por ocasião do desenvolvimento da experiência de campo no Pará, foi utilizada anos depois para ilustrar a memória '*O sal de cozinha como veículo de medicamentos antimaláricos: um método brasileiro de profilaxia do impaludismo. Sua importância na erradicação da doença*'. Nossa opção por utilizar aqui o trabalho de Pinotti, homem público em busca de afirmação de seu espaço no cenário científico e político nacional, como o documento de síntese sobre a experiência do sal cloroquinado foi uma estratégia para demonstrar essa multiplicidade dos usos das representações visuais.

³¹² A arregimentação de fotógrafos para atuarem em missões específicas ocorreu em várias esferas durante a primeira metade do século XX, sendo um exemplo notório a contratação, pelo então recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / SPHAN (1938), de um grupo de fotógrafos, brasileiros e estrangeiros, para efetuarem um levantamento fotográfico dos bens culturais considerados de valor para tombamento no território nacional. Essa missão congregou profissionais de diversos ramos da atividade fotográfica, que atuaram também em outros projetos que envolviam produtos de comunicação visual desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas. Conferir, a respeito de um desses projetos o trabalho de Lacerda, Aline Lopes de. *Fotografia e discurso político: uma análise do projeto editorial Obra Getuliana*. Dissertação (mestrado), Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ, 1998.

É necessário ressaltar que esse fato só pôde ser verificado a partir do confronto entre as imagens e os documentos textuais que integram, de forma orgânica, o Arquivo Rostan Soares, reafirmando, no nosso entender, a importância da contextualização arquivística dos registros documentais – independente do suporte – provenientes da atividade científica e do sentido de complementaridade e intertextualidade entre os diversos tipos de fontes históricas.

A seguir, apresentamos três páginas da ‘Memória Inédita’ de Pinotti apenas para dar uma noção do formato do documento e da ‘nova’ inserção das imagens fotográficas nesse ‘novo’ contexto.



O SAL DE COZINHA COMO VEÍCULO DE MEDICAMENTOS ANTIMALÁRICOS:
UM MÉTODO BRASILEIRO DE PROFILAXIA DO ESPALIDUMO.
SUA IMPORTÂNCIA NA ERADICAÇÃO DA DOENÇA.

Mário Pinotti

Diretor Geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais
Ministério da Saúde e

Membro do "Panel of Experts on Malaria" da Organização Mundial de Saúde



Imagem 71 Capa

4

4. - Áreas de grande extensão territorial e com baixa densidade demográfica, onde, além das longas distâncias entre as casas, haja falta ou escassez de meios de transporte, tornando o trabalho de dedetização muito dispendioso, penoso e, às vezes, quase impraticável (Região Amazônica).

Estas 4 situações, acima referidas, resultando em falhas do método das dedetizações domiciliares, nos compeliram a procurar uma nova medida profilática, que completasse a vasta obra já realizada no combate da malária no Brasil.



Imagem 72. Página 4 das Memórias onde está inserida a primeira foto do trabalho que também foi a primeira imagem apresentada na nossa seqüência. Aqui a legenda é: 'A Região Amazônica, com seus numerosos cursos d'água'.

2. - Dissolver 400 comprimidos de cloroquina de 0,25 g (0,10 g/base) em 400 ml. de água. Misturar essa massa com aproximadamente, 1 kg de sal seco e, em seguida, adicionar essa mistura aos 19 kg restantes de sal seco.



Misturando o sal de cozinha com a cloroquina

3. - Misturar por 10 a 15 minutos no misturador manual.

4. - Condiicionar o sal cloroquinado em sacos de 5 kg.

Essa mistura era fabricada no próprio local, ou próximo à região onde ia ser distribuída, empregando-se aparelhamento simples e de fácil aquisição.

Atualmente, essa técnica foi modificada em parte, sendo adotados os seguintes detalhes na confecção do sal cloroquinado, consistindo de duas etapas:

Imagem 73. Página 26 onde uma das imagens da nossa montagem, é utilizada como ilustração para as etapas de preparação do sal cloroquinado.
 Legenda: 'Misturando o sal de cozinha com a cloroquina'.

Para Santos, o ‘sal cloroquinado’ pode ser considerado um fato científico socialmente construído num determinado contexto político e científico. A capacidade de mobilização de estruturas e recursos no setor da saúde pública gerou investimentos em estudos e experiências científicas que se prolongaram por uma década. Integrantes de uma rede de atores e instituições que protagonizaram inúmeras ações públicas no campo da saúde pública nas quais se insere a experiência do sal cloroquinado, Rostan Soares e Mário Pinotti, entre outros, personagens de uma história que envolveu vários ingredientes e facetas da atividade científica.³¹³

As conclusões relatadas por Pinotti na sua ‘*Memória Inédita*’ são otimistas:

“Pelos resultados obtidos, tanto em doentes hospitalizados, como no campo, verifica-se que o sal cloroquinado sempre se apresentou como medida eficaz no combate à plasmodiose. Por outro lado, o seu prolongado da mistura, como antimalárico, não motivou o aparecimento de sinais de toxidez, pelo acúmulo do medicamento. (...) Desse modo, o uso do sal cloroquinado, representa um novo método de profilaxia antimalárica, que preenche todos os requisitos necessários a ser usado como meio mais eficiente no combate à malária residual, que persiste em certas regiões do país, e onde os métodos até então postos em uso, não alcançaram resultados completos e em outras áreas onde a aplicação de inseticidas é muito onerosa e, às vezes impraticável. (...) Ao terminarmos o presente trabalho, queremos ressaltar que o sal cloroquinado, possibilitou, pela primeira vez, o uso de drogas antimaláricas para a profilaxia, em massa, do impaludismo, evidenciando o excepcional valor desse método, genuinamente brasileiro.”³¹⁴

O ‘Método Pinott’ foi apresentado em inúmeros congressos nacionais e internacionais e era considerado por muitos, nas décadas de 1950 e 1960, como a grande contribuição brasileira à malariologia.³¹⁵ A distribuição gratuita de sal de cozinha

³¹³ SANTOS, 2002, p. 53; Id., 2005

³¹⁴ Id., 2002, p. 61.

³¹⁵ Como exemplos, podemos citar: PINOTTI, M. ‘Chemoprophylaxis of malaria by the association of an antimalarial drug to the sodium chloride used daily in the preparation of meals.’ V Congresso Internacional de Medicina Tropical e Malária. 5º, 1953, Istambul. ; PINOTTI, M.; SOARES, R.; PAULINE, E. e VINHA, C. ‘Experiência com o sal cloroquinado em doentes hospitalizados.’ Congresso Brasileiro de Higiene. 12º, 1955, Belém. Arquivo Rostan Soares, Série Doenças Tropicais, Subsérie Malária, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. Durante conferência proferida no 10º Congresso Brasileiro de Higiene, em Belo Horizonte, em outubro de 1952, Carlos Alvarado, diretor geral de Saúde Pública da Argentina, reflete o entusiasmo pela nova forma de combate à malária ao considerar que estaria assim descoberto o procedimento para dominar a malária onde os inseticidas não fossem eficazes. ALVARADO, Carlos Alberto. ‘Progressos de

cloroquinado às populações da região Amazônica passou a ser preconizada como estratégia central de controle da malária no Brasil. A expectativa era o desaparecimento das fontes de infecção na população que utilizasse o sal cloroquinado, com a interrupção da transmissão no período de três a quatro anos, esgotando-se os parasitas nos portadores.³¹⁶

A repercussão do ‘método’ ocorreu não apenas entre os pares do meio científico, ele foi amplamente divulgado nos periódicos de maior circulação na capital da República à época, tais como *O Globo*, *A Noite* e a *Notícia*, com manchetes anunciando a “nova descoberta da ciência brasileira” e a “cura definitiva do mal”, no caso, a malária.³¹⁷

Hochman observa que os primeiros anos da década de 1950 pareciam promissores, no Brasil e no exterior, para programas voltados ao combate às doenças endêmicas, em particular a malária. A erradicação da doença estava no topo da agenda sanitária de governos e de agências internacionais envolvidas com saúde tais como a Organização Mundial de Saúde (OMS), Oficina Sanitária Pan-Americana (OSP) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).³¹⁸

O entusiasmo pelos inseticidas e pela quimioterapia – além do fato de que os mosquitos estavam se tornando resistentes ao DDT – criaram uma situação na qual governos, agências internacionais e a comunidade de malariologistas concordaram que o melhor caminho para a resolução do problema da malária era a adoção de um programa global e urgente de erradicação da doença.³¹⁹

Logo, a avaliação positiva dos resultados, preconizada por seus idealizadores, realizadores e entusiastas, levaria a experiência do sal cloroquinado na Amazônia estender-se até meados da década de 1960. No entanto, a resistência cada vez maior dos

la lucha antimalarica em el continente’. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. v. 4, n. 4, out.1952.

³¹⁶ HOCHMAN, Gilberto. ‘From Autonomy to Partial Alignment: National Malaria programs in the Time of Global Eradication, Brazil, 1941-1961’. *Canadian Bulletin of Medical History*, 25 (1), p. 14, 2008.

³¹⁷ A subsérie Recortes de Jornais, da Série Impressos, do Arquivo Rostan Soares, contém farto material sobre o assunto.

³¹⁸ HOCHMAN, 2008, p.16.

³¹⁹ Id., ib., loc. cit.

plasmódios à cloroquina, aliada a outros fatores, parece ter inviabilizado a continuidade de sua utilização junto ao sal.

É importante observar que, dois anos antes da Memória ‘inédita’ de Mário Pinotti, Rostan Soares, seu principal colaborador e coordenador dos testes físico-químicos de laboratório e das experiências de profilaxia com doentes hospitalizados, foi agraciado com o 1º prêmio Mário Pinotti da Academia de Medicina pelo trabalho “*Sal cloroquinado, novo método de profilaxia da malária*”.³²⁰

‘De volta ao mundo das imagens’, gostaríamos de retomar algumas considerações com relação às fotografias do sal cloroquinado. Em primeiro lugar, julgamos necessário reafirmar a importância atribuída à imagem fotográfica na produção e legitimação do conhecimento científico, amplamente utilizada na divulgação da experiência, a partir das imagens da experiência do sal cloroquinado.

Além disso, gostaríamos de apontar outras questões sugeridas pela análise do material, que necessitam de um maior aprofundamento. Um dos aspectos que nos chamou a atenção diz respeito à estética de construção das imagens e à preocupação com a constituição de uma narrativa fotográfica nas imagens da experiência do sal cloroquinado na Amazônia, que remetem a uma provável influência da linguagem fotojornalística das revistas ilustradas, justamente no bojo do processo de massificação dos meios da cultura visual verificado no período.

A idéia de movimento, de dinâmica, de captura de um flagrante - mesmo que esse ‘instantâneo’ tenha sido previamente arranjado -, presente nas fotografias da experiência de campo com o sal cloroquinado no Pará, é um dos traços marcantes da concepção de fotorreportagem introduzida no Brasil pela revista *O Cruzeiro*³²¹, nos anos 1940.

Com relação ao caráter de registro das imagens, podemos apontar o potencial informativo encerrado nessas fotografias, mediante a realização de um ‘inventário’ das

³²⁰ Ver RS/PI/TT 19552040. Dossiê RS/PI/TT 19552040 – Pasta 15. Arquivo Rostan Soares, Série Produção Intelectual, Subsérie Trabalhos Próprios, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

³²¹ Sobre o tema ver COSTA, Helouise. “Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo”. Tese. Faculdade Arquitetura e Urbanismo / USP. 1998.

condições sanitárias da população daquela região. Inventário esse inexistente nos documentos textuais do arquivo já que os diários, relatórios e documentos exaustivamente descritivos (sob o ponto de vista técnico-científico) do trabalho de campo com o sal cloroquinado no Pará, não trazem dados sobre os aspectos de caráter sócio-econômico envolvendo a população atingida pela experiência. Algumas pistas sobre esses aspectos podem ser obtidas a partir das imagens.

Por último, gostaríamos de apontar questões referentes às potencialidades desse material na construção de representações sobre o Brasil. É importante pensar essas imagens dentro do contexto mais amplo de implantação de políticas públicas de saúde, no qual o combate às endemias rurais era um elemento fundamental para os projetos de desenvolvimento econômico do país e as populações rurais eram tomadas como alvo preferencial do processo de expansão da autoridade pública e de consolidação do estado nacional.

As imagens referentes à experiência do sal cloroquinado na Amazônia – importante parcela do território brasileiro a ser integrado ao processo de desenvolvimento global do país – revelam aspectos sobre a maneira como as populações rurais da região eram vistas e representadas pelos atores e instituições que protagonizaram inúmeras ações públicas no campo de saúde no período.

O conjunto analisado aponta para os diferentes usos e funções da fotografia na prática científica. Por um lado, serve ao registro detalhado de procedimentos e experimentação, atuando como uma memória visual que protocola e sistematiza resultados de experiências realizadas, por outro, cria uma narrativa visual em estreito diálogo com a fotografia de documentação social, na qual o cientista assume o lugar de agente civilizatório de um Brasil já descoberto, mas que necessita ser curado e saneado.

CONCLUSÃO

Esta tese teve por objeto o estudo dos aspectos históricos das ações e campanhas de controle e erradicação da malária no Brasil do século XX, especificamente no período compreendido entre as décadas de 1910 e 1960, tendo como pressuposto básico a idéia de que elas foram fundamentais para a constituição dos aparatos institucionais de saúde pública no país.

Nossa orientação foi analisar as ações de combate à malária a partir da utilização de documentos e, em especial, fotografias, produzidos em decorrência destas campanhas de saúde pública. Tal proposta teve por intuito acompanhar as estratégias utilizadas no combate à malária, seu papel na constituição de uma política nacional de saúde pública e a influência dos processos de construção do conhecimento científico, desenvolvidos dentro de conjunturas e contextos específicos no país, que moldaram a concepção e implementação de tais campanhas.

Como universo de fontes para nossa pesquisa utilizamos o vasto material fotográfico encontrado no acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O Departamento de Arquivo e Documentação desta instituição tem sob sua guarda um acervo valioso sobre a história da saúde e das ciências biomédicas no país, oriundo tanto de instituições como de médicos e/ou cientistas ligados à temática. A documentação iconográfica pertinente aos acervos Belisário Penna, Fundação Rockefeller, Serviço Nacional de Malária e Serviço Especial de Saúde Pública – SESP constituem-se fonte privilegiada sobre algumas das principais campanhas de combate à malária implementadas no período.

O uso da imagem como fonte para o nosso trabalho levou-nos a refletir mais detidamente sobre o sentido e o significado dos arquivos científicos contemporâneos, percurso essencial para compreendermos o estatuto dos documentos iconográficos, em nosso caso àqueles referentes à malária, dentro desse contexto de produção. Logo, foi necessário que tentássemos identificar e analisar os diversos usos e funções exercidas pelas imagens ao longo da história visual da malária, o que nos permitiria perceber sua

importância no contexto mais amplo de desenvolvimento das pesquisas e atividades científicas e, ainda mais, sua relação com os atores e instituições por elas responsáveis.

Para análise deste material partimos da premissa de que a memória científica no Brasil foi sendo construída ao longo do processo de institucionalização das Ciências, como espaços legítimos de produção de um saber sobre os problemas nacionais. Modelo representativo deste processo seria o Instituto Oswaldo Cruz, tomado como um dos lugares de memória da ciência no Brasil, cuja trajetória foi objeto de nossa análise. A garantia da legitimidade desses espaços de saber obrigou a elaboração de uma memória definida pelos seus agentes, suportes e representações.

Se, por um lado procuramos analisar as estratégias de institucionalização do saber científico, suas práticas e representações, tal orientação de nossa investigação visava compreender o papel de que se imbuíu o Instituto Oswaldo Cruz como um lugar de monumento da ciência. Seria a partir deste enfoque que buscamos refletir sobre a relação entre instituições científicas; a produção e acumulação de informação em suportes variados sobre as atividades desenvolvidas; e sua afirmação como espaço de constituição de memória.

Em seguida, analisamos diversos aspectos das campanhas de combate à malária durante a primeira metade do século XX no Brasil, dentro de um contexto mais amplo de gênese de uma política de saúde pública de âmbito nacional. Nossa proposta foi perceber não apenas os diferentes sistemas cognitivos que foram mobilizados para o controle da malária, como também as mudanças na abordagem e estratégias de combate à doença entre as décadas de 1910 e 1950.

Procuramos acompanhar tal discussão com registros fotográfico dos acervos de Belisário Penna e da Fundação Rockefeller, que permitiu-nos apreender as principais estratégias, tecnologias e técnicas utilizadas no combate à doença. As imagens constituem-se uma crônica das mudanças da política de saúde pública no país, documentam momentos distintos que revelam as formas de organização e planejamento do combate à malária, a própria história da institucionalização da campanha contra a doença no país e a criação do primeiro serviço especificamente constituído com essa finalidade.

Paralelamente ao esforço de análise dos diferenciados conjuntos de imagens, em relação com os contextos históricos específicos e os modelos e estratégias de campanhas utilizados, consideramos ainda, de grande pertinência, confrontá-los com a própria história do *medium* fotográfico no século XX. Nosso objetivo foi acompanhar, através da observação de seus elementos técnicos, formais e estéticos, as mudanças de formas e parâmetros de representação assumidos pelas imagens ao longo desse período.

Por fim, para melhor fundamentar nossas reflexões, tomamos como estudo de caso, o arquivo do médico e pesquisador Rostan Soares, na nossa avaliação, exemplar da multiplicidade de usos e funções que as imagens assumem num arquivo oriundo de práticas científicas. Procuramos desenvolver nossa análise levando em consideração que as representações visuais decorrentes de tais práticas, só podem ser compreendidas segundo o princípio de intertextualidade que a sustentam como parte de um todo articulado.

Procuramos circunscrever a discussão acerca da caracterização e das fronteiras entre arquivos públicos e arquivos privados e entre arquivos institucionais e arquivos pessoais. Pretendemos, com este esforço, destacar a contextualidade e/ou contextualização dos registros documentais, não apenas tomando por parâmetro seu tratamento técnico, mas também sua utilização como fonte histórica. Esta abordagem possibilitou que refletíssemos sobre a relação entre o historiador e suas fontes, o próprio sentido da produção documental e sua preservação dos documentos como registro do passado.

Nosso objetivo com tal empreendimento foi de demarcar a importância para o trabalho do historiador de um uso mais criterioso e original dos documentos arquivísticos, procuramos estabelecer seu lugar não mais apenas como fonte, mas também como objeto de nosso ofício. Pretendemos levar para a discussão sobre a constituição da memória científica sua desmistificação como um lugar de verdade, procuramos resgatar sua constituição como fruto de uma série de escolhas, que envolve sua própria historicidade

Nossa análise procurou considerar tanto o contexto histórico da produção do acervo de Rostan Soares, como seu contexto arquivístico. Assim, importou-nos as duas

dimensões deste acervo, por um lado refletimos sobre o gesto fundador da produção e acumulação dos documentos oriundos da prática científica de Rostan Soares e, por outro, o trabalho do arquivador e seu esforço por reestruturar e reconstruir esta lógica.

Nossa proposta de trabalho com o acervo fotográfico de Rostan Soares pretendeu recuperar o caráter arquivístico destas imagens, esta tarefa só se tornou possível ao analisarmos o contexto de produção desses documentos no interior de todo conjunto documental. Assim, conduzimos nossa análise com as fotografias como parte integrante do arquivo Rostan Soares e não como documento *'especial'* e dotado de poder auto-explicativo devido a sua natureza indicial, nosso argumento central nossa proposta de trabalho procurou reafirmar a importância de interpretá-las à luz do conjunto de registros acumulados pelo titular, ou seja, à luz dos nexos construídos por ele para dar sentido aos seus papéis e, com isso, significar sua própria trajetória.

No arquivo de Rostan Soares é possível identificar os principais tipos de uso da imagem pelo cientista, seu significado só pode ser dimensionado no interior das atividades complexas nas quais estão situadas. A análise destas imagens reforça a importância atribuída pelo cientista à imagem fotográfica na produção e legitimação de seu conhecimento, amplamente utilizada na divulgação da experiência do sal cloroquinado.

Ao mesmo tempo tema que tratamos do significado das imagens no combate à malária, procuramos ainda caracterizar a historicidade das formas de representação visual das práticas científicas, avaliando a sua relação com as demais partes que integram o arquivo Rostan Soares.

Em nosso trabalho procuramos problematizar a constituição da memória científica das campanhas de combate à malária no Brasil a partir do registro de sua história visual, tratada como fonte de produção e legitimação do conhecimento científico. Ao afastarmo-nos da concepção de que as representações visuais seriam imagens transparentes de objetos e idéias, procuramos ressaltar o processo pelo qual essas imagens tomaram significado, ou seja, o contexto mais amplo em que estavam inseridas de combate às endemias rurais e a expansão e consolidação da intervenção do Estado nas questões de saúde pública.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Arquivo Rostan Soares, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Arquivo Fundação Rockefeller, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Arquivo Fundação Serviços de Saúde Pública, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves; BELOCCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1930-1983. v.3. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária/ FGV/ CPDOC/FINEP, 1984.

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro. Rocco: Lapa 1996.

ALBUQUERQUE, M. et. alii. *A Ciência vai à Roça – Imagens das Expedições do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1991.

ALVARO, C.A. “Progressos de la lucha antimalárica en el Continente”. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. Vol. 4, n.4, p.301-305, 1952.

ALVES, Fernando A. Pires. *A pessoalização de conjuntos documentais no âmbito dos arquivos institucionais*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 7f. [199-?].

ANDERSON, R.G.W.; BENNETT, J.A.; RYAN, W.F. (edit.) *Making Instruments Count. Essays on Historical Scientific Instruments presented to Gerard L. Turner*. Vermont: Variorum, 1993.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: Princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Instituto Nacional do Livro. 1986.

ARENDDT, Hannah. “As esferas pública e privada”. IN *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas; n° 51).

ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p.9-34, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo nacional, 1960.

- AZEVEDO, Fernando de (org.). *As Ciências no Brasil*. 2v. São Paulo: Ed. Melhoramentos, s.d.
- BARRETO, J. de B. *Malária: doutrina e prática*. Rio de Janeiro: Editora A Noite [1941].
- BARNES, B. *Sobre ciência*. Barcelona: Ed. Labor, 1987.
- BARTLETT, Nancy. Diplomatics for photographic images: academic exoticism? *American Archivist*, v.59, 1996. p.486-494.
- BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/FSESP: 1942 – Evolução histórica – 1991*: Brasília: Fundação Nacional de Saúde: 1996. 2ª ed. 524p.
- BAUTIER, Robert-Henri. “Les archives”. IN SAMARAN, Charles (dir.). *L’ Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961. p. 1120-1166. (Encyclopédie de la Pléiade).
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 2ª ed.
- BENCHIMOL, Jaime Larry (coord.). *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- _____. “O Instituto Oswaldo Cruz e a institucionalização da medicina pausteriana no Brasil.” *Cadernos de História e Saúde*. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, n. 2, p.56-57, 1992.
- _____. *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1990.
- BENNETT, Jim. “Museums and the History of Science.” *Isis*, 2005, 96: 602-608.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*, São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. v.1, 1986.
- BOMENY, Helena (org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, Rio de Janeiro, Editora da FGV/USF,
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BRITTO, Nara Azevedo. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1995.
- BRITO, Nara; BENCHIMOL, Jaime L.; HAMILTON, Wanda. Do Instituto Soroterápico Federal à Fundação Oswaldo Cruz. In: Fundação Oswaldo Cruz. *Ciência e saúde*. A Fiocruz do futuro, fase 3. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1988.
- BROWN, P. J. "Failure-as-success: multiple meanings of eradication in the Rockefeller Foundation Sardinia project, 1946-1951". *Parassitologia* 40: 117-130, 1998.

BROWN, P. J. "Malaria, *miseria*, and underpopulation in Sardinia: "The malaria blocks development cultural model". *Medical Anthropology*. n.3, vol.17, 1997. p.239-254.

¹ BUCCI, Oddo (ed.) *Archival science on the threshold of the year 2000: proceedings of the International Conference, Macerata, 3-8 September 1990*. (Italy: University of Macerata, 1992).

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona, Editorial Crítica, 2001.

BUSTAMANTE, F.M. de. "Estado atual do problema da Malária." *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. vol.10, n.1, Julho 1958.

_____. "Síntese das atividades do Serviço Nacional de Malária do Brasil no decênio 1942 / 1951 – Campanha contra a Malária, a Doença de Chagas e a Filariose". *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. Vol. IV, n.3, Julho de 1952.

CALAÇA, Carlos Eduardo. "Vivendo em Manguinhos: a trajetória de um grupo de cientistas no Instituto Oswaldo Cruz. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. VII, n.2 , p. 587-606, 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. "Conceituação e características dos arquivos científicos". In *Anais do II Encontro de Arquivos Científicos*. 22 e 23 de setembro de 2005. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

_____. "Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p.169-174, 1998.

_____. "Arquivos, documento e informação: velhos e novos suportes". *Arquivo e Administração*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 23, p. 34-40, 1994.

_____. "O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos". *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, vol. 9, n. 2. jul./dez. 1988.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de saúde na era Vargas: o serviço especial de saúde pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. "Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o SESP". IN GOMES, Ângela Maria de Castro. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. "Combatendo nazistas e mosquitos: militares norte-americanos no Nordeste brasileiro (1941-1945)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.5 (nov. 1998-fev. 1999): p. 603-620.

CHARMASSON, Thérèse. "Archives institutionnelles et archives personnelles" *Sciences et Archives Contemporaines*. École National du Patrimoine, Paris, nº3, 1999.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1978.

CASTRO-SANTOS, Luis Antônio de. 'O pensamento sanitarista na primeira república: uma ideologia de construção da nacionalidade.' *DADOS: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 193-210, 1985.

_____ e FARIA, Lina Rodrigues de. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. 204 p.

COOK, Terry. "Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*. n. 21, 1998/1.

COSTA, Célia Leite. "Intimidade *versus* interesse público: a problemática dos arquivos." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 189-199, 1998.

_____. "O arquivo público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, p.217-231, 2000.

COSTA, Helouise. *Um olho que pensa: estética e fotojornalismo*. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo, 1998.

_____. "Palco de uma história desejada: o retrato do Brasil por Jean Manzon". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 27, 1998.

_____ e SILVA, Renato Rodrigues da. *A fotografia moderna no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CUETO, Marcos. "Identidad regional y malária en el Perú del siglo veinte". In: *El regreso de las epidemias: salud y sociedad en el Peru del siglo XX*. Estudos Históricos, 22. Lima: IEP, 1997.

_____. 'Los ciclos de la Erradicación: La fundación Rockefeller y la Salud Pública Latinoamericana, 1918-1940.' In M. Cueto (ed.), *Salud, Cultura y Sociedad em América Latina: Nuevas Perspectivas Históricas*. Lima, IEP-OPS, 1996. p.179-202.

- D'AGOSTINI, S.; VITIELLO, N.; REBOUÇAS, M. M. 'Coleções históricas do Instituto Biológico: série Ilustrações Científicas'. Disponível em <http://www.biodiversityreporting.org/> Acesso 23 julho 2007.
- DANSE, S. Peter. *The art of natural history*. Nova Iorque: Arch Cape Press; 1990.
- DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DEANE, Leônidas. "A malária no Brasil". *Cadernos de Saúde Pública*, 1:1, jan.-mar.1985, p.71-111.
- DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Les Editions de Minuit. 1967
- DIAS, Ezequiel Caetano. O Instituto Oswaldo Cruz, resumo histórico (1899-1918). Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. "La photographie scientifique et pseudo-scientifique". In: Jean-Claude Lemagny e André Rouillé (dir.) *Histoire de la photographie*. Bordas, Paris, p.71-76, 1993.
- DUCHEIN, Michel. "El respect de los fondos en archivística: principios teóricos y problemas prácticos." *Revista del Archivo General de la Nación*. Buenos Aires, v.5, p.7-31, 1976.
- DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para uma antiga ciência*. Trad. Manuel Vasquez. Carmona: S & C ediciones, 1996. (Biblioteca Archivística, 5)
- _____. "Registros documentais contemporâneos como provas de ação". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, p.49-64,1994.
- EDWARDS, Elizabeth (ed.). *Anthropology and Photography 1860-1920*. Yale University Press/The Royal Anthropological Institute: New Haven e London. 1997.
- ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma, 1998.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1991. - (Texto & Arte; vol.3)
- FARIA, Lina R. de "Os primeiros anos da reforma sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). *Physis*, 1995. 5(1):109-129.
- _____. "A fase pioneira da reforma sanitária brasileira: a atuação da fundação Rockefeller (1915-1930)". Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social – UERJ. 1994.
- FAUSTO, Boris. (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v.11. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.

FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Míriam Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 1998.

FERRI, Mario Magalhães; MOTOYAMA, Shozo, *História das Ciências no Brasil*. V.2 São Paulo: EPU/ Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

FIGUERÔA, Silvia F. de M. (org) *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina*. Campinas: Editora Unicamp, 1ª ed., v.1, 2000.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma história social e institucional 1975 -1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. ‘Trabalhando em saúde pública pelo interior do Brasil: lembranças de uma geração de sanitaristas (1930-1970)’. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.5, n. 2, p. 393 – 411, 2000.

_____. *Local e nacional: dualidades da institucionalização da saúde pública no Brasil (1930-45)*. 2005. 298 p. Tese (Doutorado) em Ciência Política, IUPERJ. 2005

FONSECA FILHO, Olympio. *A Escola de Manguinhos: contribuição para o estudo do desenvolvimento da medicina experimental no Brasil*. Separata do Tomo II de “Oswaldo Cruz. Monumento Histórico”. São Paulo, Brasil. MCMLXXIV.

FONTENELLE, José P. “Higiene e saúde pública”. In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil - Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência*. Rio de Janeiro. 1922.

FORD, Brian J. *Images of science. A history of scientific illustration*. Londres: The British Library. 1992.

FRAGA, Clementino. “Saneamento urbano e rural”. IN *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro*: Imprensa do Brasil. 1926. p.528.

FRIZOT, Michel. (ed.) *A new history of photography*. Köln: Könemann, 1998.

_____. "The all-powerful eye: the forms of the invisible." In: FRIZOT, Michel. *A new history of photography*. Köln: Könemann, 1998. p. 273-292.

_____. "Body of evidence: the ethnography of difference." In: FRIZOT, M. *A new history of photography*. Köln: Könemann, 1998. p. 258-271.

MARIANI, Clemente. ‘Atividades do Serviço Nacional de Malária no período de 1947 a abril de 1950 – Gestão do Exmo. Snr. Dr. Clemente Mariani à frente do Ministério da Educação e Saúde’. CMa/MES/pi 50.05/0700. Arquivo Clemente Mariani. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC/Fundação Getúlio Vargas-FGV.

- GADELHA, Paulo. *História de doenças: ponto de encontros e de dispersões*. Tese de doutoramento. ENSP/FIOCRUZ. 1995.
- GADELHA, Paulo E. e PACKARD, Randall. “A land filled with mosquitoes: Fred L. Soper, the Rockefeller Foundation and the *Anapholes gambiae* invasion of Brazil, 1932-1939.” *Parassitologia*, 36: 197-214; 1994.
- GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. “Os documentos pessoais no espaço público.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.178.
- GASKELL, Ivan. *Vermeer's wager: speculations on art history, theory and art museums*. London. Reaktion Books, 2000.
- GAUYE, Oscar. “Spécificité des archives et convergence avec les bibliothèques les musées et les centres de documentation. *Archivum*. Paris, Vol. 30, p.15 – 234, 1984.
- GAVROGLU, Kostas et al. (eds.) *Trends in the Historiography of Science*. Netherlands: Kluwer Academic publishers, 1994.
- GEISON, Gerald L. *A ciência particular de Louis Pasteur*. Rio de Janeiro: Fiocruz: contraponto, 2002.
- GILMAN, Sander L. *Picturing health and illness: images of identity and difference*. Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras: Editora Schwarcz, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.
- _____.(org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAHN, R. *The Anatomy of a Scientific Institution: the Paris Academy of Science, 1666-1803*. Berkeley: University of California Press, 1971.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 2ª ed., 1968.
- HAMILTON, W. e FONSECA, C. M. O. “Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 10, n. 3, p.791-825, 2003.

- HASKELL, Francis. *History and its images: Art and the interpretation of the past*. New Haven, Yale University Press, 1993.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística General: teoria y práctica*. 6 ed. Sevilla: Servicio de publicaciones, 1993.
- HEYMANN, Luciana Quillet. "Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, 1997. p. 41-66.
- HOBSBAWM, Eric. ; RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. São Paulo: Editora Hucitec/Anpocs. 1998.
- _____. 'From Autonomy to Partial Alignment: National Malaria programs in the Time of Global Eradication, Brazil, 1941-1961'. *Canadian Bulletin of Medical History*, 25 (1), 2008. p. 14.
- _____.MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de e SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. 'A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX.' *Manguinhos*. Vol. 9, Suplemento, 2002, p. 233-273
- _____. e FONSECA, Cristina M. O. "A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo." In: GOMES, Ângela de Castro (org.) *Capanea: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- _____. "O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-1945." In: PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. 'Regulando os Efeitos da Interdependência: Sobre as Relações entre Saúde Pública e a Construção do Estado. (Brasil 1910-1930)'. *Estudos Históricos*. n.11, p.40-61, 1993.
- HUMPHREYS, Margaret. "Kicking a dying dog – DDT and the demise of malaria in the american south, 1942-1950." *ISIS*, n.87, pp.1-17. The history of science society, 1996.
- HUTCHEON, Linda. *A poetics of postmodernism: history, theory, fiction*. Nova York, 1988. p. 122.

- JACKSON, J. "Cognition and the Global Malaria Eradication Programme". *Parassitologia* 40: 193-216, 1998.
- JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- JORDANOVA, Ludmilla. "Medicine and visual culture". *The Society for the Social History of Medicine*, 1990. p. 89-99.
- JULIANELE, Regina Lemgruber. *João Barbosa Rodrigues: o caráter de visualidade na ilustração botânica no Brasil*. Dissertação de mestrado em História da Arte. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (mimeo), 1997.
- KNAUSS, Paulo. "O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual". *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, jan-jun. 2006. p. 97-115.
- KURY, Lorelai. 'Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem.' *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII, (Suplemento), p. 863-880, 2001.
- LABRA, Maria Eliana. "O movimento sanitarista dos anos 20: da conexão sanitária internacional à especialidade em saúde pública no Brasil." Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas.
- LACERDA, Aline Lopes de. *Imagens arquivadas: um estudo sobre a constituição de conjuntos documentais fotográficos em arquivos pessoais*. Projeto de Pesquisa – Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Novembro de 2003.
- LACERDA, Janaína. "Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível." Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia01/> Acesso em 19 maio 2007.
- LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- _____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LE GOFF, Jacques. "Memória". In: *Enciclopedia Einaudi*. Vol.1: Memória – História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 463 p.
- _____. "Memória" IN: *Enciclopédia Einaudi*. Torino, Einaudi Ed., vol.8, 1979, p.1068-1109.

LEITE, Érida Maria Diniz (org). *Dicionário Digital de Termos Médicos*. Disponível em <http://www.pdamed.com.br/diciomed/pdamed/>. Acesso 10 de agosto 2007.

LEMAGNY, Jean Claude et ROUILLÉ, André (dir.). *Histoire de la photographie*. Paris: Bordas, 1993.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e interpretações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ-UCAM, 1999. 232 p.

_____. e HOCHMAN, Gilberto. “salud y nación: propuesta para el saneamiento rural. Um estudio de la Revista Saúde (1918-1919)”. IN CUETO, Marcus (org.), *salud, Cultura y Sociedad en America Latina: nuevas perspectivas históricas*. Lima: IEP/OPS, p. 135-58, 1996.

_____. GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho; MANUEL SUÁREZ, Julio. *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

LITSIOS, S. "Criticism of WHO'S revised malaria eradication strategy". *Parassitologia* 42: 167-172, 2000.

LONDE, Albert. "Sur la photographie médicale". In Michel Frizot e Françoise Ducros (org.) *Du bom usage de la photographie / Collection Photo Poche*. Paris, Centre National de la Photographie, p. 85-91, 1987.

_____. *La photographie moderne*. Masson: Paris, 1896.

LOPES, André Ancona. “As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos”. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, Nov. 2000.

_____. “Tipologia Documental e História”. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, 1998. (CD-ROM).

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LÓPEZ, Emilio Luis Lara. “La fotografía como documento histórico-artístico y etnográfico: una epistemología”. *Revista de Antropología Experimental*. n.5, 2005. Texto 10, Universidad de Jaén, Espanha.

MACNEIL, Heather. "Creating and maintaining trustworthy records in electronic systems: archival diplomatic methods. In: *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2000. p. 86-112. (The Archivist's Library, 1).

MARIANI, Clemente. "Atividades do Serviço Nacional de Malária no período de 1947 a abril de 1950 – Gestão do Exmo. Snr. Dr. Clemente Mariani à frente do Ministério da Educação e Saúde". CMa/MES/pi 50.05/0700. Arquivo Clemente Mariani. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC/Fundação Getúlio Vargas-FGV.

MARTINS, Neire do Rossio e FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. "Memória científica e tecnológica da Unicamp: projeto para gestão integrada de documentos científicos". IN *Anais do II Encontro de Arquivos Científicos*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2006.

MATA CASTILLÓN, José Manuel. "Las administraciones autónomas y la unidad de la profesión del archivero". IN Diputación Provincial de Sevilla. *Arhivística: estudios básicos*. Sevilla, p.13-24, 1981.

MAUAD, Ana Maria. "Passado composto: palavras e imagens, a intertextualidade em história oral". In: Antônio Torres Montenegro e Tânia Maria Fernandes (orgs.), *História Oral: um espaço plural*. Recife, Universitária/UFPE, 2001.

_____. "Através da imagem: fotografia e história - interfaces." *Tempo*, vol.1, n.2, p.73-98, 1996.

MEDINA, Rosbinda Nunez. "História da Campanha de erradicação da Malária na década de 1950: contribuição para o estudo do modelo campanhista". Rio de Janeiro, S.N.; 1988. 199p. (Tese apresentada a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social para obtenção do grau de mestre)

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. *Arte e fotografia: o movimento pictorialista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 1998 (Coleção Luz e Reflexão).

_____. Os usos da imagem nas ciências sociais. In: *Estudos Históricos*, vol. 13, n. 23, 1999.

_____ e LACERDA, Aline Lopes de. "Imágenes de la salud pública: la institucionalización del Instituto Oswaldo Cruz em Brasil" In *Dynamis – acta Hispânica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, Espanha: Editorial Universal de Granada. vol. 25, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares". *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v.23, n. 45, 2003. p.11-36.

_____. "A fotografia como documento: Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha - sugestões para um estudo histórico". *Tempo*, 2002.

_____. "‘A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.’ *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. SP, 34 : 9-24, 1992.

_____. 'Memória, História e Arquivo: reflexões para um tempo de transformações'. IN *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia: rumos e consolidação da arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo. 1994. (CD-ROM)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Plano Nacional de Erradicação da Malária - operações para o quadriênio 1965-1968*. Brasília. 1965.

MORAES, Hélio Fernandes. SUCAM: sua origem, sua história. Brasília: Ministério da Saúde. 2v, 1990

NÁJERA, José A. "El paludismo y las actividades de la Organización Mundial de la Salud". *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*. Año 70, v. 111, n.2, 1991.

NEVES, Luis Felipe Baeta. "Para uma teoria da memória migrante e Migração e ideologia da memória social. IN: *As máscaras da totalidade totalitária. Memória e produções sociais*. Rio de Janeiro: Forense/Universitária. 1988, pp.149-168.

NEVES, Margarida de Souza. "Lugares de memória da medicina no Brasil". Disponível em <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria.htm/> Acesso em 14 maio 2007.

NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire". IN NORA, p. (dir.), *Les lieux de mémoire, I. La République*. Paris: Galimard; 1984. p. XV-XLIII.

_____. "Mémoire Collective" IN: LE GOFF et alii. (orgs.), *La Nouvelle Histoire*, Paris: CEPFL, 1978.

_____. "L'avènement mondial de la mémoire" e entrevista. Disponível em www.eurozine.com/Acesso em 14 maio 2007

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense/CNPq. 1990.

- OLIVEIRA, Ricardo Lourenço e CONDURU, Roberto. 'Nas frestas entre a ciência e a arte: uma série de ilustrações de barbeiros do Instituto Oswaldo Cruz'. Rio de Janeiro: *Manguinhos*. vol. 11 (2): 335-84, maio-ago. 2004.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. "História, fotografia e semiótica numa perspectiva grande angular". In: *O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Diadorim, 1996. p. 280-287.
- PACKARD, Randall and BROWN, Peter J. "Rethinking Health, Development, and Malaria: Historicizing Cultural Model in International Health". *Medical Anthropology*. n.3, vol.17, p.181-194, 1997.
- _____.; GADELHA, Paulo. 'A land filled with mosquitoes: Fred L. Soper, the Rockefeller Foundation, and the *Anopheles gambiae* invasion of Brazil.' *Medical Anthropology*, vol. 17, n. 3, 1997. p. 197-213.
- PAMPANA, E. "La erradicación de la Malária" *Boletim da Oficina Sanitária Panamericana*. vol. XIV, n. 4, out.1958.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PENA, Maria Valéria J. Saúde nos planos governamentais. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, n.16, p. 69-96, 1977.
- PENNA, Belisário e NEIVA, Arthur. "Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí, e de norte a sul de Goiás". *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v.8, n. 30. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984. 2ª ed.
- PINOTTI, Mário. *Vida e morte do brasileiro (saúde e doença no Brasil)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1959.
- _____. "Do combate ao impaludismo no Brasil pelo Serviço Nacional de Malária". *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*. vol. I, n.1, p.4-18, Jan. 1949
- _____. "O problema da Malária no Brasil" *Folha Médica*. 31: (4), fevereiro, 1958.
- _____. "Plano de aplicação de DDT nas áreas malarígenas do Estado do Rio. *Anais do VI Congresso Brasileiro de Higiene*. Rio de Janeiro, 1947. p. 395-403.

PINOTTI, Mário. *Primeira campanha antimalárica na região do São Francisco: baseada na administração de dose única de antimalárico e na aplicação domiciliar de inseticida de ação tóxica residual*. Depoimento prestado perante a Comissão Especial do Plano de Aproveitamento da bacia do São Francisco, em 28-11-1946 e publicado no Diário do Congresso Nacional em 7/11/1947.

POMIAN, Krysztof. "Coleção"; IN *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. vol.1, p.51-86, 1984.

PUBLIC RECORD OFFICE. *Guide to the public records*. Part I: Introductory. London: Public Record Office, 1949.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. "A cidade e o sanitarista: imagens de um percurso". *Projeto História*, São Paulo, n. 21, 2000. p.141-162.

SALDAÑA, Juan José. *El perfil de la ciencia em América*. México: Soc. Latinoam. Hist. Ciencia y Tecnol., 1986. (Cuadernos de Quipu, 1)

SAMAIN, Etienne (org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. 1ª ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 82p.

_____. *Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. p.2.

SCHAFFER, Simon. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle and the experimental life*. New Jersey: Princeton, University Press, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos, 2001. 357p.

_____. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/FINEP, 1979.

SEKULLA, Alan. "The body and the archive". Em Richard Bolton (ed.) *The contest of meaning: critical histories of photography*. Cambridge/Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology, 6ª ed. 1999. p. 343-389.

_____. "Reading an archive" Em Brian Wallis (ed.) *Blasted allegories an anthology of writing by contemporary artists*. Massachusetts, The New Museum of Contemporary Art and Massachusetts Institute of Technology, p. 114-127, 1987.

- SILVA, Kalinga Tudor. "Public Health for Whose Benefit? Multiple Discourses on Malaria in Sri Lanka". *Medical Anthropology*. N.3, vol.17, p.195-214, 1997.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. "Arquivos científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C & T no Rio de Janeiro" IN *Anais do II Encontro de Arquivos Científicos*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2006.
- SIMONDON, G. *Du mode d' existence des objets techniques*. Paris: Aubier-Montaigne, 1969.
- SOPER, F.L. *Ventures in world health. The memoires of Fred Lowe Soper*. Pan American Health Organization, 1977.
- _____. e WILSON, D.B. *Campanha contra o "anopheles gambiae" no Brasil; 1939 – 1942*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- STAPLETON, D. H. "The dawn of DDT and its experimental use by the Rockefeller Foundation in Mexico, 1943-1952". *Parassitologia* 40: 149-158, 1998.
- STEPAN, Nancy. *Picturing tropical nature*. Ithaca/New York, Cornell University Press. 2001.
- _____. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*: Rio de Janeiro: Editora ArteNova/ Fundação Oswaldo Cruz, 1976.
- STURKEN, Marita & CARTWRIGHT, Lisa. *Practices of Looking: na introduction to visual culture*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- TAGG, John. *The burden of representation: essays on photographies and histories*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2ª ed. 1995.
- THIELEN, Eduardo Vilela. *Imagens da saúde do Brasil: a fotografia na institucionalização da saúde pública*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. PUC-SP. 1992.
- _____. e SANTOS, Ricardo A. maio.-ago. 2002 'Belisário Penna: notas fotobiográficas'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 9, nº 2, p. 387-404, 2002.
- VESSURI, Hebe (comp.) *Las instituciones científicas em la historia de la ciencia em Venezuela*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1987
- VIANA, Aurélio; LISSOVSKI, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. "A vontade de guardar; lógica da acumulação em arquivos privados". *Arquivo e Administração*, v. 10-14, n.2, p. 62-76, jul-dez.1986.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1983. 908 p.

WELFELÉ, Odile. 'A proveta arquivada. Reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea.' *Revista da SBHC*. Rio de Janeiro, v.2, n. I, 2004.

_____. 'Quels matériaux pour l'historien d'après-démain? Le devenir des archives scientifiques'. *Sciences et Archives Contemporaines*. École National du Patrimoine, Paris, 1999.

WELLS, Liz. (ed.) *Photography: a critical introduction*. Londres, Routledge, 1997.

WILLIAMS, Steven C. "Nationalism and public health: the convergence of Rockefeller Foundation technique in Brazilian federal authority during time of yellow fever, 1925-1930". IN CUETO, Marcus (org.). *Missionaires of science: the Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington University Press/Indiana University Press, p. 23-51.